

PROSPECTO DEFINITIVO
DA 2ª DISTRIBUIÇÃO DE COTAS SENIORES DO “BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITOS CONSIGNADOS VI”

no montante de até

R\$ 300.000.000,00

Cedente dos Direitos Creditórios



Classificação de Risco – Moody’s: AAA.BR
CNPJ/MF nº 08.503.969/0001-97
Código ISIN Cotas Seniores nº BRBMGFCTF007

Oferta de cotas deliberada pela Instituição Administradora do Fundo em 7 de março de 2007, tendo sido a respectiva ata registrada no 1º Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo sob o nº 3210980. O Fundo foi registrado na CVM em 15 de dezembro de 2006, sob o nº CVM/SRE/RFD/2006/066 e a segunda distribuição de suas cotas foi registrada na CVM em 8 de março de 2007, sob o nº CVM/SRE/RFD/2007/013.

Emissão de até 12.000 (doze mil) Cotas Seniores escriturais (“Cotas”) do “BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITOS CONSIGNADOS VI” (“Fundo”), com valor, na data de subscrição inicial das cotas seniores do Fundo, de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para cada Cota, totalizando R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Serão emitidas também para colocação privada até 2.040 (duas mil e quarenta) Cotas Subordinadas, totalizando o montante de R\$51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais). As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, sendo este constituído sob a forma de condomínio fechado. Os direitos e demais características das Cotas estão dispostos no regulamento consolidado do Fundo (“Regulamento”), que integra este Prospecto como o Anexo I.

O Fundo é administrado pela INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Itaúsa, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 62.418.140/0001-3.

“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.”

“OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 64 A 77”

Somente Investidores Autorizados, conforme definidos no Regulamento podem adquirir cotas do Fundo.



Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de cotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços.

Veja outros avisos importantes na página 1 deste prospecto.

Instituição Administradora e Instituição Intermediária
INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Instituição Líder da Distribuição
BANCO BMG

Custodiante
BANCO ITAÚ

Agência Classificadora de Risco
MOODY’S

Auditoria
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Assessoria Legal
LEVY & SALOMÃO ADVOGADOS

Gestor
INTEGRAL-CAPITÂNIA

A data deste Prospecto é 28 de maio de 2007.

AVISOS - ANBID

Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de cotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços.

O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Investidor.

O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia da instituição administradora do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Este fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

ÍNDICE

Glossário	9
Identificação da Instituição Administradora, de Consultores e Auditores	21
Declaração da Instituição Administradora	23
Sumário dos Termos e Condições do Fundo	24
Procedimento de Distribuição	29
Informações sobre Coleta de Intenções e Recebimento de Reservas	29
Início e Encerramento da Distribuição	29
Cronograma de Etapas da Oferta	29
Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores	30
Demonstrativo do Custo da Distribuição	31
Custo Unitário de Distribuição	31
Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta	32
Suspensão ou Modificação da Oferta	32
Cancelamento ou Revogação da Oferta	33
Características Gerais do Fundo	35
Fluxograma da Securitização	35
Objeto	36
Público Alvo	36
Forma de Constituição	37
Prazo de Duração	37
Amortizações	38
Objetivo de Investimento	40
Política de Investimento	41
Carteira do Fundo	41
Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo	41
Reserva de Liquidez	42

Requisitos de Diversificação	42
Demais Informações sobre a Política de Investimento	42
Direitos Creditórios	45
Aspectos Legais e Regulamentares do Desconto em Folha de Benefícios	45
Decisões Judiciais sobre Desconto em Benefícios	46
Aspectos Legais e Regulamentares do Desconto em Folha de Pagamento	46
Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo da União	47
Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo de Estados e Municípios Conveniados	48
Militares das Forças Armadas	48
Decisões Judiciais sobre Desconto em Folha de Pagamento	49
Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios	51
Condições da Cessão	51
Características dos Direitos Creditórios relativos a Aposentados e Pensionistas	53
Natureza	53
Processo de Origem	54
Documentos da Operação	55
Política de Concessão de Crédito a Aposentados e Pensionistas pelo Banco BMG	55
Cobrança dos Direitos Creditórios	55
Características dos Direitos Creditórios relativos a Servidores Públicos	57
Natureza	57
Política de Concessão de Crédito a Servidores Públicos pelo Banco BMG	57
Cobrança dos Direitos Creditórios	58
Informações sobre o Mercado de Crédito e as Operações de Crédito Consignado	59
Perfil da Carteira de Direitos Creditórios do Banco BMG	60

Fatores de Risco	64
Riscos de Mercado	64
Riscos de Crédito	65
Riscos de Liquidez	68
Risco Proveniente do Uso de Derivativos	70
Riscos Específicos	70
Riscos Operacionais	70
Riscos de Descontinuidade	74
Riscos da Originadora	75
Outros Riscos	76
Gerenciamento de Riscos	79
Sistema de Gerenciamento de Riscos e Compliance	79
Cotas do Fundo	80
Características Gerais	80
Distribuição	81
Novas Distribuições	82
Classes de Cotas	83
Razão Mínima entre o PL do Fundo e o Valor das Cotas Seniores	83
Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo	85
Amortização das Cotas	86
Amortização das Cotas Seniores	86
Amortização das Cotas Subordinadas	88
Amortização Compulsória	88
Reserva de Pagamento	90
Índice de Liquidez	92
Regras de Movimentação	94
Taxas	95

Prestadores de Serviços	97
Instituição Administradora	97
Histórico e Atividades	97
Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora	97
Remuneração da Instituição Administradora	102
Substituição da Instituição Administradora	102
Contratação de Terceiros	104
Gestor	104
Histórico e Atividades	104
Responsabilidades	105
Substituição do Gestor	106
Custodiante e Escriturador de Cotas	106
Histórico e Atividades	106
Responsabilidades	109
Substituição do Custodiante	110
Fiel Depositário e Agente de Cobrança	110
Substituição do Fiel Depositário e do Agente Cobrador	110
Instituição Líder	110
Auditor	111
Substituição do Auditor	111
Agência Classificadora de Risco	111
Substituição da Agência Classificadora de Risco	112
Conflitos de Interesse	113
Sumário dos Contratos Relevantes	114
Contrato de Custódia	114
Contrato de Cessão	114
Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira do Fundo	115
Contrato de Distribuição	115
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe	116
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	116
Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe	117

Assembléia Geral	118
Competência	118
Procedimento de Convocação	119
Nomeação de Representante dos Condôminos	120
Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações	121
Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral	122
Liquidação do Fundo	123
Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo	123
Eventos de Avaliação	123
Eventos de Liquidação Antecipada	128
Procedimentos de Liquidação Antecipada	130
Informações Complementares	133
Despesas e Encargos do Fundo	133
Reserva de Despesas e Encargos	134
Direitos Creditórios Inadimplentes, Recompra Facultativa e Aporte Adicional de Recursos para Fazer Frente a Despesas de Cobrança	134
Ordem de Aplicação dos Recursos	136
Informações Obrigatórias e Periódicas	137
Correio Eletrônico	140
Publicações	142
Base Legal relativa aos FIDCs	143
Regras de Tributação do Fundo e de seus Cotistas	144
Atendimento ao Cotista	146
Informações Relativas ao Banco BMG	147
Histórico	147
Grupo BMG	148
Negócios do Banco BMG	148

Anexos

Anexo I – Regulamento Consolidado do Fundo

Anexo II – Informações sobre a Classificação de Risco do Fundo

Anexo III – Relatório da KPMG relativo à carteira de Direitos Creditórios do Banco BMG

Anexo IV – Contrato de Cessão de Créditos

Anexo V – Demonstrações Financeiras do Banco BMG Relativas a 31 de Dezembro de 2006, 2005 e 2004

GLOSSÁRIO

Principais termos e expressões utilizados neste Prospecto:

Agência Classificadora de Risco	Moody's América Latina Ltda., ou quem vier a lhe suceder
Agente de Cobrança	Agente cobrador dos Direitos Creditórios do Fundo; o Banco BMG foi contratado para executar esta função
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades
Amortização Compulsória	Amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios estabelecida no item 10 do Regulamento
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
Aposentados e Pensionistas	Titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do INSS, devedores do Fundo em decorrência de contratos de empréstimo celebrados com o Banco BMG
Aviso de Desenquadramento	Correspondência a ser enviada pela Instituição Administradora ao Banco BMG na hipótese de desenquadramento da

	Razão Mínima por 2 dias úteis consecutivos, na forma do Anexo VII do Regulamento
Banco BMG	Instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.186.680/0001-74, Cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo e contratado pelo Custodiante (i) como fiel depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como Agente de Cobrança. O Banco BMG também foi contratado pela Instituição Administradora como Instituição Líder na distribuição de Cotas do Fundo.
Cedente	Cedente dos Créditos ao Fundo, que será exclusivamente o Banco BMG
CMN	Conselho Monetário Nacional
Consignantes	<p>i) Prefeituras municipais de (a) São Paulo, (b) Rio de Janeiro;</p> <p>ii) Estado (a) de Minas Gerais; (b) Rio de Janeiro;</p> <p>iii) Forças Armadas;</p> <p>iv) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;</p> <p>v) SIAPE; e</p>

	vi) Demais Estados ou Municípios com os quais o Banco BMG tenha celebrado convênios que possibilitem a constituição de Direitos Creditórios elegíveis para cessão ao Fundo;
	denominados em conjunto “Consignantes” e individualmente, “Consignante”
Contrato de Mútuo Adimplente	Contrato de mútuo referente a um Direito Creditório que não contenha, na respectiva data de verificação qualquer parcela vencida e não paga
Contrato de Cessão	Contrato de Promessa de Cessão de Créditos, a ser celebrado entre o Banco BMG e o Fundo, com a interveniência do Custodiante, conforme a minuta constante do Anexo IV deste Prospecto
Contrato de Custódia	Contrato firmado entre a Instituição Administradora e o Custodiante, com a interveniência do BMG, que contém descrição dos serviços a serem prestados pelo Custodiante ao Fundo
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil
Cotas	Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e não são resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no

	Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas. As Cotas são divididas em duas classes, Sênior e Subordinada
Cotas Seniores	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento
Cotas Seniores em Circulação	A totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores que eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao Cedente e/ou a qualquer das Partes Relacionadas ao Cedente, bem como pertencentes aos respectivos diretores, conselheiros ou acionistas do Cedente e/ou das Partes Relacionadas ao Cedente.
Cotas Subordinadas	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento
Cotistas Dissidentes	Os Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da assembléia geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na assembléia geral
Créditos	Direitos Creditórios oriundos de contratos de empréstimo celebrados pelo Cedente

	com (i) titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, pagos por meio de desconto em benefício, ou (ii) Servidores Públicos dos Entes Federativos ou Forças Armadas que tenham celebrado convênio com o BMG, pagos por meio de desconto em folha de pagamento
Custodiante	Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egidio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, ou quem vier a lhe suceder
CETIP	Câmara de Liquidação e Custódia
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Amortização	Significa a data de amortização das Cotas, conforme as condições previstas no respectivo Suplemento da Série
Datas de Amortização de Cotas Seniores	Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores de cada série, sempre no dia 15 de cada mês
Datas de Amortização de Cotas Subordinadas	Datas das amortizações programadas das Cotas Subordinadas, sempre no dia 20 de cada mês
Data de Subscrição Inicial	Data a partir da qual as Cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo foram subscritas e integralizadas,

que ocorreu em 8 de janeiro de 2007.

Data de Verificação	Data de apuração obrigatória dos limites de concentração e demais índices do Fundo, sempre no último dia útil de cada mês
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas
Devedores	<p>Devedores dos empréstimos cujos Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo, titulares de benefícios de aposentadoria ou pensão ou Servidores Públicos</p> <p>denominados em conjunto “Devedores “ e, individualmente, “Devedor”</p>
Direitos Creditórios	São direitos de crédito originados pelo Banco BMG, advindos de contratos de empréstimo consignado celebrados entre o Banco BMG e Aposentados e Pensionistas do INSS e Servidores Públicos vinculados aos Entes Federativos conveniados ou às Forças Armadas
Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata
Distribuição	Segunda colocação pública de Cotas

Seniores

Documentos Comprobatórios

São os seguintes documentos: (i) contrato de empréstimo impresso acompanhado, se assim previr o respectivo contrato, de instrumento constitutivo de garantia; (ii) autorização impressa para desconto em folha; (iii) cópia de documentos de identificação do Devedor e que comprovem a sua condição de Aposentado, Pensionista ou Servidor Público, bem como a existência de margem consignável; e (iv) em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas do INSS, arquivo eletrônico emitido pela DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, confirmando a respectiva consignação em folha, determinadas características do empréstimo, bem como a condição do Devedor de Aposentado ou Pensionista.

Eventos de Avaliação

Aqueles definidos no item 25.2 do Regulamento, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembleia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação

Eventos de Liquidação

Aqueles definidos no item 25.3 do Regulamento, cuja ocorrência enseja a convocação de assembleia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do

	Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios
Excesso de Spread	Significa a diferença entre a taxa de remuneração média anualizada, ponderada por volume, dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o passivo expresso pelo valor relativo ao Patrimônio Líquido de todas as Cotas Sênior em Circulação Especial, ponderados pela Taxa DI e pelo <i>benchmark</i> , menos as despesas anuais estimadas do Fundo
Fator Multiplicador	Percentual equivalente a 108%, aplicado sobre as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia
FBPP	Família Bandeirante Previdência Privada, entidade aberta de previdência complementar fundada em 19 de setembro de 1969, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bittencourt Rodrigues, nº 88, inscrita no CNPJ sob o nº 62.874.219/0001-77.
Fundo	BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VI
Gestor	Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários LTDA., com sede na Rua Tavares Cabral, 102, cj. 61/62, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.576.569/0001.86, ou quem vier a lhe suceder.

INSS

Instituto Nacional do Seguro Social

Instituição Administradora

Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob o nº 62.418.140/0001-31, ou quem vier a lhe suceder

Instituições Autorizadas

(i) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Itaú S.A., (iv) Banco Itaú BBA S.A., (v) Banco Santander Brasil S.A., (vi) Banco Citibank S.A., (vii) Banco do Brasil S.A., (viii) HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, (ix) Banco ABN Amro Real S.A., (x) Banco ItaúBBA S.A. (xi) Caixa Econômica Federal S.A., ou (xii) outras instituições de primeira linha que venham a ser aprovadas pela Agência de Classificação de Risco e pelos titulares da maioria das Cotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral

Investidores Autorizados

Investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, bem como fundos de investimento em cotas classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", de acordo com os artigos 91, inciso II, da Instrução CVM nº 409/04

Limites de Concentração	Limites mínimos e máximos de concentração por Consignante que devem ser observados pelo Cedente e verificados pelo Fundo, nos termos do Regulamento, para aquisição de Direitos Creditórios, definidos no Anexo II do Regulamento.
Novas Distribuições	Novas emissões de Cotas
Oferta ou Emissão	A oferta das Cotas Seniores
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica
Prospecto	Prospecto da Distribuição
Razão Mínima	Relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, que será equivalente a 120,5% (cento e vinte e meio por cento)
Regime de Administração Especial Temporária	Regime especial para administração de instituições financeiras, decretado pelo Banco Central do Brasil na forma regulada pelo Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, quando nelas verificar: a) prática reiterada de operações contrárias às diretrizes de política econômica ou financeira traçadas em lei federal;

- b) existência de passivo a descoberto;
- c) descumprimento das normas referentes à conta de Reservas Bancárias mantida no Banco Central do Brasil;
- d) gestão temerária ou fraudulenta de seus administradores;
- e) ocorrência de qualquer das situações descritas no artigo 2º da Lei nº 6.024 de 13/03/1974

Regulamento

Regulamento do Fundo, registrado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 6 de dezembro de 2006, conforme posteriormente alterado

Reserva de Despesas e Encargos

Reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo, constituída na forma do item 21.3 do Regulamento-

Reserva de Liquidez

Soma, equivalente a no mínimo 3% (três por cento) do patrimônio líquido do Fundo, que deverá ser mantida em Disponibilidades

Reserva de Pagamento

Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores

Série

Série única de Cotas Seniores emitida nos termos deste Regulamento

Servidores Públicos

Todas as pessoas que mantêm relação de trabalho com a Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, e devedores do Fundo em decorrência de contratos de empréstimo celebrados com o

Banco BMG

SomaFix

SomaFix, mercado de balcão organizado de renda fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos (Soma)

Suplemento

Documento que contém as características da Série de Cotas Seniores que será emitida pelo Fundo, nos termos do Regulamento

Termo de Cessão

Documento, cujo modelo consta como Anexo IV ao Contrato de Cessão, que formaliza a cessão dos Direitos Creditórios

Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento

Termo que deve ser assinado pelo condômino do Fundo por ocasião da subscrição de Cotas, através do qual o futuro cotista declara (i) sua adesão aos termos do Regulamento e (ii) total ciência dos riscos enumerados de forma não-taxativa na cláusula 14 do Regulamento (“Fatores de Risco”)

**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO, DA INSTITUIÇÃO
ADMINISTRADORA, DOS CONSULTORES E AUDITORES**

Instituição Líder

Banco BMG S.A.
Avenida Álvares Cabral, nº 1707
Belo Horizonte - MG
At.: José Eustáquio Torres
Telefone: 3290-3322
Fax: (31) 3290-3166
Correio eletrônico: jet@bancobmg.com.br

Instituição Administradora e Instituição Intermediária

Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Itaúsa
São Paulo – SP
At.: Sr. Carlos Augusto Salamonde / Sr. Rogério Sussumu Aoki
Telefone: (11) 5029-4693
Fax: (11) 5029-1394
Correio eletrônico: intrag@itau.com.br / carlos.salamonde@itau.com.br /
rogério.aoki@itau.com.br

Gestor

Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda.
Rua Tavares Cabral, 102, cj. 61/62,
São Paulo – SP
At.: Sr. Bruno Amadei Junior / Sr. Marcelo Giraudon
Telefone: (11) 6853-8800
Fax: (11) 3811-9921
Correio eletrônico: brunoajr@integralcapitania.com.br / marcelo@integralcapitania.com.br

Consultores Legais

Levy & Salomão Advogados

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2601, 12º andar

São Paulo – SP

At.: Dr. Erik Frederico Oioli

Telefone: (11) 3365-5050

Fax: (11) 3365-5048

Correio eletrônico: eioli@levysalomao.com.br

Auditores Contratados

KPMG Auditores Independentes

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar

São Paulo – SP

At.: Sr. Pedro Zago

Telefone: (11) 3067-3000

Fax: (11) 3079-3752

Correio eletrônico: pzago@kpmg.com.br

DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

A Instituição Líder, por meio de seu diretor responsável Sr. José Ernani Leite Vitorello, nos termos do art. 56, §§ 1º e 5º, da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, declara que tomou todas as cautelas e agiu com os mais elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) todas as informações prestadas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes e, (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

A Instituição Líder declara também que o prospecto da Oferta (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes e que (ii) contém as informações necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, do Fundo, os riscos relacionados ao Fundo e quaisquer outras informações relevantes para uma tomada de decisão de investimento fundamentada..

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor responsável, Sr. Alexandre Zákia Albert, nos termos do art. 56 da Instrução nº 400, da CVM, considerando que determinados documentos e informações foram disponibilizados à Instituição Administradora pelo Gestor, Custodiante e/ou pela instituição intermediária líder da distribuição de cotas do Fundo, declara que: (a) o Prospecto da segunda distribuição pública de Cotas Seniores do Fundo (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (ii) contém as informações relevantes sobre a Oferta das Cotas, do Fundo e de suas atividades e situação econômico-financeira, bem como sobre os riscos inerentes ao investimento nas Cotas Seniores, necessárias ao conhecimento pelos investidores; e (b) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Cotas Seniores no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes.

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO

Seguem abaixo os principais termos e condições do “BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI”, bem como as principais condições da oferta das Cotas. O potencial investidor deve ler todo o conteúdo do presente Prospecto e do Regulamento antes de tomar decisão de investimento.

Emissor das Cotas	BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI.
Cedente dos Direitos Creditórios	Banco BMG S.A., com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1.707, inscrito no CNPJ sob o nº 61.186.680/0001-74.
Forma de Constituição	O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração da Série, ou em virtude de sua liquidação. É admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.
Prazo de Duração do Fundo	<p>O Fundo terá prazo de duração de 10 (dez) anos, a contar da Data de Subscrição Inicial, observado o disposto no item 25.8 e seguintes do Regulamento e o prazo de duração do Fundo, podendo ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral de cotistas ou, no caso de não haver Cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora. A Série única emitida pelo Fundo terá a duração especificada em seu Suplemento, observado o prazo de duração do Fundo.</p> <p>Na hipótese de ocorrência de Evento de Liquidação Antecipada, conforme previsto no item 25.3 do Regulamento, o prazo de duração estabelecido no item 4.1 do Regulamento será automaticamente estendido até a data de vencimento do Direito Creditório com maior prazo de vencimento integrante</p>

da carteira do Fundo.

Quantidade Total de Cotas	Serão emitidas até 12.000 (doze mil) Cotas Seniores, observada a Razão Mínima.
Valor Inicial Unitário das Cotas	R\$25.000,00 cada Cota, independentemente da classe, corrigido a partir da Data de Subscrição Inicial (8 de janeiro de 2007), até a data da efetiva disponibilização de recursos ao Fundo, pela metodologia descrita no regulamento do Fundo.
Valor Total Inicial da Série	Não há limite mínimo para colocação das Cotas Seniores.
Prazo para Encerramento da Distribuição das Cotas Seniores da Segunda Distribuição	180 dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no art. 8º, incisos I a VIII, da Instrução nº 356/01, da CVM.
Classes de Cotas	As Cotas poderão ser seniores ou subordinadas. Todas as Cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no item 22 do Regulamento. As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos itens 17 e 18 do Regulamento. As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas

respectivamente nos itens 17 e 18 do Regulamento.

Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores

A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 120,5% (cento e vinte e cinco décimos por cento) (“Razão Mínima”).

Valorização das Cotas e Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá diariamente conforme o seguinte procedimento: i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à variação percentual da taxa média do CDI over no respectivo período, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, indicada no Suplemento da Série e incidente sobre o valor anterior da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado; e ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, consta do Anexo IX do Regulamento. A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as Cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Remuneração Alvo das Cotas Seniores

108% da variação percentual acumulada das taxas médias diárias do DI

Amortizações

A partir do 25º mês, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas em 24 pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula especificada no item 18.1 do Regulamento. As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 de cada mês. As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas. Se o patrimônio líquido do Fundo assim permitir, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, a partir da primeira Data de Amortização de Cotas Seniores, desde que: (i) realizada após a amortização da totalidade das Cotas Seniores prevista para aquele mês, nos termos previstos nos itens 18.1 e 18.1.1 do Regulamento; e (ii) considerada *pro forma* a amortização das Cotas Subordinadas, a Relação Mínima, a Reserva de Pagamento e o Índice de Liquidez não fiquem desenquadrados. A amortização das Cotas Subordinadas, quando ocorrer, será efetuada até 5 dias úteis após a data em que forem amortizadas as Cotas Seniores. Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas caso tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e/ou esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo. As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de condôminos.

Resgate

As Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação antecipada, ou na última data de amortização, conforme Suplemento da Série.

Procedimento da Distribuição

A distribuição das Cotas será destinada exclusivamente a Investidores Autorizados. As Cotas Seniores serão colocadas publicamente pelo Banco BMG, na qualidade de líder da distribuição, e pela Instituição Administradora. As Cotas Subordinadas não são objeto de colocação pública e serão

destinadas exclusivamente ao Banco BMG.

Mercado onde as Cotas Seniores serão negociadas	As Cotas Seniores serão negociadas na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação e no SomaFix.
Valor Mínimo de Aplicação na subscrição inicial de Cotas	R\$25.000,00.
Destinação dos Recursos	Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das Cotas serão destinados preponderantemente à aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos do Banco BMG a Aposentados e Pensionistas ou Servidores Públicos, cujo pagamento é realizado por meio de desconto em benefícios do INSS ou folha de pagamento.
Classificação de Risco das Cotas Seniores	AAA.br, da Moody's
Publicações	As publicações a cargo do Fundo serão realizadas no jornal “O Dia”, da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Instituição Administradora e Instituição Intermediária	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Instituição Líder da Distribuição Gestor	Banco BMG S.A. <u>Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda.</u>
Custodiante	Banco Itaú S.A.
Auditor	KPMG Auditores Independentes S/C Ltda.
Agência Classificadora de Risco	Moody's América Latina Ltda., ou quem vier a lhe suceder.

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Informações sobre Coleta de Intenções e Recebimento de Reservas

Não haverá procedimento de coleta de intenções e procedimento de recebimento de reservas antecipadas para subscrição das Cotas Seniores, nem existência de lotes máximos ou mínimos de subscrição.

Início e Encerramento da Distribuição

A colocação pública e subscrição das Cotas somente terá início após: (i) o registro da distribuição das Cotas na CVM; (ii) a publicação do anúncio de início de distribuição relativo ao Fundo; e (iii) 5 dias contados da divulgação deste prospecto aos investidores, o que ocorrer por último. O início da distribuição das Cotas Seniores está previsto para 13 de março de 2007.

A distribuição das Cotas Seniores será encerrada em 13 de setembro de 2007, prazo esse que não será prorrogado por qualquer motivo.

A Instituição Administradora poderá suspender a qualquer momento a oferta caso verifique qualquer incorreção, imprecisão ou omissão em qualquer das informações prestadas pelo Banco BMG em qualquer documento da oferta, incluindo as informações relativas ao Banco BMG, aos Créditos e aos procedimentos de cobrança de tais Créditos.

Cronograma de Etapas da Oferta

Segue, abaixo, cronograma indicativo das etapas da distribuição, informando seus principais eventos:

ORDEM DOS EVENTOS	EVENTOS	DATA *
1.	Protocolo na CVM para Registro da Distribuição de Cotas	8.3.07
2.	Publicação do anúncio de início no jornal “O Dia”	12.3.07
3.	Disponibilização do Prospecto	8.3.07

4.	Início de visitas aos investidores	13.3.07
5.	Encerramento da visitas a investidores	13.9.07
6.	Data máxima para publicação do anúncio de encerramento da oferta pública no jornal “O Dia”	13.9.07

(*) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Instituição Administradora.

Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores devem contatar tanto o Banco BMG quanto a Instituição Administradora, por telefone ou mediante correspondência, indicando a quantidade de Cotas Seniores que pretendem adquirir.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Instituição Administradora; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

A integralização das Cotas Seniores deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. Ademais, a integralização das Cotas Seniores somente poderá ser efetuada por crédito em conta corrente indicada pelo Fundo ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED.

As Cotas Seniores serão negociadas na CETIP – Câmara de Liquidação e Custódia e no SomaFix, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das Cotas.

A totalidade das Cotas Seniores será colocada publicamente pelo Banco BMG e pela Instituição Administradora sob o regime de melhores esforços, de modo que o Banco BMG e a Instituição Administradora não estarão obrigados, por qualquer forma, a subscrevê-las.

Ressalte-se que as Cotas Seniores eventualmente não subscritas serão canceladas pela Instituição Administradora, sem a necessidade de convocação de Assembléia Geral de cotistas. Será, portanto, permitida a distribuição parcial das Cotas Seniores.

Informamos, ademais, que os custos envolvidos na distribuição das Cotas Seniores são os seguintes:

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Comissão de Colocação – Cotas sob Regime de Melhores Esforços	-	-
Despesas de registro*	82.870,00	0,0276%
Outros Custos**	50.000,00	0,017%
Total	132.870,00	0,044%

(*) 0,64% do total da Emissão, limitado a R\$82.870,00 por registro.

(**) Incluindo assessores legais.

Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Cotas Seniores:

Nº DE COTAS SENIORES	CUSTO DO LANÇAMENTO (R\$)	CUSTO POR COTA SENIOR (R\$)	% EM RELAÇÃO AO PREÇO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO
12.000	132.870	11	0,008%

O Banco BMG e a Instituição Administradora serão os únicos responsáveis pela distribuição de Cotas, não sendo devidas pelo Fundo ao Banco BMG ou à Instituição Administradora quaisquer comissões relacionadas à coordenação ou à colocação pública das Cotas Seniores.

Informações sobre o relacionamento entre as partes envolvidas na distribuição de Cotas Seniores encontram-se do Capítulo “Operações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse” deste Prospecto.

Manifestação de revogação da aceitação à Oferta

Caso (a) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução nº 400/03; da CVM e/ou (b) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução nº 400/03, da CVM, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Banco BMG ou à Instituição Administradora até as 16 horas do 5º dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver integralizado valores em contrapartida às Cotas ofertadas, os valores integralizados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de 3 dias úteis contados da data da respectiva revogação.

Suspensão ou modificação da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução nº 400/03, da CVM, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) esta estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução nº 400/03, da CVM ou do registro da Oferta; ou (b) esta for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto no item abaixo.

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução nº 400/03, da CVM, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pelo Fundo, de comum acordo com as instituições intermediárias, de modificação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de

registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta. Se for deferida a modificação, a Oferta poderá, por iniciativa própria da CVM, ou requerimento do Fundo, ser prorrogada por até 90 dias.

A suspensão e a modificação serão divulgadas imediatamente mediante publicação no jornal “O Dia”. O Banco BMG e a Instituição Administradora deverão acautelar-se e certificar-se de que os investidores, ao formalizarem sua adesão à Oferta, com a assinatura do boletim de subscrição, estão cientes de que a Oferta original foi alterada e de que têm conhecimento dos novos termos e condições.

Caso a Oferta seja suspensa ou modificada, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Banco BMG ou à Instituição Administradora até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver integralizado valores em contrapartida às Cotas ofertadas, os valores integralizados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de 3 dias úteis contados da data da respectiva revogação.

Cancelamento ou revogação da Oferta

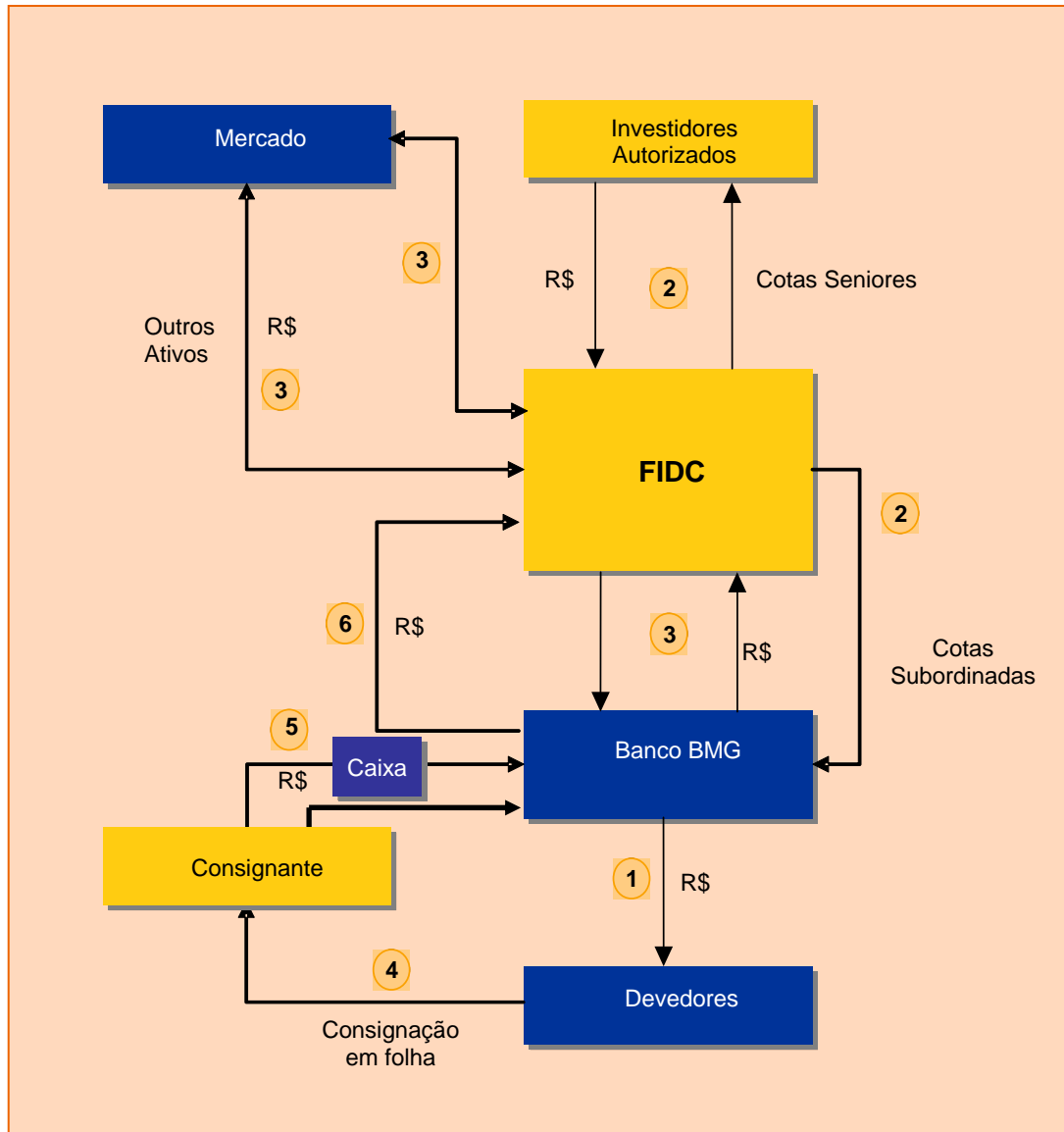
Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM nº 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) esta estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM nº 400/03 ou do registro da Oferta; ou (ii) esta for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta.

Nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM nº 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pelo Fundo, de comum acordo com as instituições intermediárias, de revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta.

Caso a Oferta seja cancelada ou revogada, todos os atos de aceitação serão cancelados e o Banco BMG e a Instituição Administradora comunicarão aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver integralizado valores em contrapartida às Cotas ofertadas, os valores integralizados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de 3 dias úteis contados da data da comunicação do cancelamento da Oferta.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Fluxograma da Securitização



1. O Banco BMG concede empréstimos a Aposentados, Pensionistas e Servidores Públicos, constituindo Créditos.
2. O Fundo capta recursos por meio da Emissão e subsequente integralização de suas Cotas. As Cotas Seniores são destinadas exclusivamente a Investidores Autorizados, sendo colocadas publicamente pelo Banco BMG e pela Instituição Administradora. As Cotas Subordinadas são destinadas exclusivamente ao Banco BMG.

3. O Fundo adquire Créditos e outros ativos utilizando-se dos recursos recebidos conforme o item 2 acima. O preço de cessão dos Créditos é definido conforme fórmula descrita na seção “Contrato de Cessão” do capítulo “Sumário dos Contratos Relevantes” abaixo.

4. Os Consignantes descontam dos benefícios dos Aposentados e Pensionistas ou da folha de pagamento dos Servidores Públicos, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período.

5. Em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas, os valores descontados são repassados à Caixa Econômica Federal, que os transfere ao Banco BMG, atuando este último na qualidade de Agente de Cobrança.

6. O Banco BMG repassa ao Fundo os valores decorrentes dos Créditos de titularidade do Fundo.

Objeto

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos do Banco BMG a Aposentados, Pensionistas e Servidores Públicos, cujo pagamento é efetuado por meio de desconto da renda mensal dos benefícios do INSS ou em folha de pagamento.

Público Alvo

Somente Investidores Autorizados poderão adquirir as Cotas. Para fins deste Prospecto, são considerados Investidores Autorizados aqueles assim definidos na regulamentação pertinente, atualmente o artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, que considera como investidores qualificados:

- i) instituições financeiras;
- ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;

- iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

São também considerados Investidores Autorizados os fundos de investimento em cotas classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", conforme previsto no artigo 112, § 5º, da Instrução nº 409/04, da CVM.

O Fundo visa atingir Investidores Autorizados, quer sejam pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que tenham por objetivo retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas, bem como prazo de maturação de investimento. O investimento em Cotas Seniores é inadequado para investidores que não tenham os objetivos acima descritos.

Forma de Constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação ou na última data de resgate, conforme Suplemento, sendo também admitida a amortização das Cotas nos termos do Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.

Prazo de Duração

O Fundo terá prazo de duração de 10 anos, a contar da Data de Subscrição Inicial, observado o disposto no item 25.8 e seguintes do Regulamento e o prazo de duração do Fundo, podendo ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral de cotistas ou, no caso de não haver Cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora. A Série

única emitida pelo Fundo terá a duração especificada em seu Suplemento, observado o prazo de duração do Fundo.

Na hipótese de ocorrência de Evento de Liquidação Antecipada, conforme previsto no item 25.3 do Regulamento, o prazo de duração estabelecido acima será automaticamente estendido até a data de vencimento do Direito Creditório com maior prazo de vencimento integrante da carteira do Fundo.

Amortizações

A partir do 25º mês, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas em 24 pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula especificada no item 18.1 do Regulamento.

As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 de cada mês.

As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembleia geral de cotistas.

A Instituição Administradora poderá realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima (item 16.3.1 do Regulamento) e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios estabelecida no item 10 do Regulamento.

Se o patrimônio líquido do Fundo assim permitir, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, a partir da primeira Data de Amortização de Cotas Seniores, desde que: (i) realizada após a amortização da totalidade das Cotas Seniores prevista para aquele mês, nos termos previstos nos itens 18.1 e 18.1.1 do Regulamento; e (ii) considerada *pro forma* a amortização das Cotas Subordinadas, a Relação Mínima, a Reserva de Pagamento e o Índice de Liquidez não fiquem desenquadrados.

A amortização das Cotas Subordinadas quando ocorrer, será de acordo com a fórmula especificada no Regulamento.

A amortização das Cotas Subordinadas, quando ocorrer, será efetuada até 5 dias úteis após a data em que forem amortizadas as Cotas Seniores.

Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas caso tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e/ou esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de condôminos.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O Fundo tem por objetivo a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos do Banco BMG a Aposentados, Pensionistas e Servidores Públicos, cujo pagamento é realizado por meio de desconto em folha de benefícios do INSS ou em folha de pagamento.

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, após o pagamento dos encargos, o Fundo terá como meta a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, diariamente, tendo como parâmetro as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, sobre as quais será aplicado o Fator Multiplicador, equivalente a 108% (cento e oito por cento). Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Carteira do Fundo

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios, os quais são originários dos segmentos de empréstimos a (i) titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do INSS, através de desconto em folha de benefícios ou a (ii) Servidores Públicos ligados a Entes Federativos ou às Forças Armadas que possuam convênios celebrados com o Banco BMG, através de desconto em folha de pagamento.

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu patrimônio líquido, conforme descritas no item “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” abaixo, o Fundo deverá manter, após 90 dias do início de suas atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido em direitos creditórios (“Alocação Mínima”).

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os critérios de elegibilidade especificados na cláusula 11 do Regulamento.

Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido nos seguintes títulos e ativos, desde que pós-fixados:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

Nos períodos que antecederem a cada amortização de Cotas programada, sempre que possível, o Fundo deverá manter aplicados, em ativos de maior liquidez, recursos suficientes para saldar as obrigações relativas a tais amortizações, na forma descrita no item 19 do Regulamento.

Reserva de Liquidez

O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no mínimo 3% de seu patrimônio líquido (“Reserva de Liquidez”). Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamento.

As Disponibilidades abrangem: (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata.

Requisitos de Diversificação

A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos abaixo.

Em conformidade com o artigo 40-A da Instrução nº 356/01, da CVM, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios e outros ativos de um mesmo devedor ou de co-obrigação de uma mesma pessoa ou entidade, no limite de 10% (vinte por cento) de seu patrimônio líquido..

Demais Informações sobre a Política de Investimento

Os Direitos Creditórios e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

O Fundo pode:

- i) realizar operações compromissadas; e

- ii) realizar operações em mercados de derivativos, observadas as disposições do item 10.6.1 do Regulamento, e desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

O Gestor, por conta e ordem do Fundo, poderá realizar operações com instrumentos derivativos com o objetivo de proteger as posições detidas à vista, até o limite destas. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos poderão ser realizadas (a) em mercado de balcão tendo como contraparte, necessariamente, uma ou mais Instituições Autorizadas, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&F sob a modalidade “com garantia” e/ou (b) diretamente na BM&F, sob a modalidade “com garantia”, desde que comunicada à Agência de Classificação de Risco. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título. A Instituição Administradora deverá disponibilizar a Agência de Classificação de Risco, relatórios dos contratos das operações de swap realizadas pelo Fundo.

Para efeito das operações com derivativos, devem ser considerados, para efeito de cálculo de patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

É vedado ao Fundo realizar operações de day trade ou realizar operação de renda variável.

O Fundo pode eventualmente realizar operações nas quais a Instituição Administradora e/ou Partes Relacionadas a ela atue(m) na condição de contraparte do Fundo.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no item 14 do Regulamento. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

DIREITOS CREDITÓRIOS

Aspectos Legais e Regulamentares do Desconto em Folha de Benefícios

Com o advento da Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003 (convertida na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003), Aposentados e Pensionistas podem autorizar o INSS a consignar e descontar da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou de pensão de que forem titulares os recursos necessários ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil contratadas com instituições financeiras, pagadoras ou não dos benefícios.

O desconto em folha de benefícios para Aposentados e Pensionistas, previsto no artigo 6º da Lei nº 10.820/03, é regulamentado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, conforme alterado, e pela Instrução Normativa INSS/DC nº 121, de 1º de julho de 2005, conforme alterada.

O empréstimo com desconto em folha de benefícios para Aposentados e Pensionistas é de consignação facultativa. Consignação facultativa é aquela incidente sobre a remuneração do Devedor, mediante sua autorização prévia e formal, e desde que haja previsão legal para tanto. Há também consignações compulsórias, que, em sua maioria, não dependem de autorização prévia dos Aposentados e Pensionistas, pois sua exigibilidade decorre de lei ou de decisão judicial. Dentre as consignações compulsórias cita-se (i) a contribuição para a previdência social; (ii) a pensão alimentícia judicial; (iii) o pagamento de benefícios além do devido; (iv) o imposto de renda na fonte; e (v) as mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas.

A soma mensal dos descontos consignados para pagamento de empréstimos, financiamentos ou operações de arrendamento mercantil não poderá exceder, no momento da efetiva contratação, a 30% (trinta por cento) do valor do benefício, deduzidas as consignações obrigatórias.

As consignações obrigatórias têm prioridade sobre as facultativas. Assim, após retenção das consignações obrigatórias, o saldo do valor do benefício poderá não ser suficiente para pagamento das consignações facultativas (veja o capítulo “Fatores de

Risco”, seção “Riscos de Crédito”; e seção “Riscos Específicos”, subseção “Riscos Operacionais”).

A imposição de limites para o desconto em folha de benefícios pelo INSS tem por finalidade impedir o comprometimento da verba alimentar de Aposentados e Pensionistas. Já a prioridade concedida às consignações compulsórias garante que parcela dos recursos oriundos dos benefícios de aposentadoria e pensão seja destinada a contribuições de primeira importância e para o devido cumprimento de decisões judiciais.

Além disso, os descontos consignados para pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis deverão ser expressamente autorizados, de forma irrevogável e irretroatável, pelo próprio titular do benefício.

Por fim, as consignações relacionadas a empréstimos, financiamentos ou arrendamentos mercantis contratados entre 5 de fevereiro de 2005 e 7 de julho de 2005 estão limitadas a 36 (trinta e seis) parcelas dos respectivos benefícios previdenciários, por força da Instrução Normativa INSS/DC nº 115, de 2 de fevereiro de 2005, revogada pela Instrução Normativa INSS/DC nº 121/05.

Decisões Judiciais sobre Desconto em Benefícios

O pagamento de empréstimos e financiamentos por meio de desconto da renda mensal dos benefícios de aposentadoria e de pensão do INSS somente foi permitido a partir do final de 2003, por força da edição da Medida Provisória nº 130 (convertida na Lei nº 10.820/03). Tratando-se, portanto, de modalidade recente de operação, ainda não há base sólida e consistente de decisões dos Tribunais Superiores acerca da legalidade do referido desconto.

Contudo, cabe fazer análise acerca de decisões proferidas pelos Tribunais Superiores relativas ao desconto em folha de pagamento de servidores públicos, modalidade mais antiga, mas que em muito se assemelha ao desconto em benefícios do INSS (veja a seção “Decisões Judiciais sobre Desconto em Folha de Pagamento” abaixo).

Aspectos Legais e Regulamentares do Desconto em Folha de Pagamento

Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo da União

O parágrafo único do artigo 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, autoriza a consignação em folha de pagamento de servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo da União, desde que mediante autorização do referido servidor, a critério da administração, e na forma definida em regulamento.

O desconto em folha de pagamento para servidores federais previsto pelo artigo 45 da lei acima referida é regulamentado pelo Decreto nº 4.961, de 20 de janeiro de 2004. Nele, o empréstimo com desconto em folha é definido como consignação facultativa.

Consignação facultativa é aquela incidente sobre a remuneração do devedor, mediante sua autorização prévia e formal, e desde que haja anuência da administração. Há também as consignações compulsórias, que, em sua maioria, não dependem de autorização prévia do servidor público, pois a exigibilidade das mesmas decorre de lei ou de decisão judicial. Dentre elas, pode-se citar: (i) contribuição para a Previdência Social; (ii) pensão alimentícia judicial; (iii) imposto sobre rendimento do trabalho; (iv) mensalidade e contribuição em favor de entidades sindicais; e (v) contribuição para planos de saúde de entidade fechada de previdência.

A soma mensal das consignações facultativas não pode exceder de 30% (trinta por cento) dos vencimentos do servidor federal, a serem contabilizados com a inclusão de parcela dos adicionais e vantagens recebidos no respectivo mês. Por sua vez, o somatório das consignações compulsórias e facultativas não pode comprometer mais de 70% (setenta por cento) dos vencimentos do servidor federal.

Como as consignações compulsórias têm prioridade sobre as facultativas, caso referido limite de 70% (setenta por cento) venha a ser superado, as consignações facultativas são suspensas, de forma a proporcionar o devido reenquadramento.

A imposição de limites para o desconto em folha de pagamento pela legislação tem como finalidade impedir que o servidor federal comprometa sua verba alimentar. Já a prioridade concedida às consignações compulsórias garante que parcela dos recursos oriundos dos vencimentos do servidor federal seja destinada para contribuições de primeira

importância (previdência e sindicato, por exemplo), e para o devido cumprimento de decisões judiciais.

Por fim, o Decreto nº 4.961/04 permite que o servidor federal conceda uma autorização irrevogável para o desconto de seus vencimentos das parcelas devidas em razão do empréstimo. Isso significa que, de acordo com a legislação pertinente, a autorização somente poderá ser cancelada com o expresse consentimento da Consignatária.

Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo de Estados e Municípios Conveniados

No presente Prospecto foram descritos os principais aspectos da regulamentação aplicável aos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União. Contudo, é importante mencionar a existência de legislação específica tratando de empréstimo com desconto em folha própria de Estados e Municípios sobre o assunto.

A maior parte de tal legislação, de forma análoga, também prevê: (i) limites para os descontos em folha em razão de operações de empréstimo; e (ii) possibilidade de concessão de autorizações revogáveis pelo devedor apenas com a concordância do mutuante. Como exemplo, podemos citar a legislação do Município de São Paulo e dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Militares das Forças Armadas

A Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a remuneração dos militares das Forças Armadas, permite o desconto de empréstimos em folha de pagamento desses servidores públicos desde que não haja comprometimento de mais de 70% de seu soldo.

Em referida regulamentação, não há diferença de limites para os descontos autorizados e obrigatórios, de forma que, teoricamente, os empréstimos com desconto em folha poderiam comprometer toda a Margem Consignável (70%) do soldo dos militares. Fica mantida, por outro lado, a prioridade dos descontos obrigatórios em relação aos autorizados, sendo que estes, em caso de o limite acima referido ser superado, serão suspensos em primeiro lugar.

Embora a Medida Provisória nº 2.215-10/01 disponha em linhas gerais sobre o desconto em folha de pagamento para todos os militares federais, tanto os descontos por estes autorizados como os autorizados por aposentados e beneficiários de pensão militar são regulamentados especificamente por cada Força Armada (Exército, Marinha e Aeronáutica), por normativos próprios.

Decisões Judiciais sobre Desconto em Folha de Pagamento

Em decisão proferida no ano de 2004, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ considerou abusiva cláusula que estabelece a irrevogabilidade da autorização para desconto em folha concedida por um servidor público do Estado do Rio Grande do Sul, sob a alegação de impenhorabilidade dos salários e vencimentos (artigo 649, IV, do Código de Processo Civil).

Primeiramente, tal decisão somente tem efeitos sobre a autorização para desconto em folha concedida por esse servidor específico, não afetando as demais operações de empréstimo com desconto em folha, ou as operações com desconto em benefício do INSS. É importante ressaltar, ainda, que essa decisão não é vinculante, ou seja, caso outro servidor público, empregado ou aposentado ou pensionista pretendesse cancelar, em juízo, autorização concedida para desconto em folha de pagamento, o juízo competente poderá julgar de acordo com suas próprias convicções, não tendo qualquer dever de acompanhar o entendimento da 3ª Turma do STJ.

Trata-se, portanto, de decisão isolada, existindo julgados em sentido contrário do próprio STJ (por exemplo, Medida Cautelar nº 6398-RS 2003/0061854-6, relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, publicado no Diário da Justiça de 6 de maio de 2003). Ademais, frise-se que não é pacífica a fundamentação de que o desconto em folha de pagamento se configuraria em penhora de salários ou vencimentos, como evidenciado em voto do Ministro Aldir Passarinho, cujo trecho é abaixo transcrito (e integralmente aplicável para o desconto em benefício do INSS):

“Cuida-se de agravo de instrumento manejado contra decisão que deferiu tutela antecipatória em ação revisional de contrato de mútuo, para fim de impedir que fossem descontadas em folha de pagamento da requerente,

funcionário público militar, as parcelas que contratualmente assumiu com a instituição financeira. (...)

Relativamente ao art. 649 da lei adjetiva [o Código de Processo Civil], é estranho à controvérsia, pois a hipótese não cuida de penhora judicial do numerário, mas ao contrário do afirmado, justamente da livre disposição dos vencimentos, mediante contratação que até o momento permanece hígida” (Medida Cautelar nº 6.769 – RS, relator Ministro Aldir Passarinho Junior, publicado no Diário da Justiça de 13 agosto de 2003)”.

Ademais, a legalidade do desconto em folha de pagamento de servidores públicos foi também objeto de análise pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ no recente julgamento do Recurso Especial nº 728.563. A decisão proferida em relação a referido recurso tenderá a ser seguida pelos ministros que compõem a Terceira e a Quarta Turma do STJ.

O Recurso Especial nº 728.563 foi interposto pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais de Porto Alegre, em razão de decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que declarara serem ilegais os descontos em folha de pagamento de débitos relativos a empréstimo contraído por servidor público. Essa decisão se fundamentara na vedação à penhora dos vencimentos dos servidores públicos. Além disso, considerara descabidos os descontos por ser o salário verba de natureza alimentar.

Em 8 de junho de 2005, os ministros da Segunda Seção do STJ julgaram o referido Recurso Especial nº 728.563, reconhecendo, por unanimidade, a legalidade do empréstimo com desconto em folha de pagamento. Houve divergência, contudo, quanto à fundamentação dos votos dos ministros.

O Ministro Relator Aldir Passarinho Júnior afirmou em seu voto que o desconto em folha de pagamento consiste em mero exercício de livre disposição contratual das partes, não configurando, portanto, penhora de vencimentos. Outros quatro ministros compartilharam de tal entendimento.

A Ministra Nancy Andrighi e o Ministro Castro Filho também entenderam que o desconto em folha de pagamento não configura penhora de vencimentos. Contudo, só admitiram a possibilidade de o desconto em folha de pagamento ser mantido contra a vontade do mutuário caso a mutuante seja instituição de crédito sem fins lucrativos.

Ressaltaram inclusive que a solução da questão seria diversa caso a mutuante fosse instituição financeira com fins lucrativos. O argumento invocado pelos referidos ministros é de que os vencimentos têm natureza alimentar, devendo o servidor ter sobre eles livre fruição.

CrITÉRIOS de Elegibilidade dos Direitos CreditÓrios

Os critérios de elegibilidade dos Direitos CreditÓrios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- i) os Direitos CreditÓrios relativos a determinado contrato de concessão de empréstimo devem ser referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de tal contrato;
- ii) os Direitos CreditÓrios devem ser referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos CreditÓrios vencidos e não pagos ao Fundo; e
- iii) as parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes aos empréstimos que originaram os Direitos CreditÓrios, não poderão ter data de vencimento posterior ao encerramento do prazo de vencimento da Série.

Sendo constatada, pelo Custodiante, qualquer inexatidão das informações fornecidas pelo Banco BMG relativas aos Direitos CreditÓrios de titularidade do Fundo, deverão ser prontamente requeridos ao Banco BMG esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de 2 dias úteis, sem prejuízo de eventual aplicação do disposto no item 25.2 do Regulamento.

Condições da Cessão

Sem prejuízo dos critérios de elegibilidade acima, o Cedente somente poderá ceder ao Fundo Direitos CreditÓrios que atendam às seguintes condições de cessão:

- i) que se encontrem livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza quando de sua cessão ao Fundo;

- ii) oriundos de contratos de concessão de empréstimo exclusivamente concedidos a Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas, com taxas de juros prefixadas;
- iii) decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco BMG;
- iv) decorrentes de operações de empréstimo concedidos pelo Banco BMG a Devedores com idade entre 18 e 70 anos à época da cessão do crédito;
- v) referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de um contrato de empréstimo;
- vi) referentes a contratos que não tenham parcela de pagamento vencida e não paga;
- vii) referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- viii) as parcelas dos empréstimos consignados cedidas ao Fundo a título de Direitos Creditórios poderão ter vencimento entre 6 e 36 meses, em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas do INSS, e entre 6 meses e 60 meses, para os Servidores Públicos vinculados aos demais Consignantes; contados a partir da data de celebração do contrato de empréstimo, e não poderão ter vencimento posterior à data de liquidação do Fundo;
- ix) cujas parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes aos empréstimos que originaram os Direitos Creditórios, não tenham data de vencimento posterior ao encerramento do prazo de vencimento da Série;
- x) cujo pagamento, em se tratando de empréstimo concedido a Servidores Públicos, seja efetuado por meio de desconto em folha de pagamento;
- xi) que sejam consignados por Entes Federativos ou pelas Forças Armadas, desde que não estejam inadimplentes em repasses de parcelas de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, por mais de 90 dias, em montante superior a 5% do patrimônio líquido do Fundo;

- xii) em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados ou Pensionistas, a efetiva averbação da consignação em folha de benefícios do INSS relativa aos Direitos Creditórios deve ser atestada pelo Cedente e Agente de Cobrança (o Banco BMG), sendo que tal atestado deverá ser elaborado com base necessariamente em análise de arquivo eletrônico emitido pela DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social;
- xiii) cujo Consignante já tenha efetuado desconto de folha de pagamento ou de benefícios ao Banco BMG por prazo igual ou superior a 6 meses, inclusive na cessão inicial;
- xiv) no caso da primeira cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, em se tratando de Direitos Creditórios originários de Consignantes cuja reserva de margem seja manual (não-eletrônica), que sejam advindos de contratos de empréstimos cuja primeira parcela já tenha sido descontada da folha do Devedor e repassada ao Banco BMG; e
- xv) que, computada *pro forma* sua aquisição, permita ao Fundo observar os limites mínimo e máximo de concentração dos Direitos Creditórios por Consignante, conforme descritos no Anexo II do Regulamento.

Ressalta-se que os critérios acima descritos não são verificados pelo Custodiante no momento da Cessão, que se limita à verificação apenas dos critérios de elegibilidade.

Características dos Direitos Creditórios relativos a Aposentados e Pensionistas

Natureza

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de contratos de empréstimo, com taxas de juros prefixadas e frequência de pagamento mensal, celebrados com Aposentados e Pensionistas, titulares de benefícios do INSS.

Desde o advento da Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003 (convertida na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003), os Aposentados e Pensionistas podem autorizar o INSS a consignar e descontar da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou de pensão de que forem titulares, os recursos necessários ao pagamento de

empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil contraídos com instituições financeiras, pagadoras ou não do benefício. Para a efetiva consignação dos descontos na renda mensal dos benefícios concedidos pelo INSS, devem ser observados requisitos descritos em lei e na regulamentação aplicável.

Processo de Origem

Inicialmente, os Aposentados e Pensionistas interessados em contrair empréstimo, munidos de documentos e/ou informações específicas, procuram correspondentes do Banco BMG e estabelecem as características da operação. Os atendentes consultam a página do INSS na *internet* para confirmar dados fornecidos e existência de margem consignável.

O Banco BMG, então, envia arquivo eletrônico, analítico, solicitando autorização das operações e a retenção da margem. O arquivo é destinado à DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas. A DATAPREV retorna arquivo analítico com as operações autorizadas, ratificando a margem e informando as não aprovadas.

Aprovada a operação, o Banco BMG transfere os recursos do empréstimo para o Aposentado ou Pensionista, em regra por meio de Documento de Ordem de Crédito ou Transferência Eletrônica Disponível. A liberação de recursos pode ser feita também por meio de bancos conveniados, hipótese em que o Devedor deve se dirigir a agência bancária para receber em espécie a quantia mutuada.

O INSS, por meio da DATAPREV, inicia o desconto na folha de benefícios e repassa o valor à CEF, que o transfere ao BMG, juntamente com relação analítica dos descontos efetuados. O BMG, por sua vez, repassa os valores relativos aos Direitos Creditórios ao Fundo.

Eventualmente, o Banco BMG pode vir a contratar seguro para cobrir inadimplência decorrente de morte do Devedor. Ressalte-se que a contratação de seguro pelo Banco BMG não é obrigatória. O Banco BMG somente contratará seguro caso, a seu critério, o gasto com o prêmio seja compensado pelo risco das perdas estimadas/esperadas. A contratação de eventual seguro é prerrogativa exclusiva do Banco BMG e, se adotada,

alcançará apenas os Direitos Creditórios oriundos de empréstimos consignados oferecidos a Aposentados e Pensionistas do INSS.

Documentos da Operação

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de contratos de concessão de empréstimo, acompanhados, se assim previr o respectivo contrato, de instrumentos constitutivos de garantias. Havendo seguro para cobrir inadimplência decorrente de morte do Devedor, há também a respectiva apólice.

Política de Concessão de Crédito a Aposentados e Pensionistas pelo Banco BMG

O Banco BMG adota a seguinte política de concessão de crédito em se tratando de empréstimos a Aposentados e Pensionistas:

- i) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Aposentado ou Pensionista se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus benefícios; isto porque há limite para o percentual dos benefícios de cada Aposentado ou Pensionista que pode ser comprometido com desconto em benefício, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são descontados; assim, o Aposentado ou Pensionista deve apresentar, no ato na contratação do empréstimo, documentos ou informações que comprovem sua condição de titular de benefício previdenciário do INSS e a existência de margem consignável suficiente para a averbação do desconto;
- ii) cada mútuo deve ter valor mínimo de R\$300,00 e valor máximo de R\$50.000,00; e
- iii) o prazo de duração dos empréstimos é de no mínimo 2 e de no máximo 36 meses, observadas eventuais limitações regulamentares aplicáveis à espécie.

Cobrança dos Direitos Creditórios relativos a Aposentados e Pensionistas

Os recursos relativos aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão repassados pelo INSS à CEF, que, por sua vez, os transferirá ao BMG. Este último, por sua vez, repassa ao Fundo os valores que lhe são devidos sob os Direitos Creditórios. As etapas para recebimento dos referidos recursos são a seguir descritas:

- i) o INSS desconta dos benefícios dos Devedores, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;
- ii) até o último dia do mês, o INSS envia ao Banco BMG relatório analítico dos Devedores e respectivos valores que serão descontados. Cópia do referido relatório é enviada pelo Banco BMG à CEF e até o quinto dia útil do mês subsequente, os valores descontados são repassados pelo INSS para uma conta de controle do Banco BMG na CEF, por meio de depósito único na conta “Reserva Bancária” da CEF perante o Banco Central do Brasil, via Sistema de Transferência de Reserva – STR. Por meio da referida conta de controle, a CEF segrega tais recursos em nome do Banco BMG; posteriormente, a CEF transfere os recursos descontados dos Devedores diretamente para o BMG;
- iii) o Agente de Cobrança, ao receber os valores, confronta-os com o relatório analítico disponibilizado pelo INSS, no qual é informado quais Devedores (a) terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus benefícios; e (b) ficarão inadimplentes, geralmente nas hipóteses de morte ou ordem judicial que impossibilite o desconto, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;
- iv) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Agente de Cobrança questiona o INSS;
- v) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- vi) os valores decorrentes dos Direitos Creditórios recebidos pelo Agente de Cobrança são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 2 dias úteis, contados de tal recebimento.

O procedimento adotado pelo Agente de Cobrança para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas pelo Fundo:

- i) se a causa da inadimplência é a morte do Devedor, busca-se cobrar diretamente do espólio ou, havendo seguro para cobrir tal evento celebrado pelo Agente de Cobrança, obter a indenização correspondente; e

- ii) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em benefício, ou ainda a cassação ou interrupção do pagamento do benefício, busca-se a renegociação do empréstimo (de modo que as parcelas sejam condizentes com a eventual nova margem do Devedor) e/ou a cobrança amigável (fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações); caso sejam frustradas a renegociação e/ou a cobrança amigável, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente, e, caso o valor compense as despesas judiciais, procede-se à cobrança judicial da quantia devida.

Características dos Direitos Creditórios relativos a Servidores Públicos

Natureza

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de contratos de concessão de empréstimo a Servidores Públicos, acompanhados, se assim previr o respectivo contrato, de instrumentos constitutivos de garantias.

Política de Concessão de Crédito a Servidores Públicos pelo Banco BMG

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de contratos de empréstimo a Servidores Públicos. Os Servidores Públicos são necessariamente vinculados a entes federativos (que podem ser a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios), que permitem que as parcelas dos empréstimos concedidos aos Devedores sejam descontadas em folha de pagamento. Na concessão dos empréstimos, são observados requisitos que consubstanciam uma política de concessão de créditos, dos quais se destacam os seguintes:

- i) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Servidor Público se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus vencimentos; isto porque há limite para o percentual dos vencimentos de cada Servidor Público que pode ser comprometido com desconto em folha, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são descontados; assim, o Servidor Público deve apresentar documentos que comprovem sua condição de Servidor Público e a existência de margem suficiente para desconto em folha de pagamento;

- ii) cada mútuo deve ter valor mínimo de R\$300,00 e valor máximo de R\$20.000,00, podendo tal limite máximo ser excedido em casos excepcionais;
- iii) o prazo de duração dos empréstimos é de no mínimo 2 meses, e de no máximo 48 meses, para os Servidores Públicos estaduais e de no mínimo 2 meses, e de no máximo 60 (sessenta) meses, no caso dos Servidores Públicos federais e Servidores da Prefeitura Municipal de São Paulo; e
- iv) em se tratando de Servidores Públicos vinculados a órgãos federais, tais tomadores de empréstimo devem necessariamente ser participantes de plano previdenciário da Família Bandeirante Previdência Privada (“FBPP”), entidade aberta de previdência complementar fundada em 19 de setembro de 1969, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bittencourt Rodrigues, nº 88, inscrita no CNPJ sob o nº 62.874.219/0001-77.

Cobrança dos Direitos Creditórios relativos a Servidores Públicos

A cobrança dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pelo Banco BMG, contratado para efetuar-la perante os Devedores e repassar os valores ao Fundo. As etapas da cobrança são a seguir descritas:

- i) os Consignantes descontam dos vencimentos dos Devedores, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;
- ii) os valores descontados são repassados ao Banco BMG por meio do banco oficial do Consignante, ou de banco conveniado com este, ou da FBPP (em se tratando de Servidores Públicos vinculados a órgãos federais); o repasse mensal para o Banco BMG pode ser, conforme o Consignante, realizado por uma única ou por várias transferências bancárias;
- iii) o Banco BMG, ao receber os valores, confronta-os com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos Consignantes, informando quais Devedores (a) terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus vencimentos e (b) ficarão inadimplentes, geralmente nas hipóteses de sua exoneração, morte ou ordem judicial

para pagamento de pensão alimentícia que impossibilite o desconto em folha de pagamento, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;

- iv) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Banco BMG questiona o Consignante, a FBPP e/ou o próprio órgão que determinou o repasse do valor diverso do previsto;
- v) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- vi) os valores decorrentes dos Direitos Creditórios recebidos pelo Banco BMG são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 2 dias úteis, contados de tal recebimento.

O procedimento adotado pelo Banco BMG para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas igualmente por todas as Cotas, independentemente da respectiva classe:

- i) caso o Servidor Público tomador do empréstimo tenha-se desligado do Consignante, o Banco BMG busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações; se a cobrança amigável é frustrada, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente; eventualmente, procede-se à cobrança judicial da quantia devida, se o valor compensar as despesas judiciais;
- ii) se a causa da inadimplência é a morte do Servidor Público, busca-se cobrar do espólio; e
- iii) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em folha de pagamento, que pode ocorrer nas hipóteses ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia, ou na superveniência de outros descontos privilegiados, busca-se renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do Servidor Público.

Informações sobre o Mercado de Crédito e as Operações de Crédito Consignado

A melhora das condições da economia brasileira observada durante nos últimos 3 anos propiciou um aumento considerável no volume de operações de crédito de todo o sistema financeiro. Verificou-se crescimento de 20,4% de setembro de 2004 a setembro de 2005 e de 19,2% de setembro de 2005 a setembro de 2006, atingindo o volume total de R\$466,1 bilhões no final do período, conforme dados do Banco Central do Brasil.

Dentre as diversas modalidades de operações de crédito, as operações para pessoas físicas foram as que mais cresceram em termos percentuais (30,3% de setembro de 2004 a setembro de 2005 e 20,6% de setembro de 2005 a setembro de 2006), atingindo o volume de R\$224,6 bilhões em setembro de 2006.

Dentre as operações de crédito com recursos livres para pessoa física, as operações de financiamento para aquisição de veículos foram as que mais cresceram, um percentual de 24,7% no período de setembro de 2005 a setembro de 2006, seguida das operações de crédito pessoal (21,4%) e cartão de crédito (15,7%). As operações de crédito pessoal atingiram o volume de R\$77 bilhões em setembro de 2006, representando 41,3% do universo total de operações com recursos livres.

Dentre as operações de crédito pessoal, as operações consignadas em folha de pagamento merecem destaque, tendo apresentado um crescimento de 33,4% de setembro de 2005 a setembro de 2006 e representando cerca de 52,2% do total de crédito pessoal no mercado, atingindo um volume de R\$44,6 bilhões em setembro de 2006, sendo R\$39,1 bilhões destinados a funcionários públicos (dentre os quais incluem-se as operações para aposentados e pensionistas do INSS) e R\$5,5 bilhões destinados a funcionários privados. As taxas de juros cobradas pelas operações consignadas (média de 34,7% ao ano) são substancialmente mais baixas que as taxas das operações de crédito pessoal tradicionais.

As operações de crédito consignado com desconto em folha para Aposentados e Pensionistas do INSS começaram há cerca de 3 anos. De acordo com dados do DATAPREV, o volume de empréstimos desembolsados até setembro de 2006 está estimado em R\$18,8 bilhões, e atingiu 6,6 milhões de aposentados e pensionistas. Note-se que hoje existem no Brasil aproximadamente 19 milhões de Pensionistas e Aposentados. (Fonte - DATAPREV; Base Set/06)

Perfil da Carteira de Direitos Creditórios do Banco BMG

Introdução

No contexto da presente operação de securitização, a KPMG foi contratada para realizar uma compilação de dados estatísticos sobre as características da carteira de créditos do Banco BMG quanto ao seu perfil e inadimplência, para as operações originadas no período de 1º de outubro de 2003 a 30 de setembro de 2006, para operações para funcionalismo público federal, e 13 de setembro de 2004 (data de início das operações) a 30 de setembro de 2006, para operações para assistidos e pensionistas do INSS, bem como o entendimento do sistema de concessão e cobrança relacionado a estas operações. A íntegra do relatório da KPMG relativo à carteira de direitos creditórios do Banco BMG integra o presente prospecto como seu Anexo III.

Para a apresentação do comportamento de inadimplência e dos prazos de pagamento dos clientes foram consideradas as datas do efetivo recebimento das parcelas.

Objetivo e Alcance do Trabalho

O trabalho desenvolvido pela KPMG teve por objeto:

- i) revisão dos aspectos relacionados aos processos de concessão e cobrança dos Créditos do Cedente, bem como dos pontos de controle existentes, compreendendo:
 - a) levantamento do fluxo operacional da estrutura de origem dos recebíveis relacionado a concessão, monitoramento, cobrança e liquidação financeira dos recebíveis;
 - b) identificação dos pontos de controle e teste de sua eficácia por meio de procedimentos de simulação;
 - c) revisão da funcionalidade dos sistemas do Banco BMG e da acuracidade das informações geradas para gestão dos recebíveis; e
 - d) revisão dos controles de segurança relacionados aos acessos físico e lógico do sistema, plano de contingência e recuperação de dados etc.
- ii) verificação de dados demográficos:

- a) obtenção dos valores relativos à produção líquida mensal sujeita à cessão;
 - b) obtenção e recálculo da distribuição do volume financeiro e quantidade de contratos por prazo médio;
 - c) obtenção da quantidade de contratos gerados por código conveniado; e
 - d) obtenção e recálculo da distribuição dos contratos por faixa de valor.
- iii) verificação da pontualidade e de *performance* de crédito:
- a) recálculo do prazo médio de atraso e dos respectivos desvios-padrão;
 - b) obtenção e recálculo da distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos em prazos estabelecidos;
 - c) recálculo dos indicadores de adimplência da carteira em ciclos mensais, considerando-se as parcelas vincendas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento; e
 - d) recálculo do desvio-padrão dos percentuais de atraso e adimplência.

Faz-se necessário enfatizar, também, que o trabalho não representou uma auditoria conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Caso outros procedimentos adicionais previstos conforme as referidas normas de auditoria tivessem sido executados, outros assuntos poderiam ter sido objeto de análise.

Este relatório é de uso exclusivo do Grupo BMG e de seus parceiros estratégicos e não deve ser utilizado por terceiros que não tenham responsabilidade sobre a suficiência dos procedimentos acima descritos.

Os trabalhos foram executados no período de 25 de outubro a 25 de novembro de 2006 e basearam-se na situação da carteira de Direitos Creditórios e no sistema de controles internos relacionados à concessão e cobrança da carteira de recebíveis em 30 de setembro

de 2006. Conforme acordado, não foi necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data do relatório, nem existe a obrigação de atualizar este relatório.

FATORES DE RISCO

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados abaixo. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

Riscos de Mercado

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, conforme previsto no item 17 do Regulamento. Ademais, a Instituição Administradora não está obrigada a contratar operações de swap de taxas prefixadas por CDI over. Assim, há a possibilidade de a Instituição Administradora não contratar tais operações de swap, bem como de, em contratando referidas operações, a outra parte (ou a instituição garantidora) não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores, e nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 10.4 do Regulamento, desde que pós-fixados. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior às taxas médias diárias dos DI, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores (uma vez que a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI), e nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

A precificação dos ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação

em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Cotas.

Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos ativos financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações no valor das Cotas.

Riscos de Crédito

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Banco BMG ou de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora, o Gestor, o Banco BMG ou o Custodiante prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

A aquisição dos Direitos Creditórios, pelo Fundo, pode ser contratada com o Cedente com ou sem recompra posterior, total ou parcial, dos Direitos Creditórios cujos Devedores se mostrarem inadimplentes. Se não for contratada a recompra, ou se a recompra for apenas parcial, ou ainda se o Cedente não recomprar os Direitos Creditórios inadimplentes na forma ajustada, o Fundo terá de suportar, na hipótese de inadimplência dos Devedores, parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que poderia comprometer sua rentabilidade ou levá-lo, até, a perda de patrimônio.

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas, terão seu pagamento realizado com

recursos descontados dos seus benefícios. A inadimplência em relação aos Direitos Creditórios decorre, portanto, da inoccorrência de tais descontos, por exemplo em razão de ausência de margem decorrente de desconto para pagamento de pensão judicial, ou em razão de falecimento do Aposentado ou Pensionista, ou ainda em razão de não pagamento dos benefícios. Nestes casos, o Fundo deve negociar ou cobrar diretamente do Aposentado ou Pensionista, ou de seu espólio (no caso de falecimento). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo deverá suportar os prejuízos daí advindos, o que afetaria a rentabilidade de suas Cotas.

O falecimento do Devedor interrompe automaticamente a consignação em benefício ou em folha de pagamento das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. O Fundo só poderá adquirir Direitos Creditórios decorrentes de operações de empréstimo concedidos pelo Banco BMG a Devedores com idade entre 18 e 70 anos à época da cessão do crédito, contudo, o índice de falecimento entre Aposentados e Pensionistas tem se mostrado significativamente superior ao mesmo índice observado entre Servidores Públicos, e poderá futuramente se elevar. Nesse caso, poderá ocorrer inadimplência das obrigações decorrentes dos empréstimos contraídos, o que ocasionaria redução da rentabilidade do Fundo ou perda patrimonial.

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, em se tratando de empréstimos concedidos a Servidores Públicos, terão seu pagamento realizado com recursos descontados dos seus vencimentos, pelo respectivo Consignante. Assim, tal desconto não será possível caso o Servidor Público se desligue do cargo ou função, e a liquidação das obrigações decorrentes do empréstimo ficará dificultada. Igualmente, a capacidade de pagamento do Servidor Público poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, que tem preferência em relação ao empréstimo para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Servidor Público interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o devedor poderia ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes do empréstimo contraído, o que ocasionaria redução da rentabilidade do Fundo, ou até perda patrimonial.

Os Devedores podem eventualmente questionar judicialmente tanto (i) os contratos de concessão de empréstimo que originam os Direitos Creditórios (incluindo,

eventualmente, a taxa de juros praticada); quanto (ii) a sistemática de pagamento por meio de desconto em folha de pagamento ou benefício, conforme o caso. Em qualquer caso, é possível que o Fundo somente receba os valores relativos ao Direito Creditório questionado judicialmente uma vez concedida decisão judicial definitiva favorável. Em face disso, pode até mesmo ocorrer perda patrimonial para os investidores.

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 10.4 do Regulamento, desde que pós-fixados. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas.

Os empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas são pagos por meio de desconto em benefício realizado pelo INSS, enquanto no caso dos Servidores Públicos, os empréstimos são pagos através de desconto em folha de pagamento, realizado pelo Consignante a que o Devedor é vinculado. Caso, por qualquer razão, o Consignante a que o Devedor é vinculado atrase ou não pague os benefícios ou os vencimentos, o Fundo não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios. Além disso, nessa hipótese, enquanto o Consignante não voltar a pagar adequadamente os benefícios ou vencimentos aos Devedores, sua capacidade de saldar os débitos também ficaria comprometida, o que poderia impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.

Os recursos oriundos do pagamento de empréstimos para Aposentados e Pensionistas do INSS é repassado pelo o INSS primeiramente para a CEF. A CEF, por sua vez, após reter os valores que lhe são devidos, repassa os recursos para o BMG. Caso, por qualquer motivo, a CEF não repasse os recursos oriundos do pagamento dos Direitos Creditórios ao BMG, este não tem a obrigação de pagar tais valores ao Fundo, pois não existe coobrigação do Cedente. Nesta hipótese, o Fundo terá que cobrar os recursos não repassados diretamente da CEF. Caso a CEF atrase ou não repasse, por qualquer razão, os recursos devidos ao Fundo, este terá seu patrimônio impactado negativamente, podendo reduzir a rentabilidade da Cota Senior.

No caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Agente de Cobrança, a Instituição Administradora deverá requerer o imediato direcionamento do

fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo, em instituição financeira distinta. Contudo, tendo em vista que (i) a relação contratual da DATAPREV e dos Consignantes é mantida com o Banco BMG, Cedente dos Direitos Creditórios; (ii) no caso dos Servidores Públicos, dependendo do Consignante, o repasse integral de recursos pode depender da realização de diversas transferências bancárias independentes e (iii) desde que mantido o Banco BMG como Agente de Cobrança, não haverá notificação aos Devedores da cessão dos Direitos Creditórios para o Fundo, ocorrendo qualquer das hipóteses de insolvência supra elencadas, o recebimento integral, pelo Fundo, dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios dependerá (a) da comunicação tempestiva dos Consignantes pela Instituição Administradora, requerendo novo direcionamento para os pagamentos e (b) da disposição dos Consignantes em efetuar os depósitos conforme orientação fornecida pela Instituição Administradora. Caso a Instituição Administradora não tenha sucesso em comunicar os Consignantes tempestivamente ou estes se recusem a cumprir as orientações desta para direcionamento dos pagamentos, o recebimento pelo Fundo dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios poderá ser comprometido, ocasionando perdas patrimoniais.

Na medida em que os pagamentos dos empréstimos consignados são diretamente deduzidos dos benefícios ou da folha de pagamento de Aposentados e Pensionistas ou Servidores Públicos, conforme o caso, o risco de crédito destas operações é essencialmente transferido dos Devedores para os Consignantes. Qualquer decréscimo na qualidade do crédito dos Entes Federativos conveniados e Forças Armadas, ou mesmo do governo federal (que constitui o crédito relevante por trás do INSS) pode resultar em perdas quanto ao recebimento dos valores devidos sob os contratos de empréstimo consignado. Conseqüentemente, tanto (i) a suspensão dos pagamentos a Servidores Públicos pelos Entes Federativos conveniados ou pelas Forças Armadas quanto (ii) a retenção, pelos Entes Federativos, dos valores já descontados das folhas de pagamento dos Servidores Públicos, para fins de enquadramento destes Consignantes às diretrizes de responsabilidade fiscal estabelecidas em lei, prejudicariam o recebimento pelo Fundo dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios, ocasionando perdas patrimoniais.

Riscos de Liquidez

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer conseqüências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem

tornar o investimento ilíquido. Assim, por exemplo, o Fundo aplica seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de Direitos Creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo.

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 10.4 do Regulamento, desde que pós-fixados. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a cotistas, afetando a liquidez esperada de suas Cotas.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. Assim, o cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Esta última hipótese pode trazer ao investidor perda de patrimônio, se o preço praticado na alienação for inferior ao valor das Cotas.

As Cotas serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no item 18 do Regulamento. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como amortização compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados.

Será constituída Reserva de Liquidez (item 10.4.1 do Regulamento). No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Liquidez, como em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Liquidez não constitui garantia de pagamento, pelo Fundo, de amortizações, resgates ou despesas.

Será constituída Reserva de Pagamento (item 19 do Regulamento), destinada ao pagamento das amortizações das Cotas Seniores. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Pagamento, como em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Isso ocorreria, por exemplo, em caso de súbita elevação substancial das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, o que faria com que houvesse um aumento substancial do valor a ser amortizado aos titulares de Cotas Seniores. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores.

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente, conforme o disposto no item 25 do Regulamento. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo pelo fato de os Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos cotistas.

Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo pode realizar operações com derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas. A realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no patrimônio líquido do Fundo que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus condôminos.

Riscos Específicos

Riscos Operacionais

Os documentos relativos aos Direitos Creditórios do Fundo podem eventualmente conter irregularidades, como falhas na sua elaboração e erros materiais. Por esse motivo, eventual cobrança em juízo dos Devedores poderá ser menos célere do que o usual, podendo ser necessária a adoção de processo monitório ou processo de conhecimento.

Assim, o Fundo poderá permanecer longo tempo sem receber os recursos oriundos dos Direitos Creditórios discutidos judicialmente, o que pode lhe causar prejuízo patrimonial. Ainda, o procedimento de cobrança judicial dos Direitos Creditórios pode se delongar, ou ser inviabilizado, caso o fiel depositário referido no item 8.4 do Regulamento demore a restituir ou não restitua os documentos do Fundo em seu poder. Nestas hipóteses, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser prejudicados.

Em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas, os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo INSS da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou pensão de titularidade do Devedor. Assim, tal desconto não será possível caso o Devedor tenha seus benefícios cassados em razão de, por exemplo, (i) irregularidades constatadas pelo INSS, inclusive nos casos de irregularidades relativas à inscrição do beneficiário, às contribuições por ele prestadas ou ao cumprimento do prazo de carência; (ii) perda da condição de segurado; e (iii) perda da condição de dependente, seja em razão de divórcio ou dissolução de união estável, seja ainda por atingir a idade de 21 anos. Igualmente, os pagamentos dos Direitos Creditórios poderão ser afetados se (i) o Devedor for obrigado a restituir ao INSS valores pagos indevidamente pela Previdência Social; e (ii) por força de decisão judicial, o Devedor for obrigado a pagar pensão alimentícia, uma vez que essas hipóteses têm preferência em relação ao empréstimo para fins de desconto em benefício. Ainda, a morte do Devedor interrompe o pagamento do respectivo benefício e, por consequência, a consignação das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Também se interrompe o pagamento de benefícios, por exemplo, no caso de o Devedor titular de pensão por invalidez deixar de realizar o exame médico obrigatório. Em qualquer dos casos, o Fundo deve negociar ou cobrar diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento do Devedor). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo deverá suportar os prejuízos daí advindos, o que afetaria a rentabilidade de suas Cotas.

O desconto em benefício das parcelas dos empréstimos (incluindo sua respectiva averbação) e o repasse à CEF, para posterior transferência ao Fundo, são processados pelo INSS por meio de sistema da DATAPREV, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas. No entanto, nem o Agente de Cobrança, o Custodiante ou a Instituição Administradora têm controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou

alteração no sistema da DATAPREV, bem como eventual corrupção da integridade de seu banco de dados poderia atrasar, suspender ou reduzir o desconto dos benefícios dos Aposentados e Pensionistas, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorresse, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo seriam afetados negativamente enquanto persistisse o problema no sistema, ou até que todos os valores fossem devidamente repassados. Ademais, poderia até, eventualmente, ser necessária adoção de medida judicial para fazer com que a DATAPREV corrigisse os procedimentos e/ou seu sistema, e enquanto não adotadas as correções e ressarcido o Fundo, seu patrimônio poderia ser prejudicado.

A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do Cedente e do Agente de Cobrança. Cabe-lhe (i) atestar a efetiva averbação da consignação em folha de benefícios do INSS, em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados ou Pensionistas; (ii) aferir o correto recebimento dos recursos; e (iii) verificar a inadimplência, conforme descrito no Anexo V do Regulamento. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Cobrança poderia acarretar o recebimento de menos recursos que os devidos pelos Devedores, ou ainda a aquisição de Direitos Creditórios cuja consignação não houvesse sido devidamente averbada. A ausência de averbação ensejaria medida contra o Cedente, com vistas à restituição do preço pago pelos créditos não averbados. A restituição devida pelo Cedente poderia demorar a ocorrer, ou, até, o Cedente poderia não dispor de recursos para tanto. As falhas de procedimento do Agente de Cobrança descritas poderiam levar, assim, a queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.

Em se tratando de empréstimos concedidos a Servidores Públicos, o desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos e o repasse ao agente cobrador dos Direitos Creditórios são processados por sistema interno de controle do Consignante, não tendo o agente cobrador ou a Instituição Administradora ou Custodiante controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema do Consignante poderia atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Servidores Públicos, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorresse, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo seriam afetados negativamente enquanto persistisse o problema no sistema, ou até que todos os valores fossem devidamente repassados.

O Agente de Cobrança fará a cobrança e recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, devendo repassá-los ao Fundo. O repasse dos recursos ao Fundo pode atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais

internos do Agente de Cobrança. Nesta hipótese, pode até ser necessária a via judicial para se obterem os recursos, caso em que a rentabilidade do Fundo seria reduzida.

O Custodiante contratou a cobrança bancária de recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios com o Banco BMG, sendo que tal contrato prevê que os recursos serão depositados no Banco BMG e transferidos para o Fundo em até 2 dias úteis. Na hipótese de intervenção ou liquidação do Banco BMG, na qualidade de Agente de Cobrança, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria a rentabilidade do Fundo e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

O desconto em benefício das parcelas dos empréstimos é viabilizado por convênio celebrado entre o Agente de Cobrança e o INSS, em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas. De forma análoga, o desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos é viabilizado por convênio celebrado entre os Consignantes e a Família Bandeirante Previdência Privada ("FBPP") (em se tratando de empréstimos concedidos a Servidores Públicos vinculados a órgãos federais) ou entre o Agente de Cobrança e os demais Consignantes (em se tratando dos demais casos de empréstimos concedidos a Servidores Públicos). O Banco BMG e a FBPP, em caráter especial, devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. O convênio pode ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento. O convênio pode ser rompido ainda por outros motivos, como por exemplo alterações das normas autorizadoras da sua manutenção. Essas normas podem ser alteradas, por exemplo, por futuros administradores públicos eleitos. Ademais, a própria sistemática de desconto em benefício ou em folha de pagamento pode ser suspensa ou proibida em virtude de lei ou eventual decisão judicial. Se, por qualquer motivo, o convênio for rompido, ou a sistemática de desconto em benefício ou em folha de pagamento for suspensa ou proibida, haverá necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderia, eventualmente, levar a perdas patrimoniais do Fundo, na medida em que este deixasse de receber, definitiva ou apenas provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios.

A titularidade dos Direitos Creditórios é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos Devedores inadimplentes. Todavia, a Cedente é nomeada pelo Fundo, como Agente de Cobrança do Fundo, dispondo de poderes para

cobrar os Devedores inadimplentes judicial e extrajudicialmente. O Contrato de Cessão e este Regulamento criam mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que a Cedente consiga receber dos Devedores os créditos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito poderá acarretar perdas para o Fundo e seus Cotistas.

A cessão de Direitos Creditórios objeto do Contrato de Cessão não será precedida pela notificação dos Devedores, pois os procedimentos de cobrança permanecerão os mesmos. No entanto, caso seja necessário alterar os mecanismos de cobrança, os Devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios Cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Nessa hipótese, o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas poderiam ser afetados negativamente.

Risco de Descontinuidade

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, conforme o disposto no item 25 do Regulamento. A liquidação antecipada pode trazer prejuízos para o Fundo e seus cotistas, decorrentes, por exemplo, de desvalorização de seus ativos relacionada à conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos cotistas. Ademais, por ocasião da eventual liquidação antecipada do Fundo, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade.

O Fundo deve observar a Alocação Mínima (item 10.2 do Regulamento). Entretanto, não há garantia de que o Banco BMG conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente a tal exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória de Cotas Seniores (item 18.3 do Regulamento).

A existência do Fundo depende da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios pelo Banco BMG. Em caso de diminuição do nível de atividades do Cedente a ponto de comprometer tais fluxos de cessão de Direitos Creditórios, não será observado qualquer tipo de prioridade ou preferência na cessão de Direitos Creditórios, tanto para o Fundo em tela quanto para quaisquer outros fundos de investimento em direitos creditórios que tenham por objeto a aquisição de direitos creditórios do Cedente (vide ainda o item “Riscos da Originadora” abaixo).

Riscos da Originadora

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de contratos de concessão de empréstimo a Aposentados e Pensionistas e a Servidores Públicos, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no item 10 do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais empréstimos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os critérios de elegibilidade e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, conforme descrito no item 25 do Regulamento, ou ainda Amortização Compulsória (item 18.3 do Regulamento). Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de empréstimo consignado também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão como forma de pagamento o desconto em benefício, realizado pelo INSS, ou o desconto em folha de pagamento, realizado por Ente Federativo ou pelas Forças Armadas. Tal sistemática é autorizada por lei, e é submetida a regulamentação específica. Na hipótese de serem expedidas novas normas a respeito, estabelecendo, por exemplo, novos parâmetros para a concessão de empréstimos (inclusive concernentes a limites para prazos e valores máximos), é possível que diminua ou deixe de ocorrer a concessão de empréstimos com características que tornem os respectivos Direitos Creditórios elegíveis para cessão ao Fundo. Na falta de Direitos Creditórios elegíveis, pode ocorrer inclusive a liquidação antecipada do Fundo.

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são originados de contratos celebrados entre o Banco BMG e os Devedores. Esses contratos e demais documentos relativos aos

Direitos Creditórios do Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos Creditórios pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Existem outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM que têm por objeto a aquisição de direitos creditórios do Banco BMG. Contudo, o Banco BMG não oferece quaisquer garantias referentes à porcentagem de Direitos Creditórios que deverá ser cedida para cada fundo em particular ou referentes à qualquer forma de prioridade ou preferência de cessão de Direitos Creditórios entre os fundos em que figura como Cedente. Em caso de diminuição da originação de Direitos Creditórios pelo Banco BMG, não há garantias de que este possuirá Direitos Creditórios em montante suficiente para oferecer à cessão a todos os referidos fundos de investimento ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de Direitos Creditórios. Assim, poderá não haver Direitos Creditórios disponíveis para aquisição pelo Fundo o que afetará seus resultados e colocará em risco sua continuidade.

Outros Riscos

Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário

regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

O Fundo aplicará em Direitos Creditórios referentes exclusivamente a empréstimos consignados na renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou pensão de titularidade dos Aposentados e Pensionistas, ou consignados nos vencimentos mensais de Servidores Públicos. Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). A possibilidade de perda de patrimônio do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimento.

O Fundo adquirirá Direitos Creditórios decorrentes de contratos de empréstimo pessoal com pagamento por meio de consignação em benefício previdenciário ou desconto em folha de pagamento. O Fundo poderá eventual e involuntariamente adquirir Direitos Creditórios relacionados a empréstimos cujo tomador do crédito tenha se utilizado de meio fraudulento para a sua obtenção, identificando-se falsamente para obter empréstimo em nome e sob a responsabilidade de terceiros (Aposentados, Pensionistas ou Servidores Públicos que não teriam conhecimento da celebração do empréstimo). Ocorrida esta hipótese, o Fundo não poderá exigir o pagamento dos empréstimos por parte dos Aposentados, Pensionistas ou Servidores Públicos lesados, restando-lhe somente exigir do Cedente a restituição do preço pago na aquisição dos créditos fraudulentos. A restituição devida pelo Cedente pode demorar ou ser impossível em razão de ele não dispor de recursos para tanto. Em ambos os casos, haveria impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade do Fundo.

O Custodiante realizará junto ao Cedente a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios por meio da análise dos relatórios eletrônicos enviados pelo Cedente. Contudo, a verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Comprobatórios é realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados neste Regulamento. Além disso, a auditoria por amostragem está sujeita à margem de erro, conforme descrito no Anexo X ao

Regulamento. Sua realização não representa garantia de eliminação completa de eventuais irregularidades no lastro dos Direitos Creditórios.

A aprovação de determinadas matérias estará necessariamente sujeita à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas para as matérias previstas no item 22.5.3 do Regulamento. Em qualquer destas hipóteses de deliberações, os cotistas titulares de Cotas Seniores dependerão de quorum de aprovação de mais da metade das Cotas Subordinadas. Inicialmente, o único detentor de Cotas Subordinadas será o próprio Cedente, contudo, a negociação privada de Cotas Subordinadas não está vedada, e estas poderão circular. Em caso de pulverização das Cotas Subordinadas, determinadas matérias poderão não ser aprovadas em assembléia geral em consequência da ausência de consenso entre os cotistas subordinados.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Sistema de Gerenciamento de Riscos e Compliance

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente. A política de investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês, dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros do Administrador.

O Administrador privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por diferentes comitês, que traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo e o cumprimento de suas políticas de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização desses mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelo cotista.

COTAS DO FUNDO

Características Gerais

As Cotas correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião do término do prazo da Série ou da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas. As Cotas serão divididas em classes, conforme descrito no item 16 do Regulamento. O Fundo emitirá uma única série, cujos prazos e valores serão definidos em seu respectivo Suplemento, que uma vez assinado pela Instituição Administradora, passa a ser parte integrante do Regulamento.

A Emissão de Cotas obedecerá aos parâmetros e requisitos abaixo referidos.

As Cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do cotista.

É indispensável, por ocasião do ingresso do condômino no Fundo, sua adesão aos termos do Regulamento, através da assinatura do respectivo Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, bem como de declaração atestando a condição de Investidor Autorizado, se for o caso.

Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

As Cotas serão colocadas publicamente pelo Banco BMG e pela Instituição Administradora.

O valor mínimo de aplicação no Fundo na data da subscrição inicial será de R\$25.000,00.

Somente poderão adquirir as Cotas os Investidores Autorizados, conforme definidos pela regulamentação pertinente.

A integralização, a amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por documento de ordem de crédito, Transferência Eletrônica Disponível - TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de Cotas em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no item 25 do Regulamento.

Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, as integralizações, amortizações e resgates em Direitos Creditórios devem observar os seguintes procedimentos:

- i) a integralização de Cotas deverá ser realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, concomitantemente à venda, pelo Cedente, de Direitos Creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado; e
- ii) a amortização e o resgate de Cotas serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado.

As Cotas Seniores poderão ser negociadas exclusivamente em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, observado que (i) os titulares de Cotas Seniores serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas respectivas Cotas Seniores e (ii) caberá exclusivamente às instituições intermediárias assegurar que os adquirentes das Cotas Seniores sejam Investidores Autorizados.

O prazo para efetivação de resgate das Cotas será o do item 4.1, observado disposto no item 4.2 do Regulamento e o Suplemento.

Distribuição

A primeira distribuição teve início em 8 de janeiro de 2007 e encerrou-se em 27 de fevereiro de 2007, e resultou na colocação de 9.960 Cotas Seniores.

A Distribuição tratada no presente prospecto é a segunda emissão de Cotas. Serão emitidas e distribuídas no mínimo 100 e no máximo 12.000 Cotas Seniores com valor de R\$25.000,00 cada, independentemente da classe, corrigido a partir da Data de Subscrição Inicial, até a data da efetiva disponibilização de recursos ao Fundo, pela metodologia descrita no item “Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo” deste Prospecto. Fica a critério da Instituição Administradora, conforme a orientação do Gestor, a quantidade de Cotas objeto da Distribuição, desde que observada os limites acima indicados e a proporção mínima de 17% das Cotas Subordinadas sobre o total emitido.

A Distribuição se encerrará no prazo máximo de 180 dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, incisos I a VIII, da Instrução nº 356/01, da CVM.

Novas Distribuições

Fica a critério da Instituição Administradora, conforme orientação do Gestor, a deliberação relativa a novas distribuições de Cotas, incluindo os aspectos referentes a quantidade, prazo e classe de Cotas ("Novas Distribuições"), desde que previamente aprovado por escrito pela totalidade dos titulares de Cotas Subordinadas, desde que observados:

- i) a proporção mínima referida no item 15.2.1 (iii) do Regulamento;
- ii) a Razão Mínima;
- iii) o limite máximo de 26.000 (vinte e seis mil) Cotas; e
- iv) manutenção da classificação de risco das cotas da Série na data de emissão de cada Nova Distribuição.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas.

Classes de Cotas

As Cotas poderão ser Seniores ou Subordinadas.

Todas as Cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no item 22 do Regulamento.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos itens 17 e 18 do Regulamento.

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas respectivamente nos itens 17 e 18 do Regulamento.

Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores

A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 120,5% (“Razão Mínima”). Essa relação deve ser apurada pelo Gestor todo dia útil, e informada pela Instituição Administradora aos cotistas anualmente, nos termos do item 23.5 do Regulamento.

Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 dias úteis consecutivos, o Cedente dos direitos creditórios será imediatamente informado de tal fato pelo Gestor, na forma do Anexo VII do Regulamento (“Aviso de Desenquadramento”).

O Cedente deverá responder o Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer

de modo irretratável e irrevogável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.

Na hipótese de o Cedente desejar subscrever novas Cotas Subordinadas, a Instituição Administradora poderá deliberar pela emissão de tais cotas sem necessidade de autorização de quaisquer cotistas do Fundo ou de realização de assembléia geral.

Na hipótese de o Cedente não informar tempestivamente a Instituição Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas, será observado o disposto no item 25.2.1 do Regulamento (evento de liquidação antecipada).

DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

As Cotas, independentemente da classe, serão valorizadas todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A Primeira Distribuição ocorrerá no dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à variação percentual da taxa média do CDI over no respectivo período, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, indicada no respectivo Suplemento da Série e incidente sobre o valor anterior da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado; e
- ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, e consta do Anexo IX do Regulamento.

A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as Cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem. Recomenda-se a leitura atenta do capítulo “Fatores de Risco”

AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

O previsto neste capítulo não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Amortização das Cotas Seniores

Os prazos de amortização e carência aplicáveis às Cotas da Série a ser emitida pelo Fundo deverão constar do Suplemento da Série. O valor de amortização da Série será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$PMT = \left(\frac{1}{[\text{prazo da série}] - (M - 1)} \right) * VQS_n$$

onde:

“PMT” é o valor de amortização de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês a partir da primeira Data de Amortização, ou seja, 15 de fevereiro de 2009;

“prazo da série” corresponde ao número de meses do prazo de duração da Série, conforme definido no Suplemento;

“M” é o número de ordem da parcela de amortização a ser calculada; e

VQS_n é o valor unitário da Cota Sênior no dia útil imediatamente anterior à Data de Amortização de Cotas Seniores “n”, exceto na última Data de Amortização, na qual será utilizado o valor unitário da respectiva Cota Sênior na Data de Amortização, sendo o valor unitário sempre calculado na forma da cláusula 20 do Regulamento.

As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, de acordo com a periodicidade indicada no respectivo Suplemento, sempre no dia 15 do mês (“Datas de Amortização de

Cotas Seniores”). Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido (“ $A_{PRINCIPAL}$ ”) acrescida do respectivo rendimento (“ A_{JUROS} ”) para cada Cota, conforme as fórmulas abaixo:

$$A_{PRINCIPAL_n} = \frac{V_{subs} - \left(\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}} + \sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}} \right)}{[prazo da série] - (M - 1)}$$

onde:

“*prazo da série*” corresponde ao número de meses do prazo de duração do Fundo, conforme definido no Suplemento;

“ V_{subs} ” – valor de subscrição de cada Cota Sênior;

$\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de Amortização Compulsória, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores “n”;

$\sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização do capital investido, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores “n”;

“M “ é o número da parcela de amortização, conforme definido acima;

$$A_{JUROS_n} = PMT - A_{PRINCIPAL_n}$$

“PMT” é o valor de amortização calculado conforme fórmula acima.

Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Seniores coincidir com dia que não seja dia útil na praça em que estiver sediada a Instituição Administradora, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas, observado o item 22.5.3 abaixo.

Amortização das Cotas Subordinadas

Se o patrimônio líquido do Fundo assim permitir, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, a partir da primeira Data de Amortização de Cotas Seniores, desde que: (i) realizada após a amortização da totalidade das Cotas Seniores prevista para aquele mês, nos termos previstos nos itens 18.1 e 18.1.1 do Regulamento; e (ii) considerada pro forma a amortização das Cotas Subordinadas, a Relação Mínima, a Reserva de Pagamento e o Índice de Liquidez não fiquem desenquadrados.

A amortização das Cotas Subordinadas, quando ocorrer, será efetuada até 5 dias úteis após a data em que forem amortizadas as Cotas Seniores.

Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Subordinadas coincidir com dia que não seja dia útil na praça em que estiver sediada a Instituição Administradora, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas caso tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e/ou esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de condôminos, observado o disposto no item 22.5.3 do Regulamento.

Amortização Compulsória

A Instituição Administradora poderá realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores (a “Amortização Compulsória”), exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em direitos creditórios estabelecida no item 10 do Regulamento.

Na hipótese de a Amortização Compulsória ser decorrente da necessidade de re-enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão Mínima, a Instituição Administradora

deve, tão logo decida realizar a Amortização Compulsória, convocar assembléia geral de cotistas.

Na hipótese de a Instituição Administradora decidir, conforme a orientação do Gestor, pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos parágrafos anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no item 18.1 do Regulamento, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo. Este valor será referente à amortização do valor principal do investidor, não sendo computado como remuneração. Os cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 5 dias úteis da data em que se verificou a necessidade de realização da Amortização Compulsória.

Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional às suas respectivas Cotas.

RESERVA DE PAGAMENTO

O Gestor deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores (“Reserva de Pagamento”), adicionalmente à Reserva de Liquidez (item 10.4.1 do Regulamento). Para tanto, o Gestor deverá interromper a aquisição de novos direitos creditórios, de modo que:

- i) a partir de 60 dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até 31 dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez (item 10.4.1 do Regulamento); e
- ii) a partir de 30 dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez (item 10.4.1 do Regulamento).

Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, o Gestor poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto neste item, o Gestor deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento, sem prejuízo do disposto no item 25.2 (xvi) do Regulamento, se o caso.

Quando da execução dos procedimentos definidos neste item, o Gestor deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento definida no Regulamento.

Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte do Gestor, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela mesma.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ

Enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, o patrimônio líquido do Fundo deverá observar índice de liquidez, para todas as Datas de Amortização, igual ou superior a 1 (um) em cada Data de Verificação, conforme definida abaixo, que deverá ser calculado de acordo com a seguinte fórmula (“Índice de Liquidez”):

$$\text{Índice de Liquidez}_i = \frac{\text{Outro Ativos} + DC_i}{[VA + RP]}$$

onde,

$i = [N+1]$;

N = número de amortizações já efetuadas;

“DCi” corresponde ao valor atribuído ao somatório dos Direitos Creditórios referentes a Contratos de Mútuos Adimplentes integrantes da carteira do Fundo, devidamente atualizados, que tenham vencimento até o 5º dia útil imediatamente anterior à Data de Amortização em referência; e

“VA” corresponde ao Valor de Amortização das Cotas Seniores para a Data de Amortização mais próxima; e

“RP” corresponde ao valor da Reserva de Pagamento calculado conforme disposto nesta cláusula.

O Índice de Liquidez deverá ser calculado pelo Gestor todo dia útil, a contar da Data de Subscrição Inicial e informado à Instituição Administradora.

Caso, em determinada Data de Verificação, o Índice de Liquidez calculado seja menor que 1, o Gestor deverá comunicar a ocorrência aos titulares das Cotas Subordinadas, através de envio de correspondência ou de correio eletrônico, bem como providenciar a readequação do Índice de Liquidez no prazo de 5 dias úteis, contado da comunicação acima referida.

O reenquadramento do Índice de Liquidez será efetivado através da subscrição de novas Cotas Subordinadas pelos Cotistas Subordinados ou pela substituição de Direitos Creditórios com prazo de vencimento mais longo por Direitos Creditórios com prazo de vencimento mais curto.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00. Além disso, somente Investidores Autorizados poderão adquirir as Cotas.

As Cotas Seniores serão negociadas em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado de renda fixa da (i) CETIP – Câmara de Liquidação e Custódia e (ii) no SomaFix, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das Cotas.

A integralização, a amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente em conta mantida no Custodiante, documento de ordem de crédito, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de Cotas em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no item 25 do Regulamento.

Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, os resgates em Direitos Creditórios serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao líquido resgatado.

O prazo para efetivação de resgate das Cotas será o do item 4.1 do Regulamento, observado o disposto no item 4.2 e no suplemento da Série. Se o resgate for efetivado em feriado nacional, os valores correspondentes serão pagos ao(s) cotista(s) no primeiro dia útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

As aplicações no Fundo serão convertidas em Cotas pelo seu valor no próprio dia da efetiva disponibilização dos recursos pelo investidor. As amortizações de Cotas serão efetuados com base no valor da Cota da mesma classe do dia útil imediatamente anterior, quando houver.

TAXAS

Pela administração do Fundo, a Instituição Administradora receberá taxa de administração mensal equivalente ao maior valor entre (i) 0,5% (meio por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) os montantes estabelecidos na tabela abaixo:

Período após a Data de Subscrição Inicial	Valor da remuneração
1º mês	R\$5.000,00 (cinco mil reais)
2º mês	R\$8.000,00 (oito mil reais)
3º mês	R\$12.000,00 (doze mil reais)
4º mês	R\$15.000,00 (quinze mil reais)
Do 5º mês ao 40º mês	R\$15.000,00 (quinze mil reais)
41º mês	R\$12.000,00 (doze mil reais)
42º mês	R\$8.000,00 (oito mil reais)
43º mês	R\$5.000,00 (cinco mil reais)
Do 44º mês ao 47º mês	R\$5.000,00 (cinco mil reais)
48º mês	R\$5.000,00 (cinco mil reais)

A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, e paga mensalmente à Instituição Administradora, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

A taxa de administração devida à Instituição Administradora será calculada sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de “1/252” (um duzentos e cinquenta e dois avos) de forma linear, da porcentagem referida acima. A fórmula correspondente segue abaixo:

$$TA = \left(\frac{0,5}{100} \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right), \text{ onde}$$

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil; e

$PL_{(D-1)}$ = Patrimônio líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior.

A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item 21 do Regulamento, a serem debitadas ao Fundo pela Instituição Administradora.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Instituição Administradora e Instituição Intermediária

Histórico e Atividades

A Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob o nº 62.418.140/0001-31, é uma instituição validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a participar do mercado de capitais brasileiro.

A Intrag é controlada diretamente pelo Banco Itaú S.A., que detém 99,99% das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos na administração de fundos de investimento no país. Em 30 de setembro de 2006, a Intrag administrava cerca de R\$18.527.000.000,00 de recursos de terceiros, dos quais cerca de R\$4.405.000,00 referiam-se à administração de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora

- a) A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no presente item, neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo, sem prejuízo dos direitos e obrigações do Gestor.

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento e seus anexos, bem como futuras versões do Regulamento e de seus

anexos, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

- ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos condôminos;
 - c) o livro de atas de assembléias gerais;
 - d) o livro de presença de condôminos;
 - e) o prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução nº 356, da CVM;
 - f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução nº 356/01, da CVM;
 - g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
 - h) os relatórios do auditor independente;
- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- iv) entregar ao condômino, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- v) divulgar, na periodicidade prevista no item 23.5 do Regulamento, no periódico referido no item anterior, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima (item 16.3.1 do Regulamento), e o relatório da Agência Classificadora de Risco;

- vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento, em especial as discriminadas no item 23 do Regulamento;
- vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- viii) fornecer anualmente aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução nº 356/01, da CVM, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- x) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) de Cotas de emissão do Fundo destinada(s) à colocação pública;
- xi) informar os cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- xii) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Agente de Cobrança (item 7.3.1 do Regulamento), requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos Creditórios para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo
- xiii) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos índices e critérios referidos neste Regulamento, definidos abaixo, conforme tais dados forem colocados à disposição da Instituição Administradora e disponibilizar informações para o Banco BMG e a Agência Classificadora de Risco até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte às Datas de Verificação:
 - a) índices de performance da carteira (atrasos de 1-30 dias, 31-120 dias, 121-180 dias, calculados sobre a carteira, e superiores a 180, este último calculado sobre o somatório do valor nominal de todos os Direitos

Creditórios adquiridos pelo Fundo), conforme previsto no item 25.2 deste Regulamento, conforme calculados e informados pelo Custodiante;

- b) Razão Mínima, conforme calculada e informada pelo Gestor;
 - c) Índice de Liquidez, conforme calculado e informado pelo Gestor;
 - d) Excesso de Spread, conforme calculado e informado pelo Gestor;
 - e) demonstrativos de concentração relativos aos Consignantes, elaborados conforme informações fornecidas pelo Cedente e disponibilizados na forma de relatório pelo Custodiante;
 - f) Reserva de Liquidez, conforme calculada e informada pelo Gestor; e
 - g) relatório com o valor e quantidade de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas e com a indicação dos ativos do Fundo conforme calculado e informado pelo Custodiante.
- xiv) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos Direitos Creditórios, quando for o caso. O preço de alienação dos referidos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo não poderá, em nenhuma circunstância, sob pena de responsabilização da Instituição Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser vil e inferior ao seu respectivo valor contábil, devidamente ajustado pelas regras do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, salvo se outra forma for decidida em assembléia geral de cotistas.

A divulgação das informações previstas no item (v) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, pela regularidade na prestação dessas informações.

É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

As vedações de que tratam os itens (i) a (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Excetuam-se do disposto no parágrafo acima a utilização dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do Fundo, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o item 10.6.1 do Regulamento.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir Cotas do próprio Fundo;

- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vi) vender Cotas a prestação;
- vii) vender Cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira desse, ressalvado o disposto no item 8 do Regulamento;
- xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Remuneração da Instituição Administradora

A Instituição Administradora terá direito a receber a remuneração descrita na seção “Taxas” acima.

Substituição da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, assembléia geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM, e do item 22 do Regulamento.

Na hipótese de a Instituição Administradora renunciar às suas funções e a assembléia geral de que trata o parágrafo acima, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Instituição Administradora, o Fundo será liquidado no prazo máximo de 15 dias.

Na hipótese de renúncia da Instituição Administradora e nomeação de nova instituição administradora em assembléia geral, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 15 dias corridos, contados da data de realização da respectiva assembléia geral.

Caso a nova instituição administradora não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo de 15 dias corridos estabelecido acima, a Instituição Administradora procederá à liquidação do Fundo até o 20º dia corrido contado da data de realização da assembléia geral que nomear a nova instituição administradora.

Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da Instituição Administradora ou do Banco BMG, deve automaticamente ser convocada Assembléia Geral de cotistas, no prazo de 5 dias, contados de sua decretação, para: (i) nomeação de representante de cotistas; e (ii) deliberação acerca de: (a) substituição da Instituição Administradora ou do Banco BMG, no exercício das funções de administração do Fundo ou Agente Cobrador;, conforme o caso ou (b) pela liquidação antecipada do Fundo.

Contratação de Terceiros

A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de direitos creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM; e
- iii) custódia.

Gestor

Histórico e Atividades

Para realização da gestão dos ativos da carteira do Fundo e para escrituração das Cotas, foi contratada pelo Fundo, representado pela Instituição Administradora, a Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários LTDA. (“Integral-Capitânia” ou “Gestor”), sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tavares Cabral, 102, cj. 61/62, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.576.569/0001.86.

A Integral-Capitânia é uma *joint venture* entre a Integral Trust Securitização e S/F, empresa de consultoria especializada em securitização e finanças estruturadas, e a Capitânia Gestores, Asset Management reconhecida pelo trabalho de gestão de fundos de investimentos para investidores do mercado local e internacional.

A Integral Capitânia é uma gestora independente, especializada em fundos de recebíveis, com perfil ativo e passivo, possuindo capacidade e expertise para uma gestão de fundos lastreados nas mais diversas classes de Direitos Creditórios, utilizando-se de instrumentos de gestão visando uma maior eficiência quando da implementação da política de investimento, alocação do caixa, e dos riscos específicos dos produtos.

O total de recursos administrados pela Integral-Capitânia em FIDCs ao final de setembro de 2006 totalizava R\$1,08 bilhões.

Responsabilidades

Sem prejuízo de outras atribuições impostas pela regulamentação em vigor e pelo Regulamento, o Gestor será responsável pelas seguintes atividades:

- i) selecionar, escolher e adquirir, em nome do Fundo, os Direitos Creditórios e ativos financeiros para a carteira do Fundo, em conformidade com o item 10.4 do Regulamento, definindo os respectivos preços e condições, incluindo operações nos mercados de derivativos, obedecidos os limites previstos na política de investimento, bem como na regulamentação aplicável, dentro dos parâmetros de mercado para os ativos financeiros;
- ii) observar e respeitar a política de investimentos do Fundo, conforme estabelecida neste Regulamento;
- iii) observar as disposições da regulamentação aplicável com relação à sua atividade de administradora de carteira de títulos e valores mobiliários, incluindo, sem limitação, as normas de conduta, vedações e obrigações previstas nos normativos aplicáveis;
- iv) tomar suas decisões de gestão em consonância com as normas técnicas e administrativas adequadas às operações no mercado de capitais e no mercado financeiro, observando os princípios de boa técnica de investimentos;
- v) cumprir as demais obrigações que sejam de sua responsabilidade nos termos deste Regulamento. Quanto às obrigações dispostas neste Regulamento, destacam-se, de forma não taxativa:
 - a) cálculo dos índices previstos no item 6.2 (xiii) do Regulamento; e
 - b) fornecer adequada orientação à Instituição Administradora, conforme estabelecido nos itens 15.2.1, 15.2.2 e 18.3.2 do Regulamento;

- vi) fornecer à Instituição Administradora e às autoridades fiscalizadoras, quando for o caso, na esfera de sua competência, informações relativas às operações do Fundo e às demais atividades que vier a desenvolver durante a gestão da carteira;
- vii) às suas expensas, assumir a defesa ou, quando não for possível, fornecer tempestivamente, no menor prazo possível, subsídios para que a Instituição Administradora defenda os interesses do Fundo em eventuais notificações, avisos, autos de infração, multas ou qualquer outra penalidade aplicada pelas autoridades fiscalizadoras, decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Gestor.

Substituição do Gestor

Aplicam-se as disposições acima referentes à substituição da Instituição Administradora, no que couber, à substituição do Gestor.

Custodiante e Escriturador de Cotas

Histórico e Atividades

Para realização da custódia dos ativos da carteira do Fundo e para escrituração das Cotas, foi contratado pelo Fundo, representado pela Instituição Administradora, o Banco Itaú S.A. (“Banco Itaú” ou “Custodiante”), instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04.

O Banco Itaú é o maior custodiante do país, conforme dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (dados de junho de 2005).

Custodiante obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

O Custodiante tem uma tradição de mais 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há 6 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais faz parte da Área de Mercado de Capitais do Banco Itaú e é voltada à prestação de serviços de back-office das mais diversas modalidades. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Custodiante controla mais de R\$ 920 bilhões em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 7.000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Além disso, controla mais de 4.860 mil indivíduos/empresas entre acionistas, debenturistas e quotistas e detêm aproximadamente 90% do mercado de custódia local de ADRs – American Depositary Receipts. Na prestação de serviços relacionados à operações com direitos creditórios (servicer), o Custodiante tem sob sua responsabilidade mais de R\$ 9,8 bilhões em ativos.

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais conta atualmente com mais de 500 funcionários dedicados integralmente à atividade de custódia e controladoria, não incluindo analistas e programadores de sistemas nem tampouco empresas fornecedoras de softwares utilizados na prestação dos serviços.

Tecnologia e sistemas

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e

Operacional (“CTO”), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do Banco Itaú S.A. e/ou suas Partes Relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

Sistemas de back-up

O Custodiante utiliza-se de recursos de back-up baseados em softwares empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de disaster recovery on-line, utilizando duplicidade de hardware e software e replicação online de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de hardware e software dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de back-up como a de disaster recovery estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de disaster recovery consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do site normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

Políticas de compliance e controles internos

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais possui uma gerência de compliance própria que também está subordinada à estrutura do compliance corporativo do Custodiante (para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas), bem como as normas aplicáveis definidas pelo Banco Central do Brasil.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e

revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

Responsabilidades

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios representados por operações financeiras, conforme procedimento descrito no item 8.3.2 do Regulamento;
- ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e Documentos Comprobatórios da operação;
- iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores; e
- vi) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos;

Em decorrência da expressa diversificação de Devedores e significativo volume de créditos cedidos, o Custodiante verificará, trimestralmente, após a ocorrência de cada cessão, o lastro dos Direitos Creditórios adquiridos referido no item 8.3 (i) do Regulamento, por amostragem, comunicando o resultado dessa verificação à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente desta verificação, o Custodiante não é responsável pela veracidade dos Documentos Comprobatórios e pela

existência dos Créditos. O procedimento de verificação do lastro dos Direitos Creditórios por amostragem é detalhado no Anexo X do Regulamento.

Independentemente do disposto no item 8.3.2 do Regulamento, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto à Cedente, nomeada fiel depositária da documentação relativa aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, nos termos do item 8.3.2 do Regulamento, a existência e formalização da documentação relativa aos Direitos Creditórios cedidos e o cumprimento com relação à guarda e organização da documentação relativa aos Direitos Creditórios cedidos, nos termos do Contrato de Custódia.

Substituição do Custodiante

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

Fiel Depositário e Agente de Cobrança

O Banco BMG foi contratado pelo Custodiante (i) como fiel depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como agente cobrador de tais Direitos Creditórios, conforme descrito no Anexo IV do Regulamento.

A descrição dos procedimentos de cobrança a serem adotados pelo Banco BMG consta do item “Cobrança dos Direitos Creditórios” do capítulo “Política de Investimento” acima.

Substituição do Fiel Depositário e Agente de Cobrança

O Custodiante ou o Fundo podem, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços atribuídos ao Agente de Cobrança, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

Instituição Líder

Maiores informações sobre o Banco BMG encontram-se na seção “Informações Relativas ao Banco BMG S.A.” abaixo.

Auditor

Como auditor independente do Fundo, foi contratada pelo Fundo, representado pela Instituição Administradora, a KPMG Auditores Independentes S/C Ltda.

A KPMG foi criada em 1987, com a fusão da Peat Marwick International (PMI) e da Klynveld Main Goerdeler (KMG), assim como suas firmas-membro individuais.

Atualmente a KPMG está presente em nove cidades do Brasil, e conta com mais de 1.000 funcionários.

Além das demais atribuições, o Auditor realizará, como contratado da Instituição Administradora, trimestralmente, a aplicação de procedimentos específicos, a partir de informações provenientes do sistema da DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, com o objetivo de verificar a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Banco BMG, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante, relativas a cada um dos direitos creditórios de titularidade do Fundo: (i) ocorrência da averbação da consignação em folha de benefícios do INSS; (ii) identificação do Devedor respectivo, com base em seu código de beneficiário mantido perante o INSS; (iii) o Devedor respectivo é Aposentado ou Pensionista; e (iv) valor das parcelas a receber relativas aos meses de referência da verificação.

Substituição do Auditor

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de auditoria, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo.

Agência Classificadora de Risco

Foi contratada como agência classificadora de risco das Cotas Seniores a Moody's América Latina.

Substituição da Agência Classificadora de Risco

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de classificação de risco, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo.

CONFLITOS DE INTERESSE

O Banco BMG, além de originar e ceder créditos ao Fundo, foi contratado pela Instituição Administradora como Instituição Líder da distribuição de Cotas Seniores.

Não há outros conflitos de interesses entre as partes envolvidas nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo, quer sejam o Banco BMG, a Instituição Administradora, o Gestor ou o Custodiante.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

Contrato de Custódia

O Contrato de Custódia, conforme definido neste Prospecto, formalizado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante e a Cedente, tem por objeto o estabelecimento dos procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação de serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos Creditórios e demais ativos financeiros integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução nº 356/01, da CVM.

O Banco BMG é contratado pelo Custodiante para a prestação dos serviços de: (i) fiel depositário de todos os documentos relativos aos Créditos; e (ii) agente cobrador dos Créditos, abrangendo tanto a cobrança mensal dos Créditos dentro do prazo de vencimento quanto a cobrança amigável dos Créditos devidos e não pagos no vencimento. O Banco BMG assumirá todas as responsabilidades pelo desempenho de suas atividades como fiel depositário e agente cobrador.

Por fim, o Contrato de Custódia tornou-se eficaz na data de sua assinatura, permanecendo em vigor até a liquidação do Fundo.

Contrato de Cessão

O Contrato de Cessão é celebrado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, e o Cedente dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, com interveniência e anuência do Custodiante. O Contrato de Cessão estabelece as regras e condições referentes à cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo. Conforme definido no item 2.1 do Contrato de Cessão, a contraprestação pela cessão dos Créditos, devida pelo Fundo, será calculada de acordo com a fórmula abaixo e especificada nos respectivos Termos de Cessão (veja Anexo IV ao Contrato de Cessão):

$$PC_i = \frac{VN_i}{(Fator_{CE})^{DU_i}}$$

PC_i Preço de cessão do Crédito “i”;

VN_i Valor nominal do Crédito “i” objeto de cessão;

DU_i Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Crédito “i”, exclusive;

$Fator_{CE}$ Fator de cessão, calculado com 8 casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{CE} = \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{FSE}{100} \right\} + 1 ; \text{ onde:}$$

DI Taxa anual dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculada e divulgada pela CETIP, base 252 dias úteis, referente ao dia útil imediatamente anterior ao da cessão dos Créditos;

FSE Fator Spread Excedente = 120 (cento e vinte).

O Contrato de Cessão aqui referido faz parte deste Prospecto como seu Anexo IV.

Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira do Fundo

Contrato firmado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, e o Gestor, estabelecendo os termos e condições para a prestação de serviços de gestão de carteira do Fundo.

Contrato de Distribuição

Contrato firmado entre a Instituição Administradora e o Banco BMG, por meio do qual a Instituição Administradora contrata o Banco BMG como instituição líder da distribuição de Cotas do Fundo.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional; os títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de precificação do Custodiante.

O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de Direitos Creditórios cujas características sejam semelhantes às dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- ii) o Fundo é fechado;
- iii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- iv) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados; e

- v) todos os cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordaram com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de Direitos Creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado. São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de Direitos Creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com Direitos Creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

As provisões e as perdas com direitos creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e dos procedimentos definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil (“COSIF”).

Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe

As cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme os itens anteriores, pelo número de Cotas Seniores; ou
- ii) o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no Anexo IX do Regulamento.

O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas.

ASSEMBLÉIA GERAL

Competência

É da competência da assembléia geral de cotistas do Fundo:

- i) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- ii) alterar o Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- iv) deliberar sobre a substituição do Gestor;
- v) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vi) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- vii) eleger e destituir o(s) representante(s) dos condôminos, nos termos deste Regulamento;
- viii) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão celebrado entre o Fundo e o Banco BMG;
- ix) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, conforme definidos no item 25.2 do Regulamento, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada, conforme definidos no item 25.3 do Regulamento;

- x) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, conforme definidos no item 25.3 do Regulamento, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- xi) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 dias consecutivos ou por imposição legal;
- xii) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no item 13 do Regulamento, na forma ali estabelecida;
- xiii) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, de acordo com o disposto no item 25.8 do Regulamento; e
- xiv) deliberar e homologar a substituição do Custodiante, do Agente de Cobrança e do fiel depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios.

Procedimento de Convocação

Além da reunião anual de prestação de contas, a assembléia geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora ou de condôminos possuidores de Cotas que representem, no mínimo, 5% do total das Cotas emitidas.

A convocação da assembléia geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, do qual devem constar dia, hora e local de realização da assembléia e os assuntos a serem tratados.

A convocação da assembléia geral deve ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos condôminos.

Não se realizando a assembléia geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos condôminos, com antecedência mínima de 5 dias.

Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da assembléia geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a assembléia geral deve realizar-se no local onde a Instituição Administradora tiver a sede; quando se efetuar em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a assembléia geral a que comparecerem todos os condôminos.

Na assembléia geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um condômino, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos condôminos presentes, observado o disposto no Regulamento.

Nomeação de Representante dos Condôminos

A assembléia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos;
- ii) não seja titular de Cotas Subordinadas;
- ii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- iii) não exercer cargo em empresa cedente de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Os representantes dos cotistas eventualmente nomeados nos termos deste item não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações

Os Cotistas Seniores e Subordinados terão direito a voto nas matérias indicadas no item 22.1 do Regulamento, observado o disposto abaixo.

As deliberações relativas às matérias previstas no item 22.1 do Regulamento, números (iii) a (vi), serão tomadas em primeira convocação pela maioria das cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das cotas dos presentes.

Estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas com direito a voto da classe afetada, sendo tomados em apartado os votos de cada classe afetada, as deliberações que, por qualquer modo, alterem os direitos de uma ou mais classe de Cotas, em especial, mas não somente, aquelas referentes a:

- i) critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios definidos no item 11.1 do Regulamento;
- ii) distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;
- iii) amortização;
- iv) direito de voto de cada classe;
- v) inclusão ou exclusão de Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo; e
- vi) cobrança de taxas;
- vii) substituição da Instituição Administradora; e
- viii) substituição do Gestor.

Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa no Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.

Para fins do disposto acima, define-se “Cotas Seniores em Circulação” a totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores que eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao Cedente e/ou a qualquer das Partes Relacionadas ao Cedente, bem como pertencentes aos respectivos diretores, conselheiros ou acionistas do Cedente e/ou das Partes Relacionadas ao Cedente.

Somente podem votar nas assembléias gerais os cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das assembléias gerais de cotistas caberá à Instituição Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por parte dos cotistas presentes.

Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer assembléia geral de cotistas.

Não terão direito a voto na assembléia geral de cotistas a Instituição Administradora e seus empregados.

Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral

As decisões da assembléia geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 dias de sua realização.

As deliberações tomadas pelos cotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos no Regulamento, bem como, se for o caso, observado o procedimento descrito no item 22.2.1 do Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo será liquidado, ordinariamente, ao término do seu prazo de duração, definido na cláusula 4 do Regulamento. Neste caso, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 20.4.1 do Regulamento, em vigor na própria data de resgate. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a quantidade de cotas respectiva.

Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo

Eventos de Avaliação

São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores por mais de um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo, nos termos da cláusula 9 do Regulamento;
- iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Condôminos, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- iv) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 2 dias úteis contados do recebimento da referida notificação;

- v) inobservância pelo Cedente e/ou Agente de Cobrança dos deveres e das obrigações previstos no Contrato de Custódia com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificado pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, o Banco BMG não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos no item 11 do Regulamento;
- vii) inobservância dos Limites de Concentração mínimos e máximos por Consignante, por período superior a 5 dias úteis consecutivos;
- viii) inobservância, por 5 dias úteis consecutivos, da Razão Mínima, caso o Banco BMG não responda ao Aviso de Desenquadramento ou ainda na hipótese de o Banco BMG não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas na forma especificada no item 16.3.2.1 do Regulamento;
- ix) não pagamento, nas Datas de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização de qualquer Cota Sênior da Série;
- x) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- xi) rescisão do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios, se houver;
- xii) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 dias;
- xiii) renúncia do Custodiante, sem sua respectiva substituição;
- xiv) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;

- xv) ocorrência de qualquer dos eventos de revisão, previstos no Contrato de Cessão de Créditos ao Fundo;
- xvi) não constituição da Reserva de Pagamento e da Reserva de Despesas e Encargos nos termos do Regulamento ou caso os limites estabelecidos no item 19.1 e 21.4 para Reserva de Pagamento não sejam atendidos pelo prazo de 5 dias úteis consecutivos e/ou 10 dias alternados em um período de 30 dias consecutivos;
- xvii) inadimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo superior a 3% na média móvel dos 3 Períodos de Verificação anteriores ou superior a 5% em um único Período de Verificação. Tal inadimplência será medida até o 5º dia útil após cada Período de Verificação, através da relação entre os Direitos Creditórios vencidos e não pagos e o total de Direitos Creditórios com vencimento durante o Período de Verificação. Entende-se por "Período de Verificação" aquele correspondente a um mês-calendário;
- xviii) caso, em 3 Datas de Verificação, consecutivas ou alternadas, o percentual do volume de Direitos Creditórios cujos contratos tenham sido pré-pagos ou pagos antecipadamente seja superior, no mês, a 10% do saldo da carteira de Direitos Creditórios calculado em relação ao mês anterior, conforme calculado pelo Gestor e informado à Instituição Administradora;
- xix) não subscrição, por qualquer motivo, pelo Banco BMG, uma vez decorrido o prazo de que trata a cláusula 16.3.2 do Regulamento, de tantas Cotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e Cotas Seniores mencionada na cláusula 16.3.1 do Regulamento;
- xx) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação não prevista de risco relevante em potencial para o Fundo;
- xxi) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez, conforme definido na cláusula 19.6 do Regulamento e (a) tal evento não seja sanado ou (b) não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos no Regulamento, até a data de verificação seguinte à data de verificação em que se verificar o tal desenquadramento;

- xxii) ocorrência de quaisquer hipóteses de performance de inadimplência, calculadas em relação à carteira de Direitos Creditórios do Fundo pelo Gestor, no mínimo nas Datas de Verificação, e definidas como:
- a) atrasos 1 a 30 dias, superiores a 15%;
 - b) atrasos 31 a 120, dias superiores a 10%;
 - c) atrasos 121 a 180, dias superiores a 3% ; e
 - d) valores vencidos e não pagos há mais de 180 dias, superiores a 2%.
- xxiii) caso o valor equivalente mensal ao total de despesas e encargos do Fundo destinados ao custeio de taxa de administração, serviço de custódia, auditoria e rating, seja superior a 1%, após o período de 90 dias contado da Data de Subscrição Inicial, calculado sobre o patrimônio líquido do Fundo do último dia útil de cada mês, e verificado semestralmente pela Instituição Administradora;
- xxiv) inobservância da constituição e manutenção da Reserva de Liquidez definido no item 10.4.1 do Regulamento;
- xxv) caso o "índice de Basiléia" do Banco BMG fique abaixo de 11%, conforme valores de capital e patrimônio líquido ajustado, calculados conforme as normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, e informados mensalmente pelo Banco BMG à Instituição Administradora;
- xxvi) inobservância da ordem de pagamentos ou aplicação dos recursos do Fundo, conforme estabelecido no item 26 do Regulamento, excetuada a hipótese de amortização das Cotas Subordinadas antes da amortização das Cotas Seniores, que constituirá Evento de Liquidação Antecipada, conforme previsto no item 25.3 "viii" do Regulamento;
- xxvii) cancelamento e/ou não renovação do convênio do BMG com o INSS, conforme informado tempestivamente à Instituição Administradora pelo Banco BMG;
- xxviii) inobservância do limite mínimo de 3,5% de Excesso de Spread, calculado como:

$$ES = \left[\frac{TPA_T}{100} - \left(\frac{B_T \times \left(\frac{TAXADI_T}{100} \right) \times VQSC}{PL_T} \right) \right] \times 100 - (1\%)$$

onde:

1% valor referente às despesas do Fundo

"TPA" é a taxa ponderada do ativo, calculada diariamente pelo Gestor, com base nas informações e taxas de remuneração dos ativos integrantes do Fundo, obtidas junto ao Custodiante. Consiste na variação de remuneração média anualizada, ponderada por volume, de todos os bens e direitos integrantes da carteira do Fundo;

"B" "Benchmark" (108% da variação percentual diária do CDI);

"Taxa DI" é o valor da Taxa DI para o dia útil imediatamente anterior à data de apuração do Excesso de Spread;

"VQSC" é o somatório do valor de todas as Cotas Seniores em circulação;

"T" dia útil imediatamente anterior à data de apuração do Excesso de Spread.

Sem prejuízo do disposto no item abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo suspenderá imediatamente o pagamento pela amortização de Cotas Subordinadas ainda em aberto, se houver. Concomitantemente, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma Assembléia Geral, que deverá ser realizada em no máximo 20 dias, contados da convocação, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo.

Caso a assembléia geral de que trata o parágrafo acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação antecipada do Fundo, a

Instituição Administradora observará os procedimentos de que trata o item 22 do Regulamento, devendo a assembléia geral deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo.

Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão, sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na assembléia geral.

O direito do Cedente ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembléia Geral, de que o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na referida assembléia geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida assembléia geral pela liquidação antecipada do Fundo.

Eventos de Liquidação Antecipada

Será convocada assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas (“Eventos de Liquidação”):

- i) impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que preencham os critérios de elegibilidade especificados no item 11.1 do Regulamento;
- ii) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Cedente; e/ou (b) ao Agente de Cobrança; e/ou (c) à Instituição Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente; da Instituição Administradora ou do Cedente e/ou Agente de Cobrança;
- iii) não pagamento dos valores de amortização das Cotas Seniores nas datas previstas neste Regulamento;

- iv) resilição do Contrato de Custódia sem a conseqüente substituição por nova instituição prestadora desse serviço;
- v) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;
- vi) na hipótese de a assembléia geral de condôminos não chegar a acordo comum referente à substituição da Taxa DI, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 dias corrido ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal;
- vii) resilição ou rescisão do Contrato de Cessão de Créditos ao Fundo;
- viii) inobservância do disposto no item 18.2 (i) do Regulamento;
- ix) existência ou evidência de que a Cedente tenha permitido a cessão de Direitos Creditórios sem lastro; e
- x) não substituição da Instituição Administradora, nos termos do item 9 do Regulamento.

Sem prejuízo do item acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos cotistas, (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios e (iii) decretará a extensão automática do prazo de duração do Fundo até a data de vencimento do direito creditório com maior prazo de vencimento integrante da carteira, em obediência ao disposto no item 4.2 do Regulamento.

Na hipótese (i) de não instalação da assembléia geral por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

Na hipótese de a assembléia geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão ("Cotistas Dissidentes"), o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na assembléia geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão ter suas Cotas

resgatadas em, no máximo, 15 dias contados da data da assembléia geral, desde que existam recursos disponíveis. O resgate dos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, calculado na forma do item 20.4.1 do Regulamento.

Procedimentos de Liquidação Antecipada

Caso a assembléia geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as Cotas serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- i) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das Cotas;
- ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de Cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$500.000,00, exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas.

Caso no último dia útil do prazo para resgate antecipado a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Cotas devido por cada cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos no item 25 do Regulamento.

De acordo com o disposto no item 15 do Regulamento, as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas, sendo que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores, observado o disposto no item 25 do Regulamento.

Antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, de acordo com o disposto no item 25 do Regulamento, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Na hipótese de o Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a assembléia geral de condôminos deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas ainda em circulação.

Na hipótese de a assembléia geral de condôminos referida no item anterior não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em circulação à época. Os eventuais Direitos Creditórios remanescentes, não entregues ao condomínio dos titulares de Cotas Seniores, serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Feitos tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, (i) para que elejam um administrador para o referido condomínio de direitos creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de direitos

creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio referido no item 25.8.5 do Regulamento, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em circulação.

O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 dias (contado da notificação referida no item 25.8.6 do Regulamento), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios e Documentos Comprobatórios ao mesmo. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos direitos creditórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o que dispõe o Regulamento ou o que for deliberado na assembléia geral.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Despesas e Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista no item “Taxas” acima:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de condôminos;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas nesses mercados;

- x) despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

Reserva de Despesas e Encargos

O Gestor deverá manter reserva para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo ("Reserva para Despesas e Encargos"). A Reserva para Despesas e Encargos destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a taxa de administração.

As Disponibilidades segregadas na Reserva para Despesas e Encargos não poderão ser utilizados na constituição da Reserva de Pagamentos e/ou da Reserva de Liquidez.

O Gestor, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Disponibilidades na Reserva para Despesas e Encargos observando que, até o 30º dia útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor das Disponibilidades segregadas, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado por ele para a referida despesa ou encargo.

Na hipótese de a Reserva de Despesas e Encargos deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item 21.4 acima, o Gestor, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva para Despesas e Encargos. O Gestor somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor das Disponibilidades seja equivalente a 100% do valor estimado por ele para a referida despesa ou encargo.

Direitos Creditórios inadimplentes, recompra facultativa e aporte adicional de recursos para fazer frente a despesas de cobrança

Os Direitos Creditórios não pagos quando de seu vencimento serão objeto de cobrança pelo Fundo, havendo sido contratado o Agente de Cobrança para prestar tais serviços.

O Cedente dos Direitos Creditórios terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplente, a partir de 5 dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo valor exigível do Direito Creditório inadimplido, nos termos do item 12 do Regulamento.

Os Direitos Creditórios não adquiridos na forma descrita no parágrafo acima permanecerão sujeitos à cobrança pelo Agente de Cobrança, observados os prazos e procedimentos descritos no Regulamento. O Agente de Cobrança somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos Creditórios inadimplidos junto aos respectivos clientes, bem como promover a cobrança judicial de qualquer Direito Creditório inadimplido, após o 10º dia corrido contado do vencimento do Direito Creditório inadimplido em questão.

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos ativos financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos cotistas do Fundo, não estando o Agente de Cobrança, a Instituição Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos Creditórios e ativos financeiros.

O Agente de Cobrança, a Instituição Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou do Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos cotistas do Fundo.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos ativos financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu patrimônio líquido. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos cotistas do Fundo em assembléia geral convocada

especialmente para este fim e, se for o caso, será aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas Cotas. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das Cotas serão reembolsados por meio de resgate ou amortização, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento ou na referida assembléia geral.

Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o parágrafo anterior; e (ii) da assunção, pelos cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Instituição Administradora, o Agente de Cobrança e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.

Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos seus direitos creditórios e ativos financeiros.

Ordem de Aplicação dos Recursos

A partir da Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;

- iii) reenquadramento das contas de Reserva de Pagamento, Reserva de Liquidez e Reserva de Despesas e Encargos;
- iv) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional; e
- v) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, serão alocados na seguinte ordem:

- i) pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável, exceto quanto ao pagamento da remuneração devida à Agência Classificadora de Risco;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iii) no pagamento da remuneração da Agência de Classificação de Risco; e
- iv) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

Informações Obrigatórias e Periódicas

A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente.

A Instituição Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 dias da data da primeira integralização de Cotas, as seguintes informações:

- i) número de inscrição do Fundo no CNPJ; e

ii) a data da primeira integralização de Cotas.

A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado. Tais demonstrativos devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos condôminos do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, no periódico referido no item 24 do Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima, e o relatório da Agência Classificadora de Risco.

A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do art. 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, pela regularidade na prestação dessas informações.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Cotas ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira.

A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os condôminos na sede e agência(s) da Instituição Administradora e sede do Banco BMG.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

O Fundo terá escrituração contábil própria. O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 30 de novembro de cada ano.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Instituição Administradora deve enviar informe mensal à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de

computadores, conforme modelo disponível na referida página, observando o prazo de 15 dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do patrimônio líquido;
- iii) rentabilidade apurada no período;
- iv) valor das Cotas e quantidade em circulação;
- v) comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado;
- vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- vii) número de cotistas.

No prazo máximo de 10 dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração de Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- ii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

Correio Eletrônico

Considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a Instituição Administradora e os condôminos.

PUBLICAÇÕES

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal “O Dia”, edição da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de assembléia geral e alteração do Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os cotistas sobre essa alteração.

BASE LEGAL RELATIVA AOS FIDCs

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios foram criados pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, a qual foi regulamentada pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM (com as alterações dadas pela Instrução nº 393, 22 de julho de 2003, da CVM) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero, desde que essas operações constituam parte do seu objeto.

Tributação dos Cotistas

Os cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das cotas; (ii) em caso de alienação de cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as cotas tiverem gerado rendimentos ao cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias

15,0%	acima de 720 dias
-------	-------------------

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

O Gestor buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Créditos não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das Cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação.

ATENDIMENTO AO COTISTA

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição de suas Cotas poderão ser obtidas junto ao Banco BMG e à Instituição Administradora, em suas respectivas sede. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede do Banco BMG, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Avenida Álvares Cabral, nº 1707 ou para a sede da Instituição Administradora, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Itaúsa.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO BANCO BMG S.A.

Histórico

O Grupo BMG tem se destacado no cenário econômico brasileiro como organização sólida, cujos princípios operacionais marcam a firmeza e a segurança da estrutura.

Sua vocação para atuação na área financeira tem origem na fundação do Banco de Crédito Predial, em 1930, na cidade mineira de Belo Horizonte, pela família Guimarães. Em 1936, com seu nome alterado para Banco de Minas Gerais, deu início à diversificação de suas atividades, por meio da participação ou criação de empresas de alto potencial de desenvolvimento.

Hoje, o Grupo BMG, que tem no Banco BMG, constituído sob a forma de sociedade anônima, o seu braço financeiro, está presente no mercado com empresas próprias nos setores imobiliário, industrial, agropecuário e de serviços.

Abaixo estão alguns indicadores relativos ao Banco BMG referentes aos últimos 5 exercícios sociais encerrados, em milhões de reais:

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Patrimônio Líquido	240,4	303,0	332,0	536,6	803,7	1.004
Lucro Líquido	45,2	85,3	90,2	275,3	382,8	263,2
ROE*	18,8%	28,1%	27,2%	51,3%	47,6%	26,2%

* Retorno sobre capital próprio.

O saldo de recursos captados pelo Banco BMG ao final do exercício de 2006 foi de R\$7,94 bilhões, sendo:

- i) 11,0% em depósitos a prazo e interfinanceiro junto a investidores institucionais, instituições financeiras, pessoas físicas e jurídicas;
- ii) 10,3% através de FIDCs, líquidos de Cotas Subordinadas;

- iii) 57,9% via cessões de créditos realizados com parcerias e outros bancos;
- iv) 19,6% através de captações externas; e
- v) 1,2% em outras captações.

Grupo BMG

A atuação do Grupo BMG na área financeira é sustentada por três empresas:

- i) Banco BMG S.A;
- ii) BMG Leasing Arrendamento Mercantil S.A.; e
- iii) BMG Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

Negócios do Banco BMG

O Banco BMG atua principalmente com operações de crédito consignado, sendo um dos bancos que mais operam nesse segmento. O panorama geral ao longo do último exercício refletiu uma expansão significativa do seu foco principal, voltado à celebração de contratos de empréstimos na área do crédito consignado. A geração de créditos nessa área atingiu o valor de R\$2,76 bilhões, representando cerca de 74,3% do montante de créditos originados no período (R\$3,715 bilhões); sendo desse total 48,4% para Aposentados e Pensionistas do INSS; 42,0% para Servidores Públicos e 9,6% para funcionários de empresas privadas. As demais operações compreenderam financiamento de veículos, repasses de recursos do BNDES, operações de arrendamento mercantil e operações de desconto/mútuo com fornecedores do setor público e grandes empresas do setor privado.

Desde o início das atividades no mercado de créditos consignados, o BMG fez, de acordo com a Dataprev, até março de 2006, R\$3,8 bilhões em operações, de um total de R\$13,3 bilhões de operações feitas no setor.

No tocante às carteiras de crédito e arrendamento mercantil, vale sublinhar também que o saldo verificado no final do exercício de 2006 (incluindo os créditos cedidos)

totalizou R\$8,629 bilhões, representando uma expansão de 18,1 % em relação ao período anterior, principalmente em função do aumento dos empréstimos às pessoas físicas.

Experiência prévia em outras operações de securitização

O Banco BMG possui experiência prévia em outras operações de securitização de recebíveis, tendo atuado como Cedente em outros fundos de investimento em direitos creditórios.

Na data de elaboração deste Prospecto, o Banco BMG figurava como Cedente em 6 fundos de investimento em direitos creditórios oriundos de operações de empréstimo consignado, registrados na CVM e em atividade, quais sejam: (i) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Consignado – Privado I; (ii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados INSS I; (iii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados INSS II; (iv) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados INSS IV; e (v) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados V, além do presente Fundo.

ANEXO I

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto Definitivo da 2ª Distribuição de Cotas do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VI”

REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO

28 MAI 003239187

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ/MF nº 62.418.140/0001-31

**DELIBERAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
"BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS - CRÉDITOS CONSIGNADOS VI"**

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Itaúsa, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob nº 62.418.140/0001-31, na qualidade de instituição administradora ("Instituição Administradora") do "**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITOS CONSIGNADOS VI**", fundo de investimento em direitos creditórios com regulamento ("Regulamento") e ato constitutivo registrados no registrado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 6 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO QUE:

- i) a CVM, por meio do Ofício/CVM/SER/GER-1/Nº 614/2007, de 4 de abril de 2007, determinou a alteração do Regulamento;
- ii) nos termos do parágrafo único do artigo 26 da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, o Regulamento, em consequência de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, fato este que deverá ser divulgado aos condôminos no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

RESOLVE:

1. Alterar o Regulamento, conforme abaixo descrito.
- 1.1 Alterar o item 8.3.2 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

4

o Custodiante

“14.6.3.4 Existem outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM que têm por objeto a aquisição de direitos creditórios do Banco BMG. Contudo, o Banco BMG não oferece quaisquer garantias referentes à porcentagem de Direitos Creditórios que deverá ser cedida para cada fundo em particular ou referentes à qualquer forma de prioridade ou preferência de cessão de Direitos Creditórios entre os fundos em que figura como Cedente. Em caso de

diminuição da originação de Direitos Creditórios pelo Banco BMG, não há garantias de que este possuirá Direitos Creditórios em montante suficiente para oferecer à cessão a todos os referidos fundos de investimento ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de Direitos Creditórios. Assim, poderá não haver Direitos Creditórios disponíveis para aquisição pelo Fundo o que afetará seus resultados e colocará em risco sua continuidade.”

1.5 Alterar a redação do item 14.6.4.4, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“14.6.4.4 O Custodiante realizará junto ao Cedente a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios por meio da análise dos relatórios eletrônicos enviados pelo Cedente. Contudo, a verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Comprobatórios é realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados neste Regulamento. Além disso, a auditoria por amostragem está sujeita à margem de erro, conforme descrito no Anexo X a este Regulamento. Sua realização não representa garantia de eliminação completa de eventuais irregularidades no lastro dos Direitos Creditórios.”

1.6 Inserir, no Anexo I do Regulamento, a definição do termo “Planilhas de Amostras”, em decorrência da inclusão do Anexo X, nos termos do item 1.8 desta deliberação. A definição do referido termo passa a vigorar com a seguinte redação:

“Planilha de Amostras

Planilha elaborada pelo Custodiante que contém listagem identificando os Documentos Comprobatórios que deverão ser analisados por critério de amostragem”

28 MAI 2006 003238187

1.7 Inserir, no Anexo I do Regulamento, a definição do termo "Termos de Adesão", em decorrência da inclusão do Anexo X, nos termos do item 1.8 desta deliberação. A definição do referido termo passa a vigorar com a seguinte redação:

"Termo de Adesão

Termo assinado pelo Devedor por ocasião da contratação do empréstimo"

1.8 Inserir o Anexo X no Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO X

Este Anexo X é parte integrante do Regulamento do "BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI", constituído em 5 de dezembro de 2006 pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CRITÉRIOS DE VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS POR AMOSTRAGEM

1. *A verificação do lastro por amostragem será realizada pelo Custodiante, que deverá observar os seguintes parâmetros:*
 - i) *em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade nº 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Comprobatórios do Fundo, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;*
 - ii) *para seleção da amostragem, emprega-se a técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (software ACL), que permite ao Custodiante utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre toda a carteira de Direitos Creditórios, definindo-se o seguinte critério para*

4

seleção da amostra:

28 MAI 003239187

REGISTRADO

- a) *Grau de confiança: 95%; sendo que "Grau de confiança" é o percentual que o Custodiante confia de que o número de erros na carteira analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável; e*
 - b) *Limite de erro tolerável: 5%; sendo que "Limite de erro tolerável" é o erro máximo na carteira analisada que o Custodiante está disposto a tolerar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da verificação; o Limite de erro tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos; quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra.*
 - iii) *se o auditor espera que a carteira de Direitos Creditórios analisada contenha erro superior ao Limite de erro tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Limite de erro tolerável.*
2. *Na análise física dos contratos de empréstimo celebrados entre o Cedente e o respectivo Devedor, a análise dos Documentos Comprobatórios será feita com o objetivo de verificação dos seguintes itens:*
- i) *se o número do Contrato confere com o disposto no respectivo Termo de Adesão e na Planilha de Amostras analisadas;*
 - ii) *se o número do CPF do Devedor confere com o disposto no Termo de Adesão e na Planilha de Amostras;*
 - iii) *se o nome do Devedor confere com o disposto no Termo de Adesão e na Planilha de Amostras;*
 - iv) *se a data de vencimento do Contrato confere com o disposto no Termo de Adesão e na Planilha de Amostras;*
 - v) *se o número de parcelas cedidas ao Fundo confere ou é inferior ao disposto no Termo de Adesão e na Planilha de Amostra;*

- vi) *se o valor total cedido ao Fundo confere ou é inferior ao disposto no Termo de Adesão e na Planilha de Amostras;*
- vii) *se consta assinatura do Devedor no Termo de Adesão;*
- viii) *se consta assinatura do representante do Cedente no Termo de Adesão;*
- ix) *se constam as assinaturas de 2 (duas) testemunhas identificadas com nome e CPF no Termo de Adesão;*
- x) *se o local e data de assinatura estão preenchidos no Termo de Adesão;*
- xi) *se existem cópias de documentos de identidade anexos."*

1.9 Todas as demais disposições do Regulamento não expressamente alteradas pela presente deliberação são ora ratificadas pela Instituição Administradora.

1.10 Esta deliberação, com o regulamento consolidado do Fundo e seus anexos, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Instituição Administradora informará a CVM sobre a alteração ao Regulamento ora realizada.

São Paulo, 28 DE MAIO de 2007.

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Por: 
 Cargo: **João Estanislau F. de Castro**
 Diretor
 INTRAG DTVM LTDA

Por:
 Cargo:

Carlos Augusto Salamonde
 INTRAG DTVM LTDA.
 RG: 068.885.984 - IFF/RJ
 CPF: 011.333.467-09



1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica

Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Tel.: 3104-8770 - São Paulo

EMOLS	314,46	Apresentado HOJE, protocolado e registrado em microfilme sob nº 3239187 anotado sob nº 3188237
ESTADO	90,25	
IPESP	66,32	
R. CIVIL	16,05	
T.J.	16,05	
TOTAL	503,13	

São Paulo, 28 de maio de 2007.

Bel. Paulo Roberto de Carvalho Régio - Oficial

Selos e taxas: Danilo de Moraes Oliveira / Oséias Ferreira Nobre Filho
 Recolhidas p/ verba: Antonio José da Silva Almeida
 Oficiais Substitutos

28 MAI 003239187

**ANEXO I À DELIBERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA DE 28 DE
MAIO DE 2007**

**REGULAMENTO DO "BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS - CRÉDITOS CONSIGNADOS VI"**

O "BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITOS CONSIGNADOS VI", disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, ambas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente regulamento ("Regulamento"), conforme o disposto abaixo.

Os principais termos e expressões utilizados neste Regulamento estão definidos no glossário que integra o presente como seu Anexo I.

1. OBJETO

1.1 O "BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITOS CONSIGNADOS VI", doravante designado "Fundo", tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios, nos termos da política de investimento descrita no item 10 abaixo.

2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO

2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração da Série, ou em virtude de sua liquidação. É admitida a amortização das Cotas do Fundo, conforme disposto no presente Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.

3. PÚBLICO ALVO

3.1 Somente Investidores Autorizados poderão adquirir as Cotas do Fundo.

28 MAI 003239187

3.2 O Fundo visa atingir Investidores Autorizados, quer seja pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que tenham por objetivo retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas do Fundo, bem como prazo de maturação de investimento. O investimento em Cotas Seniores do Fundo é inadequado para investidores que não tenham os objetivos acima descritos.

4. PRAZO DE DURAÇÃO

4.1 O Fundo terá prazo de duração de 10 (dez) anos, a contar da Data de Subscrição Inicial, observado o disposto no item 25.8 e seguintes deste Regulamento e o prazo de duração do Fundo, podendo ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral de cotistas ou, no caso de não haver Cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora. A Série única emitida pelo Fundo terá a duração especificada em seu Suplemento, observado o prazo de duração do Fundo.

4.2 Na hipótese de ocorrência de Evento de Liquidação Antecipada, conforme previsto no item 25.3 deste Regulamento, o prazo de duração estabelecido no item 4.1 acima será automaticamente estendido até a data de vencimento do Direito Creditório com maior prazo de vencimento integrante da carteira do Fundo.

5. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

5.1 O Fundo é administrado por INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Itaúsa, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob n.º 62.418.140/0001-31, doravante designada "Instituição Administradora".

6. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

6.1 A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no presente item, neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares

28 MAI 003239187

pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo, sem prejuízo dos direitos e obrigações do Gestor.

6.2 Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento e seus anexos, bem como futuras versões do Regulamento e de seus anexos, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos condôminos;
 - c) o livro de atas de assembléias gerais;
 - d) o livro de presença de condôminos;
 - e) o prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução nº 356, da CVM;
 - f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução nº 356/01, da CVM;
 - g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
 - h) os relatórios do auditor independente;
- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;

28 MAI 003239187

- iv) entregar ao condômino, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- v) divulgar, na periodicidade prevista no item 23.5 abaixo, no periódico referido no item anterior, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima (item 16.3.1 abaixo), e o relatório da Agência Classificadora de Risco;
- vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento, em especial as discriminadas no item 23 abaixo;
- vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- viii) fornecer anualmente aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução nº 356/01, da CVM, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- x) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) de Cotas de emissão do Fundo destinada(s) à colocação pública;
- xi) informar os cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas do Fundo, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- xii) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Agente de Cobrança (item 7.3.1 abaixo), requerer o imediato direcionamento do

28 MAI 003239187

fluxo de recursos provenientes de tais Direitos Creditórios para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo

REGISTRADO

- xiii) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos índices e critérios referidos neste Regulamento, definidos abaixo, conforme tais dados forem colocados à disposição da Instituição Administradora e disponibilizar informações para o Banco BMG e a Agência Classificadora de Risco até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte às Datas de Verificação:
- a) índices de performance da carteira (atrasos de 1-30 dias, 31-120 dias, 121-180 dias, calculados sobre a carteira, e superiores a 180, este último calculado sobre o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo), conforme previsto no item 25.2 deste Regulamento, conforme calculados e informados pelo Gestor;
 - b) Razão Mínima, conforme calculada e informada pelo Gestor;
 - c) Índice de Liquidez, conforme calculado e informado pelo Gestor;
 - d) Excesso de Spread, conforme calculado e informado pelo Gestor;
 - e) demonstrativos de concentração relativos aos Consignantes, elaborados conforme informações fornecidas pelo Cedente e disponibilizados na forma de relatório pelo Custodiante;
 - f) Reserva de Liquidez, conforme calculada e informada pelo Gestor; e
 - g) relatório com o valor e quantidade de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas e com a indicação dos ativos do Fundo conforme calculado e informado pelo Custodiante.
- xiv) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos Direitos Creditórios, quando for o caso. O preço de alienação dos referidos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo não poderá, em nenhuma circunstância, sob pena de responsabilização da Instituição

28 MAI 003239187

Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser vil e inferior ao seu respectivo valor contábil, devidamente ajustado pelas regras do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, salvo se outra forma for decidida em assembléia geral de cotistas.

6.2.1 A divulgação das informações previstas no item "v" acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, pela regularidade na prestação dessas informações.

6.3 É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

6.3.1 As vedações de que tratam os itens "i" a "iii" acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

6.3.2 Excetuam-se do disposto no item acima a utilização dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do Fundo, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o item 10.6.1 deste Regulamento.

6.4 É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- 4

28 MAI 2003 239187

- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

7. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

7.1 Pela administração do Fundo, a Instituição Administradora receberá taxa de administração mensal equivalente ao maior valor entre (i) 0,5% (meio por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) os montantes estabelecidos na tabela abaixo:

Período após a primeira Data de Subscrição Inicial	Valor da remuneração
1º mês	R\$5.000,00 (cinco mil reais)
2º mês	R\$8.000,00 (oito mil reais)
3º mês	R\$12.000,00 (doze mil reais)
4º mês	R\$15.000,00 (quinze mil reais)
Do 5º mês ao 40º mês	R\$15.000,00 (quinze mil reais)
41º mês	R\$12.000,00 (doze mil reais)
42º mês	R\$8.000,00 (oito mil reais)
43º mês	R\$5.000,00 (cinco mil reais)
Do 44º mês ao 47º mês	R\$5.000,00 (cinco mil reais)
48º mês	R\$5.000,00 (cinco mil reais)

7.1.1 A remuneração acima será paga à Instituição Administradora mensalmente, sendo calculada e provisionada todo dia útil, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \left(\frac{0,5}{100} \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right)$$

onde,

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil; e

$PL_{(D-1)}$ = Patrimônio líquido do Fundo no dia útil anterior.

28 MAI 2003 239187

7.2 A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item 21 abaixo, a serem debitadas ao Fundo pela Instituição Administradora.

7.3 A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

7.4 Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

8. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

8.1 A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou sócio-gerente designado, contratar, em nome do Fundo, serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM; e
- iii) custódia.

8.2 Foi contratada pelo Fundo, representado pela Instituição Administradora, a **INTEGRAL-CAPITÂNIA GESTORES DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Rua Tavares Cabral, 102, cj. 61/62, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.576.569/0001.86, para realizar os serviços de gestão da carteira do Fundo ("Gestor").

8.2.1 O Gestor terá amplos e gerais poderes para administração dos Direitos Creditórios e demais valores mobiliários constantes da carteira do Fundo.

8.2.2 Sem prejuízo de outras atribuições impostas pela regulamentação em vigor e pelo presente Regulamento, o Gestor contratado para realizar o serviço de gestão tratado no item 8.1 (ii) acima, será responsável pelas seguintes atividades:

28 MAI 2014 003239187

- i) selecionar, escolher e adquirir, em nome do Fundo, os Direitos Creditórios e ativos financeiros para a carteira do Fundo, em conformidade com o item 10.4 deste Regulamento, definindo os respectivos preços e condições, incluindo operações nos mercados de derivativos, obedecidos os limites previstos na política de investimento, bem como na regulamentação aplicável, dentro dos parâmetros de mercado para os ativos financeiros;
- ii) observar e respeitar a política de investimentos do Fundo, conforme estabelecida neste Regulamento;
- iii) observar as disposições da regulamentação aplicável com relação à sua atividade de administradora de carteira de títulos e valores mobiliários, incluindo, sem limitação, as normas de conduta, vedações e obrigações previstas nos normativos aplicáveis;
- iv) tomar suas decisões de gestão em consonância com as normas técnicas e administrativas adequadas às operações no mercado de capitais e no mercado financeiro, observando os princípios de boa técnica de investimentos;
- v) cumprir as demais obrigações que sejam de sua responsabilidade nos termos deste Regulamento. Quanto às obrigações dispostas neste Regulamento, destacam-se, de forma não taxativa:
 - a) cálculo dos índices previstos no item 6.2 (xiii) acima; e
 - b) fornecer adequada orientação à Instituição Administradora, conforme estabelecido nos itens 15.2.1, 15.2.2 e 18.3.2
- vi) fornecer à Instituição Administradora e às autoridades fiscalizadoras, quando for o caso, na esfera de sua competência, informações relativas às operações do Fundo e às demais atividades que vier a desenvolver durante a gestão da carteira;
- vii) às suas expensas, assumir a defesa ou, quando não for possível, fornecer tempestivamente, no menor prazo possível, subsídios para que a Instituição Administradora defenda os interesses do Fundo em eventuais notificações, avisos,

28 MAI 003239187

autos de infração, multas ou qualquer outra penalidade aplicada pelas autoridades fiscalizadoras, decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Gestor.

8.3 Foi contratado pelo Fundo, respresentado pela Instituição Administradora, para realizar o serviço de custódia tratado no item 8.1 (iii) acima, o **BANCO ITAÚ S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04 ("Custodiante").

8.3.1 O Custodiante contratado para realizar o serviço de custódia tratado no item 8.1 (iii) acima será responsável pelas seguintes atividades:

- i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios representados por operações financeiras, conforme procedimento descrito no item 8.3.2;
- ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e Documentos Comprobatórios da operação;
- iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores; e
- vi) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos;

8.3.2 Em decorrência da expressa diversificação de Devedores e significativo volume de créditos cedidos, o Custodiante verificará, trimestralmente, após a ocorrência de

28 MAI 2003 239187

cada cessão, o lastro dos Direitos Creditórios adquiridos referido no item 8.3 (i), por amostragem, comunicando o resultado dessa verificação à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco, conforme metodologia descrita no Anexo X deste Regulamento. Independentemente desta verificação, o Custodiante não é responsável pela veracidade dos Documentos Comprobatórios e pela existência dos créditos.

8.3.3 Independentemente do disposto no item 8.3.2, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto à Cedente, nomeada fiel depositária da documentação relativa aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, nos termos do item 8.3.2, a existência e formalização da documentação relativa aos Direitos Creditórios cedidos e o cumprimento com relação à guarda e organização da documentação relativa aos Direitos Creditórios cedidos, nos termos do Contrato de Custódia.

8.4 O Banco BMG S.A., com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1.707, inscrito no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74 ("Banco BMG"), foi contratado pelo Custodiante (i) como fiel depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como agente de cobrança bancária de tais Direitos Creditórios ("Agente de Cobrança").

8.4.1 O Banco BMG também foi contratado pelo Fundo, representado pela Instituição Administradora, como Agente de Cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios inadimplidos, conforme descrito nos Anexos V a VI deste Regulamento.

8.4.2 A contratação do Banco BMG, conforme descrita nos itens acima, não exclui as responsabilidades do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução nº 356/01, e do artigo 16 da Instrução nº 89, de 8 de novembro de 1988, ambas da CVM.

8.4.3 O Custodiante ou o Fundo, conforme o caso, pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços referidos nos itens 8.4 e 8.4.1 acima, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

8.4.4 Para fins do disposto no item 8.3.2, toda a documentação relativa aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ficará sob a guarda da Cedente, na qualidade de fiel

28 MAI 003239187

depositária, nos termos e para os efeitos do artigo 627 e seguintes do Código Civil brasileiro, conforme indicado no Contrato de Custódia.

8.4.5 O Custodiante durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação de Direitos Creditórios ao protesto ou pela inserção de nome de Devedores de Direitos Creditórios em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado pela Instituição Administradora, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

8.5 A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

8.6 A Instituição Administradora, independentemente da contratação de terceiros para a realização dos serviços previstos no item 8.1 acima, permanecerá responsável pela correta e suficiente prestação de informações relativas ao Fundo.

9. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

9.1 A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, assembléia geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM, e do item 22 abaixo.

9.2 Na hipótese de a Instituição Administradora renunciar às suas funções e a assembléia geral de que trata o item 8.1 acima, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Instituição Administradora, o Fundo será liquidado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

9.3 Na hipótese de renúncia da Instituição Administradora e nomeação de nova instituição administradora em assembléia geral, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de realização da respectiva assembléia geral.

28 MAI 2000 003239187

9.4 Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do item 9.3 acima não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos estabelecido no item 9.2 acima, a Instituição Administradora procederá à liquidação do Fundo até o 20º (vigésimo) dia corrido contado da data de realização da assembléia geral que nomear a nova instituição administradora.

9.5 Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

9.6. No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da Instituição Administradora ou do Banco BMG, deve automaticamente ser convocada Assembléia Geral de cotistas, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: (i) nomeação de representante de cotistas; e (ii) deliberação acerca de: (a) substituição da Instituição Administradora ou do Banco BMG, no exercício das funções de administração do Fundo ou Agente Cobrador, conforme o caso ou (b) pela liquidação antecipada do Fundo.

9.7 Aplicam-se as disposições desta cláusula, no que couber, à substituição do Gestor.

10. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

10.1 O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios, atuando no segmento de empréstimos a titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ("Aposentados e Pensionistas"), bem como no segmento de empréstimos a servidores públicos ("Servidores Públicos"; Aposentados e Pensionistas e Servidores Públicos serão designados "Devedores", quando referidos em conjunto).

10.2 Alocação Mínima - O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios ("Alocação Mínima").

28 MAI 003239187

10.3 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os critérios de elegibilidade especificados no item 11 abaixo.

10.4 O Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido em moeda corrente nacional e/ou nos seguintes títulos e ativos, desde que pós-fixados:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

10.4.1 O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no mínimo 3% (três por cento) de seu patrimônio líquido ("Reserva de Liquidez"). Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamento.

10.5 Os Direitos Creditórios e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

10.6 O Fundo pode:

- i) realizar operações compromissadas; e
- ii) realizar operações em mercados de derivativos, observadas as disposições do item 10.6.1 abaixo, e desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

10.6.1 O Gestor, por conta e ordem do Fundo, poderá realizar operações com instrumentos derivativos com o objetivo de proteger as posições detidas à vista, até o limite

28 MAI 003239187

destas. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos poderão ser realizadas (a) em mercado de balcão tendo como contraparte, necessariamente, uma ou mais Instituições Autorizadas, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&F sob a modalidade "com garantia" e/ou (b) diretamente na BM&F, sob a modalidade "com garantia", desde que comunicada à Agência de Classificação de Risco. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título. A Instituição Administradora deverá disponibilizar à Agência de Classificação de Risco, relatórios dos contratos das operações de swap realizadas pelo Fundo.

10.6.2 Para efeito das operações referidas no item 10.6 "ii" acima, devem ser considerados, para efeito de cálculo de patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

10.6.3 É vedado ao Fundo realizar operações de day trade ou realizar operação de renda variável.

10.7 A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos abaixo.

10.8 Em conformidade com o artigo 40-A da Instrução nº 356/01, da CVM, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios e outros ativos de um mesmo devedor ou de co-obrigação de uma mesma pessoa ou entidade, no limite de 10% (dez por cento) de seu patrimônio líquido..

10.9 As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

10.10 Observado o disposto no item 10.1 abaixo, o Fundo, a Instituição Administradora, o Gestor e o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades coligadas e controladas ou sob controle comum, não são responsáveis pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta

28 MAI 2008 083239187

formalização dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, tampouco pela solvência dos clientes devedores de tais Direitos Creditórios.

10.10.1. A Cedente será exclusivamente responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

10.11 O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão sujeitos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no item 14 abaixo. O investidor, antes de adquirir Cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento no Fundo.

11. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO

11.1 Os critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- i) os Direitos Creditórios relativos a determinado contrato de concessão de empréstimo devem ser referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de tal contrato;
- ii) os Direitos Creditórios devem ser referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Fundo; e
- iii) as parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes aos empréstimos que originaram os Direitos Creditórios, não poderão ter data de vencimento posterior ao encerramento do prazo de vencimento da Série.

11.2 Eventuais alterações desse Regulamento referentes aos critérios de elegibilidade apontados no item 11.1 acima deverão ser previamente submetidas ao Custodiante.

28 MAI 009239187

11.3 Sem prejuízo dos critérios de elegibilidade acima, o Cedente somente poderá ceder ao Fundo Direitos Creditórios que atendam às seguintes condições de cessão:

- i) que se encontrem livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza quando de sua cessão ao Fundo;
- ii) oriundos de contratos de concessão de empréstimo exclusivamente concedidos a Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas, com taxas de juros prefixadas;
- iii) decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco BMG;
- iv) decorrentes de operações de empréstimo concedidos pelo Banco BMG a Devedores com idade entre 18 (dezoito) e 70 (setenta) anos à época da cessão do crédito;
- v) referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de um contrato de empréstimo;
- vi) referentes a contratos que não tenham parcela de pagamento vencida e não paga;
- vii) referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- viii) as parcelas dos empréstimos consignados cedidas ao Fundo a título de Direitos Creditórios poderão ter vencimento entre 6 (seis) e 36 (trinta e seis) meses, em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas do INSS, e entre 6 (seis) meses e 60 (sessenta) meses, para os Servidores Públicos vinculados aos demais Consignantes; contados a partir da data de celebração do contrato de empréstimo, e não poderão ter vencimento posterior à data de liquidação do Fundo;
- ix) cujas parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes aos empréstimos que originaram os Direitos Creditórios, não tenham data de vencimento posterior ao encerramento do prazo de vencimento da Série;
- x) cujo pagamento, em se tratando de empréstimo concedido a Servidores Públicos, seja efetuado por meio de desconto em folha de pagamento;

28 MAI 2000 003239187

- xi) que sejam consignados por Entes Federativos ou pelas Forças Armadas, desde que não estejam inadimplentes em repasses de parcelas de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, por mais de 90 (noventa) dias, em montante superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- xii) em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados ou Pensionistas, a efetiva averbação da consignação em folha de benefícios do INSS relativa aos Direitos Creditórios deve ser atestada pelo Cedente e Agente de Cobrança (o Banco BMG), sendo que tal atestado deverá ser elaborado com base necessariamente em análise de arquivo eletrônico emitido pela DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social;
- xiii) cujo Consignante já tenha efetuado desconto de folha de pagamento ou de benefícios ao Banco BMG por prazo igual ou superior a 6 (seis) meses, inclusive na cessão inicial;
- xiv) no caso da primeira cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, em se tratando de Direitos Creditórios originários de Consignantes cuja reserva de margem seja manual (não-eletrônica), que sejam advindos de contratos de empréstimos cuja primeira parcela já tenha sido descontada da folha do Devedor e repassada ao Banco BMG; e
- xv) que, computada *pro forma* sua aquisição, permita ao Fundo observar os limites mínimo e máximo de concentração dos Direitos Creditórios por Consignante, conforme descritos no Anexo II deste Regulamento.

11.3.1 As condições de cessão acima descritas não consubstanciam critérios de elegibilidade para fins de verificação pelo Custodiante.

12. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

12.1 Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução nº 356/01, da CVM, e não consubstanciando critérios de elegibilidade, são descritas e apresentadas características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, divididas da seguinte forma:

28 MAI 2002 238187

- i) nos Anexos III e IV deste Regulamento, descrição dos processos de origem dos direitos creditórios, da natureza dos Direitos Creditórios e dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos do crédito, bem como da política de concessão de crédito adotada pelo Banco BMG; e
- ii) nos Anexos V e VI deste Regulamento, os mecanismos e procedimentos adotados para cobrança dos Direitos Creditórios, inclusive inadimplentes.

12.2. Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente assume a responsabilidade por prejuízos sofridos pelo Fundo em decorrência de vícios nos Direitos Creditórios que prejudiquem sua cobrança pelo Fundo.

12.3 Todas as informações constantes dos Anexos III e VI são de exclusiva responsabilidade do Cedente.

12.4 Por meio do Contrato de Cessão, o Cedente se obriga a ceder ao Fundo somente Direitos Creditórios que tenham sido originados exclusivamente em empréstimos celebrados por escrito com os respectivos Aposentados e Pensionistas.

13. DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLENTES E APOORTE ADICIONAL DE RECURSOS PARA FAZER FRENTE A DESPESAS DE COBRANÇA

13.1 Os Direitos Creditórios não pagos quando de seu vencimento serão objeto de cobrança pelo Fundo, havendo sido contratado o Agente de Cobrança para prestar tais serviços.

13.2 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos ativos financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos cotistas do Fundo, não estando o Agente de Cobrança, a Instituição Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos Creditórios e ativos financeiros.

13.2.1 O Agente de Cobrança, a Instituição Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários

28 MAI 003239187

advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou do cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos cotistas do Fundo.

13.3 As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos ativos financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu patrimônio líquido. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos cotistas do Fundo em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas Cotas (hipótese em que não se aplicarão os critérios estabelecidos no item 15.2.2 e suas subdivisões). Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das Cotas serão reembolsados por meio de resgate ou amortização, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento ou na referida assembléia geral.

13.3.1 Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item 13.3; e (ii) da assunção, pelos Cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Instituição Administradora, o Agente de Cobrança e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os cotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.

13.4 Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos seus Direitos Creditórios e ativos financeiros.

14. FATORES DE RISCO

14.1 O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio,

28 MAI 003239187

estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados abaixo. O investidor, antes de adquirir Cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

14.2 Risco de Mercado

14.2.1 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, conforme previsto no item 17 abaixo. Ademais, a Instituição Administradora não está obrigada a contratar operações de swap de taxas prefixadas por CDI over. Assim, há a possibilidade de a Instituição Administradora não contratar tais operações de swap, bem como, de, em contratando referidas operações, a outra parte (ou a instituição garantidora) não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores, e nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

14.2.2 A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 10.4 acima, desde que pós-fixados. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior às taxas médias diárias dos DI, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores (uma vez que a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI), e nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

14.2.3 A precificação dos ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Cotas do Fundo.

28 MAI 003239187

14.2.4 Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos ativos financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações no valor das Cotas do Fundo.

14.3 Risco de Crédito

14.3.1 As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Banco BMG ou de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora, o Gestor, o Banco BMG ou o Custodiante prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas do Fundo. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

14.3.2 A aquisição dos Direitos Creditórios, pelo Fundo, pode ser contratada com o Cedente com ou sem recompra posterior, total ou parcial, dos Direitos Creditórios cujos Devedores se mostrarem inadimplentes. Se não for contratada a recompra, ou se a recompra for apenas parcial, ou ainda se o Cedente não recomprar os Direitos Creditórios inadimplentes na forma ajustada, o Fundo terá de suportar, na hipótese de inadimplência dos Devedores, parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que poderia comprometer sua rentabilidade ou levá-lo, até, a perda de patrimônio.

14.3.3 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas, terão seu pagamento realizado com recursos descontados dos seus benefícios. A inadimplência em relação aos Direitos Creditórios decorre, portanto, da inoccorrência de tais descontos, por exemplo em razão de ausência de margem decorrente de desconto para pagamento de pensão judicial, ou em razão de falecimento do Aposentado ou Pensionista, ou ainda em razão de não pagamento

28 MAI 003239187

dos benefícios. Nestes casos, o Fundo deve negociar ou cobrar diretamente do Aposentado ou Pensionista, ou de seu espólio (no caso de falecimento). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo deverá suportar os prejuízos daí advindos, o que afetaria a rentabilidade de suas Cotas.

14.3.3.1 O falecimento do Devedor interrompe automaticamente a consignação em benefício ou em folha de pagamento das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. O Fundo só poderá adquirir Direitos Creditórios decorrentes de operações de empréstimo concedidos pelo Banco BMG a Devedores com idade entre 18 (dezoito) e 70 (setenta) anos à época da cessão do crédito, contudo, o índice de falecimento entre Aposentados e Pensionistas tem se mostrado significativamente superior ao mesmo índice observado entre Servidores Públicos, e poderá futuramente se elevar. Nesse caso, poderá ocorrer inadimplência das obrigações decorrentes dos empréstimos contraídos, o que ocasionaria redução da rentabilidade do Fundo ou perda patrimonial.

14.3.4 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, em se tratando de empréstimos concedidos a Servidores Públicos, terão seu pagamento realizado com recursos descontados dos seus vencimentos, pelo respectivo Consignante. Assim, tal desconto não será possível caso o Servidor Público se desligue do cargo ou função, e a liquidação das obrigações decorrentes do empréstimo ficará dificultada. Igualmente, a capacidade de pagamento do Servidor Público poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, que tem preferência em relação ao empréstimo para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Servidor Público interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o devedor poderia ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes do empréstimo contraído, o que ocasionaria redução da rentabilidade do Fundo, ou até perda patrimonial.

14.3.5 Os Devedores podem eventualmente questionar judicialmente tanto (i) os contratos de concessão de empréstimo que originam os Direitos Creditórios (incluindo, eventualmente, a taxa de juros praticada); quanto (ii) a sistemática de pagamento por meio de desconto em folha de pagamento ou benefício, conforme o caso. Em qualquer caso, é possível que o Fundo somente receba os valores relativos ao direito creditório questionado

28 MAI 003239187

judicialmente uma vez concedida decisão judicial definitiva favorável. Em face disso, pode até mesmo ocorrer perda patrimonial para os investidores.

14.3.6 A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 10.4 acima, desde que pós-fixados. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas.

14.3.7 Os empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas são pagos por meio de desconto em benefício realizado pelo INSS, enquanto no caso dos Servidores Públicos, os empréstimos são pagos através de desconto em folha de pagamento, realizado pelo Consignante a que o Devedor é vinculado. Caso, por qualquer razão, o Consignante a que o Devedor é vinculado atrase ou não pague os benefícios ou os vencimentos, o Fundo não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios. Além disso, nessa hipótese, enquanto o Consignante não voltar a pagar adequadamente os benefícios ou vencimentos aos Devedores, sua capacidade de saldar os débitos também ficaria comprometida, o que poderia impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.

14.3.8 Os recursos oriundos do pagamento de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS é repassado pelo INSS primeiramente para a CEF. A CEF, por sua vez, após reter os valores que lhe são devidos, repassa os recursos para o BMG. Caso, por qualquer motivo, a CEF não repasse os recursos oriundos do pagamento dos Direitos Creditórios ao BMG, este não tem a obrigação de pagar tais valores ao Fundo, pois não existe coobrigação do Cedente. Nesta hipótese, o Fundo terá que cobrar os recursos não repassados diretamente da CEF. Caso a CEF atrase ou não repasse, por qualquer razão, os recursos devidos ao Fundo, este terá seu patrimônio impactado negativamente, podendo reduzir a rentabilidade da Cota Senior.

14.3.9 No caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Agente de Cobrança, a Instituição Administradora deverá requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo, em instituição financeira distinta. Contudo, tendo em vista que (i) a relação contratual da DATAPREV e dos Consignantes é mantida com o

28 MAI 003239187

Banco BMG, cedente dos Direitos Creditórios; (ii) no caso dos Servidores Públicos, dependendo do Consignante, o repasse integral de recursos pode depender da realização de diversas transferências bancárias independentes e (iii) desde que mantido o Banco BMG como Agente de Cobrança, não haverá notificação aos Devedores da cessão dos Direitos Creditórios para o Fundo, ocorrendo qualquer das hipóteses de insolvência supra elencadas, o recebimento integral, pelo Fundo, dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios dependerá (a) da comunicação tempestiva dos Consignantes pela Instituição Administradora, requerendo novo direcionamento para os pagamentos e (b) da disposição dos Consignantes em efetuar os depósitos conforme orientação fornecida pela Instituição Administradora. Caso a Instituição Administradora não tenha sucesso em comunicar os Consignantes tempestivamente ou estes se recusem a cumprir as orientações desta para direcionamento dos pagamentos, o recebimento pelo Fundo dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios poderá ser comprometido, ocasionando perdas patrimoniais.

14.3.10 Na medida em que os pagamentos dos empréstimos consignados são diretamente deduzidos dos benefícios ou da folha de pagamento de Aposentados e Pensionistas ou Servidores Públicos, conforme o caso, o risco de crédito destas operações é essencialmente transferido dos Devedores para os Consignantes. Qualquer decréscimo na qualidade do crédito dos Entes Federativos conveniados e Forças Armadas, ou mesmo do governo federal (que constitui o crédito relevante por trás do INSS) pode resultar em perdas quanto ao recebimento dos valores devidos sob os contratos de empréstimo consignado. Conseqüentemente, tanto (i) a suspensão dos pagamentos a Servidores Públicos pelos Entes Federativos conveniados ou pelas Forças Armadas quanto (ii) a retenção, pelos Entes Federativos, dos valores já descontados das folhas de pagamento dos Servidores Públicos, para fins de enquadramento destes Consignantes às diretrizes de responsabilidade fiscal estabelecidas em lei, prejudicariam o recebimento pelo Fundo dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios, ocasionando perdas patrimoniais.

14.4 Risco de Liquidez

14.4.1 O Fundo se enquadra em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer conseqüências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Assim, por exemplo, o Fundo aplica seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de Direitos Creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja

28 MAI 2008 12:39:18
REGISTRO

necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo.

14.4.2 A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 10.4 acima, desde que pós-fixados. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a cotistas, afetando a liquidez esperada de suas Cotas.

14.4.3 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. Assim, o cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Esta última hipótese pode trazer ao investidor perda de patrimônio, se o preço praticado na alienação for inferior ao valor das Cotas.

14.4.4 As Cotas do Fundo serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no item 18 abaixo. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como amortização compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas do Fundo receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados.

14.4.5 Será constituída Reserva de Liquidez (item 10.4.1 acima). No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Liquidez, como em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Liquidez não constitui garantia de pagamento, pelo Fundo, de amortizações, resgates ou despesas.

14.4.6 Será constituída Reserva de Pagamento (item 19 abaixo), destinada ao pagamento das amortizações das Cotas Seniores. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Pagamento, como em caso

28 MAI 2003 239187

de inadimplência maciça combinada com iniquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Isso ocorreria, por exemplo, em caso de súbita elevação substancial das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, o que faria com que houvesse um aumento substancial do valor a ser amortizado aos titulares de Cotas Seniores. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores.

14.4.7 O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente, conforme o disposto no item 25 abaixo. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo pelo fato de os Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos cotistas.

14.5 Risco Proveniente do Uso de Derivativos

14.5.1 O Fundo pode realizar operações com derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas. A realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no patrimônio líquido do Fundo que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus condôminos.

14.6 Riscos Específicos

14.6.1 Riscos Operacionais

14.6.1.1 Os documentos relativos aos Direitos Creditórios do Fundo podem eventualmente conter irregularidades, como falhas na sua elaboração e erros materiais. Por esse motivo, eventual cobrança em juízo dos Devedores poderá ser menos célere do que o usual, podendo ser necessária a adoção de processo monitório ou processo de conhecimento. Assim, o Fundo poderá permanecer longo tempo sem receber os recursos oriundos dos Direitos Creditórios discutidos judicialmente, o que pode lhe causar prejuízo patrimonial. Ainda, o procedimento de cobrança judicial dos Direitos Creditórios pode se

28 MAI 2003 18:22

delongar, ou ser inviabilizado, caso o fiel depositário referido no item 1.8 acima demore a restituir ou não restitua os documentos do Fundo em seu poder. Nestas hipóteses, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser prejudicados.

14.6.1.2 Em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas, os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo INSS da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou pensão de titularidade do Devedor. Assim, tal desconto não será possível caso o Devedor tenha seus benefícios cassados em razão de, por exemplo, (i) irregularidades constatadas pelo INSS, inclusive nos casos de irregularidades relativas à inscrição do beneficiário, às contribuições por ele prestadas ou ao cumprimento do prazo de carência; (ii) perda da condição de segurado; e (iii) perda da condição de dependente, seja em razão de divórcio ou dissolução de união estável, seja ainda por atingir a idade de 21 (vinte e um) anos. Igualmente, os pagamentos dos Direitos Creditórios poderão ser afetados se (i) o Devedor for obrigado a restituir ao INSS valores pagos indevidamente pela Previdência Social; e (ii) por força de decisão judicial, o Devedor for obrigado a pagar pensão alimentícia, uma vez que essas hipóteses têm preferência em relação ao empréstimo para fins de desconto em benefício. Ainda, a morte do Devedor interrompe o pagamento do respectivo benefício e, por consequência, a consignação das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo de cujus, que pode se mostrar insuficiente. Também se interrompe o pagamento de benefícios, por exemplo, no caso de o Devedor titular de pensão por invalidez deixar de realizar o exame médico obrigatório. Em qualquer dos casos, o Fundo deve negociar ou cobrar diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento do Devedor). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do cedente, o Fundo deverá suportar os prejuízos daí advindos, o que afetaria a rentabilidade de suas Cotas.

14.6.1.3 O desconto em benefício das parcelas dos empréstimos (incluindo sua respectiva averbação) e o repasse à CEF, para posterior transferência ao Fundo, são processados pelo INSS por meio de sistema da DATAPREV, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas. No entanto, nem o Agente de Cobrança, o Custodiante ou a Instituição Administradora têm controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema da DATAPREV, bem como eventual corrupção da integridade de seu banco de dados poderia atrasar, suspender ou reduzir o desconto dos benefícios dos Aposentados e Pensionistas, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorresse, a

28 MAI 2003 187

REGISTRADO

rentabilidade e o patrimônio do Fundo seriam afetados negativamente enquanto persistisse o problema no sistema, ou até que todos os valores fossem devidamente repassados. Ademais, poderia até, eventualmente, ser necessária adoção de medida judicial para fazer com que a DATAPREV corrigisse os procedimentos e/ou seu sistema, e enquanto não adotadas as correções e ressarcido o Fundo, seu patrimônio poderia ser prejudicado.

14.6.1.4 A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do cedente e do Agente de Cobrança. Cabe-lhe (i) atestar a efetiva averbação da consignação em folha de benefícios do INSS, em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados ou Pensionistas; (ii) aferir o correto recebimento dos recursos; e (iii) verificar a inadimplência, conforme descrito no Anexo V abaixo. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Cobrança poderia acarretar o recebimento de menos recursos que os devidos pelos Devedores, ou ainda a aquisição de Direitos Creditórios cuja consignação não houvesse sido devidamente averbada. A ausência de averbação ensejaria medida contra o cedente, com vistas à restituição do preço pago pelos créditos não averbados. A restituição devida pelo cedente poderia demorar a ocorrer, ou, até, o cedente poderia não dispor de recursos para tanto. As falhas de procedimento do Agente de Cobrança descritas poderiam levar, assim, a queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.

14.6.1.5 Em se tratando de empréstimos concedidos a Servidores Públicos, o desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos e o repasse ao agente cobrador dos Direitos Creditórios são processados por sistema interno de controle do Consignante, não tendo o agente cobrador ou a Instituição Administradora ou Custodiante controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema do Consignante poderia atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Servidores Públicos, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorresse, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo seriam afetados negativamente enquanto persistisse o problema no sistema, ou até que todos os valores fossem devidamente repassados.

14.6.1.6 O Agente de Cobrança fará a cobrança e recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, devendo repassá-los ao Fundo. O repasse dos recursos ao Fundo pode atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais internos do Agente de Cobrança. Nesta hipótese, pode até ser necessária a via judicial para se obterem os recursos, caso em que a rentabilidade do Fundo seria reduzida.

28 MAR 2003 23:18:17

14.6.1.7 O Custodiante contratou a Cobrança bancária de recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios com o Banco BMG, sendo que tal contrato prevê que os recursos serão depositados no Banco BMG e transferidos para o Fundo em até 2 (dois) dias úteis. Na hipótese de intervenção ou liquidação do Banco BMG, na qualidade de Agente de Cobrança, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria a rentabilidade do Fundo e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

14.6.1.8 O desconto em benefício das parcelas dos empréstimos é viabilizado por convênio celebrado entre o Agente de Cobrança e o INSS, em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas. De forma análoga, o desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos é viabilizado por convênio celebrado entre os Consignantes e a Família Bandeirante Previdência Privada ("FBPP") (em se tratando de empréstimos concedidos a Servidores Públicos vinculados a órgãos federais) ou entre o Agente de Cobrança e os demais Consignantes (em se tratando dos demais casos de empréstimos concedidos a Servidores Públicos). O Banco BMG e a FBPP, em caráter especial, devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. O convênio pode ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento. O convênio pode ser rompido ainda por outros motivos, como por exemplo alterações das normas autorizadoras da sua manutenção. Essas normas podem ser alteradas, por exemplo, por futuros administradores públicos eleitos. Ademais, a própria sistemática de desconto em benefício ou em folha de pagamento pode ser suspensa ou proibida em virtude de lei ou eventual decisão judicial. Se, por qualquer motivo, o convênio for rompido, ou a sistemática de desconto em benefício ou em folha de pagamento for suspensa ou proibida, haverá necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderia, eventualmente, levar a perdas patrimoniais do Fundo, na medida em que este deixasse de receber, definitiva ou apenas provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios.

14.6.1.9 A titularidade dos Direitos Creditórios é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos Devedores inadimplentes. Todavia, a Cedente é nomeada pelo Fundo, como Agente de Cobrança do Fundo, dispondo de poderes para cobrar os Devedores inadimplentes judicial e extrajudicialmente. O Contrato de Cessão e este Regulamento criam mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que a Cedente consiga receber dos Devedores

28MAI-003838187

os créditos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito poderá acarretar perdas para o Fundo e seus Cotistas.

REGISTRADO

14.6.1.10 A cessão de Direitos Creditórios objeto do Contrato de Cessão não será precedida pela notificação dos Devedores, pois os procedimentos de cobrança permanecerão os mesmos. No entanto, caso seja necessário alterar os mecanismos de cobrança, os Devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios Cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Nessa hipótese, o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas poderiam ser afetados negativamente.

14.6.2 Risco de Descontinuidade

14.6.2.1 O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, conforme o disposto no item 25 abaixo. A liquidação antecipada pode trazer prejuízos para o Fundo e seus cotistas, decorrentes, por exemplo, de desvalorização de seus ativos relacionada à conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos cotistas. Ademais, por ocasião da eventual liquidação antecipada do Fundo, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade.

14.6.2.2 O Fundo deve observar a Alocação Mínima (item 10.2). Entretanto, não há garantia de que o Banco BMG conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente a tal exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória de Cotas Seniores (item 18.3 abaixo).

14.6.2.3 A existência do Fundo depende da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios pelo Banco BMG. Em caso de diminuição do nível de

4

28 MAI 003239187

atividades do Cedente a ponto de comprometer tais fluxos de cessão de Direitos Creditórios, não será observado qualquer tipo de prioridade ou preferência na cessão de Direitos Creditórios, tanto para o Fundo em tela quanto para quaisquer outros fundos de investimento em direitos creditórios que tenham por objeto a aquisição de direitos creditórios do Cedente (vide ainda o item 14.6.3.4 abaixo).

14.6.3 Riscos da Originadora

14.6.3.1 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de contratos de concessão de empréstimo a Aposentados e Pensionistas e a Servidores Públicos, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no item 10 deste Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais empréstimos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os critérios de elegibilidade e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, conforme descrito no item 25 abaixo, ou ainda Amortização Compulsória (item 18.3 abaixo). Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de empréstimo consignado também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

14.6.3.2 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão como forma de pagamento o desconto em benefício, realizado pelo INSS, ou o desconto em folha de pagamento, realizado por Ente Federativo ou pelas Forças Armadas. Tal sistemática é autorizada por lei, e é submetida a regulamentação específica. Na hipótese de serem expedidas novas normas a respeito, estabelecendo, por exemplo, novos parâmetros para a concessão de empréstimos (inclusive concernentes a limites para prazos e valores máximos), é possível que diminua ou deixe de ocorrer a concessão de empréstimos com características que tornem os respectivos Direitos Creditórios elegíveis para cessão ao Fundo. Na falta de Direitos Creditórios elegíveis, pode ocorrer inclusive a liquidação antecipada do Fundo.

14.6.3.3 Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são originados de contratos celebrados entre o Banco BMG e os Devedores. Esses contratos e demais documentos relativos aos Direitos Creditórios do Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos

28 MAI 2000 3239187

Creditórios pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

14.6.3.4 Existem outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM que têm por objeto a aquisição de direitos creditórios do Banco BMG. Contudo, o Banco BMG não oferece quaisquer garantias referentes à porcentagem de Direitos Creditórios que deverá ser cedida para cada fundo em particular ou referentes à qualquer forma de prioridade ou preferência de cessão de Direitos Creditórios entre os fundos em que figura como Cedente. Em caso de diminuição da originação de Direitos Creditórios pelo Banco BMG, não há garantias de que este possuirá Direitos Creditórios em montante suficiente para oferecer à cessão a todos os referidos fundos de investimento ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de Direitos Creditórios. Assim, poderá não haver Direitos Creditórios disponíveis para aquisição pelo Fundo o que afetará seus resultados e colocará em risco sua continuidade.

14.6.4 Outros

14.6.4.1 Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se o cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

28 MAI 2003 239187

14.6.4.2 O Fundo aplicará em Direitos Creditórios referentes exclusivamente a empréstimos consignados na renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou pensão de titularidade dos Aposentados e Pensionistas, ou consignados nos vencimentos mensais de Servidores Públicos. Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). A possibilidade de perda de patrimônio do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimento.

14.6.4.3 O Fundo adquirirá Direitos Creditórios decorrentes de contratos de empréstimo pessoal com pagamento por meio de consignação em benefício previdenciário ou desconto em folha de pagamento. O Fundo poderá eventual e involuntariamente adquirir Direitos Creditórios relacionados a empréstimos cujo tomador do crédito tenha se utilizado de meio fraudulento para a sua obtenção, identificando-se falsamente para obter empréstimo em nome e sob a responsabilidade de terceiros (Aposentados, Pensionistas ou Servidores Públicos que não teriam conhecimento da celebração do empréstimo). Ocorrida esta hipótese, o Fundo não poderá exigir o pagamento dos empréstimos por parte dos Aposentados, Pensionistas ou Servidores Públicos lesados, restando-lhe somente exigir do Cedente a restituição do preço pago na aquisição dos créditos fraudulentos. A restituição devida pelo Cedente pode demorar ou ser impossível em razão de ele não dispor de recursos para tanto. Em ambos os casos, haveria impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade do Fundo.

14.6.4.4 O Custodiante realizará junto ao Cedente a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios por meio da análise dos relatórios eletrônicos enviados pelo Cedente. Contudo, a verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Comprobatórios é realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados neste Regulamento. Além disso, a auditoria por amostragem está sujeita à margem de erro, conforme descrito no Anexo X a este Regulamento. Sua realização não representa garantia de eliminação completa de eventuais irregularidades no lastro dos Direitos Creditórios.

28 MAI 2003 238187

14.6.4.5 A aprovação de determinadas matérias estará necessariamente sujeita à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas para as matérias previstas no item 22.5.3 abaixo. Em qualquer destas hipóteses de deliberações, os cotistas titulares de Cotas Seniores dependerão de quorum de aprovação de mais da metade das Cotas Subordinadas. Inicialmente, o único detentor de Cotas Subordinadas será o próprio Cedente, contudo, a negociação privada de Cotas Subordinadas não está vedada, e estas poderão circular. Em caso de pulverização das Cotas Subordinadas, determinadas matérias poderão não ser aprovadas em assembléia geral em consequência da ausência de consenso entre os cotistas subordinados.

15. COTAS DO FUNDO

15.1 As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião do término do prazo da Série ou da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no presente Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas. As Cotas do Fundo serão divididas em classes, conforme descrito no item 16 abaixo. O Fundo emitirá uma única Série, cujos prazos e valores serão definidos em seu respectivo Suplemento, conforme modelo previsto no Anexo VIII, que uma vez assinado pela Instituição Administradora, passa a ser parte integrante do presente Regulamento.

15.1.1 Será admitida a amortização das Cotas nos termos do presente Regulamento ou por decisão da assembléia geral de Cotistas.

15.2 A emissão de Cotas do Fundo obedecerá aos parâmetros e requisitos abaixo referidos.

15.2.1 Primeira Distribuição - Na primeira distribuição de Cotas do Fundo ("Primeira Distribuição"), serão emitidas e distribuídas no mínimo 100 (cem) e no máximo 8.300 (oito mil e trezentas) Cotas, com valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada na Data de Subscrição Inicial, independentemente da classe. Fica a critério da Instituição Administradora, conforme orientação do Gestor, a quantidade de Cotas objeto da Primeira Distribuição, desde que observada a proporção mínima de 17% (dezessete por cento) de Cotas Subordinadas sobre o total emitido.

28 MAI 003239187

15.2.1.1 As Cotas objeto da Primeira Distribuição serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial, a ser determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de Cotas da Primeira Distribuição que ocorrer em dia diferente da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

15.2.2 Novas Distribuições - Fica a critério da Instituição Administradora, conforme orientação do Gestor, a deliberação relativa a novas distribuições de Cotas, incluindo os aspectos referentes a quantidade, prazo e classe de Cotas ("Novas Distribuições"), desde que previamente aprovado por escrito pela totalidade dos titulares de Cotas Subordinadas, desde que observados:

- i) a proporção mínima referida no item 15.2.1;
- ii) a Razão Mínima (item 16.3.1 abaixo);
- iii) o limite máximo de 26.000 (vinte e seis mil) Cotas do Fundo; e
- iv) manutenção da classificação de risco das Cotas da Série na data de emissão de cada Nova Distribuição.

15.2.2.1 As Cotas relativas às Novas Distribuições terão direitos, taxas, despesas e prazos iguais aos conferidos às demais Cotas de mesma classe.

15.2.2.2 Na emissão e distribuição de Cotas relativas às Novas Distribuições deve ser utilizado o valor da Cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

15.2.3 Os titulares de Cotas do Fundo não terão direito de preferência na subscrição de Cotas de mesma classe relativas a Novas Distribuições, na proporção de suas Cotas sobre o total emitido da respectiva classe.

15.2.4 Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas do Fundo.

4

28 MAI 003239187

15.3 As Cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

15.3.1 A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do cotista.

15.3.2 É indispensável, por ocasião da subscrição de Cotas pelo condômino do Fundo, sua adesão aos termos do presente Regulamento, por meio da assinatura do respectivo Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, bem como de declaração atestando a condição de investidor qualificado, se for o caso.

15.3.3 Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

15.4 As Cotas do Fundo serão colocadas pela Instituição Administradora, que poderá contratar terceiros integrantes do sistema de distribuição.

15.5 O valor mínimo de subscrição inicial no Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

15.6 Somente poderão adquirir as Cotas do Fundo os Investidores Autorizados, conforme definidos pela regulamentação pertinente.

15.7 A integralização, a amortização e o resgate de Cotas do Fundo podem ser efetuados por documento de ordem de crédito, Transferência Eletrônica Disponível - TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

15.7.1 Em se tratando de Cotas Subordinadas, admite-se que a integralização, a amortização e o resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios, na forma e proporção acordadas entre a Instituição Administradora e o investidor, observando-se os termos deste Regulamento.

15.7.1.1 Admite-se o resgate em Direitos Creditórios de Cotas Seniores na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no item 25 abaixo.

28 MAI 2003 239187

15.7.2 Para fins do disposto nos itens anteriores, durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, as integralizações, amortizações e resgates em Direitos Creditórios devem observar os seguintes procedimentos:

- i) a integralização de Cotas deverá ser realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, concomitantemente à venda, pelo Cedente, de Direitos Creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado; e
- ii) a amortização e o resgate de Cotas serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado.

15.8 As Cotas Seniores poderão ser negociadas exclusivamente em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, observado que (i) os titulares de Cotas Seniores serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas respectivas Cotas Seniores e (ii) caberá exclusivamente às eventuais instituições intermediárias assegurar que os adquirentes das Cotas Seniores sejam Investidores Autorizados.

15.8.1 Para negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, as Cotas Seniores do Fundo serão registradas nas seguintes entidades de negociação do mercado secundário: (i) Soma Fix e (ii) CETIP.

15.9 Eventual saldo de Cotas não colocado será cancelado pela Instituição Administradora, sem necessidade de aprovação em assembléia geral de cotistas.

15.10 O prazo para efetivação de resgate das Cotas do Fundo será o do item 4.1 acima.

16. CLASSES DE COTAS

16.1 As Cotas do Fundo poderão ser seniores ("Cotas Seniores") ou subordinadas ("Cotas Subordinadas").

4

28 MAI 003239187

16.2 Todas as Cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no item 22.5.3 abaixo.

16.3 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos itens 17 e 18 abaixo.

16.3.1 Razão Mínima - A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 120,5%% (cento e vinte e meio por cento) ("Razão Mínima"). Essa relação deve ser apurada pelo Gestor todo dia útil, e informada pela Instituição Administradora aos cotistas anualmente, nos termos do item 23.5 abaixo.

16.3.2 Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 (dois) dias úteis consecutivos, o Cedente dos Direitos Creditórios será imediatamente informado de tal fato pela Instituição Administradora, na forma do Anexo VII deste Regulamento ("Aviso de Desenquadramento").

16.3.2.1 O Cedente deverá responder o Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irrevogável e irretroatável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.

16.3.3 Na hipótese de o Cedente desejar subscrever novas Cotas Subordinadas, a Instituição Administradora poderá deliberar pela emissão de tais Cotas sem necessidade de autorização de quaisquer cotistas do Fundo ou de realização de assembleia geral.

16.3.3.1 Nesse caso, o processo de subscrição e integralização de novas Cotas Subordinadas deverá ser concluído dentro de até 5 (cinco) dias contados da data do envio do Aviso de Desenquadramento.

4

28 MAI 003239187

16.3.4 Na hipótese de o Cedente não informar tempestivamente a Instituição Administradora ou não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas na forma especificada no item 16.3.2.1 acima, será observado o disposto no item 25.2.1 abaixo, se for o caso.

16.4 As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no presente Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas respectivamente nos itens 17 e 18 abaixo.

17. DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

17.1 As Cotas do Fundo, independentemente da classe, serão valorizadas todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

17.2 A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à variação percentual da taxa média do CDI over no respectivo período, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, indicada no Suplemento da Série e incidente sobre o valor anterior da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado; e
- ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

17.3 A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, consta do Anexo IX deste Regulamento.

28 MAI 003239187

17.4 O presente item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as Cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

18. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

18.1 Os prazos de amortização e carência aplicáveis às Cotas da Série a ser emitida pelo Fundo deverão constar do Suplemento da Série. O valor de amortização da Série será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$PMT = \left(\frac{1}{[\text{prazo da série}] - (M - 1)} \right) * VQS_n$$

onde:

"PMT" é o valor de amortização de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês a partir da primeira Data de Amortização, definida no Suplemento da Série;

"prazo da série" corresponde ao número de meses do prazo de duração da Série, conforme definido no Suplemento;

"M" é o número de ordem da parcela de amortização a ser calculada; e

VQS_n é o valor unitário da Cota Sênior no dia útil imediatamente anterior à Data de Amortização de Cotas Seniores "n", exceto na última Data de Amortização da Série, na qual será utilizado o valor unitário da respectiva Cota Sênior na Data de Amortização, sendo o valor unitário sempre calculado na forma do item 20.

18.1.1 As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, de acordo com a periodicidade indicada no Suplemento, sempre no dia 15 (quinze) do mês ("Datas de Amortização de Cotas Seniores"). Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido ("APRINCIPAL") acrescida do respectivo rendimento ("AJUROS") para cada Cota, conforme as fórmulas abaixo:

28 MAI 003239187

REGISTRADO

$$A_{PRINCIPAL_n} = \frac{V_{subs} - \left(\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}} + \sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}} \right)}{[\text{prazo da série}] - (M - 1)}$$

onde:

"prazo da série" corresponde ao número de meses do prazo de duração da Série, conforme definido no Suplemento;

"Vsubs" - valor de subscrição de cada Cota Sênior;

$\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de Amortização Compulsória, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

$\sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização do capital investido, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

"M" é o número da parcela de amortização, conforme definido no item 18.1 acima;

$$A_{JUROS_n} = PMT - A_{PRINCIPAL_n}$$

"PMT" é o valor de amortização calculado conforme o item 18.1 acima.

18.1.2 Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Seniores coincidir com dia que não seja dia útil na praça em que estiver sediada a Instituição Administradora, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente, no qual haja expediente bancário, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

28 MAI 003239187

18.1.3 As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembleia geral de cotistas, observado o item 22.5.3 abaixo.

18.2 Se o patrimônio líquido do Fundo assim permitir, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, a partir da primeira Data de Amortização de Cotas Seniores do Fundo, desde que: (i) realizada após a amortização da totalidade das Cotas Seniores prevista para aquele mês, nos termos previstos nos itens 18.1 e 18.1.1 acima; e (ii) considerada pro forma a amortização das Cotas Subordinadas, a Relação Mínima, a Reserva de Pagamento e o Índice de Liquidez não fiquem desenquadrados.

18.2.2 A amortização das Cotas Subordinadas, quando ocorrer, será efetuada até 5 (cinco) dias úteis após a data em que forem amortizadas as Cotas Seniores.

18.2.3 Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Subordinadas coincidir com dia que não seja dia útil na praça em que estiver sediada a Instituição Administradora, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

18.2.4 Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas caso tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e/ou esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo.

18.2.5 As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembleia geral de condôminos, observado o disposto no item 22.5.3 abaixo.

18.3 A Instituição Administradora poderá realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores (a "Amortização Compulsória"), exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima (item 16.3.1) e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios estabelecida no item 10 deste Regulamento.

18.3.1 Na hipótese de a Amortização Compulsória ser decorrente da necessidade de re-enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão Mínima, a Instituição Administradora deve, tão logo decida realizar a Amortização Compulsória, convocar assembleia geral de cotistas.

4

28 MAI 003239187

18.3.2 Na hipótese de a Instituição Administradora decidir, conforme orientação do Gestor, pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos itens anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no item 18.1, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo, conforme previsto no item 17.3 acima. Este valor será referente à amortização do valor principal do Investidor, não sendo computado como remuneração. Os Cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que se verificou a necessidade de realização da Amortização Compulsória.

18.3.3 Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional às suas respectivas Cotas.

18.4 O previsto neste item 18 não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

19. RESERVA DE PAGAMENTO E ÍNDICE DE LIQUIDEZ

19.1 O Gestor deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores ("Reserva de Pagamento"), adicionalmente à Reserva de Liquidez (item 10.4.1 acima). Para tanto, o Gestor deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que:

- i) a partir de 60 (sessenta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até 31 (trinta e um) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez (item 10.4.1 acima); e
- ii) a partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do

28MAI-003238187
valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez (item 10.4.1 acima).
REGISTRADO

19.2 Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

19.3 Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto neste item, o Gestor deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento, sem prejuízo do disposto no item 25.2 "xvi" abaixo, se o caso.

19.4 Quando da execução dos procedimentos definidos neste item, a Instituição Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento definida neste Regulamento.

19.5 Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela mesma.

19.6 Enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, o patrimônio líquido do Fundo deverá observar índice de liquidez, para todas as Datas de Amortização, igual ou superior a 1 (um) em cada Data de Verificação, conforme definida abaixo, que deverá ser calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Índice de Liquidez"):

$$\text{Índice de Liquidez}_i = \frac{\text{Outro Ativos} + DC_i}{[VA]}$$

onde,

$i = [N+1]$;

N = número de amortizações já efetuadas;

28 MAI 003239187

"DCi" corresponde ao valor atribuído ao somatório dos Direitos Creditórios referentes a Contratos de Mútuos Adimplentes integrantes da carteira do Fundo, devidamente atualizados, que tenham vencimento até o 5º (quinto) dia útil imediatamente anterior à Data de Amortização em referência; e

"VA" corresponde ao Valor de Amortização das Cotas Seniores para a Data de Amortização mais próxima; e

"RP" corresponde ao valor da Reserva de Pagamento calculado conforme disposto nesta cláusula.

19.7 O Índice de Liquidez deverá ser calculado pelo Gestor todo dia útil, a contar da primeira Data de Subscrição Inicial e informado à Instituição Administradora.

19.8 Caso, em determinada data de verificação, o Índice de Liquidez calculado seja menor que 1 (um), a Instituição Administradora deverá comunicar a ocorrência aos titulares das Cotas Subordinadas, através de envio de correspondência ou de correio eletrônico, bem como providenciar a re-adequação do Índice de Liquidez no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da comunicação acima referida.

19.9 O re-enquadramento do Índice de Liquidez será efetivado através da subscrição de novas Cotas Subordinadas pelos Cotistas Subordinadas ou pela substituição de Direitos Creditórios com prazo de vencimento mais longo por Direitos Creditórios com prazo de vencimento mais curto.

20. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

20.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

20.1.1 Os títulos de emissão do Tesouro Nacional; os títulos de emissão do Banco Central do Brasil; os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e os demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de precificação do Custodiante.

28 MAI 2003 239187

20.1.2 O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

20.2 Enquanto não houver mercado ativo de Direitos Creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

20.2.1 A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- ii) o Fundo é fechado;
- iii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- iv) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados; e
- v) todos os cotistas, ao aderirem aos termos do presente Regulamento, concordaram com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

20.2.2 Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de Direitos Creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item 20.1.2 acima.

20.2.3 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de Direitos Creditórios:

28 MAI 003239187

REGISTRADO

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com Direitos Creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

20.3 As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e dos procedimentos definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil ("COSIF").

20.4 As Cotas do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

20.4.1 O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme os itens anteriores, pelo número de Cotas Seniores; ou
- ii) o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no Anexo IX deste Regulamento.

20.4.2 O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas.

20.5 Os critérios de provisionamento a serem seguidos pela Instituição Administradora, em nome do Fundo, por dia de atraso de pagamento de Direitos Creditórios inadimplentes serão, no mínimo, aqueles previstos na Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN.

21. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

21.1 Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista no item 7 acima:

28 MAI 003239187

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de condôminos;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas do Fundo nesses mercados;
- x) despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos.

21.2 Quaisquer despesas não previstas no item acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

28 MAI 003239187

21.3 O Gestor deverá manter reserva para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo ("Reserva para Despesas e Encargos"). A Reserva para Despesas e Encargos destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a taxa de administração.

21.3.1 As Disponibilidades segregadas na Reserva para Despesas e Encargos não poderão ser utilizados na constituição da Reserva de Pagamentos e/ou da Reserva de Liquidez.

21.4 O Gestor, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Disponibilidades na Reserva para Despesas e Encargos observando que, até o 30º (trigésimo) dia útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor das Disponibilidades segregadas, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado por ele para a referida despesa ou encargo.

21.4.1 Na hipótese de a Reserva de Despesas e Encargos deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item 21.4 acima, o Gestor, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva para Despesas e Encargos. O Gestor somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor das Disponibilidades seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado por ele para a referida despesa ou encargo.

22. ASSEMBLÉIA GERAL

22.1 É da competência privativa da assembléia geral de condôminos:

- i) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- ii) alterar o presente Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;

28 MAI 2003 239187

REGISTRADO

- iv) deliberar sobre a substituição do Gestor;
- v) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vi) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- vii) eleger e destituir o(s) representante(s) dos condôminos, nos termos deste Regulamento;
- viii) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão celebrado entre o Fundo e o Banco BMG;
- ix) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, conforme definidos no item 25.2, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada, conforme definidos no item 25.3 abaixo;
- x) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, conforme definidos no item 25.3 abaixo, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- xi) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal;
- xii) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no item 13, na forma ali estabelecida;
- xiii) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, de acordo com o disposto no item 25.8 abaixo; e
- xiv) deliberar e homologar a substituição do Custodiante, do Agente de Cobrança e do fiel depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios.

9

28 MAI 003239187

22.1.1 O presente Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, hipótese em que deve ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos condôminos.

22.2 A assembléia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos condôminos.

22.2.1 Somente pode exercer as funções de representante de condôminos pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos;
- ii) não seja titular de Cotas Subordinadas;
- iii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- iv) não exercer cargo em empresa cedente de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

22.2.2 Os representantes dos cotistas eventualmente nomeados nos termos deste item 22.2 não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

22.3 Além da reunião anual de prestação de contas, a assembléia geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora ou de condôminos possuidores de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

22.4 A convocação da assembléia geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio

28 MAI 003239187

de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, do qual devem constar dia, hora e local de realização da assembléia e os assuntos a serem tratados.

22.4.1 A convocação da assembléia geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos condôminos.

22.4.2 Não se realizando a assembléia geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos condôminos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

22.4.3 Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da assembléia geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

22.4.4 Salvo motivo de força maior, a assembléia geral deve realizar-se no local onde a Instituição Administradora tiver a sede; quando se efetuar em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

22.4.5 Independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a assembléia geral a que comparecerem todos os condôminos.

22.4.6 As assembléias gerais de cotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista.

22.5 Na assembléia geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um condômino, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos condôminos presentes, observado o disposto nos itens abaixo.

22.5.1 A cada cota corresponde um voto, independentemente da respectiva classe, e observado o disposto no item 21.5.3 abaixo.

22.5.2 As deliberações relativas às matérias previstas no item 22.1 acima, subitens (v) e (vi), serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

28 MAI 003239187

22.5.3 Estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas com direito a voto da classe afetada, sendo tomados em apartado os votos de cada classe afetada, as deliberações que, por qualquer modo, alterem os direitos de uma ou mais classe de Cotas, em especial, mas não somente, aquelas referentes a:

- i) critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios definidos no item 11.1 acima;
- ii) distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;
- iii) amortização;
- iv) direito de voto de cada classe;
- v) inclusão ou exclusão de Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo; e
- vi) cobrança de taxas.

22.5.3.1 As deliberações relativas ao item 22.1, subitens (iii) e (iv) estão sujeitas à aprovação de titulares de 80% do total de Cotas Seniores emitidas e 100% do total de Cotas Subordinadas emitidas.

22.5.4 Somente podem votar na assembléia geral os cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

22.5.5 Não têm direito a voto na assembléia geral a Instituição Administradora e seus empregados.

22.6 As decisões da assembléia geral devem ser divulgadas aos condôminos no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

22.6.1 A divulgação referida no item acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino.

4

28 MAI 2003 239187

22.7 As modificações aprovadas pela assembleia geral de cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- i) lista de cotistas presentes na assembleia geral;
- ii) cópia da ata da assembleia geral;
- iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e

23. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS

23.1 A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente.

23.2 A Instituição Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias da data da primeira integralização de Cotas do fundo, as seguintes informações:

- i) número de inscrição do Fundo no CNPJ; e
- ii) a data da primeira integralização de Cotas do Fundo.

23.3 A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

23.4 A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado.

23.4.1 Os demonstrativos referidos no item anterior devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos condôminos do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

28 MAI 003239187

23.5 A Instituição Administradora deve divulgar, atualmente, no periódico referido no item 24 abaixo, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima (item 16.3.1 acima), e o relatório da Agência Classificadora de Risco.

23.5.1 A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do art. 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, pela regularidade na prestação dessas informações.

23.6 A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

23.6.1 Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Cotas do Fundo ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira.

23.6.2 A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os condôminos na sede e agência(s) da Instituição Administradora e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo.

23.7 A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e

28 MAI 08 3239187

- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

23.8 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

23.8.1 O Fundo terá escrituração contábil própria.

23.8.2 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 30 de novembro de cada ano.

23.8.3 A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

23.9 A Instituição Administradora deve enviar informe mensal à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do patrimônio líquido;
- iii) rentabilidade apurada no período;
- iv) valor das Cotas e quantidade em circulação;

28 MAI 003239187

- v) comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado;
- vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- vii) número de cotistas.

23.10 No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração de Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

24. PUBLICAÇÕES

24.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas inicialmente no jornal "O Dia", edição da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

24.2 A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de assembléia geral e alteração do presente Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os cotistas sobre essa alteração.

25. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

28 MAI 003239187

25.1 O Fundo será liquidado, ordinariamente, ao término do seu prazo de duração, definido na cláusula 4 acima. Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 20.4.1 acima, em vigor na própria data de resgate. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a quantidade de Cotas respectiva.

25.2 Eventos de Avaliação - São considerados eventos de avaliação do Fundo (os "Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores por mais de um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo, nos termos da cláusula 9 acima;
- iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Condôminos, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- iv) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- v) inobservância pelo Cedente e/ou Agente de Cobrança dos deveres e das obrigações previstos no Contrato de Custódia com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificado pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, o Banco BMG não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos no item 11 acima;

28 MAI 003239187

- vii) inobservância dos Limites de Concentração mínimos e máximos por Consignante, por período superior a 5 (cinco) dias úteis consecutivos;
- viii) inobservância, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima, caso o Banco BMG não responda ao Aviso de Desenquadramento ou ainda na hipótese de o Banco BMG não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas na forma especificada no item 16.3.2.1 acima
- ix) não pagamento, nas Datas de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização de qualquer Cota Sênior da Série;
- x) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- xi) resilição do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios, se houver;
- xii) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- xiii) renúncia do Custodiante, sem sua respectiva substituição;
- xiv) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- xv) ocorrência de qualquer dos eventos de revisão, previstos no Contrato de Cessão de Créditos ao Fundo;
- xvi) não constituição da Reserva de Pagamento e da Reserva de Despesas e Encargos nos termos deste Regulamento ou caso os limites estabelecidos no item 19.1 e 21.4 para Reserva de Pagamento não sejam atendidos pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis consecutivos e/ou 10 (dez) dias alternados em um período de 30 (trinta) dias consecutivos;

4

28 MAI 003239187

- xvii) inadimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo superior a 3% (três por cento) na média móvel dos 3 (três) Períodos de Verificação anteriores ou superior a 5% (cinco por cento) em um único Período de Verificação. Tal inadimplência será medida até o 5º (quinto) dia útil após cada Período de Verificação, através da relação entre os Direitos Creditórios vencidos e não pagos e o total de Direitos Creditórios com vencimento durante o Período de Verificação. Entende-se por "Período de Verificação" aquele correspondente a um mês-calendário;
- xviii) caso, em 3 (três) Datas de Verificação, consecutivas ou alternadas, o percentual do volume de Direitos Creditórios cujos contratos tenham sido pré-pagos ou pagos antecipadamente seja superior, no mês, a 10% (dez por cento) do saldo da carteira de Direitos Creditórios calculado em relação ao mês anterior, conforme calculado pelo Gestor e informado à Instituição Administradora;
- xix) não subscrição, por qualquer motivo, pelo Banco BMG, uma vez decorrido o prazo de que trata a cláusula 16.3.2, de tantas Cotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e Cotas Seniores mencionada na cláusula 16.3.1 deste Regulamento;
- xx) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação não prevista de risco relevante em potencial para o Fundo;
- xxi) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez, conforme definido na cláusula 19.6 e (a) tal evento não seja sanado ou (b) não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos neste Regulamento, até a data de verificação seguinte à data de verificação em que se verificar o tal desenquadramento;
- xxii) ocorrência de quaisquer hipóteses de performance de inadimplência, calculadas em relação à carteira de Direitos Creditórios do Fundo pelo Gestor, no mínimo nas Datas de Verificação, e definidas como:
 - a) atrasos 1 a 30 dias, superiores a 15% (quinze por cento);
 - b) atrasos 31 a 120, dias superiores a 10% (dez por cento);

4

28 MAI 003239187

REGISTRADO

- c) atrasos 121 a 180, dias superiores a 3% (três por cento); e
- d) valores vencidos e não pagos há mais de 180 dias, superiores a 2% (dois por cento).
- xxiii) caso o valor equivalente mensal ao total de despesas e encargos do Fundo destinados ao custeio de taxa de administração, serviço de custódia, auditoria e rating, seja superior a 1% (um por cento), após o período de 90 dias contado da primeira Data de Subscrição Inicial, calculado sobre o patrimônio líquido do Fundo do último dia útil de cada mês, e verificado semestralmente pela Instituição Administradora;
- xxiv) inobservância da constituição e manutenção da Reserva de Liquidez definido no item 10.4.1;
- xxv) caso o "índice de Basiléia" do Banco BMG fique abaixo de 11%, conforme valores de capital e patrimônio líquido ajustado, calculados conforme as normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, e informados mensalmente pelo Banco BMG à Instituição Administradora;
- xxvi) inobservância da ordem de pagamentos ou aplicação dos recursos do Fundo, conforme estabelecido no item 26 deste Regulamento, excetuada a hipótese de amortização das Cotas Subordinadas antes da amortização das Cotas Seniores, que constituirá Evento de Liquidação Antecipada, conforme previsto no item 25.3 "viii";
- xxvii) cancelamento e/ou não renovação do convênio do BMG com o INSS, conforme informado tempestivamente à Instituição Administradora pelo Banco BMG;
- xxviii) inobservância do limite mínimo de 3,5% (três e meio por cento) de Excesso de Spread, calculado como:

$$ES = \left[\frac{TPA_T}{100} - \left(\frac{B_T \times \left(\frac{TAXADI_T}{100} \right) \times VQSC}{PL_T} \right) \right] \times 100 - (1\%)$$

4

28 MAI 003239187

REGISTRADO

onde:

1% valor referente às despesas do Fundo

"TPA" é a taxa ponderada do ativo, calculada diariamente pelo Gestor, com base nas informações e taxas de remuneração dos ativos integrantes do Fundo, obtidas junto ao Custodiante. Consiste na variação de remuneração média anualizada, ponderada por volume, de todos os bens e direitos integrantes da carteira do Fundo;

"B" "Benchmark" (108% da variação percentual diária do CDI);

"Taxa DI" é o valor da Taxa DI para o dia útil imediatamente anterior à data de apuração do Excesso de Spread;

"VQSC" é o somatório do valor de todas as Cotas Seniores em circulação;

"T" dia útil imediatamente anterior à data de apuração do Excesso de Spread.

25.2.1 Sem prejuízo do disposto no item 25.2.2 abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo suspenderá imediatamente o pagamento pela amortização de Cotas Subordinadas ainda em aberto, se houver. Concomitantemente, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma Assembléia Geral, que deverá ser realizada em no máximo 20 (vinte) dias, contados da convocação, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo.

25.2.2 Caso a Assembléia Geral de que trata o item acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora observará os procedimentos de que trata o item 22, devendo a Assembléia Geral de que trata o item 25.2.1 acima deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo.

28 MAI 003239187

25.2.3 Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de direitos creditórios, nos termos do Contrato de Cessão, sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na Assembléia Geral de que trata o item 24.2.1 acima.

25.2.4 O direito do Banco BMG ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembléia Geral referida no item 25.2.1 acima, de que o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na referida Assembléia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos Cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembléia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

25.3 Eventos de Liquidação Antecipada - Será convocada assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas ("Eventos de Liquidação"):

- i) impossibilidade de aquisição de direitos creditórios que preencham os critérios de elegibilidade especificados no item 11.1 acima;
- ii) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Cedente; e/ou (b) ao Agente de Cobrança; e/ou (c) à Instituição Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente; da Instituição Administradora ou do Cedente e/ou Agente de Cobrança;
- iii) não pagamento dos valores de amortização das Cotas Seniores nas datas previstas neste Regulamento;
- iv) rescisão do Contrato de Custódia sem a conseqüente substituição por nova instituição prestadora desse serviço;
- v) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;

28 MAI 2017 003239187

REGISTRADO

- vi) na hipótese de a assembléia geral de condôminos não chegar a acordo comum referente à substituição da Taxa DI, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corrido ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal;
- vii) resilição ou rescisão do Contrato de Cessão de Créditos ao Fundo;
- viii) inobservância do disposto no item 18.2 (i) deste Regulamento;
- ix) existência ou evidência de que a Cedente tenha permitido a cessão de Direitos Creditórios sem lastro; e
- x) não substituição da Instituição Administradora, nos termos do item 9 deste Regulamento.

25.4 Sem prejuízo do item acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos cotistas, (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios e (iii) decretará a extensão automática do prazo de duração do Fundo até a data de vencimento do direito creditório com maior prazo de vencimento integrante da carteira, em obediência ao disposto no item 4.2 deste Regulamento.

25.5 Na hipótese (i) de não instalação da assembléia geral por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

25.6 Na hipótese de a assembléia geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão ("Cotistas Dissidentes"), o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na assembléia geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão ter suas Cotas resgatadas em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data da assembléia geral, desde que existam recursos disponíveis. O resgate dos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, calculado na forma do item 20.4.1 acima.

28 MAI 2000 003239187

25.7 Caso a assembleia geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as Cotas do Fundo serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- i) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das Cotas;
- ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma pro rata e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores; sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

25.7.1 Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de Cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas.

25.8 Caso no último dia útil do prazo para resgate antecipado a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

25.8.1 Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Cotas detido por cada Cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste item 25.

25.8.2 De acordo com o disposto no item 15, as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas, sendo que as Cotas Subordinadas

28 MAI 003239187

REGISTRADO

somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores, observado o disposto neste item 25.

25.8.3 Antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos Cotistas do Fundo, de acordo com o disposto neste item 25, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

25.8.4 Na hipótese de o Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a assembléia geral de condôminos deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas do Fundo ainda em circulação.

25.8.5 Na hipótese de a assembléia geral de condôminos referida no item anterior não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em circulação à época. Os eventuais Direitos Creditórios remanescentes, não entregues ao condomínio dos titulares de Cotas Seniores, serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Feitos tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

25.8.6 A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, (i) para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os Cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

25.8.7 Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio referido no item 25.8.6 acima, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em circulação.

28 MAI 003239187

25.8.8 O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias (contado da notificação referida no item 25.8.6 acima), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios e Documentos Comprobatórios ao mesmo. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

25.9 A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o que dispõe este Regulamento ou o que for deliberado na assembléia geral.

26. ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

26.1 A partir da primeira Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iii) re-enquadramento das contas de Reserva de Pagamento, Reserva de Liquidez e Reserva de Despesas e Encargos;
- iv) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional; e
- v) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

28 MAI 2002 002239187

26.2 Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, serão alocados na seguinte ordem:

- i) pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável, exceto quanto ao pagamento da remuneração devida à Agência Classificadora de Risco;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iii) no pagamento da remuneração da Agência de Classificação de Risco; e
- iv) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

27. FORO

27.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

28 MAI 2006 003239187

REGISTRADO

ANEXO I

Este Anexo I é parte integrante do Regulamento do "BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI", constituído em 5 de dezembro de 2006 pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Agência Classificadora de Risco	Moody's América Latina Ltda., ou quem vier a lhe suceder
Agente de Cobrança	Agente cobrador dos Direitos Creditórios do Fundo
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades
Amortização Compulsória	Amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios estabelecida no item 10 do Regulamento
Aposentados e Pensionistas	Titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do INSS, devedores do Fundo em decorrência de contratos de empréstimo celebrados com o Banco BMG
Banco BMG ou BMG	Banco BMG S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrito no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, e

28 MAI 2003 239187

contratado pelo Custodiante (i) como fiel depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como Agente de Cobrança

BovespaFix

Sistema BovespaFix, administrado e operacionalizado pela Bolsa de Valores do Estado de São Paulo - Bovespa

CMN

Conselho Monetário Nacional

Consignantes

i) Prefeituras municipais de (a) São Paulo, (b) Rio de Janeiro;

ii) Estado de Minas Gerais, (b) Rio de Janeiro;

iii) Forças Armadas;

iv) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

v) SLAPE; e

vi) Demais Estados ou Municípios com os quais o Banco BMG tenha celebrado convênios que possibilitem a constituição de Direitos Creditórios elegíveis para cessão ao Fundo;

denominados em conjunto "Consignantes" e individualmente, "Consignante".

Contrato de Mútuo Adimplente

Contrato de mútuo referente a um Direito Creditório que não contenha, na respectiva data de verificação qualquer parcela vencida e não paga

Contrato de Custódia

Contrato firmado entre a Instituição

28MAI-002239107

Administradora e Custodiante, com a intervenção do BMG, que contém descrição dos serviços a serem prestados pelo Custodiante ao Fundo

COSIF

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil

Cotas

Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e não são resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas. As Cotas do Fundo são divididas em duas classes, Sênior e Subordinada

Cotas Seniores

São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento

Cotas Subordinadas

São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento

Cotistas Dissidentes

Os Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da assembléia geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na assembléia geral

Custodiante

Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na

28 MAR 1983 23:18

Fundação Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 -
Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º
60.701.190/0001-04, ou quem vier a lhe suceder

CEF	Caixa Econômica Federal
CETIP	Câmara de Liquidação e Custódia
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Amortização	Significa a data de amortização das Cotas, conforme as condições previstas no Suplemento da Série.
Datas de Amortização de Cotas Seniores	Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês
Datas de Amortização de Cotas Subordinadas	Datas das amortizações programadas das Cotas Subordinadas, quando ocorrer, será efetuada até 1 (um) dia útil após a data em que forem amortizadas as Cotas Seniores.
Data de Subscrição Inicial	Data a partir da qual as Cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo serão subscritas e integralizadas, a ser determinada pela Instituição Administradora
Data de Verificação	Data de apuração obrigatória dos limites de concentração e demais índices do Fundo, sempre no último dia útil de cada mês.
DATA PREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas

28 MAI 003239187

Devedores

Devedores dos empréstimos cujos Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo

Direitos Creditórios

São direitos de crédito originados pelo Banco BMG, advindos de contratos de empréstimo consignado celebrados entre o Banco BMG e Aposentados e Pensionistas do INSS e Servidores Públicos vinculados aos entes federativos conveniados ou às Forças Armadas.

Disponibilidades

Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata

Documentos Comprobatórios

São os seguintes documentos: (i) contrato de empréstimo impresso acompanhado, se assim previr o respectivo contrato, de instrumento constitutivo de garantia; (ii) autorização impressa para desconto em folha; (iii) cópia de documentos de identificação do Devedor e que comprovem a sua condição de Aposentado, Pensionista ou Servidor Público, bem como a existência de margem consignável; e (iv) em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas do INSS, arquivo eletrônico emitido pela DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, confirmando a respectiva consignação em folha, determinadas características do empréstimo, bem como a condição do Devedor de Aposentado ou Pensionista.

Eventos de Avaliação

Aqueles definidos no item 25.2 do Regulamento, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos

28 MAI 08 083239187

Creditórios bem como convocação imediata de Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação

Eventos de Liquidação

Aqueles definidos no item 25.3 do Regulamento, cuja ocorrência enseja a convocação de assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.

Excesso de Spread

Significa a diferença entre a taxa de remuneração média anualizada, ponderada por volume, dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o passivo exposto pelo valor relativo ao Patrimônio Líquido de todas as Cotas Sênior em Circulação Especial, ponderados pela Taxa DI e pelo benchmark, menos as despesas anuais estimadas do Fundo

FBPP

Família Bandeirante Previdência Privada, entidade aberta de previdência complementar fundada em 19 de setembro de 1969, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bittencourt Rodrigues, nº 88, inscrita no CNPJ sob o nº 62.874.219/0001-77.

Fundo

BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI

Gestor

Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários LTDA., com sede na Rua Tavares Cabral, 102, cj. 61/62, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.576.569/0001.86, ou quem vier a lhe

28 MAI 003239187
suceder.

REGISTRADO
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS

Instituição Administradora

Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ sob o n.º 62.418.140/0001-31, ou quem vier a lhe suceder

Instituições Autorizadas

(i) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Itaú S.A., (iv) Banco Itaú BBA S.A., (v) Banco Santander Brasil S.A., (vi) Banco do Brasil S.A., (vii) HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, (viii) Banco ABN Amro Real S.A., (ix) Banco ItaúBBA S.A. (x) Caixa Econômica Federal S.A., ou (xii) outras instituições de primeira linha que venham a ser aprovadas pela Agência de Classificação de Risco e pelos titulares da maioria das Cotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral

denominados em conjunto "Instituições Autorizadas" e individualmente, "Instituição Autorizada".

Investidores Autorizados

Investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, bem como fundos de investimento em cotas classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", de acordo com os artigos 91, inciso II, da Instrução CVM nº 409/04

28 MAI 003239187

Limites de Concentração

Limites mínimos e máximos de concentração por Consignante que devem ser observados pelo Cedente e verificados pelo Fundo, nos termos deste Regulamento, para aquisição de Direitos Creditórios, definidos no Anexo II deste Regulamento

Novas Distribuições

Novas distribuições de Cotas do Fundo

Planilha de Amostras

Planilha elaborada pelo Custodiante que contém listagem identificando os Documentos Comprobatórios que deverão ser analisados por critério de amostragem

Primeira Distribuição

Primeira distribuição de Cotas do Fundo

Razão Mínima

Relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, que será equivalente a 120,5% (cento e vinte e meio por cento)

Regime de Administração Temporária

Regime especial para administração de instituições financeiras, decretado pelo Banco Central do Brasil na forma regulada pelo Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, quando nelas verificar:

- a) prática reiterada de operações contrárias às diretrizes de política econômica ou financeira traçadas em lei federal;
- b) existência de passivo a descoberto;
- c) descumprimento das normas referentes à conta de Reservas Bancárias mantida no Banco Central do Brasil;
- d) gestão temerária ou fraudulenta de seus administradores;

4

28 MAI 2008 22:29:18
e) ocorrência de qualquer das situações descritas
no artigo 2º da Lei nº 6.024 de 13/03/1974
REGISTRADO

Regulamento

Regulamento do Fundo

Reserva de Despesas e Encargos

Reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo, constituída na forma do item 21.3 do Regulamento.

Reserva de Liquidez

Soma, equivalente a no mínimo 3% (três por cento) do patrimônio líquido do Fundo, que deverá ser mantida em Disponibilidades.

Reserva de Pagamento

Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores

Série

Série única de Cotas Seniores emitida nos termos deste Regulamento

Soma Fix

SomaFix, mercado de balcão organizado de renda fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos (Soma)

Suplemento

Documento que contém as características da Série de Cotas Seniores será emitida pelo Fundo, nos termos do Regulamento

Termo de Adesão

Termo assinado pelo Devedor por ocasião da contratação do empréstimo

Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento

Termo que deve ser assinado pelo condômino do Fundo por ocasião da subscrição de Cotas, através do qual o futuro cotista declara (i) sua adesão aos termos do presente Regulamento e (ii) total ciência dos riscos enumerados de forma não-taxativa na cláusula 14 deste Regulamento

1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS/SP
MICROFILMEDO 50211

28 MAI 003239187
("Fatores de Risco")
REGISTRADO

4

ANEXO II

28 MAI 003239187

REGISTRADO

Este Anexo II é parte integrante do Regulamento do "BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI", constituído em 5 de dezembro de 2006 pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR CONSIGNANTE

1. Para fins do disposto no item 11.3 do Regulamento, o percentual mínimo e máximo de concentração para os respectivos entes consignantes abaixo discriminados serão calculados sempre sobre o patrimônio líquido do Fundo:

Consignante	MIN.	MÁX.
INSS	20%	30%
SIAPÉ	15%	20%
Forças Armadas	5%	10%
Prefeitura de São Paulo	0%	10%
Prefeitura do Rio de Janeiro	0%	10%
Estado do Rio de Janeiro	0%	10%
Estado de Minas Gerais	0%	10%
Demais Entes	0%	5%

2. Para efeito do disposto no quadro acima, entende-se por "Demais Entes" os Estados e Municípios, que não os Consignantes acima listados, que nos últimos 180 dias contados da data de aquisição, atenderem os requisitos de performance, calculados em relação à carteira de Direitos Creditórios do Fundo, definidos como:

- i) tenham atrasos entre 1 a 30 dias inferiores a 20% (vinte por cento);
- ii) tenham atrasos entre 31 a 120 dias inferiores a 10% (dez por cento);
- iii) tenham atrasos entre 121 a 180 dias inferiores a 3% (três por cento); e

4

28 MAI 003239187

REGISTRADO

iv) tenham volume de perdas (atrasos superiores a 180 dias) inferior a 5% (cinco por cento).

3. Os Consignantes que não atenderem os requisitos de performance acima, terão limite de concentração máximo de 3% (três por cento).

4. Novos Consignantes ou Consignantes que começaram a operar com o BMG após a data de constituição do Fundo deverão ter limites de concentração limitados a 2% (dois por cento) da carteira de Direitos Creditórios do Fundo e em conjunto não poderão exceder mais do que 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

5. Os Limites de Concentração serão apurados mensalmente, na Data de Verificação.

6. As alterações referentes ao percentual de concentração devem ser informadas pela Instituição Administradora ao Custodiante com prazo de 5 dias úteis para alteração.

28 MAI 003239187

REGISTRADO

ANEXO III

Este Anexo III é parte integrante do Regulamento do "BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI", constituído em 5 de dezembro de 2006 pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS

DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS DE ORIGEM DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS, CONTRATOS OU OUTROS DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS DO CRÉDITO, BEM COMO DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ADOTADA PELO BANCO BMG

1. Natureza - Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de contratos de empréstimo, com taxas de juros prefixadas e frequência de pagamento mensal, celebrados com Aposentados e Pensionistas, titulares de benefícios do INSS.

1.1 Desde o advento da Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003 (convertida na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003), os Aposentados e Pensionistas podem autorizar o INSS a consignar e descontar da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou de pensão de que forem titulares, os recursos necessários ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil contraídos com instituições financeiras, pagadoras ou não do benefício. Para a efetiva consignação dos descontos na renda mensal dos benefícios concedidos pelo INSS, devem ser observados requisitos descritos em lei e na regulamentação aplicável.

2. Processo de Origem

2.1 Inicialmente, os Aposentados e Pensionistas interessados em contrair empréstimo, munidos de documentos e/ou informações específicas, procuram correspondentes do Banco BMG e estabelecem as características da operação. Os atendentes consultam a página do INSS na internet para confirmar dados fornecidos e existência de margem consignável.

4

28 MAI 003239187

2.2 O Banco BMG, então, envia arquivo eletrônico, analítico, solicitando autorização das operações e a retenção da margem. O arquivo é destinado à DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas. A DATAPREV retorna arquivo analítico com as operações autorizadas, ratificando a margem e informando as não aprovadas.

2.3 Aprovada a operação, o Banco BMG transfere os recursos do empréstimo para o Aposentado ou Pensionista, em regra por meio de Documento de Ordem de Crédito ou Transferência Eletrônica Disponível. A liberação de recursos pode ser feita também por meio de bancos conveniados, hipótese em que o Devedor deve se dirigir a agência bancária para receber em espécie a quantia mutuada.

2.4 O INSS, por meio da DATAPREV, inicia o desconto na folha de benefícios e repassa o valor à CEF, que o transfere ao BMG, juntamente com relação analítica dos descontos efetuados. O BMG, por sua vez, repassa os valores relativos aos Direitos Creditórios ao Fundo.

2.5 Eventualmente, o Banco BMG pode vir a contratar seguro para cobrir inadimplência decorrente de morte do Devedor.

2.5.1 A contratação de seguro é prerrogativa exclusiva do Banco BMG e, se adotada, alcançará apenas os Direitos Creditórios oriundos de empréstimos consignados oferecidos a Aposentados e Pensionistas do INSS.

3. Documentos da Operação - Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de contratos de concessão de empréstimo, acompanhados, se assim previr o respectivo contrato, de instrumentos constitutivos de garantias. Havendo seguro para cobrir inadimplência decorrente de morte do Devedor, há também a respectiva apólice.

4. Política de Concessão de Crédito - O Banco BMG adota a seguinte política de concessão de crédito em se tratando de empréstimos a Aposentados e Pensionistas:

- i) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Aposentado ou Pensionista se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem

4

28 MAI 003239187

compatíveis com seus benefícios; isto porque há limite para o percentual dos benefícios de cada Aposentado ou Pensionista que pode ser comprometido com desconto em benefício, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são descontados; assim, o Aposentado ou Pensionista deve apresentar, no ato na contratação do empréstimo, documentos ou informações que comprovem sua condição de titular de benefício previdenciário do INSS e a existência de margem consignável suficiente para a averbação do desconto;

- ii) cada mútuo deve ter valor mínimo de R\$300,00 (trezentos reais) e valor máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais); e
- iii) o prazo de duração dos empréstimos é de no mínimo 2 (dois), e de no máximo 36 (trinta e seis) meses, observadas eventuais limitações regulamentares aplicáveis à espécie.

4

28 MAR 2003 239187

ANEXO IV

REGISTRADO

Este Anexo IV é parte integrante do Regulamento do "BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI", constituído em 5 de dezembro de 2006 pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

SERVIDORES PÚBLICOS

DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS DE ORIGEM DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS, CONTRATOS OU OUTROS DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS DO CRÉDITO, BEM COMO DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ADOTADA PELO BANCO BMG

1. Natureza - Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de contratos de concessão de empréstimo a Servidores Públicos, acompanhados, se assim previr o respectivo contrato, de instrumentos constitutivos de garantias.
2. Política de Concessão de Crédito - Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de contratos de empréstimo a Servidores Públicos. Os Servidores Públicos são necessariamente vinculados a entes federativos (que podem ser a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios) ou às Forças Armadas, que permitem que as parcelas dos empréstimos concedidos aos Devedores sejam descontadas em folha de pagamento. Na concessão dos empréstimos, são observados requisitos que consubstanciam uma política de concessão de créditos, dos quais se destacam os seguintes:
 - i) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Servidor Público se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus vencimentos; isto porque há limite para o percentual dos vencimentos de cada Servidor Público que pode ser comprometido com desconto em folha, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são descontados; assim, o Servidor Público deve apresentar documentos que comprovem sua condição de Servidor Público e a existência de margem suficiente para desconto em folha de pagamento;

28 MAI 003239187

- ii) cada mútuo deve ter valor mínimo de R\$300,00 (trezentos reais) e valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), podendo tal limite máximo ser excedido em casos excepcionais;
- iii) o prazo de duração dos empréstimos é de no mínimo 2 (dois) meses, e de no máximo 48 (quarenta e oito) meses, para os Servidores Públicos estaduais e de no mínimo 2 (dois) meses, e de no máximo 60 (sessenta) meses, no caso dos Servidores Públicos federais e da Prefeitura do Município de São Paulo; e
- iv) em se tratando de Servidores Públicos vinculados a órgãos federais, tais tomadores de empréstimo devem necessariamente ser participantes de plano previdenciário da Família Bandeirante Previdência Privada ("FBPP"), entidade aberta de previdência complementar fundada em 19 de setembro de 1969, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bittencourt Rodrigues, nº 88, inscrita no CNPJ sob o nº 62.874.219/0001-77.

4

ANEXO V

28 MAI 2003 239187

Este Anexo V é parte integrante do Regulamento do "BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI", constituído em 5 de dezembro de 2006 pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ORIUNDOS DE CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CONCEDIDOS A APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS, INCLUSIVE INADIMPLENTES

1. Os recursos relativos aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão repassados pelo INSS à CEF, que, por sua vez, os transferirá ao BMG. Este último, por sua vez, repassa ao Fundo os valores que lhe são devidos sob os Direitos Creditórios. As etapas para recebimento dos referidos recursos são a seguir descritas:
 - i) o INSS desconta dos benefícios dos Devedores, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;
 - ii) até o último dia do mês, o INSS envia ao Banco BMG relatório analítico dos Devedores e respectivos valores que serão descontados. Cópia do referido relatório é enviada pelo Banco BMG à CEF e até o quinto dia útil do mês subsequente, os valores descontados são repassados pelo INSS para uma conta de controle do Banco BMG na CEF, por meio de depósito único na conta "Reserva Bancária" da CEF perante o Banco Central do Brasil, via Sistema de Transferência de Reserva – STR. Por meio da referida conta de controle, a CEF segrega tais recursos em nome do Banco BMG; posteriormente, a CEF transfere os recursos descontados dos Devedores diretamente para o BMG;
 - iii) o Agente de Cobrança, ao receber os valores, confronta-os com o relatório analítico disponibilizado pelo INSS, no qual é informado quais Devedores (a) terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus benefícios; e (b) ficarão inadimplentes, geralmente nas hipóteses de morte ou ordem judicial que impossibilite o desconto, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;

28 MAI 2003 239187

RECEBIDO

- iv) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Agente de Cobrança questiona o INSS;
- v) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- vi) os valores decorrentes dos Direitos Creditórios recebidos pelo Agente de Cobrança são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados de tal recebimento.

2. O procedimento adotado pelo Agente de Cobrança para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas pelo Fundo:

- i) se a causa da inadimplência é a morte do Devedor, busca-se cobrar diretamente do espólio ou, havendo seguro para cobrir tal evento celebrado pelo Agente de Cobrança, obter a indenização correspondente; e
- ii) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em benefício, ou ainda a cassação ou interrupção do pagamento do benefício, busca-se a renegociação do empréstimo (de modo que as parcelas sejam condizentes com a eventual nova margem do Devedor) e/ou a cobrança amigável (fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações); caso sejam frustradas a renegociação e/ou a cobrança amigável, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente, e, caso o valor compense as despesas judiciais, procede-se à cobrança judicial da quantia devida.

ANEXO VI

28 MAI 003239187

RECEBIDO

Este Anexo VI é parte integrante do Regulamento do "BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI", constituído em 5 de dezembro de 2006 pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ORIUNDOS DE CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CONCEDIDOS A SERVIDORES PÚBLICOS, INCLUSIVE INADIMPLENTES

1. A cobrança dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pelo Banco BMG, contratado para efetuar-la perante os Devedores e repassar os valores ao Fundo. As etapas da cobrança são a seguir descritas:
 - i) os Consignantes descontam dos vencimentos dos Devedores, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;
 - ii) os valores descontados são repassados ao Banco BMG por meio do banco oficial do Consignante, ou de banco conveniado com este, ou da FBPP (em se tratando de Servidores Públicos vinculados a órgãos federais); o repasse mensal para o Banco BMG pode ser, conforme o Consignante, realizado por uma única ou por várias transferências bancárias;
 - iii) o Banco BMG, ao receber os valores, confronta-os com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos Consignantes, informando quais Devedores (a) terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus vencimentos e (b) ficarão inadimplentes, geralmente nas hipóteses de sua exoneração, morte ou ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia que impossibilite o desconto em folha de pagamento, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;
 - iv) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Banco BMG questiona o Consignante e/ou o próprio órgão que determinou o repasse do valor diverso do previsto;

28 MAR 2000 003239187

REGISTRADO

- v) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- vi) os valores decorrentes dos Direitos Creditórios recebidos pelo Banco BMG são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados de tal recebimento.

2. O procedimento adotado pelo Banco BMG para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas igualmente por todas as Cotas do Fundo, independentemente da respectiva classe:

- i) caso o Servidor Público tomador do empréstimo tenha-se desligado do Consignante, o Banco BMG busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações; se a cobrança amigável é frustrada, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente; eventualmente, procede-se à cobrança judicial da quantia devida, se o valor compensar as despesas judiciais;
- ii) se a causa da inadimplência é a morte do Servidor Público, busca-se cobrar do espólio; e
- iii) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em folha de pagamento, que pode ocorrer nas hipóteses ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia, ou na superveniência de outros descontos privilegiados, busca-se renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do Servidor Público.

28 MAI 003239187

RECEBIDO

ANEXO VII

Este Anexo VII é parte integrante do Regulamento do "BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI", constituído em 5 de dezembro de 2006 pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

MODELO DE AVISO DE DESENQUADRAMENTO

"AVISO DE DESENQUADRAMENTO"

A INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

("Instituição Administradora"), na qualidade de instituição administradora do "BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI" ("Fundo"), vem notificar o Banco BMG S.A. ("Banco BMG") a respeito do desenquadramento, por 2 (dois) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima (conforme definida no regulamento do Fundo), verificado em [DATAS DE DESENQUADRAMENTO].

O Banco BMG deverá responder este Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irrevogável e irrevogável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as à vista, em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo.

Na hipótese de o Banco BMG não responder tempestivamente este Aviso de Desenquadramento na forma do parágrafo anterior, ou ainda na hipótese de o Banco BMG não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas, será observado o disposto no item 25.3 do regulamento do Fundo.

Atenciosamente,

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Instituição Administradora"

1

99

28 MAR 2008 18:18

disponibilidade dos recursos confiados pelo Investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto na Cláusula 15.2.2.2 do Regulamento.

4. A remuneração das Cotas Seniores da Série, calculada na forma da cláusula 17 do Regulamento, será de [COMPLETAR].

5. A partir do [COMPLETAR] ([COMPLETAR]) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a respectiva Data de Subscrição Inicial, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês ("Data de Amortização") e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da Série serão amortizadas em [COMPLETAR] ([COMPLETAR]) pagamentos [PERIODICIDADE], nas condições prevista no Regulamento e também abaixo especificadas.

5.1 As Cotas Seniores da Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização da Série, que corresponde a data do término de duração das Cotas da Série do Fundo, pelo seu respectivo valor contábil, calculado conforme disposto no Regulamento.

5.2 O valor a ser pago em cada amortização, para cada Cota Sênior da Série, será calculado conforme disposto no Regulamento do Fundo.

6. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no [COMPLETAR] Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo.

ANEXO IX

28 MAI 2007 003239187

Este Anexo IX é parte integrante do Regulamento do "BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI", constituído em 5 de dezembro de 2006 pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR A SER DISTRIBUÍDO PARA AS COTAS SENIORES

1. Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores será correspondente à variação percentual acumulada, a ser determinada no Suplemento da Série, doravante denominada "Fator Multiplicador", das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das Cotas do Fundo, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

1.1 Define-se:

- i) Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das Cotas do Fundo, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
 - a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das Cotas do Fundo, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e

- b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos aplicando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

1.2 O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = (VCse \times FatorDI)$$

onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada Cota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VCse = valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = taxa DI Over com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$Fator DI = (TDI \times FM)$$

onde:

TDI = Taxa DI Over, expressa ao dia, divulgada pela CETIP;
e

FM = Fator Multiplicador, na forma percentual, a ser determinado no Suplemento da Série.

1.3 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

28 MAI 003239187

2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos cotistas, a Instituição Administradora deverá convocar assembléia geral de cotistas para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da assembléia geral de cotistas.

28 MAI 003239187

ANEXO X

REGISTRADO

Este Anexo X é parte integrante do Regulamento do "BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI", constituído em 5 de dezembro de 2006 pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CRITÉRIOS DE VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS POR AMOSTRAGEM

1. A verificação do lastro por amostragem será realizada pelo Custodiante, que deverá observar os seguintes parâmetros:
 - i) em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade nº 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Comprobatórios do Fundo, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;
 - ii) para seleção da amostragem, emprega-se a técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (*software* ACL), que permite ao Custodiante utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre toda a carteira de Direitos Creditórios, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:
 - a) *Grau de confiança*: 95%; sendo que "*Grau de confiança*" é o percentual que o Custodiante confia de que o número de erros na carteira analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável; e
 - b) *Limite de erro tolerável*: 5%; sendo que "*Limite de erro tolerável*" é o erro máximo na carteira analisada que o Custodiante está disposto a tolerar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da verificação; o *Limite de erro tolerável* é considerado durante o planejamento dos trabalhos; quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra.

28 MAI 003239187

- iii) se o auditor espera que a carteira de Direitos Creditórios analisada contenha erro superior ao *Limite de erro tolerável*, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o *Limite de erro tolerável*.

2. Na análise física dos contratos de empréstimo celebrados entre o Cedente e o respectivo Devedor, a análise dos Documentos Comprobatórios será feita com o objetivo de verificação dos seguintes itens:

- i) se o número do Contrato confere com o disposto no respectivo Termo de Adesão e na Planilha de Amostras analisadas;
- ii) se o número do CPF do Devedor confere com o disposto no Termo de Adesão e na Planilha de Amostras;
- iii) se o nome do Devedor confere com o disposto no Termo de Adesão e na Planilha de Amostras;
- iv) se a data de vencimento do Contrato confere com o disposto no Termo de Adesão e na Planilha de Amostras;
- v) se o número de parcelas cedidas ao Fundo confere ou é inferior ao disposto no Termo de Adesão e na Planilha de Amostra;
- vi) se o valor total cedido ao Fundo confere ou é inferior ao disposto no Termo de Adesão e na Planilha de Amostras;
- vii) se consta assinatura do Devedor no Termo de Adesão;
- viii) se consta assinatura do representante do Cedente no Termo de Adesão;
- ix) se constam as assinaturas de 2 (duas) testemunhas identificadas com nome e CPF no Termo de Adesão;
- x) se o local e data de assinatura estão preenchidos no Termo de Adesão;
- xi) se existem cópias de documentos de identidade anexos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto Definitivo da 2ª Distribuição de Cotas do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VI”

INFORMAÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Rating Action: BMG FIDC VI

Moody's Atribui Rating (P)Aaa.br as Quotas Sênior do BMG FIDC VI -- Credito Consignado

Aproximadamente R\$207,5 milhões de quotas sênior classificadas.

Sao Paulo, December 27, 2006 -- A Moody's America Latina (Moody's) atribuiu os ratings preliminares (P) Aaa.br, na Escala Nacional Brasileira e (P)Baa3, na Escala Global de Moeda Local, para a serie única de quotas sênior a serem emitidas pelo BMG FIDC VI -- Credito Consignado (BMG VI ou o Fundo).

Os ratings das quotas sênior são baseados, principalmente, nos seguintes fatores:

- Nivel minimo de suporte de credito atraves de 17% de subordinacão;
- Nivel minimo de 3,50% de excesso de "spread", o qual ficara retido no Fundo para cobrir eventuais perdas de credito (alem das perdas ja cobertas pela subordinacão), bem como riscos de pre-pagamento, descasamento de taxa de juros, alem de cobrir despesas e comissões operacionais do Fundo;
- Criterios rigidos de elegibilidade para a compra de direitos creditórios, incluindo niveis de inadimplência, criterios de originacão e prazo dos emprestimos;
- A alta qualidade de credito dos emprestimos pessoais concedidos pelo Banco BMG a funcionarios públicos das esferas federal, estadual e municipal;
- A alta qualidade de credito dos emprestimos pessoais concedidos aos aposentados assistidos pelo INSS, os quais se beneficiam da capacidade da União, por intermedio do Tesouro Nacional, de fazer pagamentos pontuais de beneficios mensais aos segurados do INSS;
- A estrutura juridica da operacão.

ESTRUTURA

O BMG FIDC VI e um FIDC constituído sob a forma de condominio fechado, que emitira uma única serie de quotas sênior, e quotas subordinadas, lastreadas por um portfólio comum de emprestimos pessoais concedidos pelo Banco BMG S.A. As quotas são lastreadas pelos fluxos de repagamento dos emprestimos pessoais, os quais são descontados diretamente das folhas de pagamento dos funcionarios públicos. As quotas sênior possuem um prazo de 48 meses, com amortizacões ocorrendo em 24 parcelas mensais após um periodo de 24 meses de carência.

A promessa do Fundo aos quotistas sênior e o recebimento de um rendimento equivalente a 108% da taxa interbancaria brasileira (CDI), e o pagamento do principal inicialmente investido ate o prazo final da serie. O suporte de credito na forma de quotas subordinadas sera de no minimo 17%, e as quotas subordinadas serão inicialmente subscritas pelo originador. Alem da subordinacão, o Fundo se beneficia de um excesso de spread minimo anualizado de 3,50%, o qual ficara retido ate o prazo final no Fundo para cobrir eventuais perdas de credito (alem das perdas ja cobertas pela subordinacão), bem como riscos de pre-pagamento e descasamento de taxa de juros.

OS ATIVOS

Os recursos oriundos da emissão serão utilizados na aquisicão de emprestimos pessoais concedidos pelo Banco BMG de forma revolvante.

Os emprestimos consignados devem atender determinadas caracteristicas para que possam ser cedidos ao Fundo. Por exemplo, o devedor devera ser exclusivamente (i) um funcionario público, ou (ii) um aposentado assistido pelo INSS. Adicionalmente, os niveis de concentracão por esferas, as quais são definidas como federal, estadual, municipal ou INSS serão limitados de acordo com a capacidade da jurisdicão de fazer pagamentos pontuais de salarios, e de transferir os recursos consignados ao Fundo pontualmente.

O Fundo tambem tera uma concentracão maxima para certas jurisdicões e para o INSS, calculada como um

percentual do total de ativos do Fundo, como segue: (i) para os empréstimos vinculados ao INSS máxima esta limitada em 30%, (ii) para o governo federal máxima esta limitada em 30%, (iii) para o Município do Rio de Janeiro, a concentração máxima esta limitada a 10%, (iv) para o Município de São Paulo, a concentração máxima esta limitada a 10%, (v) para o Estado de Minas Gerais a concentração máxima e 10%, (vi) para o Estado do Rio de Janeiro a concentração máxima e de 10%, e (vii) para todas as outras entidades governamentais que atenderem a requisitos de desempenho a concentração esta limitada a 5% por Jurisdição. Existem ainda concentrações mínimas requeridas para empréstimos vinculados ao INSS (20%) e ao governo federal (20%).

Os pagamentos do INSS estão vinculados a capacidade e disponibilidade do Governo Federal brasileiro de fazer pagamentos pontuais dos benefícios (e cobrir qualquer insuficiência nos pagamentos das aposentadorias do INSS), obrigação que esta prevista em lei, disse Luis Barretto, Analista de Operações Estruturadas da Moody's.

O ORIGINADOR e COBRADOR PRIMÁRIO

O Banco BMG S.A. e o originador e o cobrador primario do fundo. O Banco BMG S.A. e uma instituição financeira de medio porte, que atua em um nicho específico, oferecendo empréstimos pessoais para funcionarios de empresas privadas e servidores públicos nos niveis federal, estadual e municipal, assim como para aposentados e pensionistas cobertos pelo INSS. O rating do BMG e A3.br (rating de depósito de longo prazo na Escala Nacional), Ba3 (rating global de depósito de longo prazo em moeda estrangeira), Ba3 (rating global de depósito de longo prazo em moeda local), rating de dívida sênior sem garantia real de Ba3 e um D- como rating de força financeira de banco.

Maiores detalhes da análise da Moody's poderão ser encontrados no Relatório de Preliminar de Nova Emissão do Fundo -- BMG FIDC VI - a ser publicado nos web-sites da Moody's (<http://www.moody's.com> e <http://www.moody's.com.br>).

SUMÁRIO DE RATING

BMG FIDC VI -- Credito Consignado -- Quotas Sênior -- (P)Aaa.br (Escala Nacional Brasileira) e (P)Baa3 (Escala Global de Moeda Local).

Sao Paulo
Luis Barretto
Asst Vice President - Analyst
Structured Finance Group
Moody's America Latina Ltda.
55-11-3043-7300

New York
Susan Knapp
Managing Director
Structured Finance Group
Moody's Investors Service
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

© Copyright 2006, Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors including Moody's Assurance Company, Inc. (together, "MOODY'S"). All rights reserved.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY COPYRIGHT LAW AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, such information is provided "as is" without warranty of any kind and MOODY'S, in particular, makes no representation or warranty, express or implied, as to the accuracy, timeliness, completeness, merchantability or fitness for any particular purpose of any such information. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The credit ratings and financial reporting analysis observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER. Each rating or other opinion must be weighed solely as one factor in any investment decision made by or on behalf of any user of the information contained herein, and each such user must accordingly make its own study and evaluation of each security and of each issuer and guarantor of, and each provider of credit support for, each security that it may consider purchasing, holding or selling.

MOODY'S hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and

commercial paper) and preferred stock rated by MOODY'S have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MOODY'S for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to \$2,400,000. Moody's Corporation (MCO) and its wholly-owned credit rating agency subsidiary, Moody's Investors Service (MIS), also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually on Moody's website at www.moodys.com under the heading "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy."

This credit rating opinion has been prepared without taking into account any of your objectives, financial situation or needs. You should, before acting on the opinion, consider the appropriateness of the opinion having regard to your own objectives, financial situation and needs.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto Definitivo da 2ª Distribuição de Cotas do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VI”

RELATÓRIO DA KPMG RELATIVO À CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO BANCO BMG

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Banco BMG S.A.

Relatório de revisão especial da carteira de Direitos Creditórios

Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pelo Banco BMG S.A. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de Direitos Creditórios não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia por parte da KPMG quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de Direitos Creditórios. Nenhuma decisão de adquirir as quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste relatório. O conteúdo deste instrumento deve ser cuidadosamente analisado, levando-se em consideração todas as informações contidas neste prospecto.



**KPMG Auditores Independentes
Financial Services**
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Ao
Banco BMG S.A.
São Paulo - SP

30 de novembro de 2006

Atenção: Sr. Ricardo Gelbaum

Prezados senhores:

Nos termos da nossa proposta para prestação de serviços profissionais, datada de 20 de outubro de 2006, apresentamos nosso relatório a respeito da execução de determinados procedimentos pré-acordados definidos com representantes do Banco BMG S.A. e seus parceiros estratégicos, grupo encarregado do processo de estruturação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Nossos trabalhos foram executados em conformidade com as normas profissionais relativas à execução de trabalhos de revisão emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Agradecemos o apoio da gerência e dos servidores do Banco BMG S.A. no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Ricardo Anhesini Souza
Financial Services
Sócio

Pedro Vitor Zago
Financial Services
Gerente Sênior

1 Introdução

O Banco BMG S.A. com seus parceiros estratégicos - Grupo Estruturador - está desenvolvendo uma operação de cessão de direitos creditórios para um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC ou Fundo). Os recebíveis são gerados a partir da cessão de operações de crédito consignado para assistidos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e de operações de crédito consignado para servidores públicos das esferas municipal, estadual e federal, incluindo este, funcionalismo civil e militar.

Os recebíveis a serem cedidos são originados pelo Banco BMG S.A. e estarão sujeitos à cessão ao FIDC mediante o atendimento de critérios de elegibilidade a serem definidos pelo Grupo Estruturador.

Segundo informações fornecidas pelo Grupo Estruturador, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atenderá os seguintes principais objetivos:

- Confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e *performance* desses recebíveis, originados no período de 1º de outubro de 2003 a 30 de setembro de 2006, para operações para funcionalismo público federal, e 13 de setembro de 2004 (data de início das operações) a 30 de setembro de 2006, para operações para assistidos e pensionistas do INSS;
- Levantar e obter entendimento dos fluxos de origem e cobrança desses recebíveis e verificar sua aderência às políticas estabelecidas internamente por meio de testes por amostragem;
- Levantar e obter entendimento quanto à estrutura dos sistemas operacionais, executando testes em relação aos aspectos de segurança de acesso e integridade de informações.

Dessa forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo executados, principalmente, por meio da leitura de um conjunto de informações e bases de dados fornecidas pela gerência do Banco BMG, contemplando o período definido anteriormente.

- Revisão dos aspectos relacionados aos processos de concessão e cobrança dos créditos do Cedente, bem como dos pontos de controle existentes, compreendendo:
 - Levantamento do fluxo operacional da estrutura de origem dos recebíveis relacionado a concessão, monitoramento, cobrança e liquidação financeira dos recebíveis;
 - Identificação dos pontos de controle e teste de sua eficácia por meio de procedimentos de simulação;
 - Revisão da funcionalidade dos sistemas do BMG e da acuracidade das informações geradas para gestão dos recebíveis;
 - Revisão dos controles de segurança relacionados aos acessos físico e lógico do sistema, plano de contingência e recuperação de dados etc.

- Procedimentos relativos à verificação de dados demográficos:
 - Obtenção dos valores relativos à produção líquida mensal sujeita à cessão;
 - Obtenção e recálculo da distribuição do volume financeiro e quantidade de contratos por prazo médio;
 - Obtenção da quantidade de contratos gerados por código conveniado;
 - Obtenção e recálculo da distribuição dos contratos por faixa de valor.
- Procedimentos relativos à verificação da pontualidade e de *performance* de crédito:
 - Recálculo do prazo médio de atraso e dos respectivos desvios-padrão;
 - Obtenção e recálculo da distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos em prazos estabelecidos;
 - Recálculo dos indicadores de adimplência da carteira em ciclos mensais, considerando-se as parcelas vincendas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento;
 - Recálculo do desvio-padrão dos percentuais de atraso e adimplência.

A base de dados utilizada para fins de recálculo dos índices e indicadores discutidos anteriormente foi reconciliada com os registros contábeis do Banco BMG, conforme apresentado no item 3 deste relatório.

É importante salientar que para a apresentação do comportamento de pontualidade e adimplência de pagamento dos clientes, foram consideradas as datas de baixa das operações no sistema de controle de carteira, que podem apresentar divergências em relação à data do efetivo recebimento das parcelas por parte dos órgãos pagadores.

Outras Informações

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal.

Os nossos trabalhos foram executados no período de 25 de outubro a 25 de novembro de 2006 e basearam-se na situação da carteira de direitos creditórios e no sistema de controles internos relacionados à concessão e cobrança da carteira de recebíveis em 30 de setembro de 2006. Conforme acordado com V.Sas., não foi necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data do nosso relatório.

2 Apresentação do perfil da carteira de recebíveis

Os recebíveis sujeitos a nossas análises compreendem operações de crédito consignado originadas para: (i) pensionistas e assistidos do INSS; e (ii) funcionalismo público das esferas federal, estadual e municipal, controladas por sistemas independentes do Banco BMG, sendo estes BMG CONSIG e Plataforma de Negócios (PN), respectivamente.

As informações apresentadas neste relatório foram geradas pela Gerência de Desenvolvimento de Tecnologia do BMG, a partir de arquivos distintos, extraídos dos respectivos sistemas de controle de ativos, sendo apresentadas de forma segregada, em linha com os dados disponibilizados.

Crédito consignado - Funcionalismo público

A leitura da base de dados sob análise indica que foram originados no período sob análise - 1º de outubro de 2003 a 30 de setembro de 2006 - 1.661.132 contratos, que totalizam R\$ 11.459.020 mil, considerando-se o somatório do valor das parcelas. Como mencionado, a conformidade desse arquivo foi submetida a testes, por meio de reconciliação com os registros oficiais da Cedente, de acordo com o apresentado na Seção 3 deste relatório.

Dessa forma, para o período total de 36 meses sob análise, compilamos informações mensais referentes à produção, conforme disposto na tabela e no gráfico 2.1, a seguir:

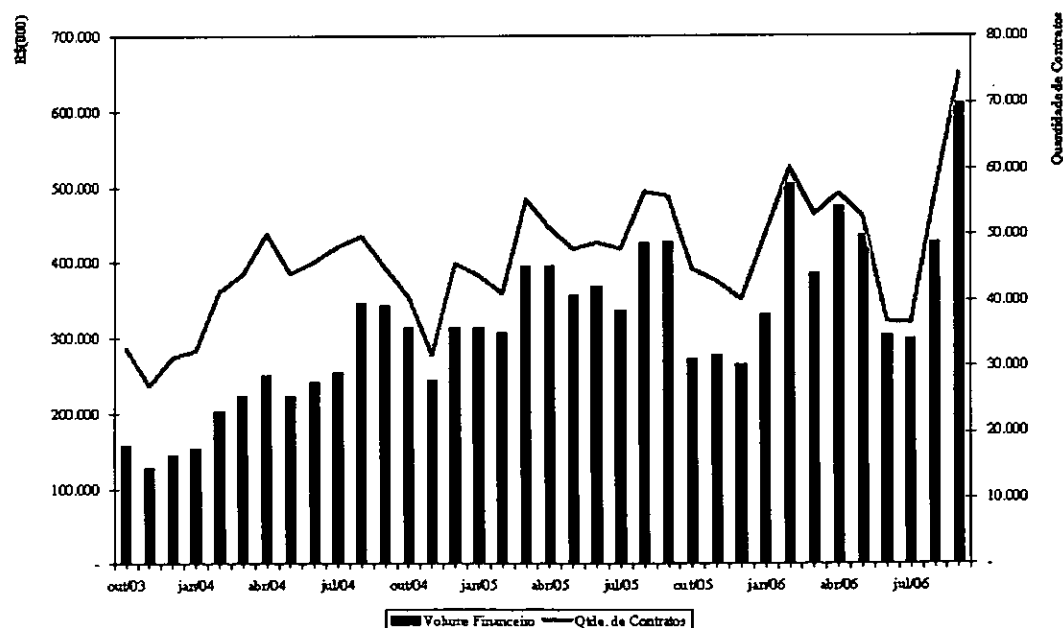
Tabela 2.1 - Distribuição da produção mensal dos contratos

Origem	Somatório do valor das parcelas		Quantidade de contratos		Somatório do valor liberado	
	R\$(000)	%	#	%	R\$(000)	%
Out/03	156.723	1,4	32.784	2,0	85.948	1,4
Nov/03	127.355	1,1	27.075	1,6	69.957	1,1
Dez/03	145.907	1,3	31.359	1,9	83.297	1,3
Jan/04	154.459	1,3	32.395	2,0	90.046	1,4
Fev/04	203.531	1,8	41.326	2,5	119.017	1,9
Mar/04	223.839	2,0	43.959	2,6	126.054	2,0
Abr/04	250.041	2,2	50.085	3,0	144.544	2,3
Mai/04	224.402	2,0	44.073	2,7	128.191	2,0
Jun/04	242.789	2,1	45.862	2,8	139.614	2,2
Jul/04	254.825	2,2	48.134	2,9	145.616	2,3
Ago/04	347.076	3,0	49.705	3,0	184.200	2,9
Set/04	342.133	3,0	44.955	2,7	178.325	2,8
Out/04	314.202	2,7	40.538	2,4	164.697	2,6
Nov/04	243.527	2,1	31.764	1,9	129.566	2,1
Dez/04	314.689	2,7	45.584	2,7	163.929	2,6
Jan/05	313.127	2,7	43.808	2,6	165.278	2,6
Fev/05	307.067	2,7	41.058	2,5	161.239	2,6
Mar/05	395.088	3,4	55.322	3,3	210.688	3,3
Abr/05	395.933	3,5	50.936	3,1	215.447	3,4
Mai/05	356.633	3,1	47.773	2,9	193.663	3,1
Jun/05	368.569	3,2	48.750	2,9	201.174	3,2

Origem	Somatório do valor das parcelas		Quantidade de contratos		Somatório do valor liberado	
	R\$(000)	%	#	%	R\$(000)	%
Jul/05	335.292	2,9	47.787	2,9	184.365	2,9
Ago/05	425.597	3,7	56.438	3,4	235.703	3,7
Set/05	428.817	3,7	55.741	3,4	245.218	3,9
Out/05	271.942	2,4	44.692	2,7	153.596	2,4
Nov/05	276.280	2,4	42.867	2,6	157.725	2,5
Dez/05	264.791	2,3	40.126	2,4	148.126	2,3
Jan/06	331.279	2,9	50.144	3,0	176.360	2,8
Fev/06	503.910	4,4	60.100	3,6	278.171	4,4
Mar/06	386.076	3,4	53.058	3,2	204.483	3,2
Abr/06	474.998	4,1	56.228	3,4	272.985	4,3
Mai/06	435.649	3,8	52.762	3,2	241.505	3,8
Jun/06	303.953	2,7	36.785	2,2	167.724	2,7
Jul/06	298.633	2,6	36.543	2,2	167.124	2,6
Ago/06	427.329	3,7	56.161	3,4	236.687	3,7
Set/06	612.562	5,3	74.455	4,5	349.352	5,5
Total	11.459.020	100,0	1.661.132	100,0	6.319.613	100,0

O volume médio da produção mensal para o período definido é de R\$ 175,6 milhões por mês (valor-base liberado) e R\$ 318,3 milhões por mês (valor-base dos contratos).

Gráfico 2.1 - Distribuição da produção mensal dos contratos



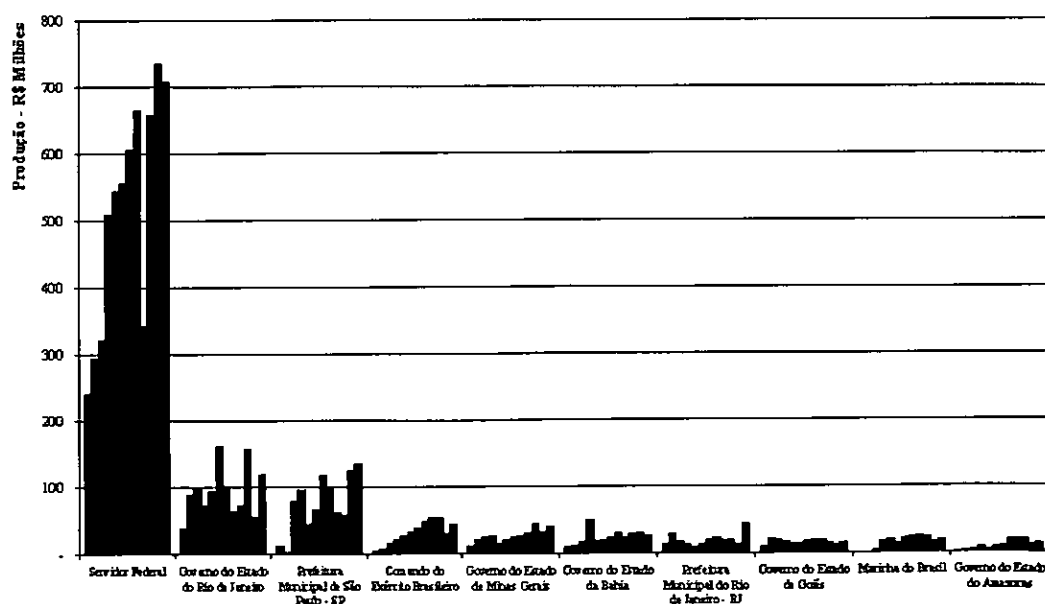
2.1 Produção por Órgão

Com o intuito de verificar a participação de cada um dos Órgãos na produção mensal ao longo dos 36 meses, bem como as respectivas representatividades, destacamos a seguir a relação dos dez maiores Órgãos, que representam 87% do volume originado.

Tabela 2.2 - Produção por Órgão

Órgão	Somatório do valor das parcelas		
	R\$(000)	%	% acum.
Servidor Federal	6.180.325	53,9	53,9
Governo do Estado do Rio de Janeiro	1.136.984	9,9	63,9
Prefeitura Municipal de São Paulo - SP	902.533	7,9	71,7
Comando do Exército Brasileiro	389.924	3,4	75,1
Governo do Estado de Minas Gerais	331.763	2,9	78,0
Governo do Estado da Bahia	303.179	2,6	80,7
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro - RJ	246.308	2,1	82,8
Governo do Estado de Goiás	201.990	1,8	84,6
Marinha do Brasil	189.956	1,7	86,2
Governo do Estado do Amazonas	131.725	1,1	87,4
Total dos dez maiores	10.014.687	87,4	
Demais (269 Órgãos)	1.444.334	12,6	
Total	11.459.020	100,0	

Gráfico 2.2 - Distribuição trimestral dos dez maiores órgãos



No Anexo I deste relatório, apresentamos a distribuição mensal, destacando todos os órgãos participantes.

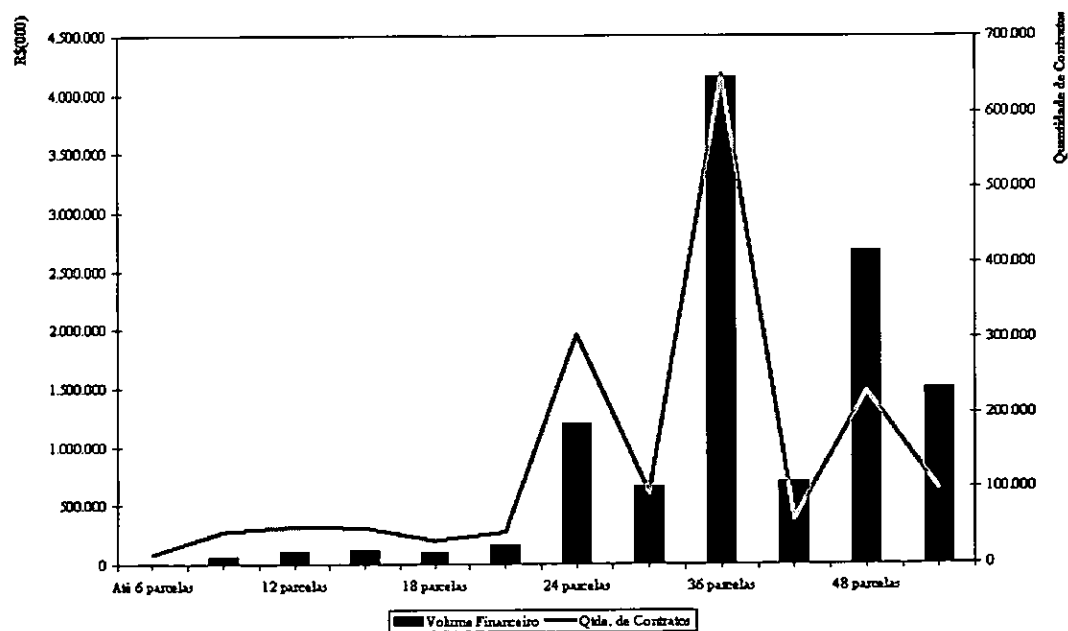
2.2 Distribuição mensal do volume de parcelas por prazo de vencimento

Para fins de estabelecimento do prazo médio das operações, distribuímos o volume total de parcelas originadas no período de 36 meses sob análise por prazos de vencimento. Constatamos um prazo médio ponderado da carteira de 33 meses, conforme apresentado na tabela 2.3 e no gráfico 2.3, a seguir.

Tabela 2.3 - Distribuição por prazo de parcelas (em milhares de Reais - R\$)

Quantidade de parcelas	Somatório do valor das parcelas			Quantidade de contratos		
	R\$(000)	%	% acum.	#	%	% acum.
Até 6 parcelas	11.952	0,1	0,1	13.326	0,8	0,8
De 7 a 11 parcelas	68.414	0,6	0,7	43.495	2,6	3,4
12 parcelas	105.163	0,9	1,6	49.808	3,0	6,4
De 13 a 17 parcelas	124.372	1,1	2,7	48.294	2,9	9,3
18 parcelas	102.825	0,9	3,6	31.351	1,9	11,2
De 19 a 23 parcelas	170.891	1,5	5,1	42.821	2,6	13,8
24 parcelas	1.198.903	10,5	15,6	303.886	18,3	32,1
De 25 a 35 parcelas	653.649	5,7	21,3	94.069	5,7	37,7
36 parcelas	4.145.930	36,2	57,4	648.488	39,0	76,8
De 37 a 47 parcelas	701.989	6,1	63,6	58.998	3,6	80,3
48 parcelas	2.673.761	23,3	86,9	228.122	13,7	94,1
Acima de 48 parcelas	1.501.172	13,1	100,0	98.474	5,9	100,0
Total	11.459.020	100,0		1.661.132	100,0	

Gráfico 2.3 - Distribuição por prazo de parcelas



Atualmente, as operações de crédito consignado encontram-se restritas a parcelas de até 37 meses.

2.3 Concentração das operações em faixas de valor

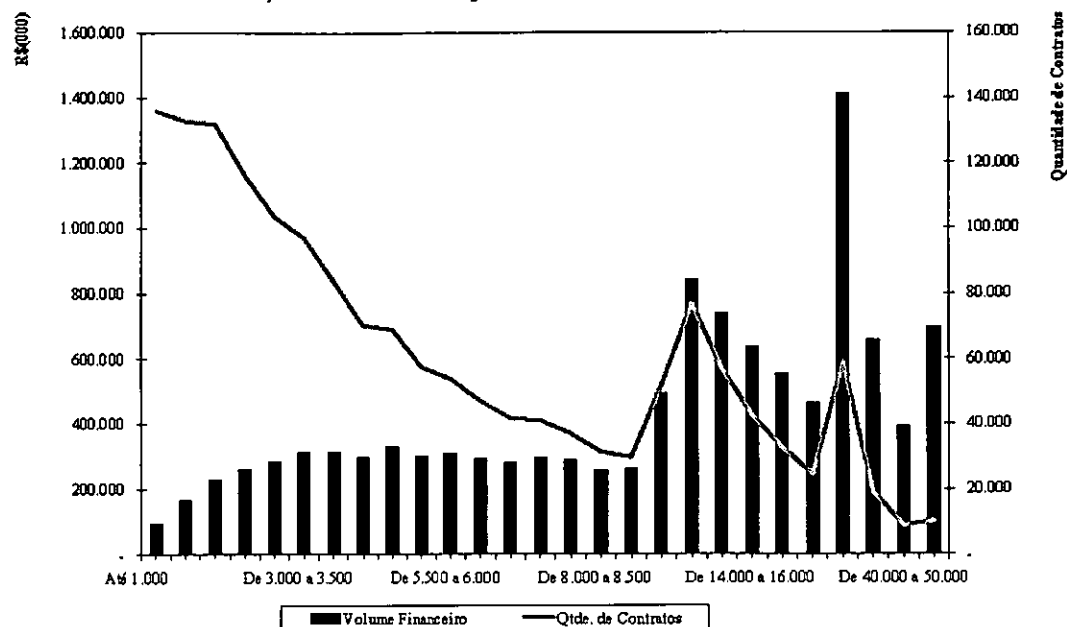
Elaboramos a tabela 2.4, a seguir, demonstrando a distribuição de contratos por faixas de valor, considerando o somatório do valor das parcelas.

Tabela 2.4 - Concentração em faixa de valor

Faixas de valor (R\$)	Somatório do valor das parcelas R\$(000)	%	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
Ate 1.000	95.285	0,8	0,8	135.873	8,2	8,2
De 1.001 a 1.500	167.468	1,5	2,3	132.834	8,0	16,2
De 1.501 a 2.000	229.620	2,0	4,3	131.831	7,9	24,1
De 2.001 a 2.500	261.816	2,3	6,6	116.152	7,0	31,1
De 2.501 a 3.000	283.927	2,5	9,1	103.450	6,2	37,3
De 3.001 a 3.500	314.255	2,7	11,8	96.927	5,8	43,2
De 3.501 a 4.000	313.289	2,7	14,5	83.669	5,0	48,2
De 4.001 a 4.500	297.697	2,6	17,1	70.091	4,2	52,4
De 4.501 a 5.000	327.132	2,9	20,0	68.775	4,1	56,6
De 5.001 a 5.500	300.703	2,6	22,6	57.373	3,5	60,0
De 5.501 a 6.000	309.322	2,7	25,3	53.798	3,2	63,3
De 6.001 a 6.500	293.555	2,6	27,9	46.992	2,8	66,1
De 6.501 a 7.000	280.888	2,5	30,3	41.674	2,5	68,6
De 7.001 a 7.500	297.318	2,6	32,9	41.063	2,5	71,1
De 7.501 a 8.000	287.026	2,5	35,4	37.044	2,2	73,3
De 8.001 a 8.500	258.668	2,3	37,7	31.353	1,9	75,2
De 8.501 a 9.000	260.908	2,3	40,0	29.824	1,8	77,0
De 9.001 a 10.000	492.916	4,3	44,3	51.912	3,1	80,1
De 10.001 a 12.000	841.742	7,3	51,6	76.884	4,6	84,7
De 12.001 a 14.000	737.363	6,4	58,0	56.921	3,4	88,2
De 14.001 a 16.000	637.073	5,6	63,6	42.627	2,6	90,7
De 16.001 a 18.000	554.392	4,8	68,4	32.656	2,0	92,7
De 18.001 a 20.000	462.338	4,0	72,5	24.371	1,5	94,2
De 20.001 a 30.000	1.410.766	12,3	84,8	58.885	3,5	97,7
De 30.001 a 40.000	656.328	5,7	90,5	19.168	1,2	98,9
De 40.001 a 50.000	389.535	3,4	93,9	8.742	0,5	99,4
Acima de 50.000	<u>697.690</u>	<u>6,1</u>	100,0	<u>10.243</u>	<u>0,6</u>	100,0
Total	<u>11.459.020</u>	<u>100,0</u>		<u>1.661.132</u>	<u>100,0</u>	

No gráfico 2.4, a seguir, apresentamos a representação gráfica dos contratos analisados por faixa de valor.

Gráfico 2.4 - Distribuição dos contratos por faixa de valor



2.4 Ticket médio dos contratos

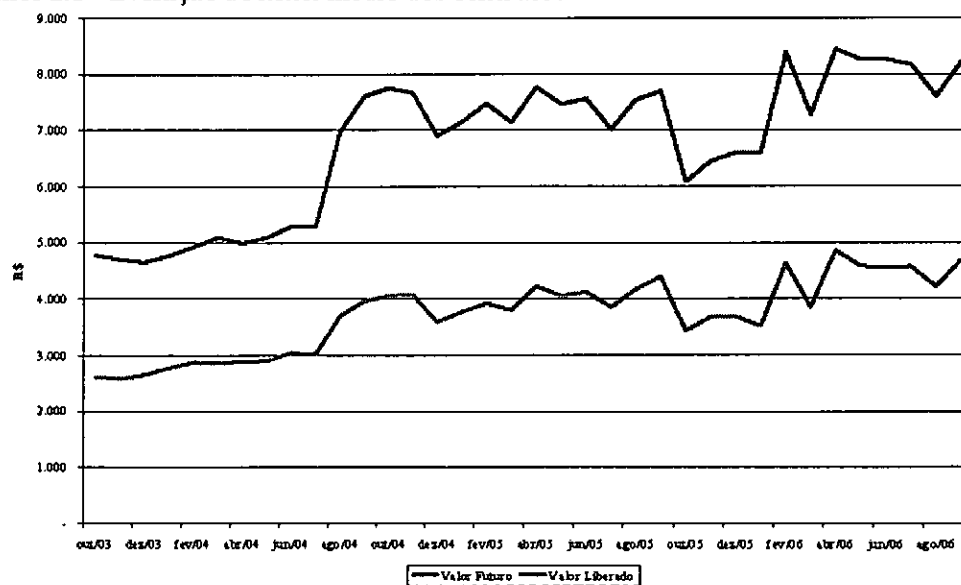
A tabela 2.5 e o gráfico 2.5, a seguir, trazem o valor médio dos contratos por mês de origem, considerando o somatório do valor das parcelas e em valores liberados.

Tabela 2.5 - Ticket médio dos contratos

Origem	Saldo médio do valor futuro R\$	Saldo médio do valor liberado R\$
Out/03	4.780	2.622
Nov/03	4.704	2.584
Dez/03	4.653	2.656
Jan/04	4.768	2.780
Fev/04	4.925	2.880
Mar/04	5.092	2.868
Abr/04	4.992	2.886
Mai/04	5.092	2.909
Jun/04	5.294	3.044
Jul/04	5.294	3.025
Ago/04	6.983	3.706
Set/04	7.611	3.967
Out/04	7.751	4.063
Nov/04	7.667	4.079
Dez/04	6.903	3.596

Origem	Saldo médio do valor futuro R\$	Saldo médio do valor liberado R\$
Jan/05	7.148	3.773
Fev/05	7.479	3.927
Mar/05	7.142	3.808
Abr/05	7.773	4.230
Mai/05	7.465	4.054
Jun/05	7.560	4.127
Jul/05	7.016	3.858
Ago/05	7.541	4.176
Set/05	7.693	4.399
Out/05	6.085	3.437
Nov/05	6.445	3.679
Dez/05	6.599	3.692
Jan/06	6.607	3.517
Fev/06	8.385	4.628
Mar/06	7.276	3.854
Abr/06	8.448	4.855
Mai/06	8.257	4.577
Jun/06	8.263	4.560
Jul/06	8.172	4.573
Ago/06	7.609	4.214
Set/06	<u>8.227</u>	<u>4.692</u>
Média geral	<u>6.898</u>	<u>3.804</u>

Gráfico 2.5 - Evolução do ticket médio dos contratos



Crédito consignado - Pensionistas do INSS

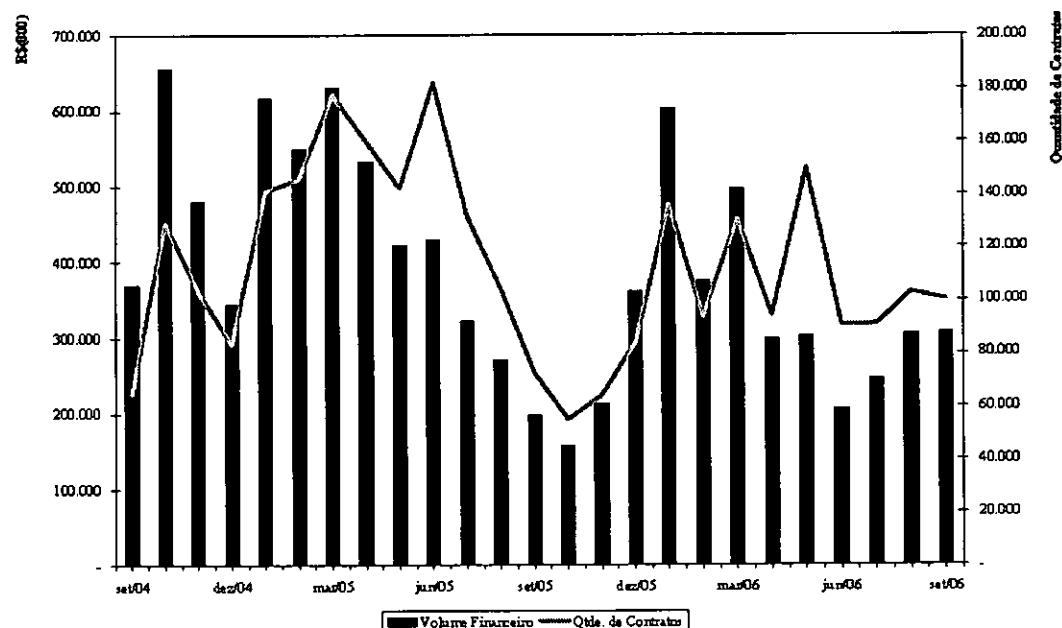
As operações de crédito consignado para pensionistas e assistidos do INSS analisadas compreendem o período de 13 de setembro de 2004 a 30 de setembro de 2006, sendo originados neste período 2.827.484 contratos, totalizando R\$ 9.687.362 mil, considerando o somatório do valor das parcelas.

Dessa forma, para o período total de 36 meses sob análise, compilamos informações mensais referentes à produção, conforme disposto na tabela e no gráfico 2.6, a seguir:

Tabela 2.6 - Carteira de crédito consignado de operações para pensionistas do INSS

Origem	Somatório do valor das parcelas		Quantidade de contratos		Somatório do valor liberado	
	R\$(000)	%	#	%	R\$(000)	%
Set/04	369.596	3,8	64.580	2,3	227.210	3,8
Out/04	655.840	6,8	129.232	4,6	408.631	6,9
Nov/04	479.920	5,0	103.084	3,6	298.481	5,0
Dez/04	344.026	3,6	83.240	2,9	204.284	3,4
Jan/05	615.919	6,4	141.004	5,0	355.360	6,0
Fev/05	549.930	5,7	145.643	5,2	332.349	5,6
Mar/05	630.569	6,5	177.423	6,3	394.547	6,7
Abr/05	533.676	5,5	160.063	5,7	332.049	5,6
Mai/05	421.763	4,4	142.210	5,0	262.640	4,4
Jun/05	429.147	4,4	182.055	6,4	266.268	4,5
Jul/05	322.142	3,3	131.828	4,7	200.220	3,4
Ago/05	270.581	2,8	103.979	3,7	168.309	2,8
Set/05	197.359	2,0	72.233	2,6	121.630	2,1
Out/05	155.980	1,6	54.914	1,9	92.578	1,6
Nov/05	213.383	2,2	63.899	2,3	125.162	2,1
Dez/05	361.696	3,7	84.043	3,0	218.387	3,7
Jan/06	602.245	6,2	136.118	4,8	363.502	6,1
Fev/06	373.818	3,9	93.436	3,3	226.318	3,8
Mar/06	497.342	5,1	130.566	4,6	301.756	5,1
Abr/06	298.017	3,1	94.066	3,3	181.137	3,1
Mai/06	302.183	3,1	149.835	5,3	185.463	3,1
Jun/06	206.576	2,1	90.304	3,2	127.616	2,2
Jul/06	244.395	2,5	90.774	3,2	150.810	2,5
Ago/06	304.782	3,1	102.947	3,6	188.510	3,2
Set/06	<u>306.475</u>	<u>3,2</u>	<u>100.008</u>	<u>3,5</u>	<u>188.856</u>	<u>3,2</u>
Total	<u>9.687.362</u>	<u>100,0</u>	<u>2.827.484</u>	<u>100,0</u>	<u>5.922.071</u>	<u>100,0</u>

Gráfico 2.6 - Distribuição mensal da carteira de crédito consignado para pensionistas do INSS



2.5 Distribuição de contratos por faixa de valor

Elaboramos a tabela 2.7, a seguir, demonstrando a distribuição de contratos por faixas de valor, considerando o somatório das parcelas.

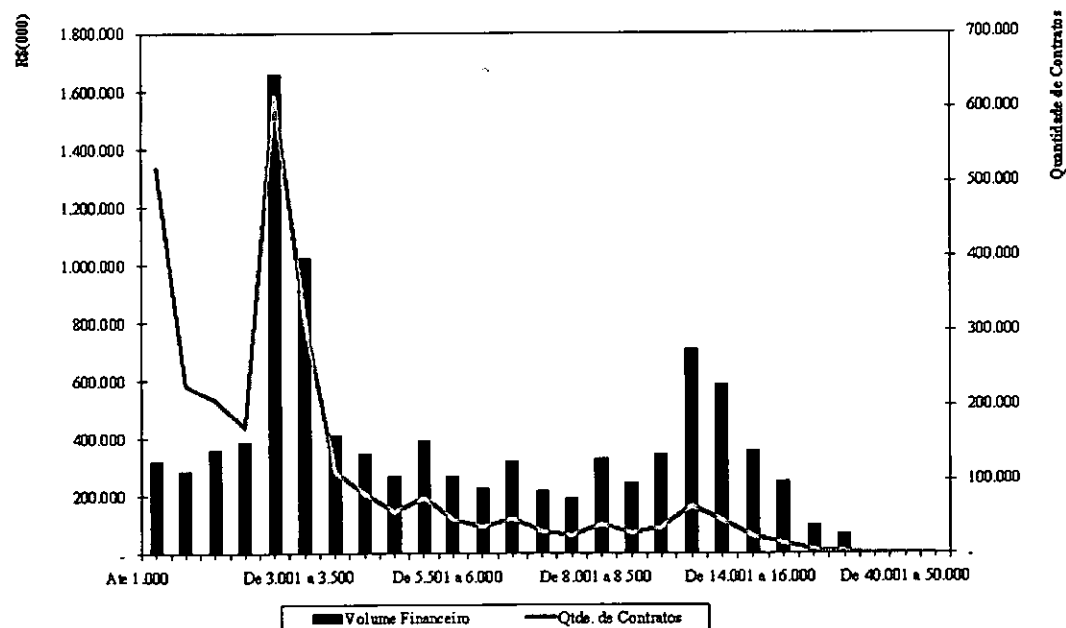
Tabela 2.7 - Distribuição de contratos por faixa de valor

Faixas de valor (R\$)	Somatório do valor das parcelas R\$(000)	%		Quantidade de contratos	%	
		%	% acum.		%	% acum.
Ate 1.000	322.088	3,3	3,3	519.020	18,4	18,4
De 1.001 a 1.500	285.229	2,9	6,3	226.484	8,0	26,4
De 1.501 a 2.000	359.260	3,7	10,0	207.014	7,3	33,7
De 2.001 a 2.500	389.592	4,0	14,0	170.296	6,0	39,7
De 2.501 a 3.000	1.658.344	17,1	31,1	615.975	21,8	61,5
De 3.001 a 3.500	1.022.394	10,6	41,7	316.327	11,2	72,7
De 3.501 a 4.000	409.943	4,2	45,9	110.617	3,9	76,6
De 4.001 a 4.500	346.733	3,6	49,5	81.243	2,9	79,5
De 4.501 a 5.000	269.059	2,8	52,3	56.523	2,0	81,5
De 5.001 a 5.500	393.252	4,1	56,3	75.445	2,7	84,1
De 5.501 a 6.000	268.673	2,8	59,1	46.569	1,6	85,8
De 6.001 a 6.500	227.760	2,4	61,4	36.433	1,3	87,1
De 6.501 a 7.000	322.571	3,3	64,8	47.785	1,7	88,8

Faixas de valor (R\$)	Somatório do valor das parcelas R\$(000)	%	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
De 7.001 a 7.500	222.066	2,3	67,1	30.643	1,1	89,8
De 7.501 a 8.000	194.823	2,0	69,1	25.232	0,9	90,7
De 8.001 a 8.500	332.700	3,4	72,5	40.085	1,4	92,2
De 8.501 a 9.000	246.240	2,5	75,1	28.304	1,0	93,2
De 9.001 a 10.000	342.940	3,5	78,6	36.207	1,3	94,4
De 10.001 a 12.000	706.893	7,3	85,9	64.785	2,3	96,7
De 12.001 a 14.000	583.667	6,0	91,9	45.118	1,6	98,3
De 14.001 a 16.000	358.855	3,7	95,6	24.071	0,9	99,2
De 16.001 a 18.000	248.721	2,6	98,2	14.748	0,5	99,7
De 18.001 a 20.000	97.788	1,0	99,2	5.201	0,2	99,9
De 20.001 a 30.000	69.648	0,7	99,9	3.145	0,1	100,0
De 30.001 a 40.000	5.264	0,1	100,0	158	0,0	100,0
De 40.001 a 50.000	1.454	0,0	100,0	34	0,0	100,0
Acima de 50.000	1.404	0,0	100,0	22	0,0	100,0
Total	9.687.362	100,0		2.827.484	100,0	

No gráfico 2.7, a seguir, apresentamos a representação gráfica dos contratos analisados por faixa de valor.

Gráfico 2.7 - Distribuição dos contratos por faixa de valor



2.6 Distribuição mensal do volume de parcelas por prazo

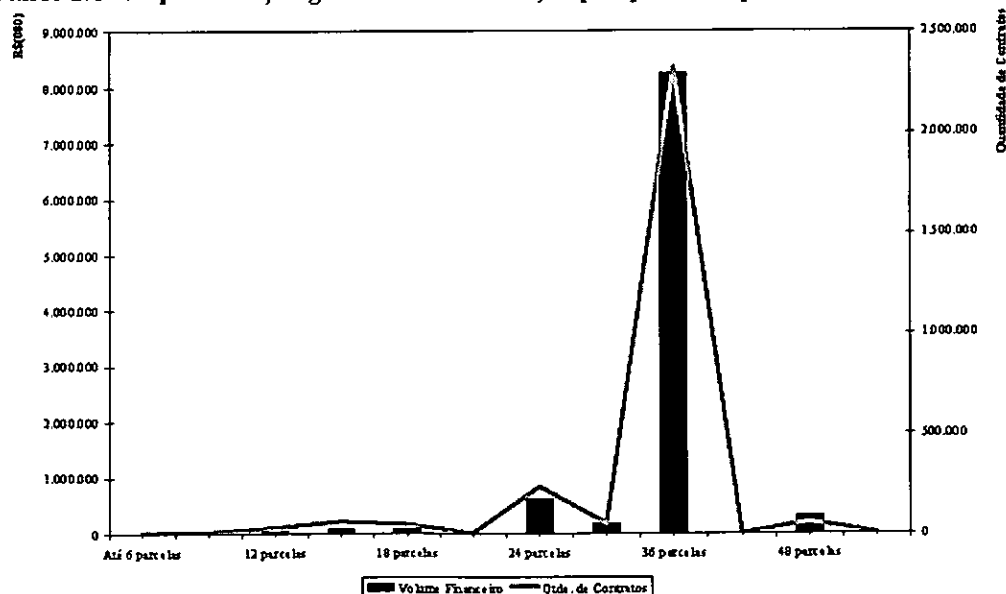
Outro dado relevante para o entendimento do perfil da carteira e a consequente projeção do fluxo de caixa da operação é o volume de parcelas por contrato, que permite a obtenção do volume médio da carteira. Pelo perfil dos contratos, observamos a concentração em operações de 36 meses, que representam aproximadamente 80% das operações analisadas, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 2.8 - Distribuição por prazo de parcelas

Quantidade de parcelas	Somatório do valor das parcelas			Quantidade de contratos		
	R\$(000)	%	% acum.	#	%	% acum.
Até 6 parcelas	7.511	0,1	0,1	8.809	0,3	0,3
De 7 a 11 parcelas	7.573	0,1	0,2	6.880	0,2	0,6
12 parcelas	45.921	0,5	0,6	31.065	1,1	1,7
De 13 a 17 parcelas	104.232	1,1	1,7	62.097	2,2	3,8
18 parcelas	100.981	1,0	2,7	47.157	1,7	5,5
De 19 a 23 parcelas	7.242	0,1	2,8	2.738	0,1	5,6
24 parcelas	617.348	6,4	9,2	233.917	8,3	13,9
De 25 a 35 parcelas	193.079	2,0	11,2	51.326	1,8	15,7
36 parcelas	8.260.488	85,3	96,5	2.322.354	82,1	97,8
De 37 a 47 parcelas	5.715	0,1	96,5	1.088	0,0	97,9
48 parcelas	325.115	3,4	99,9	59.042	2,1	100,0
Acima de 48 parcelas	12.156	0,1	100,0	1.011	0,0	100,0
Total	9.687.362	100,0		2.827.484	100,0	

Com base nas informações apresentadas anteriormente, calculamos o prazo médio ponderado dos contratos, sendo este de 35 meses.

Gráfico 2.8 - Representação gráfica da distribuição por prazo de parcelas



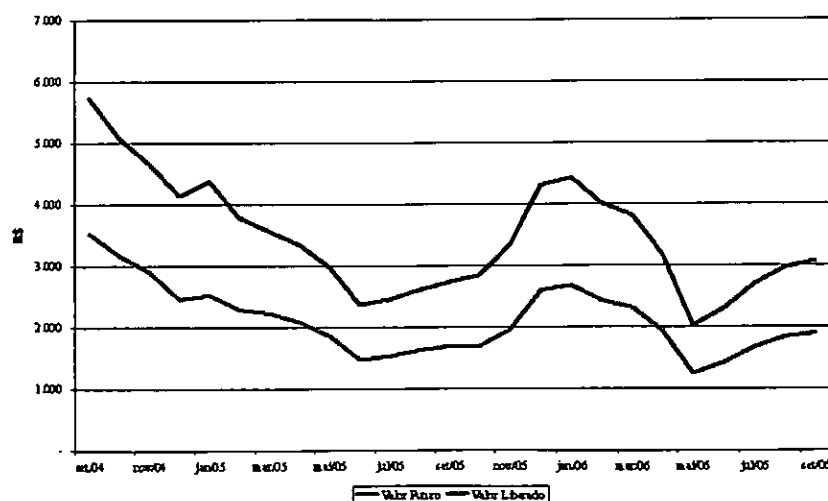
2.7 **Ticket médio dos contratos**

A tabela 2.9 e o gráfico 2.9, a seguir, trazem o valor médio dos contratos por mês de origem, considerando o somatório do valor das parcelas em valores liberados.

Tabela 2.9 - Ticket médio dos contratos

Origem	Saldo médio do valor futuro - R\$	Saldo médio do valor liberado - R\$
Set/04	5.723	3.518
Out/04	5.075	3.162
Nov/04	4.656	2.896
Dez/04	4.133	2.454
Jan/05	4.368	2.520
Fev/05	3.776	2.282
Mar/05	3.554	2.224
Abr/05	3.334	2.074
Mai/05	2.966	1.847
Jun/05	2.357	1.463
Jul/05	2.444	1.519
Ago/05	2.602	1.619
Set/05	2.732	1.684
Out/05	2.840	1.686
Nov/05	3.339	1.959
Dez/05	4.304	2.599
Jan/06	4.424	2.670
Fev/06	4.001	2.422
Mar/06	3.809	2.311
Abr/06	3.168	1.926
Mai/06	2.017	1.238
Jun/06	2.288	1.413
Jul/06	2.692	1.661
Ago/06	2.961	1.831
Set/06	<u>3.065</u>	<u>1.888</u>
Média geral	<u>3.426</u>	<u>2.094</u>

Gráfico 2.9 - Evolução do Ticket médio dos contratos



Indicadores de performance da carteira de recebíveis

Para mensurar a *performance* de liquidez das operações originadas no período sob análise, foram definidos, conforme definição do Grupo Estruturador, critérios para a apuração dos percentuais de liquidações em atraso no pagamento das parcelas por contrato que representariam indicativos de desempenho.

Os dados relativos à *performance* dos recebíveis consideram somente os contratos ativos, ou seja, contratos renegociados durante o período sujeitos a nossas análises foram desconsiderados para fins de elaboração das constatações apresentadas neste item do relatório.

2.8 Aging list dos contratos ativos

Elaboramos um *aging list* em faixas de prazos definidas de comum acordo com representantes do Grupo Estruturador, conforme apresentado nas tabelas 2.10 e 2.11 a seguir, demonstrando os volumes de operações vencidas e por faixas de prazo, bem como os volumes das operações vencidas e não liquidadas, durante o período sob análise.

Tabela 2.10 - Aging list das operações de crédito consignado para funcionalismo público federal

Faixas	R\$(000)	%	% acum.
Total sob análise	11.459.020		
(-) Refinanciamentos	2.169.252		
(-) Renegociações	2.069.247		
(-) Cancelamentos	22.061		
(+) Multas	13.788,44		
(-) Descontos	29.926		
(-) Parcelas a vencer em 30 de setembro de 2006	4.373.874		
Parcelas vencidas até 30 de setembro de 2006	2.808.449		
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	39.523	1,4	1,4
Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	5.348	0,2	1,6
Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	5.916	0,2	1,8
Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	6.714	0,2	2,0
Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	14.617	0,5	2,6
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	99.881	3,6	6,1
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	57.560	2,0	8,2
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	515.732	18,4	26,5
Parcelas liquidadas no vencimento	1.293.740	46,1	72,6
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	516.020	18,4	91,0
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	44.565	1,6	92,6
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	45.612	1,6	94,2
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	20.529	0,7	94,9
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	8.776	0,3	95,2
Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	4.724	0,2	95,4
Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	3.185	0,1	95,5
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	12.303	0,4	96,0

Faixas	R\$(000)	%	% acum.
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	11.315	0,4	96,4
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	2.407	0,1	96,4
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	9.092	0,3	96,8
Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	8.077	0,3	97,1
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	7.357	0,3	97,3
Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	6.791	0,2	97,6
Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	6.421	0,2	97,8
Parcelas vencidas acima de 180 dias	62.246	2,2	100,0

Tabela 2.10 - Aging list das operações de crédito consignado para pensionistas do INSS

Faixas	R\$(000)	%	% acum.
Total sob análise	9.687.362		
(-) Refinanciamentos	1.341.147		
(-) Renegociações	98.193		
(-) Cancelamentos	200.967		
(+) Multas	4.828,57		
(-) Descontos	12.093		
(-) Parcelas a vencer em 30 de setembro de 2006	4.951.379		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 30 de setembro de 2006	3.088.412		
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	9.130	0,3	0,3
Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	1.659	0,1	0,3
Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	1.792	0,1	0,4
Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	1.935	0,1	0,5
Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	2.485	0,1	0,6
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	75.431	2,4	3,0
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	46.605	1,5	4,5
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	399.156	12,9	17,4
Parcelas liquidadas no vencimento	2.293.314	74,3	91,7
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	204.190	6,6	98,3
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	3.220	0,1	98,4
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	2.598	0,1	98,5
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	1.229	0,0	98,5
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	1.076	0,0	98,6
Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	635	0,0	98,6
Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	410	0,0	98,6
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	884	0,0	98,6
Parcelas vencidas até 15 dias	2	0,0	98,6
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	5.478	0,2	98,8
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	4.893	0,2	99,0
Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	4.220	0,1	99,1
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	3.951	0,1	99,2
Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	3.534	0,1	99,3
Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	3.242	0,1	99,4
Parcelas vencidas acima de 180 dias	17.346	0,6	100,0

2.9 *Pool* estático apresentando os índices de realização dos créditos por safra de produção - Ciclos mensais

Como parte dos procedimentos pré-acordados definidos com representantes do Grupo Estruturador, foi gerado um *pool* estático de pagamentos, demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas para o período sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de pagamentos por safra de originação dos contratos - *vintage analysis*.

Apresentamos nos gráficos 2.10, 2.11, 2.12 e 2.13, a seguir, uma representação desse *pool* estático para parcelas vencidas e não liquidadas há mais de 90 dias - Gráfico 2.10 (Servidores Públicos) e 2.11 (INSS), para parcelas vencidas e não liquidadas há mais de 180 dias - gráficos 2.12 (Servidores Públicos) e 2.13 (INSS), pagas ou não pagas, para o período de 36 meses sob análise:

Gráfico 2.10 - Representação gráfica do *pool* estático - % de inadimplência por safra de contratos vencidos há mais de 90 dias - Servidores Públicos

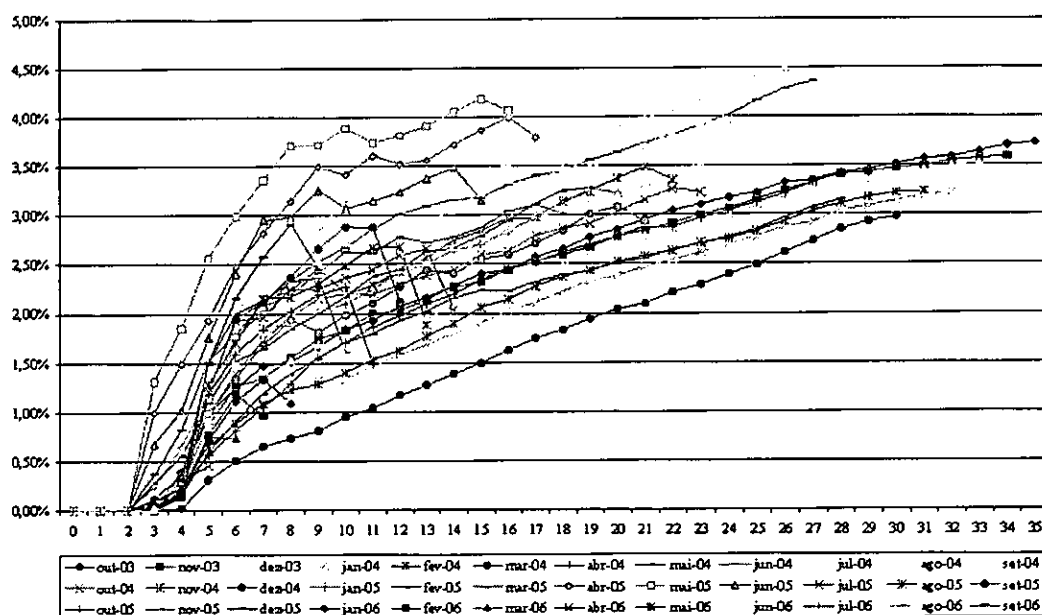


Gráfico 2.11 - Representação gráfica do *pool* estático - % de inadimplência por safra de contratos vencidos há mais de 90 dias - INSS

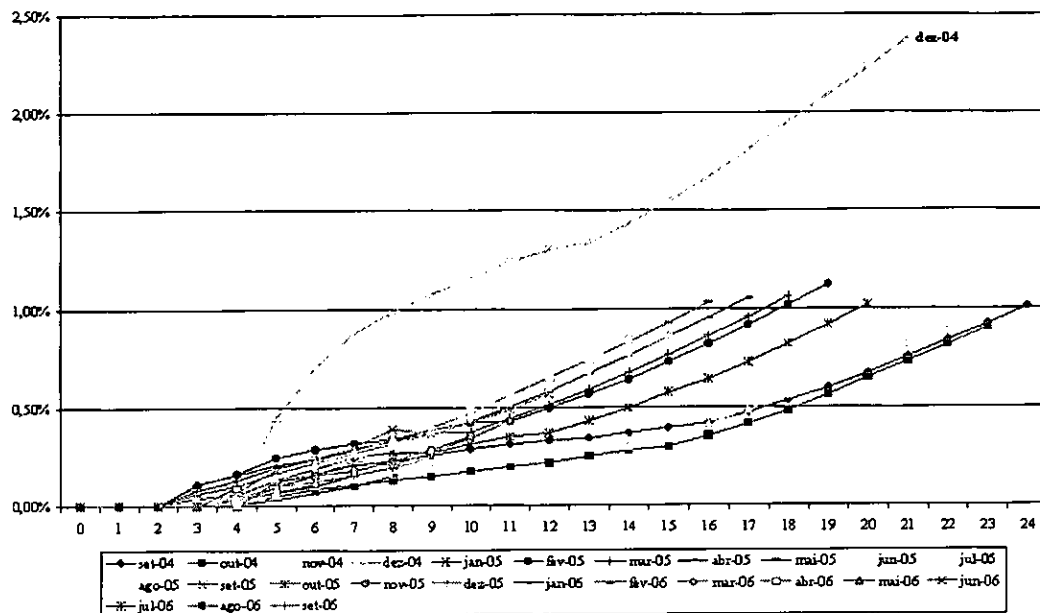


Gráfico 2.12 - Representação gráfica do *pool* estático - % de inadimplência por safra de contratos vencidos há mais de 180 dias - Servidores Públicos

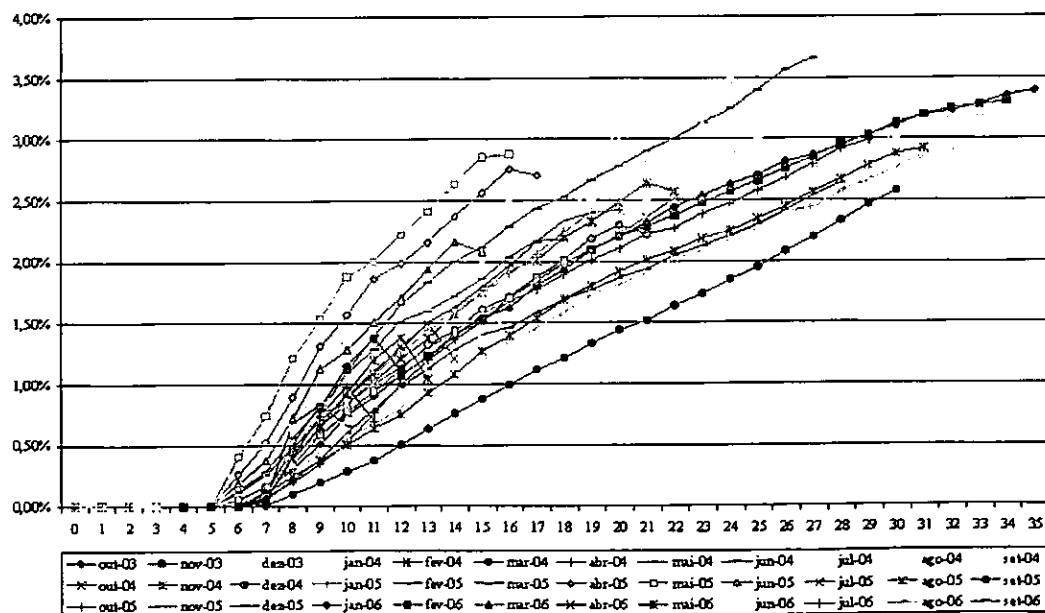
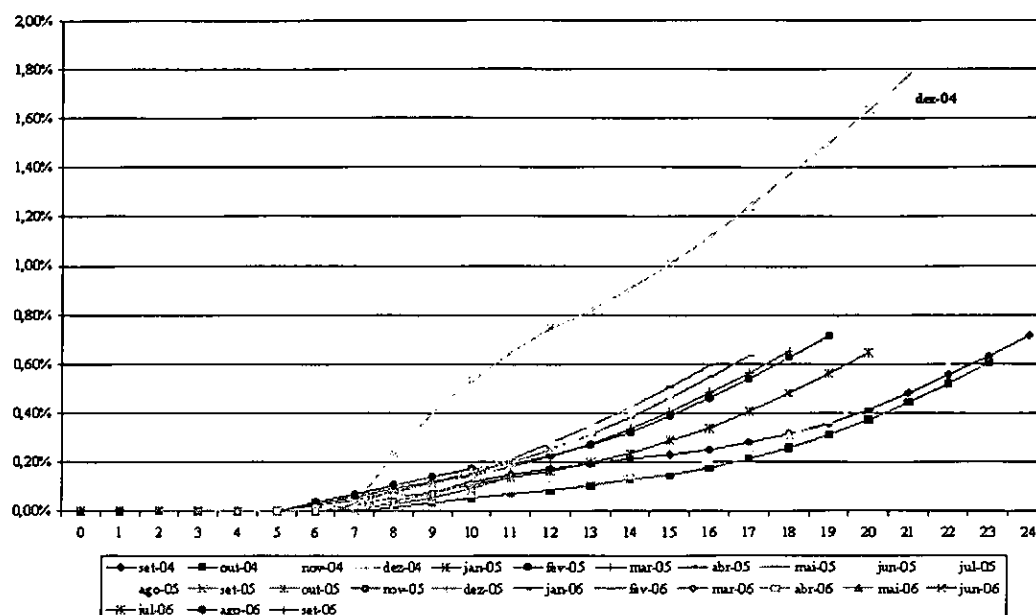


Gráfico 2.13 - Representação gráfica do *pool* estático - % de inadimplência por safra de contratos vencidos há mais de 180 dias - INSS

Nos Anexos II e III são apresentados os dados analíticos do *pool* estático para cada uma das safras originadas no período de 36 meses sob análise, considerando-se os percentuais de pagamento em cada mês.

3 Conciliação com os saldos contábeis

Os dados financeiros demonstrados neste relatório foram obtidos por meio de somatório do arquivo gerado pela área de Gerência de Desenvolvimento e contemplam todas as operações de crédito consignado para assistidos pelo INSS e crédito consignado para servidores de entidades públicas no período analítico por parcelas de contratos.

Para conciliar essa base de dados, aplicamos procedimentos de comparação do valor presente dos saldos em aberto com os respectivos saldos contábeis do Banco para o mês de janeiro de 2006.

Tabela 3.1 - Conciliação com saldos contábeis - Funcionalismo público federal

	R\$ (000)
Total da base de dados	<u>11.459.020</u>
Contratos refinanciados/re negociados/cancelados	(4.276.697)
Contratos liquidados (Antecipados/liquidados)	(2.694.744)
Saldo em aberto (Valor futuro)	<u>4.487.580</u>
Contratos a vencer e vencidos	4.487.580

	RS(000)			
Rendas a apropriar	(1.498.302)			
Valor presente	<u>2.989.278</u>			
Contratos cedidos (Base de dados)	(1.781.106)			
Valor presente - Base de dados *		Valor presente contábil	Diferença	Diferença-%
Carteira própria (Base de dados)	1.208.172	1.206.257	-1.915	-0,16%

Para fins desse exercício, comparamos o somatório do campo "Saldo da Carteira" apresentado na base de dados disponibilizada pela Gerência de Desenvolvimento do BMG.

Tabela 3.2 - Conciliação com saldos contábeis - Pensionistas e assistidos do INSS

	RS(000)			
Total da base de dados	<u>9.687.362</u>			
Contratos refinanciados/renegeciados/cancelados	(1.647.571)			
Contratos liquidados (Antecipados/liquidados)	(3.045.747)			
Saldo em aberto (Valor futuro)	<u>4.994.044</u>			
Contratos a vencer e vencidos	4.994.044			
Rendas a apropriar	(1.079.470)			
Valor presente	<u>3.914.575</u>			
Contratos cedidos (Base de dados)	(3.586.515)			
Valor presente - Base de dados *		Valor presente contábil	Diferença	Diferença-%
Carteira própria (Base de dados)	328.059	332.195	4.136	1,24%

* Para fins desse exercício, comparamos o somatório do campo "Saldo da Carteira" apresentado na base de dados disponibilizada pela Gerência de Desenvolvimento do BMG

A aplicação dos procedimentos descritos nesta seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos não indicou a existência de divergências.

4 Revisão do ambiente de tecnologia - DATAPREV

Nossas constatações decorrentes da avaliação da segurança do Ambiente de Tecnologia em que os arquivos recebidos da DATAPREV se encontram armazenados serão apresentadas a seguir:

Transferência de dados

A transferência de dados entre o Banco BMG e a DATAPREV é efetuada pelo Sistema CONNECT Direct. O meio de transmissão utilizado é um *link* dedicado da Telemar por meio de uma VPN. Adicionalmente, o *software* criptografa os arquivos antes de enviá-los, aumentando o nível de segurança dessa transmissão.

O sistema Connect Direct, no qual são feitas as transações de envio e recebimento dos arquivos do Banco para a DATAPREV, é protegido por senha. Para acessar esse sistema, são necessários um *login* e uma senha - no caso, o *login* AdminCD. A senha desse usuário é de conhecimento de todos os operadores do CPD, sendo, portanto um usuário genérico.

Acesso à base de dados - Arquivo retenção

O acesso lógico ao diretório INTERFACE é restrito aos operadores do Data Center. Nesse diretório estão localizados os arquivos de transferência do Banco BMG para a DATAPREV, tanto o remessa quanto o retorno. Além disso, nesse diretório estão os arquivos de *backup* dessas transações.

A lista de usuários com acesso à pasta INTERFACE é formada por diversos grupos internos de usuários, sendo estes: AdminCD, Domain Admins, GEDESBH e Connect Direct (conta de serviço do sistema, ou seja, é utilizada pelo aplicativo Connect Direct para transferência dos arquivos). Esses usuários são adicionados à lista de usuários com perfil para acesso ao banco de dados, à medida de solicitação específica da área de Tecnologia. Alterações nas informações constantes da base de dados, às quais tais usuários possuem acesso, são controladas por meio de *logs*, sendo estes submetidos à revisão periódica da Superintendência de Auditoria Interna do Banco, dentro do plano anual de auditoria interna.

Para eliminar a possibilidade de alteração no conteúdo dos arquivos de Recebíveis, foi solicitado o *log* das transferências da DATAPREV para o Banco BMG e para efeito de verificação foi utilizado como comparação o parâmetro *Log Date\Time* com a informação de data de modificação contida nas propriedades de cada arquivo que nos foi enviado por cópia.

Foi solicitado o *log* de transferências dos arquivos Remessa e Retorno para confrontá-lo com as datas de criação destes, e não foram encontradas divergências em relação à data e hora de geração dos arquivos.

Segurança física das informações

O *backup* dos arquivos de remessa e retorno é realizado diariamente por um robô localizado no Data Center, e as fitas de backup são enviadas para a unidade Getúlio Vargas para armazenamento. Não temos informações sobre o resultado dos testes de recuperação desses *backups*.

Em relação ao acesso físico ao servidor que armazena os arquivos de remessa e retorno, este é feito pela sala do Centro de Processamento de Dados (CPD) mediante crachá eletrônico. Os operadores do Data Center são as únicas pessoas que possuem acesso a essa sala.

A aplicação dos procedimentos listados objetivou estabelecer uma base de confiança nas bases de dados fornecidas pela DATAPREV e utilizadas para fins de confronto com os arquivos de créditos ofertados ao FIDC, arquivos fornecidos pela área de Tecnologia da Cedente. Na avaliação do Grupo Estruturador, o resultado da aplicação dos itens apresentados, incluindo as representações fornecidas pela Gerência do Banco BMG, indicou a existência de controles adequados para manutenção da integridade das informações analisadas.

5 Descrição dos critérios de concessão e cobrança - Crédito consignado para servidores públicos

Para atingir o objetivo descrito no item 2 deste relatório, no que se refere ao entendimento das atividades e dos controles envolvidos na operacionalização das operações de crédito consignado para servidores públicos no BMG, executamos uma revisão da estrutura de concessão e cobrança de créditos, bem como seus mecanismos de controles internos.

Tais informações foram obtidas por indagação à Gerência do Banco BMG S.A. e estão em conformidade com informações contidas nos manuais de crédito e cobrança disponibilizados, sendo testadas quanto à sua eficácia por meio de procedimentos de simulação com base em amostragem.

5.1 Avaliação e aceitação de uma entidade

Na avaliação e aceitação de um convênio com uma entidade pública são verificados os seguintes aspectos:

- Entidade enquadrada na Lei de Responsabilidade Fiscal
- Restrição na consulta à Serasa
- Verificação da pontualidade na folha de pagamento
- Obtenção de informações de mercado sobre a situação financeira

Após essa verificação dos aspectos de aceitação é firmado um convênio com a entidade e o Banco BMG, que passa a oferecer o benefício do empréstimo consignado com desconto em folha aos seus servidores.

5.2 Processo de contratação da proposta

O início do fluxo de contratação da operação de crédito consignado para servidores públicos municipais, estaduais e federais ocorre mediante a aprovação da proposta, realizada pelos correspondentes/agentes bancários ou pela Central de Atendimento (0800). Atualmente, o Banco BMG possui uma rede de aproximadamente 300 correspondentes e 15.000 agentes.

Para o início do processo, são exigidas algumas documentações, e é realizado o preenchimento do Termo de Adesão e Autorização para Desconto em Folha de Pagamento. Essas informações variam de acordo com a entidade com a qual a operação será realizada e o respectivo processo obrigatório disponibilizado pela entidade conveniada. As documentações originais mínimas requisitadas e conferidas pelos correspondentes são as seguintes:

- Cópia da Carteira de identidade;
- Cópia de CPF;
- Cópia da certidão de casamento, no caso de mulher em que o nome do documento de identidade diverge do nome constante no contracheque;
- Comprovante de endereço aceito pelo Banco BMG;
- Comprovante bancário da conta-corrente para crédito;
- Cópia do último contracheque oficial da entidade;
- Termo de Adesão e Autorização para Desconto em Folha de Pagamento devidamente preenchido e assinado pelas partes envolvidas;
- Proposta de Pecúlio da Família Bandeirantes (para servidores federais).

5.3 Pecúlio

Os servidores públicos federais necessitam estar associados a um plano de pecúlio para conseguirem um crédito consignado com desconto em folha de pagamento.

Para que isso não se torne um impeditivo para o servidor, o Banco BMG possui um acordo com a Família Bandeirantes de Previdência Privada para que sempre que for feito um crédito consignado com um servidor federal seja feita a associação deste à Família Bandeirantes de Previdência Privada.

Para associar-se à Família Bandeirantes de Previdência Privada, o servidor deverá adquirir um plano de pecúlio, por um valor preestabelecido atualmente de R\$ 2,10 que é mensalmente descontado em sua folha de pagamento.

5.4 Análise da proposta

Todas as análises das propostas são realizadas pela Matriz do BMG. No caso da contratação da proposta realizada pelos correspondentes bancários, as cópias dos documentos solicitados no item anterior e o Termo de Adesão e Autorização para Desconto em Folha de Pagamento são posteriormente encaminhados à Matriz, responsável também pela formalização das operações.

5.5 Verificação de viabilidade da operação

Após o recebimento do Termo de Adesão e Autorização para Desconto em Folha de Pagamento e a conferência da documentação, é realizada a digitação da operação no sistema PN (Plataforma de Negócios), que verifica automaticamente a viabilidade da operação e a existência de possíveis dívidas do cliente com o BMG e, caso positivo, se este ainda possui margem consignável para utilização.

Adicionalmente, é verificado no sistema PN a listagem de entidades bloqueadas. As entidades podem estar bloqueadas em razão de inadimplimento com o BMG ou por não operarem com desconto em folha em um determinado momento do ano, o que, segundo informado pela Gerência do BMG, ocorre com frequência.

5.6 Verificação da margem consignável

A aprovação (averbação da margem consignável) irá variar de acordo com a entidade com a qual a transação está sendo realizada. A contratação das operações de crédito consignado para servidores públicos pode ser realizada das seguintes maneiras:

- **Processos *on-line* com reserva**

O processo *on-line* com reserva consiste na consulta da margem consignável e na averbação por Internet, este procedimento é realizado em tempo real pelas entidades que disponibilizam esse acesso. Nesse processo a garantia da efetivação da operação é máxima, pois a consulta da margem consignável e da reserva da margem em nome do banco é automática, isso inviabiliza que o cliente efetue empréstimos simultâneos em diferentes instituições.

- **Processos *on-line* sem reserva**
O funcionamento do processo *on-line* sem reserva é bem semelhante ao do processo com reserva, a diferença está exatamente na realização da reserva do empréstimo no nome do banco, isso gera uma garantia menor, sendo as averbações realizadas somente após a confirmação da entidade.
- **Margem consignável informada**
Neste processo a margem consignável é informada pela entidade no próprio contracheque, a averbação ocorre após o recebimento da autorização para desconto em folha rubricada pela entidade. Nesses casos, a documentação mínima necessária inclui os dois últimos contracheques.

5.7 Aprovação da proposta

Todas as aprovações das propostas ocorrem na Matriz do BMG, o sistema PN é parametrizado para aprovar ou rejeitar as propostas de acordo com os limites de crédito predefinidos (ver item limites de crédito). Se todos os parâmetros forem obedecidos, e o valor das parcelas estiver dentro da margem consignável, a proposta será aprovada automaticamente.

5.8 Averbação

A averbação ocorrerá de acordo com a entidade com a qual a transação for realizada, os meios para a averbação ocorrer são os seguintes:

- **Averbação *on-line***
A averbação *on-line* pode ser com ou sem reserva de margem consignável, dependendo da entidade. Por meio desta, a entidade disponibiliza pela Internet, ao BMG, os clientes que foram efetivamente averbados.
- **Averbação por meio eletrônico**
De acordo com o *layout* exigido pela entidade, é gerado um arquivo (por *e-mail* ou disquete) contendo os clientes a serem averbados. O BMG deve aguardar o arquivo de retorno que apontará os clientes averbados.
- **Averbação manual**
A averbação manual ocorre por meio do envio de um relatório físico à entidade, informando os servidores a serem averbados em um determinado período. O encaminhamento à entidade é realizado por ofício, com o relatório de averbação anexo. Após um período de tempo, a entidade retorna uma listagem ao BMG, destacando os clientes efetivamente averbados.

5.9 Liberação do crédito

Tanto para operações realizadas com entidades que possuem averbação eletrônica quanto para entidades em que as averbações são manuais, as concessões até R\$ 50.000,00 são automaticamente liberadas pelo sistema. Acima desse montante, as operações estão sujeitas à análise de crédito. A análise de crédito envolve a consulta à Serasa/ao SPC e outras análises que vierem a ser necessárias, realizadas pela área de Crédito.

Para algumas entidades, a liberação da operação está condicionada ao retorno positando a averbação da operação. No entanto, para outros órgãos, em razão da falta de eficiência do processo, a liberação do crédito ocorre antes mesmo do repasse com as informações destacando os clientes averbados.

A liberação do crédito é realizada por TED de acordo com informações do BMG. Os recursos são disponibilizados no primeiro dia útil subsequente à aprovação.

Em caso de liberação do recurso por Ordem de Pagamento, o cliente é encaminhado à agência para retirada do montante, sendo solicitada a apresentação do CPF e do RG.

5.10 Formalização

Os documentos físicos solicitados para a avaliação do sacado são encaminhados no prazo de uma semana à Matriz do BMG:

- Termo de Adesão e Autorização para Desconto em Folha de Pagamento (assinados)
- CPF
- RG
- Proposta de Pecúlio da Família Bandeirantes (para servidores federais)
- Comprovante de endereço
- Comprovante de rendimentos (contracheque)
- Comprovante bancário (caso o indivíduo seja correntista)

A área de Formalização do BMG é responsável pela conferência dessa documentação, apontando eventuais pendências que deverão ser regularizadas pelos correspondentes dentro do prazo de dois dias. As eventuais pendências são registradas no sistema BMG Virtual, as quais os correspondentes têm acesso e verificam qual é a pendência.

5.11 Limites de crédito

Os créditos direcionados aos servidores públicos contam com os seguintes limites:

- Mínimo: 0,5 (zero vírgula cinco) salário mínimo
- Máximo: O limite máximo de crédito será estabelecido de acordo com a idade do aposentado/pensionista, conforme tabela a seguir:

Limites de idade	Limites máximos de crédito - R\$	Limite de prazo	
		Prazo máximo tabela de fatores	
		Estaduais/ municipais	Civis federais/ militares
Até 60 anos	50.000,00		
De 61 a 65 anos	35.000,00		
De 66 a 70 anos	30.000,00	36 meses	36 meses
De 71 a 73 anos	20.000,00	36 meses	36 meses
De 74 a 75 anos	15.000,00	24 meses	24 meses
De 76 a 77 anos	10.000,00	24 meses	24 meses
De 79 a 80 anos	5.000,00	24 meses	24 meses (*)
Acima de 80 anos	2.000,00	12 meses	(**)

- (*) Caso seja apresentada a Declaração de Concordância, na qual o beneficiário de pensão declare estar de acordo em continuar o desconto da consignação na condição de pensionista, o prazo poderá se estender, porém o limite de crédito permanecerá o mesmo da tabela.
- (**) Em função do pecúlio com a Família Bandeirantes, a idade máxima para operações com Servidores Federais Cíveis não poderá ultrapassar 80 anos. Fica permitida a realização de novas operações ou renegociação com idade superior à estabelecida, desde que o plano de pecúlio destas esteja em vigor e sua adesão tenha ocorrido enquanto este atendia o limite de idade, e desde que seja obedecido o prazo e valor estabelecido.

Exceções

- Excepcionalmente, serão admitidas operações com um valor superior ao limite de crédito apresentado, desde que o excedente não ultrapasse 10% do valor máximo estabelecido para a faixa de idade, sendo desnecessária a aprovação;
- A consulta ao SPC/à Serasa deverá ser obrigatória nas operações iguais ou superiores a R\$ 50.000,00. As operações com restrição poderão ser liberadas, desde que o valor da restrição não ultrapasse 10% do valor de risco ou R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), o que for menor.

5.12 Impedimentos para concessão do crédito

- Contratos inferiores a um salário mínimo
- Documentação inconsistente
- Empréstimo para terceiros
- Empréstimos que não podem ser consignados

5.13 Margem de consignação

O cálculo da margem de consignação é distinto para servidores públicos federais e servidores públicos estaduais e municipais. A metodologia de cálculo da margem para cada um dos servidores é apresentada a seguir.

Cálculo da margem consignável para servidores públicos federais

Para o cálculo da margem de consignação não são consideradas verbas que apresentem indicação de prazo no contracheque. O primeiro passo para o cálculo da margem deverá ser a verificação da existência de tais verbas no contracheque. Feito isso, existe a divisão em:

Servidores que não apresentam verbas com prazo limitado

O valor de limite da prestação deverá corresponder a 85% do valor apresentado no campo "Margem Consignável 30%" do contracheque. A margem de segurança deverá ser de 15% do valor da margem consignável ou R\$ 50,00, o que for menor.

Servidores que apresentam verbas com prazo limitado

Para efetuar o cálculo deve-se somar as verbas com prazo e sentença não transitada em julgado e multiplicar por 30%, feito isso, deve-se deduzir da margem informada no campo "Margem Consignável 30%" o valor obtido, chegando-se então à disponibilidade de margem. Para finalizar o cálculo, deve-se multiplicar a disponibilidade de margem calculada por 85%, o valor calculado será a margem consignável.

Cálculo da margem consignável para servidores públicos estaduais e municipais

As operações estarão sujeitas ao limite legal estabelecido pela respectiva Administração Pública (a entidade denomina o valor máximo que pode ser descontado), denominado Margem Consignável. O cálculo da margem consignável deverá deduzir os descontos compulsórios (IRRF, INSS, pensão alimentícia, faltas e outros definidos por lei). Do valor obtido aplica-se o percentual definido pela administração pública, e do valor encontrado deduz-se os descontos facultativos e chega-se ao saldo da Margem Consignável.

5.14 Arquivamento/custódia

O arquivamento e a custódia da documentação referente aos contratos são feitos pela empresa terceirizada Prestaserv Prestadora de Serviços Ltda. que fica localizada em Contagem, na região metropolitana de BH. A documentação referente aos contratos é enviada à empresa terceirizada, em média, a partir do quinto dia útil do mês, que é quando são recebidas as informações sobre as baixas das parcelas de cada um dos contratos.

Todos os contratos passam por uma "linha de produção", na qual são conferidas todas as documentações referentes a cada um dos contratos. Após essa conferência, os contratos que estão corretos são digitalizados e armazenados.

Para os contratos que possuem falta de alguma documentação é enviado um *e-mail* aos gerentes responsáveis para que tomem providências, esses contratos ficam separados dos demais aguardando o recebimento das documentações.

O local reservado para salvaguarda da documentação detém as seguintes características de segurança:

- Alarme anti-roubo com monitoramento 24 horas
- Detector de fumaças
- Alarme antiincêndio
- Extintores de incêndio
- Cercas elétricas

Não existe distinção entre as salas onde são armazenados os contratos de propriedade do BMG e os contratos cedidos. O controle entre os contratos cedidos e não cedidos é feito pelo sistema "Controle de arquivamento".

5.15 Descrição do processo de cobrança

Procedimentos de cobrança

A área de Cobrança BMG tem o objetivo de monitorar, acompanhar e atuar de forma efetiva na inadimplência dos contratos.

De forma geral, a cobrança é realizada sob duas formas:

- Cobrança da entidade (quando a entidade não efetua o repasse do dinheiro);
- Cobrança do servidor (quando o servidor é inadimplente).

Mensalmente, os arquivos e relatórios com os descontos dos servidores são processados pelo BMG e são encaminhados para cada uma das entidades conveniadas. As entidades conveniadas repassam os descontos efetuados para cada um dos servidores. Após receber essas informações, o BMG procede às baixas das prestações pagas e concilia essas informações com os servidores que não foram descontados.

A cobrança tem seu início após o recebimento das informações das baixas das entidades. A cobrança é dividida entre cobrança da entidade, quando esta não repassa as verbas mensais descontadas, e a cobrança do servidor, quando este se torna inadimplente.

Entidades inadimplentes

Quando uma entidade torna-se inadimplente, entra-se em contato com a entidade responsável, visando a regularizar as divergências existentes em repasses, relatórios e faturamento, possibilitando a baixa das prestações.

Fica a cargo da Matriz o bloqueio de órgãos inadimplentes, a cobrança de órgãos no momento em que seu prazo de atraso supera determinado número de dias e o envio de clientes inadimplentes para cobrança terceirizada.

Não há regra preestabelecida, porém, em média, com 30 dias de atraso, a responsabilidade de recuperação da inadimplência dos órgãos passa a ser da Matriz do BMG. As formas de cobrança adotadas são as seguintes:

- Contato direto com a pessoa de alto-escalão responsável pelo órgão, por meio do Diretor Institucional do BMG, verificando o motivo do não-pagamento e possíveis soluções para o problema;
- Bloqueio do órgão.

Servidores inadimplentes

Para os servidores inadimplentes, primeiro, contata-se a entidade visando ao entendimento do porquê da inadimplência do servidor e busca-se a regularização do contrato e/ou o recebimento da parcela em atraso.

Não há uma regra definida ou uma régua de cobrança, em relação a prazos e prioridades, para realização dos procedimentos de cobrança. O critério para sua execução depende da avaliação individual da gerência responsável pela cobrança.

Os procedimentos aplicáveis, destacados a seguir, não estão destacados em manuais de cobrança:

- **Verificação da inadimplência**

Neste item, é verificado o motivo pelo qual o cliente está inadimplente. Essa identificação pode ocorrer por contato telefônico ou pela Internet, para os órgãos que disponibilizam essa informação *on-line*. Segundo a Gerência do BMG, os motivos identificados para a arrecadação de determinado cliente não ter sido realizada são os seguintes:

- Margem insuficiente
- Falecimento
- Férias
- Licença
- Erros operacionais de cadastramento
- Fraude
- Problemas na averbação. Após a liberação do crédito, despesas dos clientes atribuídas ao seu contracheque reduzem sua margem consignável

- **Boleto de cobrança**

Uma alternativa para quitação da dívida de clientes inadimplentes é o envio de boleto de cobrança emitido pelo BMG à sua residência. Caso haja o pagamento dos boletos de cobrança, essa informação é comunicada à área de Cobrança, que identificará as parcelas dos clientes para baixa.

- **Refinanciamento de parcelas contratuais**

Caso o inadimplimento se dê por razões de insuficiência de margem, é proposto aos clientes o refinanciamento das parcelas contratuais remanescentes, no intuito de adequar o valor da parcela à nova margem estabelecida.

6 Descrição dos critérios de concessão e cobrança - Crédito consignado para assistidos do INSS

Para atingir o objetivo descrito no item 2 deste relatório, no que se refere ao entendimento das atividades e dos controles envolvidos na operacionalização das operações de crédito consignado para assistidos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do BMG, executamos uma revisão da estrutura de concessão e cobrança de créditos, bem como seus mecanismos de controles internos relacionados, inclusive aqueles relacionados a averbações com o INSS e obtenção da autorização dos respectivos mutuários para o desconto em folha dos benefícios previdenciários - INSS.

Tais informações foram obtidas por indagação à Gerência do Banco BMG S.A. e estão em conformidade com informações contidas nos manuais de crédito e cobrança disponibilizados, sendo testadas quanto à sua eficácia por meio de procedimentos de simulação com base em amostragem.

6.1 Fluxo operacional para a concessão de crédito

As operações de crédito consignado com desconto para Aposentados e Pensionistas - INSS consistem na concessão de empréstimo aos respectivos beneficiários, sendo o pagamento das prestações feito por meio de desconto em sua aposentadoria ou pensão, nos termos da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

Pontos de atendimento e processo de contratação

Para a contratação desses empréstimos, estão disponíveis os seguintes canais:

- Por meio de ponto de atendimento: Nas localidades de grande concentração de Aposentados e Pensionistas;
- Por meio de correspondente/Agente: O empréstimo é solicitado mediante o preenchimento de formulário de Termo de Adesão/Autorização para desconto, o qual será entregue pelo correspondente em uma agência do Banco BMG, sendo realizada por meio de aproximadamente 300 correspondentes e 15.000 agentes.

A opção de contratação do empréstimo por telefone não é mais autorizada pelo INSS. No entanto, Aposentados e Pensionistas do INSS têm a opção de ligar para a Central de Atendimento (0800) e solicitar o empréstimo. Após o contato, um agente desloca-se até o local em que está o Aposentado ou Pensionista do INSS e preenche o formulário, tornando-se então essa opção similar ao empréstimo por meio de correspondente/agente.

Para a concessão do crédito, é necessária a apresentação da seguinte documentação:

- Termo de Adesão/Autorização para Desconto em Benefícios Previdenciários - INSS, preenchido e assinado;
- Original ou cópia do comprovante de pagamento de aposentadoria:
 - Extrato de pagamentos emitido pela Internet em tempo real por acesso remoto ao site do Ministério da Previdência e Assistência Social;
 - Extrato semestral de benefícios.
- Cópia do documento de identidade de Cadastro de Pessoa Física (CPF).

A realização de empréstimo por procuração somente é efetivada mediante apresentação de procuração pública, original, registrada em cartório, com poderes expressos para tal e destinada exclusivamente ao BMG. Este documento compõe o processo a ser encaminhado ao Banco BMG.

Tais operações são realizadas com o preenchimento de Termo de Adesão ao Contrato, disponibilizado por estes correspondentes. Esse termo é emitido em duas vias, sendo a primeira preenchida pelo correspondente, enquanto a segunda permanece em branco, todas devidamente assinadas pelo sacado e remetidas ao Banco BMG. Caso o cliente solicite uma cópia do Termo de Adesão, a segunda via deverá ser preenchida e entregue a ele no ato da contratação.

Nas operações realizadas com analfabetos, o Termo de Adesão ao Contrato deve estar assinado a rogo, devendo ser este um representante legal, ou parente próximo, além da assinatura de duas testemunhas.

Preenchimento da proposta nos correspondentes

O BMG possui duas formas de cadastramento de propostas: (i) BMG Consig; e (ii) Método Convencional.

Quando utilizado o sistema BMG Consig, o correspondente realiza o preenchimento da proposta, solicita a documentação necessária, realiza simulação do crédito dentro dos parâmetros especificados e procede ao registro dos dados. É realizada a verificação da integridade da documentação recebida utilizando-se terminal disponível na sede ou nas dependências do correspondente.

Para os correspondentes que não possuem terminais para realização dessa operação (Método Convencional), o Termo de Adesão é preenchido e, com os documentos exigidos, é enviado diretamente para a sede do BMG. Nesse caso, a inclusão/digitação dos dados no sistema BMG Consig fica sob a responsabilidade da área Administrativa do Banco.

Verificação da documentação enviada

Um Analista da área Administrativa do BMG captura os dados do Aposentado/Pensionista registrados no sistema BMG Consig e certifica-se de que o CPF designado para a operação e o Número do Benefício estão de acordo com o Extrato de Pagamento e com o Demonstrativo de Benefícios do indivíduo, confrontando a informação com a documentação enviada pelo correspondente. Adicionalmente, é verificado se o solicitante do crédito detém algum ônus e/ou obrigação não quitados com o BMG.

Caso verificada alguma inconformidade na documentação apresentada, esta é devolvida ao correspondente para regularização.

Aprovação do crédito e envio de dados à DATAPREV

Depois de realizada a confirmação do CPF do Aposentado/Pensionista e do Número do Benefício, e constatada a ausência de qualquer ônus e/ou obrigação não quitados do solicitante com o BMG, o crédito é aprovado, gerando-se então arquivo para envio à DATAPREV para averbação da operação com o INSS. Essas operações permanecem com *status* "em análise" no sistema.

São enviados diversos arquivos para averbação e consignação durante o dia. A liberação da operação está condicionada ao retorno do arquivo da DATAPREV, com a confirmação das operações "aprovadas" pelo INSS. Os arquivos são enviados à DATAPREV várias vezes ao dia até às 17h30, sendo o retorno por parte da DATAPREV realizado no primeiro dia útil subsequente.

Após o retorno das operações pela DATAPREV, todas as operações que foram aprovadas mudam automaticamente para o *status* "averbado" e o crédito é liberado para ser enviado ao Aposentado/Pensionista do INSS. As operações que não foram averbadas também retornam com o motivo da não-averbação e são encaminhadas ao correspondente para providências.

Arquivamento da documentação

Os documentos físicos solicitados para a avaliação da operação são mantidos nos correspondentes e é encaminhada uma cópia digitalizada, no prazo de uma semana, à Matriz do BMG:

- Ficha Proposta de Termo de Adesão ao Contrato (assinada)
- CPF
- RG
- Extrato de pagamento de benefícios
- Comprovante bancário (caso o indivíduo seja correntista)

A área de formalização do BMG é responsável pela salvaguarda dessa documentação, apontando eventuais pendências que deverão ser regularizadas pelos correspondentes dentro de um prazo especificado. Após o esgotamento desse período, a operação que não tiver os documentos devidamente encaminhados ao Banco deverá ser cancelada.

6.2 Limites de crédito

Os créditos direcionados aos aposentados e pensionistas contam com os seguintes limites:

- Mínimo: 0,5 (zero vírgula cinco) salário mínimo;
- Máximo: O limite máximo de crédito será estabelecido de acordo com a idade do aposentado/pensionista, conforme tabela a seguir:

Limites de idade	Limite de prazo	Limites máximos de crédito
Até 70 anos	36 meses	R\$ 50.000,00
De 71 a 80 anos	36 meses	R\$ 15.000,00
De 81 a 90 anos	36 meses	R\$ 5.000,00

Exceções

- Não serão admitidas operações com valor superior ao limite de crédito estabelecido;
- A consulta ao SPC/à Serasa deverá ser obrigatória nas operações iguais ou superiores a R\$ 25.000,00. As operações com restrição poderão ser liberadas, desde que o valor da restrição não ultrapasse 10% do valor solicitado ou R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), o que for menor;
- Para analfabetos que possuam conta-corrente, os limites de créditos são os mesmos. No caso de o analfabeto não possuir conta-corrente, o limite máximo de empréstimos é de R\$ 2.000,00, em razão de um convênio firmado entre o BMG e a Caixa Econômica Federal.

6.3 Impedimentos para concessão do crédito

- Contratos inferiores a meio salário mínimo
- Idade incompatível com o valor da operação
- Empréstimo para terceiros
- Restritivos no SPC/na Serasa para valores superiores a R\$ 25.000,00
- Benefícios que não podem ser consignados:
 - Pagos a título de pensão alimentícia;
 - Assistenciais, inclusive os decorrentes de leis especiais;
 - Recebidos por meio de representante legal do segurado: dependente, tutelado ou curatelado;
 - Pagos por intermédio dos correios, de empresa conveniada ou de cooperativas de crédito que não possuam contratos para pagamento de arrecadação de benefícios.

6.4 Margem de consignação

A margem de consignação para obtenção do valor máximo de parcela da operação é obtida mediante aplicação da seguinte fórmula:

- Valor bruto do benefício (excluindo 13º salário)
- (-) Imposto de renda
- (-) Pensão alimentícia judicial
- (-) Mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente conhecidas
- (=) Valor disponível do benefício
- (x) 30%
- (=) Margem disponível para consignação
- (-) Outros empréstimos e financiamentos consignados
- (=) Margem consignável
- (x) 95%
- (=) Valor máximo da prestação

6.5 Liberação do crédito

Para Aposentados/Pensionistas, a liberação do crédito é realizada por meio de TED ou Ordem de Pagamento nas agências, preferencialmente do Itaú, mas pode ser também no Banco Real ou na Caixa Econômica Federal. Nesse caso, o Aposentado/Pensionista é encaminhado à agência para a retirada do recurso, sendo solicitada a apresentação do CPF e do RG. De acordo com informações do BMG, os recursos são disponibilizados no primeiro dia útil subsequente à aprovação pelo INSS.

Aposentados que possuem conta-corrente em movimento, em qualquer Banco:

- DOC ou TED para a conta indicada pelo beneficiário

Aposentados que não possuem conta-corrente em movimento:

- Liberação do recurso por meio de ordem de pagamento

Prazo para liberação do crédito: dia seguinte ao do recebimento da documentação, pelo BMG.

De acordo com informações obtidas da Gerência do BMG, grande parte das liberações de recursos é efetuada por meio de TED. Caso se verifique que o nome ou o CPF do correntista para o qual está sendo efetuado o depósito não coincidam com os dados do beneficiário, a transferência do recurso não é concluída.

6.6 Fluxo financeiro dos repasses de recursos

As operações realizadas no primeiro e no segundo dias úteis de cada mês terão seu primeiro desconto no próprio mês. As operações realizadas entre o terceiro e o último dias úteis de cada mês terão seu primeiro desconto no mês subsequente.

O vencimento de cada prestação se dá sempre no dia 7 de cada mês. O repasse dos valores referentes às consignações em favor do BMG é efetuado pelo INSS até o quinto dia útil do mês subsequente da competência do crédito, por meio de depósito único na conta "Reserva Bancária" do Banco BMG S.A. A transferência dos recursos é realizada pelo Sistema de Transferência de Reserva (STR), por meio da mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB.

Previamente ao pagamento dos recursos pelo INSS, este informa ao Banco BMG, por meio de arquivo de retenção, os recursos retidos dos beneficiários que serão repassados ao Banco. Da mesma forma, são informados os valores que não serão repassados, em razão de diversos tipos de ocorrências que implicam o cancelamento ou a suspensão do pagamento do benefício:

- Óbito do beneficiário (informado pelo Cartório);
- Entrada de pensão alimentícia;
- Recadastramento de pensionistas ou revisões internas (auditoria de benefícios), em que se verifica irregularidade no pagamento;
- O beneficiário - filho - atinge a maioridade, ou a beneficiária - filha - se casa. Em ambos os casos, o benefício é suspenso;
- Caso o banco pagador do benefício informe ao INSS que o recurso do benefício não é sacado da conta por um período superior a 60 dias;
- Fraude.

Os casos de óbito são cobertos por seguro, cuja apólice é emitida pela Metlife. A seguradora é acionada por meio de envio do atestado de óbito, e os recursos são recebidos em parcela única.

6.7 Regularização de operações não descontadas

Mensalmente, após o processamento da folha de pagamento de Aposentados e Pensionistas do INSS, a DATAPREV disponibiliza ao Banco BMG o arquivo de retenção contendo os dados referentes ao repasse dos recursos do INSS ao BMG. É responsabilidade da área de Gerência de Processamento analisar os dados contidos no arquivo, visando à regularização daqueles descontos não realizados pela DATAPREV, de acordo com os seguintes motivos:

- **Descontos glosados**

A “glosa” ocorre quando, por algum motivo, um desconto realizado em meses anteriores é estornado. Nesse caso, os recursos referentes ao desconto são também revertidos para o INSS e, portanto, a Gerência de Processamento deverá:

- Reabrir a(s) parcela(s) glosada(s) no Sistema de Empréstimo;
- Realizar as conciliações necessárias.

- **Margem excedida**

Caso o desconto não tenha sido realizado em razão da “margem excedida”, a Gerência de Processamento deverá:

- Avaliar a opção de renegociação do empréstimo;
- Havendo possibilidade, providenciar a renegociação com a expansão do fluxo do empréstimo.

- **Outros motivos de ocorrência do não-desconto que não os citados**

Quando não é identificado o motivo do desconto, tenta-se o contato telefônico com o cliente. Ao contatar-se o cliente, é indagado do motivo do não-desconto da prestação em seu benefício previdenciário e é verificada a possibilidade de renegociar o empréstimo. Se for identificado o falecimento do cliente, os seguintes passos são feitos:

- Solicita-se a um membro de sua família o envio do atestado de óbito ao Banco BMG;
- Registra-se a informação de falecimento no sistema de gestão de Clientes;
- Envia-se uma cópia do atestado à Gerência de Produtos;
- Comanda-se a emissão de boleto relativo à primeira parcela em aberto e a emissão de carta de cobrança, e encaminha-os ao Aposentado ou Pensionista que não for localizado por meio de ligação telefônica.

Caso não se consiga localizar o cliente e não se obtenha resposta da carta enviada, aciona-se a área de Cobrança para tentar reaver o crédito cedido.

Caberá à Gerência de Produtos gerar mensalmente um arquivo com os clientes falecidos e encaminhá-lo à seguradora com as respectivas cópias dos atestados de óbito, para a cobertura do seguro, além de controlar e conciliar os repasses de recursos pela Seguradora.

7 Revisão da funcionalidade do sistema e dos controles que evitem a Cessão dos Direitos Creditórios em duplicidade

7.1 Objetivos da revisão do ambiente de controle

Os procedimentos utilizados em nossa revisão consistem em uma avaliação do ambiente de TI, analisando suas características, seus controles e seus aspectos de segurança, obtidos por meio de inspeção de documentação, de observação da apresentação física do ambiente de TI e indagação à equipe do Departamento de Tecnologia da Informação.

Este relatório cita tanto os aspectos positivos quanto as nossas recomendações para o aperfeiçoamento de pontos falhos.

7.2 Políticas de gerenciamento e organização

Políticas de segurança computacional

O Banco BMG possui uma Política de Segurança formalizada, que objetiva a manutenção contínua da segurança de todas as informações, assegurando a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade, contudo seu conteúdo não é colocado em prática quando consideramos aspectos relacionados à existência de um Plano de Continuidade das Operações, em caso de sinistro em suas dependências.

Implicações e riscos para o Banco

Sem uma política de segurança em informática devidamente formalizada e divulgada aos usuários dos recursos de TI, não há como garantir o compromisso sobre a confidencialidade dos dados e a utilização dos recursos de informática do Banco.

Recomendação

A Política de segurança em informática existente na Banco BMG deve ser revisada e atualizada periodicamente. Esta também deverá ser seguida sob todos os aspectos, atentando principalmente para o desenvolvimento de um Plano de Continuidade dos Negócios em caso de sinistro no Data Center do Banco e para o armazenamento das mídias utilizadas nas operações de *backup* em ambiente seguro, o que implica diretamente a continuidade das operações do Banco BMG. Adicionalmente, deverão ser criados "Termos de Responsabilidade", que deverão ser assinados pelos funcionários do Banco, comprovando seu conhecimento em relação à Política e assegurando seu comprometimento com as diretrizes definidas.

7.3 Controles de acesso lógico

Controles na rede local e no sistema corporativo

O Banco não possui uma norma que estabeleça a forma de concessão de acesso aos sistemas utilizados, bem como o bloqueio dos usuários. Esse procedimento é realizado de forma empírica pela equipe de TI.

A configuração de acesso ao sistema operacional Windows está definida da seguinte forma:

- As senhas são trocadas periodicamente a cada 60 dias;
- As senhas são criadas com um número mínimo de oito caracteres;
- O *login* do usuário é bloqueado após três tentativas não autorizadas de acesso ao sistema, porém, é reabilitado após 15 minutos.

Apesar de realizar um controle de autenticação do *login* e senha do usuário, o sistema corporativo não possui controles que possibilitem a parametrização de troca periódica de senhas em um período mínimo que esteja adequado às premissas de segurança normalmente aceitáveis, além de não bloquear o *login* do usuário após tentativas não autorizadas de acesso ao sistema.

Um dos módulos que compõem o sistema corporativo, com características de *Front-End*, conhecido como *BMG Consig*, estabelece o prazo de utilização das senhas pelos seus usuários em 360 dias, período considerado inadequado, e também não possui parâmetros para bloqueio dos *logins* utilizados para acesso ao sistema de forma não autorizada.

Implicações e riscos para o Banco

A falta de um controle adequado de acesso lógico pode facilitar a utilização indevida das informações do Banco. A inexistência de procedimento de troca periódica de senhas dos sistemas ou um prazo inadequado para a expiração de senhas poderá expor as informações do Banco a acessos não autorizados, às transações do sistema aplicativo e gerar situações de fraude, entre outras situações adversas à efetiva segurança dos sistemas.

Recomendação

Configurar nos sistemas parâmetros que estabeleçam a criação das senhas com um número mínimo de oito caracteres;

Parametrizar a troca periódica das senhas, de preferência com prazo máximo de 30 dias, além de não permitir que os sistemas reutilizem as cinco últimas senhas;

Implementar controle de bloqueio do *login* do usuário após três tentativas não autorizadas de acesso aos sistemas, permanecendo até que o Administrador do Sistema libere o *login* do usuário.

7.4 Controles de desenvolvimento e manutenção de sistemas

Metodologia de desenvolvimento de sistemas

O Banco BMG carece de uma documentação completa dos sistemas que suportam suas operações, o que denota a não-aplicabilidade de uma metodologia, que deveria estar estabelecida no sentido de manter uma padronização no desenvolvimento dos sistemas utilizados pelo Banco.

Implicações e riscos para o Banco

Sem a aplicabilidade de uma metodologia de desenvolvimento definida, os analistas e programadores podem utilizar critérios próprios, que não estejam de acordo com as melhores práticas ou com os processos do Banco, podendo trazer consequências sérias para a integridade das informações.

A ausência de documentação dos sistemas dificulta a realização de manutenções e continuidade dos projetos e gera uma grande dependência do Banco com os seus analistas e programadores.

Recomendação

O Banco deverá desenvolver e implementar de maneira formal uma metodologia de desenvolvimento de sistemas, que garanta:

- Padronização para os códigos-fonte, telas, interfaces, tabelas das bases de dados etc.;
- Adequação dos programas aos processos de negócio do Banco;

- Devida documentação de todas as novas rotinas e programas (documentações técnica e manual para os usuários).

Processo de cessão de créditos

O processo de cessão de créditos no sistema Corporativo é realizado pelo módulo EM (Empréstimos) e regulado por tabelas que definem filtros que possibilitam identificar os contratos cedidos, bem como os contratos disponíveis para cessão. As tabelas estão descritas no modelo de dados do sistema, que possui rotinas de seleção das cessões e códigos para controle do cessionário e indica as fases do processo de cessão, identificando os códigos intermediários (estabelecem o *status* do processo de cessão) e o código de indicação da efetivação do processo. Os cancelamentos também são controlados no processo, e somente após sua efetivação o sistema estabelece um número para o contrato cedido em um campo específico na tabela do sistema. Caso contrário, o número 0 (zero) indicará a disponibilidade do contrato para cessão. Esse controle determina que os contratos cedidos não sejam disponibilizados no sistema para cessão a outros possíveis contratantes.

7.5 Operações computacionais

Capacity planning

O Departamento de TI do Banco BMG, responsável pela administração do sistema do Banco BMG, executa um acompanhamento periódico da utilização de CPU, memória e disco nos servidores. Todavia, não são emitidos relatórios estatísticos nem registros documentais para um melhor monitoramento dos recursos, entendido como *capacity planning*.

Implicações e riscos para o Banco

A inexistência de procedimentos formais de planejamento e preparação prévios não garante a disponibilidade adequada de capacidade e recursos de processamento e armazenamento dos sistemas.

Recomendação

Implementar controles formais de monitoramento da *performance* dos servidores, com o objetivo de elaborar um planejamento da capacidade e do desempenho para médio e longo prazos.

Controle de vírus

O Banco BMG utiliza o *software* antivírus Office Scan, da Trend Micro, para controle de vírus nas estações de trabalho e nos servidores.

O Departamento de TI do Banco BMG realiza um controle de atualização automática das novas versões de antivírus para as estações de trabalho.

Na época de realização dos nossos trabalhos, as estações de trabalho utilizavam versões atuais do *software* antivírus. Não foram detectadas versões desatualizadas.

Backup

As operações de *backup* do Banco BMG estão baseadas em uma norma interna que define os procedimentos a serem executados, o tempo de retenção e as mídias a serem utilizadas nas operações, com a utilização do utilitário ArcServer para o ambiente Windows e com a utilização de rotinas desenvolvidas em linguagem shell, do próprio sistema operacional Unix. Os procedimentos de *backup* são realizados diariamente, com a utilização de mídias do tipo DLT e LTO.

Não existem “procedimentos formais” para a realização de testes de recuperação das informações gravadas em mídia, apesar de acontecerem com frequência operações de recuperação dos dados.

As mídias utilizadas nas operações são armazenadas na sala dos servidores do Data Center localizado no Edifício da Avenida Getúlio Vargas.

Implicações e riscos para o Banco

A ausência de procedimentos de testes periódicos de *backup* aumenta o risco de falta de integridade no processo, podendo ocorrer perda de informações em caso de contingência e causar prejuízos não apenas financeiros, mas também risco de continuidade.

Recomendação

Realizar e formalizar periodicamente operações de testes de recuperação de *backup*, assegurando que os procedimentos de sistema utilizados e a integridade física dos equipamentos e mídias foram respectiva e corretamente desempenhados e constatados.

7.6 Continuidade dos negócios

Plano de continuidade

O Banco não possui um plano de continuidade dos negócios documentado e testado, identificando a estratégia de ação, o nível de participação dos envolvidos e os recursos a serem utilizados em caso de sinistro em suas dependências.

Implicações e riscos para o Banco

A falta de um plano de continuidade dos negócios não permite assegurar a continuidade de serviços de processamento de aplicativos críticos e de processamento de dados nem minimizar o impacto econômico de uma interrupção prolongada em caso de um desastre.

Recomendação

Desenvolver, documentar e testar periodicamente um plano de continuidade, a fim de assegurar a continuidade nos serviços do processamento em caso de desastre. O plano deve descrever ao menos os seguintes itens:

- Continuidade dos negócios:
 - Avaliação do impacto da interrupção do negócio;
 - Procedimento para avaliação dos danos;
 - Atualizações regulares da plataforma.

- Continuidade de processamento;
- Objetivos e escopo do plano;
- Premissas e estratégias de recuperação:
 - Avaliação dos aplicativos/das funções críticas;
 - Cronograma de recuperação;
 - Procedimentos para avaliação dos danos.
- Procedimentos para ativar o plano;
- Responsabilidades das equipes de recuperação numa emergência;
- Acordos por escrito que detalhem:
 - Instalação de processamento de *backup*;
 - Armazenamento de formulários, documentos críticos e materiais fora do Banco;
 - Mídia magnética armazenada fora do Banco.
- Procedimentos de *backup* e de recuperação de dados;
- Lista de contatos: vendedores e fornecedores de pacotes utilizados pelo Banco;
- Inventário de formulários, mídias magnéticas, *hardware*, *software*, equipamento e materiais;
- Procedimentos de testes e respectiva documentação;
- Cobertura de seguro;
- Responsabilidade de manutenção do plano.

7.7 Controles de acesso físico

Instalação/localização e acesso à sala dos servidores

O Data Center do Banco BMG está localizado no 5º andar do seu edifício Matriz, situado à Rua Álvares Cabral, nº 1.707, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte - MG.

O Data Center do Banco BMG, possui equipamentos *nobreak*, além de equipamento gerador de energia elétrica, é eficientemente refrigerado por um sistema central de ar-condicionado, possuindo ainda dois aparelhos, que poderão trabalhar de forma alternativa em caso de inoperabilidade de um dos aparelhos.

O Banco possui ainda um segundo Data Center, localizado no 6º andar do edifício, situado à Avenida Getúlio Vargas, nº 668, também na cidade de Belo Horizonte, equipado com aparelhos *nobreak* e dois aparelhos de ar-condicionado.

A existência do Data Center localizado na Avenida Getúlio Vargas possibilitaria a continuidade das operações em caso de eventual sinistro no Data Center principal caso houvesse um Plano de Continuidade desenvolvido com esse objetivo, envolvendo aspectos relacionados a espelhamento completo dos dados, entre outros.

Implicações e riscos para o Banco

A inexistência de uma infra-estrutura que possa suportar operacionalmente a execução de um plano de continuidade dos negócios não permite assegurar a continuidade de serviços de processamento de aplicativos críticos e de processamento de dados nem minimizar o impacto econômico de uma interrupção prolongada em caso de um desastre.

Recomendação

O segundo Data Center do Banco deverá ser estabelecido como *site* de contingência, definido em um Plano de Continuidade, e deverá armazenar as mesmas informações dos servidores do Data Center principal, localizado no Edifício Matriz, o que passa a ser condizente com o modelo de negócio do Banco BMG.

Prevenção contra incêndio

O Data Center do Banco BMG, localizado no Edifício Matriz, possui equipamentos detectores de fumaça/fogo, alarmes de incêndio, extintores para combate a incêndios dentro do Data Center e piso elevado, para uma melhor acomodação da fiação e do cabeamento das máquinas e dos equipamentos.

O Data Center do Banco BMG, localizado no Edifício da Avenida Getúlio Vargas, não possui equipamentos detectores de incêndio, apesar de possuir extintores para combate a incêndios.

Implicações e riscos para o Banco

A ausência de equipamentos de detecção/combate a incêndio representa um grande risco de perda de equipamentos, instalações e dados do Banco, podendo afetar a continuidade dos negócios.

Recomendação

- Realizar estudo técnico para adequação da estrutura física de ambos os Data Centers, com a instalação de equipamento de combate automático a incêndios como, por exemplo, *sprinkler* a gás;
- Instalar detectores de incêndio no Data Center localizado no Edifício da Avenida Getúlio Vargas.

Anexo I - Movimentação Mensal por Entidade - Carteira Crédito Consignado Setor Público

Origem	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Set/14
	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%
Famílias PAF	91.267	39,3%	72.001	31,1%	71.141	31,1%	60.113	31,1%	162.304	39,3%	169.761	39,3%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	1.802	1,9%	1.872	2,6%	1.802	2,6%	21.711	35,7%	31.701	19,7%	31.697	19,7%
Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro - RJ	6.469	7,1%	7.479	10,4%	7.479	10,4%	1.184	2,0%	1.184	0,7%	1.184	0,7%
Comando de Defesa Social	1.230	1,3%	1.487	2,1%	1.487	2,1%	2.227	3,7%	2.227	1,3%	2.227	1,3%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	1.528	1,6%	1.881	2,6%	1.881	2,6%	4.813	7,9%	4.813	2,8%	4.813	2,8%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	3.308	3,6%	2.723	3,8%	3.308	4,6%	2.353	3,9%	4.225	2,5%	4.225	2,5%
Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro - RJ	1.914	2,1%	1.251	1,7%	1.914	2,6%	1.880	3,1%	11.880	7,4%	12.944	7,4%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	2.944	3,2%	3.401	4,7%	2.944	4,0%	3.312	5,4%	10.228	6,2%	10.228	6,2%
Município de Rio de Janeiro	1.112	1,2%	89	0,1%	1.112	1,5%	77	0,1%	79	0,0%	1.612	1,0%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	2.042	2,2%	1.218	1,7%	2.042	2,8%	1.681	2,8%	4.477	2,8%	7.140	4,4%
Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro - RJ	1.192	1,3%	2.288	3,2%	1.192	1,6%	1.448	2,4%	381	0,2%	1.110	0,7%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	3.328	3,7%	3.514	4,9%	3.328	4,5%	3.481	5,8%	3.481	2,1%	3.125	1,9%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	2.752	3,0%	1.953	2,7%	2.752	3,7%	1.709	2,8%	2.314	1,4%	2.720	1,7%
Comando de Defesa Social - Código 2000	2.100	2,3%	1.110	1,5%	2.100	2,8%	1.709	2,8%	318	0,2%	878	0,5%
Prefeitura Municipal de Defesa Social - RJ	2.178	2,4%	1.313	1,8%	2.178	2,9%	84	0,1%	1.488	0,9%	1.413	0,9%
PREMIADO - RJ ADONAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado do Rio de Janeiro	314	0,3%	21	0,0%	314	0,4%	63	0,1%	158	0,1%	94	0,1%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	844	0,9%	21	0,0%	844	1,1%	7	0,0%	40	0,0%	33	0,0%
Prefeitura Municipal de Campos - RJ	-	-	1.043	1,4%	1.043	1,4%	2.119	3,5%	1.473	1,8%	1.473	1,8%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	1.247	1,4%	84	0,1%	1.247	1,7%	1.814	3,0%	3.298	2,0%	1.980	1,2%
ANEXO - Assoc. Nacional de Adv. Públicos	241	0,3%	138	0,2%	241	0,3%	138	0,2%	138	0,1%	138	0,1%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	138	0,2%	1.380	1,9%	138	0,2%	531	0,9%	63	0,0%	508	0,3%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	308	0,3%	314	0,4%	308	0,4%	413	0,7%	413	0,2%	362	0,2%
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	138	0,2%	314	0,4%	138	0,2%	531	0,9%	63	0,0%	508	0,3%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prefeitura Municipal de Campos - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado do Rio de Janeiro	1.112	1,2%	1.112	1,5%	1.112	1,5%	84	0,1%	1.488	0,9%	1.413	0,9%
Prefeitura Municipal de Defesa Social - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado do Rio de Janeiro	1.112	1,2%	1.112	1,5%	1.112	1,5%	84	0,1%	1.488	0,9%	1.413	0,9%
Prefeitura Municipal de Campos - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado do Rio de Janeiro	380	0,4%	329	0,4%	380	0,5%	414	0,7%	413	0,2%	397	0,2%
INSTITUTO DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-			

Anexo I - Movimentação Mensal por Entidade - Carteira Crédito Consignado Setor Público

Órgão	01/01	02/01	03/01	04/01	05/01	06/01	07/01	08/01	09/01	10/01	11/01	12/01	01/02	02/02	03/02	04/02	05/02	06/02	07/02	08/02	09/02	10/02	11/02	12/02
Órgão	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%
Associação dos Servidores do Estado - RJ	13	0,1%	0	0,0%	46	0,0%	23	0,0%	41	0,0%	22	0,0%	48	0,0%	34	0,0%	43	0,0%	21	0,0%	21	0,0%	21	0,0%
União Metropolitana de Caramuru (UNIMASC)	14	0,1%	18	0,0%	167	0,1%	23	0,0%	130	0,1%	21	0,0%	137	0,1%	34	0,0%	11	0,0%	134	0,1%	134	0,1%	134	0,1%
Força Federal de Tiro de Defesa do Rio de Janeiro	42	0,1%	0	0,0%	9	0,0%	3	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,0%	37	0,0%	134	0,1%	134	0,1%	134	0,1%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE PROJETO DE LEI	0	0,0%	113	0,1%	273	0,1%	266	0,1%	18	0,0%	108	0,0%	11	0,0%	78	0,0%	39	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	31	0,0%	28	0,0%	10	0,0%	20	0,0%	19	0,0%	21	0,0%	18	0,0%	1	0,0%	13	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
DETRAN - Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - RJ	38	0,1%	30	0,0%	61	0,0%	0	0,0%	7	0,0%	78	0,0%	32	0,0%	17	0,0%	31	0,0%	34	0,0%	34	0,0%	34	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	97	0,1%	27	0,0%	14	0,0%	30	0,0%	14	0,0%	34	0,0%	37	0,0%	133	0,1%	11	0,0%	17	0,0%	17	0,0%	17	0,0%
GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	100	0,1%	184	0,1%	40	0,0%	30	0,0%	23	0,0%	33	0,0%	37	0,0%	88	0,0%	134	0,1%	121	0,0%	121	0,0%	121	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
DETRAN - Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	380	0,1%	77	0,0%	18	0,0%	24	0,0%	4	0,0%	0	0,0%	73	0,0%	71	0,0%	71	0,0%	71	0,0%
UNIAO METROPOLITANA DE CARAMURU (UNIMASC)	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE PROJETO DE LEI	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
DETRAN - Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
CAAPRE - Companhia de Aquecimento Urbano do Rio de Janeiro	3	0,0%	34	0,0%	188	0,1%	8	0,0%	41	0,0%	31	0,0%	61	0,0%	131	0,1%	80	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	32	0,0%	14	0,0%	37	0,0%	42	0,0%	11	0,0%	31	0,0%	32	0,0%	19	0,0%	21	0,0%	28	0,0%	28	0,0%	28	0,0%
FUNDAÇÃO DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	17	0,0%	13	0,0%	21	0,0%	131	0,1%	131	0,1%	131	0,1%	78	0,0%	78	0,0%	78	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	33	0,0%	113	0,1%	8	0,0%	42	0,0%	95	0,0%	13	0,0%	23	0,0%	30	0,0%	35	0,0%	30	0,0%	30	0,0%	30	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Associação dos Policiais do Estado do Rio de Janeiro	48	0,0%	23	0,0%	77	0,0%	38	0,0%	13	0,0%	18	0,0%	42	0,0%	184	0,1%	3	0,0%	34	0,0%	34	0,0%	34	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Governo do Estado do Rio de Janeiro - RJ	180	0,1%	11	0,0%	43	0,0%	9	0,0%	31	0,0%	13	0,0%	29	0,0%	72	0,0%	162	0,0%	181	0,0%	181	0,0%	181	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	4	0,0%	0	0,0%	31	0,0%	43	0,0%	0	0,0%	3	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	177	0,1%	58	0,1%	18	0,0%	7	0,0%	9	0,0%	27	0,0%	34	0,0%	29	0,0%	18	0,0%	18	0,0%	18	0,0%	18	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	173	0,1%	34	0,0%	69	0,0%	43	0,0%	44	0,0%	37	0,0%	7	0,0%	12	0,0%	6	0,0%	6	0,0%	6	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	74	0,0%	130	0,1%	12	0,0%	43	0,0%	33	0,0%	38	0,0%	18	0,0%	1	0,0%	7	0,0%	11	0,0%	11	0,0%	11	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	38	0,0%	29	0,0%	78	0,0%	3	0,0%	138	0,1%	42	0,0%	131	0,1%	11	0,0%	1	0,0%	22	0,0%	22	0,0%	22	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	18	0,0%	26	0,0%	19	0,0%	43	0,0%	72	0,0%	48	0,0%	95	0,0%	58	0,0%	83	0,0%	93	0,0%	93	0,0%	93	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	14	0,0%	10	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	13	0,0%	183	0,1%	183	0,1%	183	0,1%	183	0,1%	183	0,1%	183	0,1%
Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro	0	0,0%	32	0,0%	76	0,0%	29	0,0%	33	0,0%	0	0,0%	13	0,0%	7	0,0%	31	0,0%	28	0,0%	28	0,0%	28	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	18	0,0%	11	0,0%	3	0,0%	4	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	11	0,0%	77	0,0%	3	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	777	0,1%	38	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	43	0,0%	14	0,0%	43	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	14	0,0%	14	0,0%	14	0,0%
DETRAN - Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - RJ	71	0,0%	0	0,0%	1	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro	13	0,0%	17	0,0%	13	0,0%	13	0,0%	8	0,0%	17	0,0%	13	0,0%	9	0,0%	0	0,0%	42	0,0%	42	0,0%	42	0,0%
Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro	138	0,1%	113	0,1%	87	0,0%	38	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	41	0,0%	0	0,0%	3	0,0%	23	0,0%	23	0,0%	23	0,0%
Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	73	0,0%	31	0,0%	48	0,0%	38	0,0%	13	0,0%	09	0,0%	11	0,0%	13	0,0%	26	0,0%	24	0,0%	24	0,0%	24	0,0%
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - RJ	21	0,0%	28	0,0%	18	0,0%	30	0,0%	87	0,0%	97	0,0%	48	0,0%	22	0,0%	1	0,0%	18	0,0%	18	0,0%	18	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	34	0,0%	21	0,0%	56	0,0%	59	0,0%	17	0,0%	14	0,0%	18	0,0%	13	0,0%	18	0,0%	10	0,0%	10	0,0%	10	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	39	0,0%	12	0,0%	23	0,0%	18	0,0%	0	0,0%	13	0,0%	13	0,0%	34	0,0%	7	0,0%	7	0,0%	7	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ	18	0,0%	78	0,0%	14	0,0%	13	0,0%	1	0,0%	22	0,0%	77	0,0%	21	0,0%	7	0,0%	7	0,0%	7	0,0%	7	0,0%
Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro	43	0,0%	21	0,0%	33	0,0%	25	0,0%	14	0,0%	14	0,0%	11	0,0%	11	0,0%	21	0,0%	11	0,0%	11	0,0%	11	

[illegible]

Orgão	Jan/13		Fev/13		Mar/13		Abr/13		Mai/13		Jun/13		Jul/13		Ago/13		Set/13		Out/13		Nov/13		Dez/13		
	R\$2000	%	R\$2000	%	R\$2000	%	R\$2000	%	R\$2000	%	R\$2000	%	R\$2000	%	R\$2000	%	R\$2000	%	R\$2000	%	R\$2000	%	R\$2000	%	
FUNDO DE INVESTIMENTO - FI	1	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-
ABCE - ABCE CARLOS RODOLFO PEREIRA DE	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-
Estado - FZ - 24.04.00.00.00.00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-
CDC - VALERO - CREDITO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-
Presidência Municipal de São Paulo - SP	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-
SOMA DOS RENDIMENTOS GERAIS DA DA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-
Total	151.221	100,0%	127.333	100,0%	143.297	100,0%	134.339	100,0%	293.331	100,0%	773.839	100,0%	250.841	100,0%	278.442	100,0%	247.780	100,0%	234.823	100,0%	186.978	100,0%	186.978	100,0%	

Anexo I - Movimentação Mensal por Entidade - Carteira Crédito Consignado Setor Público

Agos/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Agos/18	
R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%
124.376	1,1%	219.951	4,2%	197.787	4,0%	149.829	4,6%	109.313	3,0%	171.344	3,7%	228.888	3,0%
74.387	7,7%	191.113	3,5%	14.344	1,7%	10.028	1,6%	9.141	22,1%	6.890	26,3%	13.289	11,1%
10.214	11,0%	22.888	4,2%	21.821	8,0%	12.292	3,0%	7.227	2,4%	28.890	6,3%	28.602	11,7%
7.737	2,2%	7.231	1,3%	11.259	1,1%	9.928	0,9%	1.204	1,8%	8.833	2,0%	13.272	1,8%
7.559	1,2%	7.144	1,2%	4.029	2,1%	4.077	1,5%	1.348	1,7%	1.433	2,1%	4.726	2,0%
10.912	1,7%	13.313	1,9%	9.034	1,0%	4.197	2,7%	1.887	1,1%	1.381	1,7%	1.654	2,1%
4.258	1,2%	4.978	1,3%	3.188	1,0%	3.797	1,1%	4.127	1,3%	3.833	1,2%	7.603	1,9%
4.688	1,7%	4.919	1,1%	4.144	1,3%	3.320	2,2%	4.212	1,4%	4.441	1,4%	1.292	1,4%
1.280	1,7%	8.158	2,3%	8.077	2,0%	7.124	2,5%	2.015	1,3%	4.199	1,3%	1.318	1,4%
3.611	0,9%	3.189	0,9%	1.644	1,0%	1.884	0,9%	1.457	0,5%	2.112	0,8%	2.277	0,9%
3.022	1,1%	1.488	0,8%	1.214	1,0%	1.580	0,8%	1.744	0,1%	1.884	0,1%	2.783	0,7%
3.118	0,9%	2.982	0,9%	1.423	0,8%	2.358	1,0%	1.927	0,5%	2.822	0,5%	1.428	1,0%
1.878	1,3%	589	0,3%	1.018	0,7%	1.841	0,1%	701	0,7%	178	0,1%	1.188	0,4%
1.48	0,1%	2.173	0,9%	1.243	0,8%	1.218	0,3%	378	0,7%	388	0,1%	728	0,2%
1.18	0,1%	1.911	0,9%	1.813	1,7%	1.718	0,7%	1.194	0,5%	3.811	1,8%	2.177	0,7%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
158	0,1%	373	0,0%	417	0,1%	380	0,1%	82	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
911	0,3%	113	0,2%	14	0,2%	383	0,2%	497	0,2%	487	0,2%	-	0,2%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
94	0,1%	813	0,0%	108	0,2%	110	0,2%	894	0,3%	314	0,2%	1.810	0,3%
134	0,2%	434	0,0%	408	0,2%	138	0,2%	318	0,1%	1.033	0,3%	1.277	0,3%
120	0,2%	361	0,1%	337	0,2%	277	0,2%	134	0,0%	229	0,1%	287	0,1%
501	0,1%	1.129	0,1%	1.037	0,2%	1.852	0,1%	141	0,1%	528	0,1%	592	0,1%
121	0,2%	1.218	0,0%	1.419	0,0%	1.27	0,0%	1.655	0,1%	2.886	0,0%	3.44	0,2%
1.118	0,1%	788	0,0%	988	0,0%	1.028	0,0%	1.12	0,1%	1.129	0,0%	778	0,0%
140	0,2%	313	0,1%	1.277	0,3%	1.021	0,3%	1.214	0,1%	1.481	0,1%	1.593	0,1%
717	0,2%	1.177	0,1%	1.033	0,2%	48	0,2%	372	0,1%	422	0,2%	1.113	0,2%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
882	0,2%	783	0,2%	158	0,2%	216	0,1%	714	0,1%	349	0,1%	138	0,1%
958	0,2%	381	0,1%	430	0,1%	138	0,1%	109	0,0%	228	0,1%	441	0,1%
1.838	0,3%	894	0,3%	38	0,0%	121	0,1%	102	0,0%	37	0,0%	94	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
10	0,2%	148	0,2%	388	0,2%	148	0,2%	191	0,2%	797	0,2%	881	0,2%
958	0,2%	381	0,1%	138	0,1%	138	0,1%	112	0,1%	334	0,1%	111	0,1%
138	0,1%	312	0,1%	312	0,1%	212	0,1%	212	0,1%	379	0,1%	111	0,1%
882	0,2%	388	0,2%	114	0,0%	88	0,0%	178	0,1%	32	0,0%	192	0,1%
34	0,0%	14	0,0%	34	0,0%	30	0,0%	39	0,0%	30	0,0%	119	0,1%
111	0,2%	113	0,0%	777	0,1%	113	0,1%	143	0,1%	143	0,1%	78	0,1%
121	0,2%	121	0,0%	121	0,0%	121	0,0%	121	0,0%	121	0,0%	121	0,0%
881	0,2%	881	0,2%	881	0,2%	881	0,2%	881	0,2%	881	0,2%	881	0,2%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
211	0,2%	199	0,1%	138	0,1%	22	0,0%	1	0,0%	3	0,0%	12	0,0%
121	0,2%	121	0,1%	121	0,1%	121	0,1%	121	0,1%	121	0,1%	121	0,1%
121	0,2%	121	0,1%	121	0,1%	121	0,1%	121	0,1%	121	0,1%	121	0,1%
121	0,2%	121	0,1%	121	0,1%	121	0,1%	121	0,1%	121	0,1%	121	0,1%
19	0,0%	27	0,0%	32	0,0%	37	0,0%	119	0,0%	248	0,1%	277	0,1%
110	0,0%	113	0,0%	113	0,0%	113	0,0%	113	0,0%	113	0,0%	113	0,0%
108	0,1%	288	0,1%	113	0,0%	127	0,1%	91	0,0%	113	0,0%	113	0,0%
129	0,0%	78	0,0%	11	0,0%	71	0,0%	33	0,0%	14	0,0%	11	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
37	0,0%	81	0,0%	41	0,0%	98	0,0%	88	0,0%	33	0,0%	117	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
169	0,1%	211	0,1%	211	0,1%	118	0,1%	211	0,0%	34	0,0%	14	0,0%
127	0,0%	78	0,0%	11	0,0%	13	0,0%	38	0,0%	79	0,0%	-	0,0%
113	0,0%	873	0,1%	121	0,0%	38	0,0%	23	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	11	0,0%	8	0,0%	8	0,0%	2	0,0%	18	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	73	0,0%	88	0,0%	88	0,0%	3	0,0%	12	0,0%	21	0,0%
37	0,0%	72	0,0%	37	0,0%	11	0,0%	70	0,0%	21	0,0%	83	0,0%
7	0,0%	11	0,0%	27	0,0%	28	0,0%	43	0,0%	13	0,0%	22	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
121	0,0%	11	0,0%	11	0,0%	18	0,0%	119	0,0%	14	0,0%	95	0,0%
71	0,0%	43	0,0%	12	0,0%	187	0,0%	19	0,0%	42	0,0%	81	0,0%
97	0,0%	388	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	13	0,0%	38	0,0%	13	0,0%
31	0,0%	94	0,0%	11	0,0%	11	0,0%	21	0,0%	148	0,0%	-	0,0%
21	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
79	0,0%	128	0,0%	283	0,0%	110	0,0%	121	0,0%	117	0,0%	38	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0		

Anexo I - Movimentação Mensal por Entidade - Carteira Crédito Consignado Setor Público

Abr/24		Mai/24		Jun/24		Jul/24		Ago/24		Set/24		Out/24		Nov/24		Dez/24		Jan/25		Fev/25		Mar/25		Abr/25		Mai/25		Jun/25		Jul/25		Ago/25			
R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%		
33	0,0%	77	0,0%	10	0,0%	40	0,0%	17	0,0%	31	0,0%	11	0,0%	41	0,0%	24	0,0%	13	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	3	0,0%		
37	0,0%	11	0,0%	3	0,0%	11	0,0%	-	0,0%	12	0,0%	8	0,0%	0	0,0%	11	0,0%	17	0,0%	20	0,0%	22	0,0%	22	0,0%	22	0,0%	22	0,0%	22	0,0%	22	0,0%		
12	0,0%	30	0,0%	-	0,0%	13	0,0%	-	0,0%	13	0,0%	117	0,0%	70	0,0%	-	0,0%	3	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
10	0,0%	81	0,0%	14	0,0%	11	0,0%	23	0,0%	14	0,0%	21	0,0%	7	0,0%	13	0,0%	0	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%		
20	0,0%	14	0,0%	21	0,0%	19	0,0%	43	0,0%	19	0,0%	24	0,0%	110	0,0%	79	0,0%	86	0,0%	20	0,0%	40	0,0%	40	0,0%	40	0,0%	40	0,0%	40	0,0%	40	0,0%		
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
43	0,0%	19	0,0%	33	0,0%	13	0,0%	-	0,0%	19	0,0%	23	0,0%	33	0,0%	22	0,0%	69	0,0%	3	0,0%	13	0,0%	13	0,0%	13	0,0%	13	0,0%	13	0,0%	13	0,0%	13	0,0%
71	0,0%	71	0,0%	5	0,0%	5	0,0%	34	0,0%	9	0,0%	100	0,0%	50	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	3	0,0%
50	0,0%	103	0,0%	13	0,0%	13	0,0%	3	0,0%	10	0,0%	21	0,0%	31	0,0%	16	0,0%	30	0,0%	30	0,0%	30	0,0%	30	0,0%	30	0,0%	30	0,0%	30	0,0%	30	0,0%	30	0,0%
42	0,0%	24	0,0%	42	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	44	0,0%	-	0,0%	12	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
48	0,0%	34	0,0%	23	0,0%	30	0,0%	144	0,0%	44	0,0%	83	0,0%	133	0,0%	21	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
0,0%	0,0%	151	0,0%	29	0,0%	23	0,0%	113	0,0%	33	0,0%	20	0,0%	33	0,0%	71	0,0%	50	0,0%	42	0,0%	42	0,0%	42	0,0%	42	0,0%	42	0,0%	42	0,0%	42	0,0%	42	0,0%
320	0,0%	77	0,0%	120	0,0%	100	0,0%	104	0,0%	50	0,0%	62	0,0%	10	0,0%	141	0,0%	50	0,0%	40	0,0%	40	0,0%	40	0,0%	40	0,0%	40	0,0%	40	0,0%	40	0,0%	40	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
3	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
106	0,0%	73	0,0%	67	0,0%	41	0,0%	33	0,0%	27	0,0%	24	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
33	0,0%	1	0,0%	22	0,0%	3	0,0%	11	0,0%	90	0,0%	32	0,0%	70	0,0%	6	0,0%	0	0,0%	2	0,0%	47	0,0%	11	0,0%	11	0,0%	11	0,0%	11	0,0%	11	0,0%	11	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
30	0,0%	13	0,0%	9	0,0%	23	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
33	0,0%	23	0,0%	32	0,0%	22	0,0%	9	0,0%	21	0,0%	24	0,0%	18	0,0%	10	0,0%	12	0,0%	12	0,0%	12	0,0%	12	0,0%	12	0,0%	12	0,0%	12	0,0%	12	0,0%	12	0,0%
73	0,0%	43	0,0%	49	0,0%	11	0,0%	42	0,0%	31	0,0%	70	0,0%	50	0,0%	50	0,0%	50	0,0%	50	0,0%	50	0,0%	50	0,0%	50	0,0%	50	0,0%	50	0,0%	50	0,0%	50	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
16	0,0%	8	0,0%	3	0,0%	23	0,0%	13	0,0%	11	0,0%	14	0,0%	20	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
44	0,0%	7	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	4	0,0%	13	0,0%	40	0,0%	3	0,0%	70	0,0%	21	0,0%	21	0,0%	21	0,0%	21	0,0%	21	0,0%	21	0,0%	21	0,0%	21	0,0%	21	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
13	0,0%	12	0,0%	3	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
44	0,0%	10	0,0%	-	0,0%	17	0,0%	17	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
13	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		

[illegible]

Anexo 1 - Movimentação Mensal por Entidade - Carteira Crédito Consignado Setor Público

Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto	
R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	0	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
347.671	100,0%	347.133	100,0%	331.202	100,0%	313.227	100,0%	334.180	100,0%	313.127	100,0%	387.827	100,0%	305.888	100,0%	293.923	100,0%	316.033	100,0%	340.119	100,0%	333.298	100,0%	423.297	100,0%

[illegible]

Q2005	%	Q2004	%	Q2003	%	Q2002	%	Q2001	%	Q2000	%	Q1999	%	Q1998	%	Q1997	%	Q1996	%	Q1995	%	Q1994	%	Q1993	%	Q1992	%	Q1991	%	Q1990	%	Q1989	%	Q1988	%	Q1987	%	Q1986	%	Q1985	%	Q1984	%	Q1983	%	Q1982	%	Q1981	%	Q1980	%	Q1979	%	Q1978	%	Q1977	%	Q1976	%	Q1975	%	Q1974	%	Q1973	%	Q1972	%	Q1971	%	Q1970	%	Q1969	%	Q1968	%	Q1967	%	Q1966	%	Q1965	%	Q1964	%	Q1963	%	Q1962	%	Q1961	%	Q1960	%	Q1959	%	Q1958	%	Q1957	%	Q1956	%	Q1955	%	Q1954	%	Q1953	%	Q1952	%	Q1951	%	Q1950	%	Q1949	%	Q1948	%	Q1947	%	Q1946	%	Q1945	%	Q1944	%	Q1943	%	Q1942	%	Q1941	%	Q1940	%	Q1939	%	Q1938	%	Q1937	%	Q1936	%	Q1935	%	Q1934	%	Q1933	%	Q1932	%	Q1931	%	Q1930	%	Q1929	%	Q1928	%	Q1927	%	Q1926	%	Q1925	%	Q1924	%	Q1923	%	Q1922	%	Q1921	%	Q1920	%	Q1919	%	Q1918	%	Q1917	%	Q1916	%	Q1915	%	Q1914	%	Q1913	%	Q1912	%	Q1911	%	Q1910	%	Q1909	%	Q1908	%	Q1907	%	Q1906	%	Q1905	%	Q1904	%	Q1903	%	Q1902	%	Q1901	%	Q1900	%	Q1899	%	Q1898	%	Q1897	%	Q1896	%	Q1895	%	Q1894	%	Q1893	%	Q1892	%	Q1891	%	Q1890	%	Q1889	%	Q1888	%	Q1887	%	Q1886	%	Q1885	%	Q1884	%	Q1883	%	Q1882	%	Q1881	%	Q1880	%	Q1879	%	Q1878	%	Q1877	%	Q1876	%	Q1875	%	Q1874	%	Q1873	%	Q1872	%	Q1871	%	Q1870	%	Q1869	%	Q1868	%	Q1867	%	Q1866	%	Q1865	%	Q1864	%	Q1863	%	Q1862	%	Q1861	%	Q1860	%	Q1859	%	Q1858	%	Q1857	%	Q1856	%	Q1855	%	Q1854	%	Q1853	%	Q1852	%	Q1851	%	Q1850	%	Q1849	%	Q1848	%	Q1847	%	Q1846	%	Q1845	%	Q1844	%	Q1843	%	Q1842	%	Q1841	%	Q1840	%	Q1839	%	Q1838	%	Q1837	%	Q1836	%	Q1835	%	Q1834	%	Q1833	%	Q1832	%	Q1831	%	Q1830	%	Q1829	%	Q1828	%	Q1827	%	Q1826	%	Q1825	%	Q1824	%	Q1823	%	Q1822	%	Q1821	%	Q1820	%	Q1819	%	Q1818	%	Q1817	%	Q1816	%	Q1815	%	Q1814	%	Q1813	%	Q1812	%	Q1811	%	Q1810	%	Q1809	%	Q1808	%	Q1807	%	Q1806	%	Q1805	%	Q1804	%	Q1803	%	Q1802	%	Q1801	%	Q1800	%	Q1799	%	Q1798	%	Q1797	%	Q1796	%	Q1795	%	Q1794	%	Q1793	%	Q1792	%	Q1791	%	Q1790	%	Q1789	%	Q1788	%	Q1787	%	Q1786	%	Q1785	%	Q1784	%	Q1783	%	Q1782	%	Q1781	%	Q1780	%	Q1779	%	Q1778	%	Q1777	%	Q1776	%	Q1775	%	Q1774	%	Q1773	%	Q1772	%	Q1771	%	Q1770	%	Q1769	%	Q1768	%	Q1767	%	Q1766	%	Q1765	%	Q1764	%	Q1763	%	Q1762	%	Q1761	%	Q1760	%	Q1759	%	Q1758	%	Q1757	%	Q1756	%	Q1755	%	Q1754	%	Q1753	%	Q1752	%	Q1751	%	Q1750	%	Q1749	%	Q1748	%	Q1747	%	Q1746	%	Q1745	%	Q1744	%	Q1743	%	Q1742	%	Q1741	%	Q1740	%	Q1739	%	Q1738	%	Q1737	%	Q1736	%	Q1735	%	Q1734	%	Q1
-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	----

[illegible]

Jan05		Feb05		Mar05		Apr05		May05		Jun05		Jul05		Aug05		Sep05		Total									
K2000	%	K2000	%	K2000	%	K2000	%	K2000	%	K2000	%	K2000	%	K2000	%	K2000	%	K2000	%								
-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%								
-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	1	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	1	0.0%								
-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%								
-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%								
-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%								
-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%								
-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%								
-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%								
-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%								
-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-	0.0%								
128.817	100.0%	271.941	100.0%	77.700	100.0%	264.752	100.0%	331.730	100.0%	360.018	100.0%	384.851	100.0%	479.528	100.0%	613.160	100.0%	340.573	100.0%	250.13	100.0%	4273.70	100.0%	412.117	100.0%	114590.0	100.0%

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85															

[illegible]

Anexo II - Pool Estático Servidores Públicos

163.646,61	119.117,29	176.927,80	10.000.000,00	2.718.405,81	2.996.989,90	476.061,67	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
86.533,00	19.061,80	208.302,29	10.000.000,00	2.288.793,33	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
166.170,59	121.382,23	239.619,53	10.011.032,29	2.120.531,43	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
189.679,94	123.899,91	268.812,49	10.011.032,29	2.489.138,09	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
171.878,16	126.146,47	296.846,45	10.011.032,29	2.858.745,65	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
173.426,95	126.600,38	307.841,16	12.421.919,05	2.597.681,79	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
179.489,74	130.221,11	329.861,96	12.421.919,05	2.875.461,79	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
189.679,94	130.221,11	329.861,96	12.421.919,05	2.875.461,79	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
189.679,94	130.221,11	329.861,96	12.421.919,05	2.875.461,79	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
189.679,94	130.221,11	329.861,96	12.421.919,05	2.875.461,79	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
189.679,94	130.221,11	329.861,96	12.421.919,05	2.875.461,79	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
189.679,94	130.221,11	329.861,96	12.421.919,05	2.875.461,79	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
189.679,94	130.221,11	329.861,96	12.421.919,05	2.875.461,79	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
189.679,94	130.221,11	329.861,96	12.421.919,05	2.875.461,79	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
189.679,94	130.221,11	329.861,96	12.421.919,05	2.875.461,79	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
189.679,94	130.221,11	329.861,96	12.421.919,05	2.875.461,79	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
189.679,94	130.221,11	329.861,96	12.421.919,05	2.875.461,79	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
189.679,94	130.221,11	329.861,96	12.421.919,05	2.875.461,79	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
189.679,94	130.221,11	329.861,96	12.421.919,05	2.875.461,79	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,12
189.679,94	130.221,11	329.861,96	12.421.919,05	2.875.461,79	3.718.869,20	473.947,36	189.239,68	10.180,21	18.114,33	182.685,81	80.255,28	833.017,

[illegible]

20.000,13 4.200,20	17.179,84 33.461,10	8.200,01 8.745,84	11.723,89,93 12.979.800,28	612.230,23 870.933,63	104.210,12 872.368,24	470.896,87 122.220,73	51.696,05 7.880,25	4.602,44 4.089,71	28.137,86 18.137,89	30.201,78 8.334,03	320.646,20 40.547,96	641.274,41 22.481,46
1 unidade Espalhadas de 150 x 180 4m	2 unidades Espalhadas de 150 x 180 4m	1 unidade Espalhadas em área de 150 4m	2 unidades espalhadas de 150 x 180 4m	1 unidade espalhadas de 150 x 300 4m	2 unidades espalhadas de 300 x 300 4m	3 unidades espalhadas de 900 x 900 4m	1 unidade espalhadas de 900 x 120 4m	3 unidades espalhadas de 1200 x 150 4m	1 unidade espalhadas de 1500 x 180 4m	1 unidade espalhadas sobre de 1500 x 180 4m	1 unidade unidades ar 150 4m	1 unidade unidades de 150 x 300 4m
			319,13		2.735,87	7.781,80					1.960,18	2.745,05
			1.880.832,40		2.735,87	7.781,80					110.172,72	70.617,43
			2.806.403,84		151.340,22	39.546,47					867.266,31	867.266,31
			2.399.226,15		209.099,29	7.842,12					618.210,93	128.650,29
			6.035.211,83		676.491,24	283.304,50					129.599,71	191.231,11
			9.387.216,89		676.491,24	676.491,24					40.239,11	128.475,19
7,67 x 1,6			9.045.230,58		778.231,37	1.082.019,19					27.036,11	1.071.041,20
20,5 x 1,8	2,79,89		11.702,06		12.969.147,88	1.611.560,84					12.994,01	263.636,63
31.089,93	27.209,23		20.847,20		170.146,80	1.363.989,34					27.162,71	94.816,07
1 unidade Espalhadas de 150 x 150 4m	2 unidades Espalhadas de 150 x 180 4m	1 unidade Espalhadas em área de 150 4m	2 unidades espalhadas de 150 x 180 4m	1 unidade espalhadas de 150 x 300 4m	2 unidades espalhadas de 300 x 300 4m	3 unidades espalhadas de 900 x 900 4m	1 unidade espalhadas de 900 x 120 4m	3 unidades espalhadas de 1200 x 150 4m	1 unidade espalhadas de 1500 x 180 4m	1 unidade espalhadas sobre de 1500 x 180 4m	1 unidade unidades ar 150 4m	1 unidade unidades de 150 x 300 4m
			79.813,19		19.128,12	2.190,18					11.099,28	207.099,36
			299.142,40		146.101,80	327.087,80					535.671,20	115.034,51
			846.718,63		146.101,80	327.087,80					115.034,51	115.034,51
			2.695.837,17		107.232,01	209.710,67					115.034,51	115.034,51
			3.109.218,79		611.213,81	29.490,71					67.311,77	129.000,93
3,65 x 3,0			6.454.143,96		7.4832,43	41.497,80					217.117,56	779.121,28
20.792,72	3.818,10		7.819,15		183.076,72	1.034.889,43					226.166,22	193.141,60
43.649,81	7.437,47		6.679,24		9.183.486,70	1.017.414,28					1.820,21	86.124,15
1 unidade Espalhadas de 150 x 180 4m	2 unidades Espalhadas de 150 x 180 4m	1 unidade Espalhadas em área de 150 4m	2 unidades espalhadas de 150 x 180 4m	1 unidade espalhadas de 150 x 300 4m	2 unidades espalhadas de 300 x 300 4m	3 unidades espalhadas de 900 x 900 4m	1 unidade espalhadas de 900 x 120 4m	3 unidades espalhadas de 1200 x 150 4m	1 unidade espalhadas de 1500 x 180 4m	1 unidade espalhadas sobre de 1500 x 180 4m	1 unidade unidades ar 150 4m	1 unidade unidades de 150 x 300 4m
			1.951,78		9.629,89	901.091,46					3.020,12	20.819,22
			220.137,19		3.071.091,46	198.132,80					115.034,51	115.034,51
			2.126.290,04		3.071.091,46	198.132,80					115.034,51	115.034,51
			1.621.670,22		1.167,78,43	892.981,20					115.034,51	115.034,51
			1.19.248.300		782.117,78	850.298,89					115.034,51	115.034,51
8.198,69			1.880.837,20		1.167,78,43	1.167,78,43					115.034,51	115.034

CONCLUSIONS
 Relative to the results reported for
 previous studies, the present study

72

1. nombre unités de 0 a 30 x 0,041 m	2. nombre unités de 0 a 30 x 0,041 m	3. nombre unités de 0 a 90 x 0,103 m	4. nombre unités de 0 a 150 x 0,150 m	5. nombre unités de 0 a 150 x 0,150 m	6. nombre unités de 0 a 150 x 0,150 m	Données	Mats.
1.035.401						5,19	(159)25
401.435.63	1.499.203					2.468.892	(1.859)45
1.115.123.3	654.511,7	60.30				9.107,73	(218)25 + 73
499.624.08	754.197,33	20.269,97	60,71			16.830.26	(13.625)25
200.569.63	2.32.149,13	2+4.507,69	36.887,94	60,00		20.558,71	(4+13.528)25
779.719.23	20.005.25	281.559,95	231.269,25	19.238,45	12,25,25	20.694,25	(17)25,25
401.256.51	128.890,49	265.201,40	215.215,49	112.211,78	17.183,80	62.17,40	(8)1,16 + 7
303.404,13	2.28.111,77	262.270,85	215.634,82	167.172,71	14.28,16	19.243,65	(13.915)25
711.623,73	203.487,29	27+4.679,52	226+17,80	226.239,20	235.926,9	31.255,88	(10)1,16
270.718,84	271.682,00	212.889,90	196.621,62	170.818,41	299.029,81	110.622,73	(112.686)25
308.321,19	735.181,54	221.103,81	194.469,32	177,7.32,68	659.026,64	130.647,23	(120)25,25
256.855,81	221.629,73	225.255,11	254.719,93	192.076,55	612.862,81	162.67,82	(120)25,25
131.640,41	121.281,15	131.391,90	112.049,24	111.244,44	214.414,41	18.13,46	(12)1,16
138.794,71	1.31.944,0	138.391,7	117.674,68	997.541,73	498.697,31	196.176,31	(12)1,16
201.826,97	218.447,4	207.781,4	189.778,73	211.974,63	181.645,63	128.639,39	(16)1,16
170.436,5	146.246,6	177.261,4	161.749,84	177.184,63	114.648,61	198.19,14	(146.696)25
101.402,13	127.301,25	117.447,17	117.447,17	117.447,17	117.447,17	146.16,12	(175)17,5
25+245,28	2.10.643,78	211.896,95	201.149,78	192.633,28	154.639,12	265.10,01	(182)25,25
25+089,70	279.269,50	205.139,64	212.807,64	190.877,22	1.962,717,22	360.239,41	(182)25,25
748.527,22	210.363,91	307.250,35	199.736,42	267.784,47	172.120,04	+0.37,97	(196)1,16
234.689,11	211.624,73	301.162,95	197.125,45	185.125,45	185.125,45	497.31,41	(202)25,25
195.439,64	182.318,20	197.259,46	187.402,25	189.633,46	1.846/229,46	602.901,43	(202)25,25
1. nombre unités de 0 a 30 x 0,041 m	2. nombre unités de 0 a 30 x 0,041 m	3. nombre unités de 0 a 90 x 0,103 m	4. nombre unités de 0 a 150 x 0,150 m	5. nombre unités de 0 a 150 x 0,150 m	6. nombre unités de 0 a 150 x 0,150 m	Données	Mats.
2+245,28						2.279,28	(9)25
187.619,37	2+123,88					2.112,37	(11)23,37
112.250,29	19.035,14	21.431,16				11.523,37	(18)23,37
431,271,63	216.030,01	31.870,19	22.863,03			20.275,09	(24)27,27
120.026,77	311.363,97	2+9.817,27	46+43,64	22.680,02		20.477,82	(46)27,82
110.875,13	256,211,28	259.219,74	209.638,13	11.091,89	22.933,02	21.637,39	(18)25,39
511.135,60	+13.602,00	234.146,72	234.146,72	171.197,25	181.79,66	64+22,43	(140)27,43
114.647,13	+15.137,85	247.165,87	247.267,28	197.801,64	225.723,25	19.893,33	(12)60,33
262.895,64	311.170,80	281.338,51	262.212,72	194.427,28	745.013,13	69.553,17	(12)59,16
307.115,68	309.791,71	302.024,36	294.179,88	214.161,80	696.111,08	12.598,16	(12)59,16
500.717,58	338,146,15	300.014,87	210.364,28	214.782,71	692.611,46	12.812,73	(12)59,16
271.255,24	339.281,49	310.891,21					

Relative to the results reported in previous studies, the findings of the present study are consistent with

➤

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

ANEXO IV

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto Definitivo da 2ª Distribuição de Cotas do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VI”

CONTRATO DE CESSÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO DE CRÉDITOS

Pelo presente Contrato de Promessa de Cessão de Créditos, doravante denominado simplesmente "Contrato",

BANCO BMG S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1.707, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob nº 61.186.680/0001-74, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, doravante designado simplesmente "Cedente", e

BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITOS CONSIGNADOS VI, fundo de investimento em direitos creditórios constituído em 6 de dezembro de 2006, com seu regulamento registrado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.503.969/0001-97, neste ato representado por sua instituição administradora, **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31 (doravante designada simplesmente "Instituição Administradora"), representada na forma de seu Contrato Social, doravante designado simplesmente "Cessionário" ou "Fundo";


cada uma das partes também denominada individualmente "Parte", e conjuntamente "Partes";

e ainda, como interveniente anuente,

BANCO ITAÚ S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, doravante designado simplesmente "Custodiante";

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO DE CRÉDITOS
RUA XV DE NOVEMBRO
909268 -7FEV-
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

24



- i) o Cedente é instituição financeira que celebra contratos de empréstimo ("Contratos de Empréstimo") com titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ("Aposentados e Pensionistas", ou "Devedores") e com Servidores Públicos ligados às Forças Armadas ou aos Entes Federativos que possuam convênio celebrado com o Banco BMG ("Servidores Públicos" ou "Devedores") sendo que as parcelas dos Contratos de Empréstimo constituem, desta forma, Direitos Creditórios do Cedente contra os Aposentados, Pensionistas e Servidores Públicos ("Direitos Creditórios" ou "Créditos");
- ii) o pagamento dos Créditos é realizado por meio de desconto direto em benefício previdenciário dos Aposentados e Pensionistas ("Desconto em Benefício") ou por meio de desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos ("Desconto em Folha de Pagamento"), sendo que os Créditos e o Desconto em Benefício ou em Folha de Pagamento são formalizados mediante assinatura de contratos e autorizações na forma dos modelos reproduzidos no Anexo I, que constitui parte integrante deste Contrato;
- iii) o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios administrado pela Instituição Administradora, destinado preponderantemente à aplicação em Direitos Creditórios e em títulos representativos desses direitos, nos termos da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, ambas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");

1º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

-7 FEV 90 9268

RUA XV DE NOVENBRO
Nº 246 - 3º ANDAR

- v) Banco Itaú S.A. é a instituição custodiante contratada para a prestação dos serviços de custódia e controladoria para o Fundo e pelo acompanhamento da liquidação financeira da cessão dos Direitos Creditórios e validação destes em conformidade com a Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, ambas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").
- Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", celebrado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, o Custodiante e o Cedente, em 05/01/07;
- Foi contratada pelo Fundo, representado pela Instituição Administradora, a **INTEGRAL-CAPITÂNIA GESTORES DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Rua Tavares Cabral, 102, cj. 61/62, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.576.569/0001.86, para realizar os serviços de gestão da carteira do Fundo ("Gestor"); e

2 4



- vi) a cessão dos Créditos é elemento essencial da operação de securitização em cujo contexto se insere o Fundo, e nesse contexto se dará a determinação do valor a ser pago pelos Créditos.

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato, que se regerá de acordo com as seguintes cláusulas e condições. Termos iniciados em maiúsculas e não definidos no presente instrumento terão o significado a eles atribuído no Regulamento.

1. PROCEDIMENTO DE CESSÃO

1.1 O Cedente poderá ceder ao Fundo quaisquer Créditos, ao longo do prazo de duração do Fundo, até o valor máximo de R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), devendo ser observado o seguinte procedimento, sem prejuízo do disposto no item 3.1:

- i) o Cedente, observado o item 1.1.1 abaixo, enviará ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, arquivo eletrônico contendo informações sobre os Créditos que deseja ceder ao Fundo ("Lista de Créditos"); o envio do arquivo eletrônico caracterizará oferta, irrevogável e irretratável, de cessão dos Créditos pelo Cedente ao Fundo;
- ii) o Gestor informará, mediante preenchimento de boletagem eletrônica de aquisição de Direitos Creditórios disponível no site "www.itaucustodia.com.br", o volume de recursos do Fundo disponíveis para aquisição de Créditos; e

iii) após o recebimento do arquivo eletrônico e verificação de quais Créditos atendem aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante colocará à disposição do Cedente e da Instituição Administradora, nos termos do Contrato de Custódia, em meio eletrônico, relatório contendo a relação dos Créditos objeto de aquisição pelo Fundo, individualmente identificados e seu respectivo valor de aquisição (o "Relatório do Custodiante"), caracterizando-se a aquisição, pelo Fundo, dos Créditos elegíveis constantes da Lista de Créditos respectiva, observado o item 1.1.1 abaixo.

1.1.1 A aquisição dos Créditos pelo Fundo estará sujeita aos termos do presente Contrato, e somente ocorrerá se houver recursos suficientes no Fundo para tanto, observados os termos do Regulamento.

2 9 0 Q 3

OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

-7FEV 909268

RUA XV DE NOVENBRO
Nº 244 - 3ª ANDAR

1.1.2 O Custodiante do Fundo será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Créditos ofertados pelo Cedente aos Critérios de Elegibilidade, nos termos do Regulamento e do Contrato de Custódia.

1.2 A cessão de Créditos será formalizada por meio da assinatura, pelas Partes, de instrumento que descreva os Créditos bem como os termos e condições a que se subordina sua aquisição, substancialmente conforme o modelo indicado no Anexo II, que constitui parte integrante do presente Contrato ("Termo de Cessão"). O Termo de Cessão deverá ter como anexo o pertinente Relatório do Custodiante, impresso.

1.3 Uma vez celebrado o Termo de Cessão, este e seus anexos serão considerados parte integrante do presente Contrato, e o Fundo pagará ao Cedente o valor de aquisição dos Créditos, no prazo e na forma descritos na cláusula 2 abaixo.

1.4 Os Créditos serão cedidos ao Fundo incluindo seus acessórios, todos os instrumentos que os representam, respectivos anexos e garantias constituídas, bem como todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

1.4.1 Caso haja seguro em favor do Cedente para cobrir qualquer evento de inadimplência dos Devedores dos Créditos, o Fundo ficará automaticamente sub-rogado nos direitos emergentes de tal seguro, se comprometendo o Cedente a repassar todo e qualquer valor recebido em virtude de tal seguro ao Fundo em no máximo 2 (dois) dias úteis após o seu recebimento da seguradora.

1.5 O presente Contrato não obriga as Partes a ofertar, ceder, ou adquirir quaisquer Créditos.

2. CONTRAPRESTAÇÃO E CÁLCULO DO VALOR DE CESSÃO

2.1 A contraprestação pela cessão dos Créditos, devida pelo Fundo, será calculada de acordo com a fórmula abaixo e especificada nos respectivos Termos de Cessão:

$$PC_i = \frac{VN_i}{(\text{Fator}_{CE})^{DU_i}}$$

892606 -7FEV-77
RUA XV DE NOVENBRO
Nº 247-32 ANDAR
OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

2909

4

PC_i Preço de cessão do Crédito "i";

VN_i Valor nominal do Crédito "i" objeto de cessão;

DU_i Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Crédito "i", exclusive;

Fator_{CE} Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Fator}_{CE} = \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{FSE}{100} \right\} + 1 ; \text{ onde:}$$

DI Taxa anual dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculada e divulgada pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, base 252 dias úteis, referente ao dia útil imediatamente anterior ao da cessão dos Créditos;

FSE Fator Spread Excedente = 120 (cento e vinte).

2.2 Os montantes referentes à contraprestação pelos Créditos cedidos serão pagos ao Cedente em moeda corrente nacional e creditados em conta corrente de sua titularidade, conforme os seguintes prazos:

i) no próprio dia do recebimento, pela Instituição Administradora ou por seu legítimo representante, da via original devidamente assinada pelo Cedente do Termo de Cessão respectivo, desde que tal recebimento ocorra até as 16:00 horas; ou

ii) no primeiro dia útil seguinte ao do recebimento, pela Instituição Administradora ou por seu legítimo representante, da via original devidamente assinada pelo Cedente do Termo de Cessão respectivo, caso tal recebimento ocorra após as 16:00 horas; ou

iii) alternativamente, no próprio dia útil do recebimento do fax ou correio eletrônico contendo cópia do Termo de Cessão assinado, e desde que o recebimento ocorra até as 16:00 horas. Caso o recebimento ocorra após o referido horário, o pagamento ocorrerá no dia útil seguinte.

OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

909268

-7 FEV 2008

RUA XV DE NOVENBRO
Nº 844-3º ANDAR

Handwritten signatures and a stamp with the number 5.

2.2.1 Nos termos do item 2.2 acima, caso ocorra o envio do fax do Termo de Cessão, a via original do referido documento deverá ser entregue pelo Cedente à Instituição Administradora em até 1 (um) dia útil após o pagamento da cessão.

2.2.2 O Fundo não efetuará quaisquer pagamentos relativos a determinado Termo de Cessão enquanto não houver recebido via original devidamente assinada do(s) Termo(s) de Cessão relativo(s) à(s) cessão(ões) de Créditos anterior(es).

3. COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CEDENTE

3.1 O Cedente somente cederá ao Fundo Créditos:

- i) que se encontrem livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza quando de sua cessão ao Fundo;
- ii) oriundos de contratos de concessão de empréstimo exclusivamente concedidos a Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas, com taxas de juros prefixadas;
- iii) decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco BMG;
- iv) decorrentes de operações de empréstimo concedidos pelo Banco BMG a: Devedores com idade entre 18 (dezoito) e 70 (setenta) anos à época da cessão do crédito;
- v) referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de um contrato de empréstimo;
- vi) referentes a contratos que não tenham parcela de pagamento vencida e não paga;
- vii) referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- viii) cujas parcelas dos empréstimos consignados cedidas ao Fundo a título de Direitos Creditórios poderão ter vencimento entre 6 (seis) e 36 (trinta e seis) meses, em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas do INSS, e entre 6 (seis) meses e 60 (sessenta) meses, para os Servidores Públicos vinculados aos demais Consignantes; contados a partir da data de

PR OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

909268
-7FEV 1998

RUA XV DE NOVENBRO
Nº 244-3º ANDAR

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

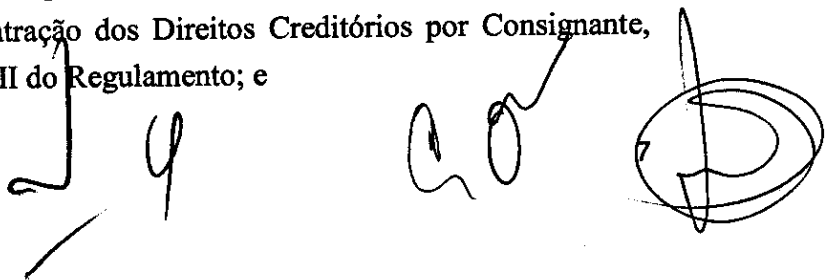
celebração do contrato de empréstimo, e não poderão ter vencimento posterior à data de liquidação do Fundo;

- ix) cujas parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes aos empréstimos que originaram os Direitos Creditórios, não tenham data de vencimento posterior ao encerramento do prazo de vencimento da Série;
- x) cujo pagamento, em se tratando de empréstimo concedido a Servidores Públicos, seja efetuado por meio de desconto em folha de pagamento;
- xi) que sejam consignados por Entes Federativos ou pelas Forças Armadas, desde que não estejam inadimplentes em repasses de parcelas de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, por mais de 90 (noventa) dias, em montante superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- xii) em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados ou Pensionistas, a efetiva averbação da consignação em folha de benefícios do INSS relativa aos Direitos Creditórios deve ser atestada pelo Cedente e Agente de Cobrança (o Banco BMG), sendo que tal atestado deverá ser elaborado com base necessariamente em análise de arquivo eletrônico emitido pela DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social;
- xiii) cujo Consignante já tenha efetuado desconto de folha de pagamento ou de benefícios ao Banco BMG por prazo igual ou superior a 6 (seis) meses, inclusive na cessão inicial;
- xiv) que tenham sido originados exclusivamente em Empréstimos celebrados por escrito com os respectivos Aposentados e Pensionistas, não sendo admitidos Empréstimos contratados via telefone;
- xv) no caso da primeira cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, em se tratando de Direitos Creditórios originários de Consignantes cuja reserva de margem seja manual (não-eletrônica), que sejam advindos de contratos de empréstimos cuja primeira parcela já tenha sido descontada da folha do Devedor e repassada ao Banco BMG; e
- xvi) que, computada *pro forma* sua aquisição, permita ao Fundo observar os limites mínimo e máximo de concentração dos Direitos Creditórios por Consignante, conforme descritos no Anexo II do Regulamento; e

1ª OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

-7FEV 90 9268

RUA XV DE NOVEMBRO
Nº 244-32 ANDAR



xvii) constituídos de acordo com as formalidades exigidas pelas normas em vigor.

3.1.1 As obrigações do Cedente constantes do item 3.1 acima não eximem a validação a ser feita pelo Custodiante dos Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade, estabelecidos na cláusula 11 do Regulamento e nos termos do Contrato de Custódia.

3.1.2 Caso, a qualquer tempo, venha a se constatar que qualquer dos Créditos cedidos não observa os requisitos especificados no item 3.1 acima, a cessão de tal Crédito será prontamente resolvida, devendo o Cedente prontamente pagar ao Fundo o valor do Crédito respectivo, calculado conforme o item 2.1 acima, sem prejuízo (i) de eventual indenização ao Fundo por perdas e danos devidamente comprovados; e (ii) da adoção dos procedimentos previstos no item 25.2.1 e seguintes do Regulamento, se for o caso, conforme os itens 10.1 "iii" e "iv" abaixo e 25.2 "vi" do Regulamento.

3.2 O Cedente se compromete a não ceder ao Fundo quaisquer Créditos caso tal ato (ou como decorrência dele) configure fraude contra credores, fraude de execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar.

3.3 O Cedente será responsável:

i) pela existência dos Créditos, nos termos do artigo 295 do Código Civil, e pela origemação e correta formalização dos Créditos cedidos ao Fundo, bem como pela sua exigibilidade e certeza de seu valor;

ii) pelo pagamento do Crédito no caso de exceções apresentadas pelos devedores dos Créditos contra o Cedente quando da notificação da cessão, nos termos do artigo 294 do Código Civil;

iii) por eventuais prejuízos causados ao Fundo em virtude da liquidação antecipada de quaisquer dos Créditos; neste caso, a responsabilidade se limita à diferença positiva entre o valor a receber da parcela liquidada antecipadamente (trazido a valor presente pela taxa da cessão dos Créditos, conforme o caso) e a quantia paga na liquidação antecipada; e

iv) por eventuais prejuízos causados ao Fundo em decorrência de vícios dos Créditos que prejudiquem sua cobrança pelo Fundo.

2

4

11

8

8

OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

909268
-7 FEB 88

RUA XV DE NOVENBRO
Nº 211 - JARDIM

3.3.1 Na hipótese de responsabilidade do Cedente por liquidação antecipada (item "iii" acima), o Cedente poderá compensar a quantia a pagar com quaisquer valores que tenha a receber do Fundo, nos termos do artigo 368 e seguintes do Código Civil.

3.4 O Cedente se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, até a amortização e/ou o resgate integral das cotas seniores do Fundo ("Cotas Seniores") a:

- i) não tomar a iniciativa de alterar o convênio celebrado com o INSS ("Convênio/INSS") ou os convênios celebrados com as Forças Armadas ou quaisquer dos Entes Federativos ("Convênios/Entes") e informar imediatamente à Instituição Administradora (a) de qualquer comunicação, notificação e/ou solicitação recebida dos Consignantes relacionada à manutenção do Convênio/INSS ou dos Convênios/Entes e/ou ao cumprimento ou descumprimento de obrigações pelo Cedente; (b) qualquer inadimplemento de sua parte aos termos do Convênio/INSS ou dos Convênios/Entes; e (c) qualquer alteração ao Convênio/INSS ou dos Convênios/Entes por iniciativa dos Consignantes;
- ii) cumprir seus deveres legais e contratuais que são requisitos para que o Desconto em Benefício e o Desconto em Folha de Pagamento continuem sendo efetuados;
- iii) não realizar qualquer ato ou procedimento com o intuito de alterar a atual sistemática de recebimentos dos Direitos Creditórios sem a anuência da Instituição Administradora, em nome do Fundo, e do Custodiante ou fazer com que os Consignantes creditem valores relativos aos Créditos cedidos ao Fundo em contas correntes diversas das indicadas no Convênio/INSS e nos convênios/Entes ou em outro documento já enviado e recebido pelo INSS, Forças Armadas ou Entes Federativos na data da celebração deste Contrato incluindo, por exemplo, o encerramento ou bloqueio, a qualquer título, das referidas contas correntes);
- iv) não pedir ou autorizar o cancelamento do Desconto em Benefício ou do Desconto em Folha de Pagamento relativo aos Contratos de Empréstimo cujos respectivos Créditos sejam de titularidade do Fundo, exceto na hipótese de liquidação antecipada de quaisquer dos Créditos;
- v) enviar simultaneamente à Instituição Administradora todas as correspondências trocadas entre BMG e Caixa Econômica Federal relativas a assuntos de interesse do Fundo; e

SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

-7 FEV 1998 909268

RUA XV DE NOVENBRO
2224-300-000
BRASILIA-DF

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

- vi) tomar todas as providências necessárias para assegurar que os recursos oriundos do pagamento dos Direitos Creditórios não sejam ou permaneçam retidos pela Caixa Econômica Federal, em nenhuma circunstância, dando sempre ciência à Instituição Administradora de tais providências.

3.4.1 Na hipótese de o Desconto em Benefício ou em Folha de Pagamento se tornar impossível, por questões jurídicas ou fáticas, o Cedente deverá:

- i) notificar este fato imediatamente ao Fundo e ao Custodiante;
- ii) despendar seus maiores esforços para imediatamente tornar o Desconto em Benefício ou em Folha de Pagamento possível; e
- iii) adotar outros meios de cobrança dos Créditos, no período em que o Desconto em Benefício ou em Folha de Pagamento não for possível.

3.4.2 Na hipótese de o Desconto em Benefício ou em Folha de Pagamento se tornar, com a concorrência de culpa do Cedente, impossível definitivamente ou por tempo indeterminado, ou ainda por prazo superior a 1 (um) mês, o Cedente deverá imediatamente recomprar a totalidade dos Créditos cedidos e ainda não pagos pelos respectivos Devedores, observado que:

- i) em se tratando de Créditos ainda não vencidos, pelo preço calculado de acordo com a fórmula especificada no item 2.1 acima; e
- ii) em se tratando de Créditos vencidos e não pagos, pelo valor pelo qual tais Créditos sejam exigíveis.

3.4.2.1 Na hipótese de recompra descrita no item anterior, deverão ser observadas as disposições dos itens 7.3 e 7.4 abaixo.

3.5 O Cedente se obriga a, durante o período de vigência do presente Contrato, manter verdadeiras as declarações a ele relativas constantes do item 9.1 abaixo.

3.6 Além das demais obrigações e responsabilidades previstas neste Contrato, o Cedente também se obriga a:

2 9 @ 10

OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº
909268
-7 FEV 93
RUA XV DE NOVENBRO
Nº 244-3º ANDAR

- i) comunicar imediatamente à Instituição Administradora o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si ou contra qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas, em montante superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou, independentemente do valor, que possa dificultar ou impedir (a) o cumprimento de suas obrigações previstas no Contrato; e/ou (b) as cessões de Créditos;
- ii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora caso o próprio Banco BMG ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas venha a inadimplir obrigação em montante superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- iii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer protesto de títulos de crédito de sua responsabilidade ou de responsabilidade de qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- iv) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que seus diretores, funcionários, prepostos, agentes e correspondentes cumpram a política de concessão de crédito descrita no Regulamento;
- v) enviar aos INSS todas as informações que sejam de sua responsabilidade, nos termos do Convênio/INSS, incluindo aquelas necessárias ao Desconto em Benefício;
- vi) enviar às Forças Armadas ou aos Entes Federativos todas as informações que sejam de sua responsabilidade, nos termos dos Convênios/Entes, incluindo aquelas necessárias ao Desconto em Folha de Pagamento;
- vii) informar mensalmente à Instituição Administradora, por meio eletrônico, o "índice de Basiléia" do Banco BMG, conforme os respectivos valores de capital e patrimônio líquido ajustado, calculados conforme as normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;
- viii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora qualquer atraso no repasse, pelos Consignantes, de recursos consignados em folha de benefícios em razão de Contratos de Empréstimo;

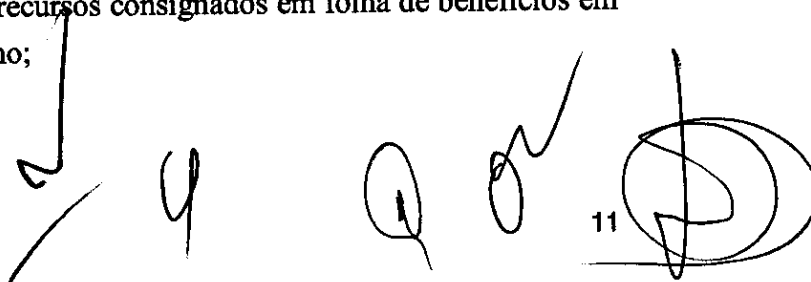
SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

909268

-2FEV 93

RUA XV DE NOVENBRO
Nº 264-3º ANDAR

11



- ix) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer alteração nos procedimentos de cobrança e transferência de recursos em vigor na data deste Contrato, incluindo, mas não se limitando, aos procedimentos operacionais com a Caixa;

- x) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão ou Eventos de Resilição, conforme definidos nas cláusulas 10 e 11 abaixo; e

- xi) comunicar imediatamente à Instituição Administradora o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si, que tenha como objetivo ou que possa ocasionar a suspensão ou o cancelamento dos Descontos em Benefício.

3.7 Ressalvado o disposto nos itens 3.7.1 e 5.5 abaixo, o Cedente se obriga a não realizar qualquer ato que acarrete ou possa resultar na concessão de abatimento, de desconto, de alteração de data de vencimento e dos termos, condições e procedimentos de pagamento relativos aos Contratos de Empréstimo cujos Créditos sejam de titularidade do Fundo.

3.7.1 O disposto no item anterior não impedirá a liquidação antecipada de quaisquer dos Créditos solicitada pelo respectivo Devedor, observado o disposto no item 3.3 "iii".

4. DEPÓSITO DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 O Cedente será o fiel depositário de todos os documentos relacionados aos Créditos ("Documentos Relacionados aos Créditos"), nos termos do Contrato de Custódia e nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se o Cedente pela sua guarda em nome do Custodiante até que todos os direitos e obrigações relacionados com os Direitos Creditórios estejam prescritos.

4.1.1 Os Documentos Relacionados aos Créditos abrangem: (a) contrato de empréstimo impresso acompanhado, se assim previr o respectivo contrato, de instrumento constitutivo de garantia; (b) autorização impressa para desconto em folha; (c) cópia de documentos de identificação do Devedor e que comprovem a sua condição de Aposentado, Pensionista ou Servidor Público, bem como a existência de margem consignável; e (d) em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e

Handwritten signatures and a circular stamp with the number 12.

PA OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

909268

-7 FEB 1988

RUA XV DE NOVENBRO
Nº 244-38 ANDAR

Pensionistas do INSS, arquivo eletrônico emitido pela DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, confirmando a respectiva consignação em folha, determinadas características do empréstimo, bem como a condição do Devedor de Aposentado ou Pensionista.

4.1.2 Havendo seguro para cobrir inadimplência decorrente de morte do Aposentado ou Pensionista a respectiva apólice também integra a documentação relacionada a determinado Crédito.

4.2 O Cedente se compromete a guardar todos os Documentos Relacionados aos Créditos com o máximo cuidado e diligência, em nome e por conta do Custodiante.

4.3 A cada cessão de Créditos, todos os Documentos Relacionados aos Créditos ficarão na posse do Cedente, para que este os guarde na qualidade de fiel depositário, até que todos os direitos e obrigações relacionados com os Direitos Creditórios estejam prescritos, nos termos do Contrato de Custódia.

4.3.1 Uma vez decorrido o prazo referido no item acima, o Cedente deixará a partir de então de ser responsável pela sua guarda e conservação, devendo observar as instruções que lhe der a Custodiante quanto à destinação do referido documento.

O Cedente se compromete a prontamente observar as ordens de destinação dos Documentos Relacionados aos Créditos dadas pelo Custodiante, observando ainda as eventuais indicações de dia, horário e local estabelecidas, nos termos do Contrato de Custódia.

COBRANÇA DOS CRÉDITOS

5.1 Conforme previsto no Contrato de Custódia, os pagamentos relativos aos Créditos decorrentes da cobrança bancária realizada por meio de Desconto em Benefício e Desconto em Folha de Pagamento, recebidos pelo Cedente na qualidade de agente cobrador, devem ser depositados por este, em até 5 (cinco) dias úteis do respectivo recebimento, na(s) conta(s) corrente(s) indicada(s) naquele contrato, de titularidade do Fundo, ou em outra conta corrente indicada por escrito pelo Fundo e de sua titularidade.

5.2 Ocorrendo o recebimento dos valores relativos aos Créditos pelo Cedente, na qualidade de agente cobrador, e não efetuando ele o respectivo repasse na forma e prazo do item 5.1 acima, o Cedente será obrigado a pagar multa de 2% (dois

1º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

-7 FEV 1992 909268

RUA XV DE NOVEMBRO
Nº 264 - 1º ANDAR

Handwritten signature and initials, including a circled number 13.

por cento) sobre o montante não transferido, juntamente com juros de mora correspondentes à taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.

5.3 Nos termos do Contrato de Custódia e do presente Contrato, o Cedente fica constituído como fiel depositário de quaisquer valores por ele recebidos, a qualquer título, referentes aos Créditos cedidos ao Fundo, até a efetiva transferência de tais valores ao Fundo.

5.4 Os Créditos inadimplidos e não adquiridos pelo Cedente na forma descrita na cláusula 7 abaixo permanecerão sujeitos à cobrança extrajudicial ou judicial a ser realizada pelo Cedente, ora contratado pelo Fundo, observados os prazos e procedimentos descritos no Regulamento.

5.5 Sem prejuízo do disposto no item acima, o Cedente somente poderá renegociar ou acordar junto aos respectivos Devedores qualquer alteração aos termos e condições dos Créditos inadimplidos, bem como promover a cobrança judicial de qualquer Crédito inadimplido, após o 10º (décimo) dia corrido contado do vencimento do Crédito em questão.

6. NOTIFICAÇÃO

6.1 As Partes acordam que a notificação dos devedores dos Créditos, para os fins do artigo 290 do Código Civil, não será necessária enquanto o Cedente for o agente cobrador dos Créditos, nos termos do Contrato de Custódia e do Regulamento.

6.1.1 Sem prejuízo do disposto acima, assistirá ao Fundo o direito de notificar por escrito os devedores dos Créditos que venham a ser cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato e dos Termos de Cessão, bem como assistirá ao Fundo o direito de notificar o INSS, os Entes e a Caixa Econômica Federal, dando a eles conta da cessão dos respectivos Créditos, conforme modelos constantes dos Anexos III e IV respectivamente, que constituem partes integrantes do presente Contrato.

6.2 Sem prejuízo do disposto no item anterior, o Cedente compromete-se a transferir imediatamente ao Fundo, na forma dos itens 5.1 a 5.3 acima, todo e qualquer montante relativo ao pagamento dos Créditos eventualmente recebido dos Devedores ou

na hipótese de deixar de ser o agente cobrador dos Créditos.

892606 -7FEV-
RUA XV DE NOVEMBRO
Nº 274-33 ANDAR
1152065
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

2 y Q 14

7. DIREITO À RECOMPRA

7.1 O Cedente dos Créditos terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Crédito inadimplido, a partir de 5 (cinco) dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo valor exigível do Crédito inadimplido.

7.2 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Créditos aos cotistas do Fundo, de acordo com o disposto no item 25.8.3 do Regulamento, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Créditos integrantes da carteira do Fundo, no 3º (terceiro) dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço no mínimo equivalente ao valor exigível dos Créditos.

7.3 Em qualquer das hipóteses referidas nos itens acima, a recompra de Créditos deverá ser formalizada por meio de instrumento próprio, assinado pelas partes e devidamente registrado.

7.4 No ato de pagamento da recompra de Créditos, o Fundo deverá transferir ao Cedente eventuais Documentos Relacionados aos Créditos que tenha recebido.

8. REGISTRO

8.1 A Instituição Administradora deverá requerer o registro do presente Contrato, em até 20 (vinte) dias a contar da data da sua assinatura, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos situados nas comarcas de São Paulo e Belo Horizonte, sendo que o Cedente arcará com todos os custos e despesas decorrentes de tal registro. Em até 5 (cinco) dias úteis após a obtenção do registro, a Instituição Administradora do Fundo deverá encaminhar documento comprobatório de tal registro ao Cedente, bem como os comprovantes das despesas de registro efetivamente incorridas. Sem prejuízo do disposto neste item, caso a Instituição Administradora, ao término do prazo acordado, ainda não haja requerido o registro aqui mencionado, poderá o Cedente proceder ao registro aqui mencionado, correndo todos os custos e despesas por sua conta.

8.1.1 A obrigação de registro prevista no item acima aplicar-se-á também aos Termos de

909268 -7FEV 2015

SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

9. DECLARAÇÕES DAS PARTES

9.1 O Cedente, devidamente representado no presente Contrato, declara e assegura que, na data de assinatura deste Contrato:

- i) é uma instituição financeira legitimamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- ii) a celebração deste Contrato e dos Termos de Cessão e a assunção das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- iii) os signatários do presente Contrato e seus respectivos Anexos têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações aqui estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros, se for o caso;
- iv) sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- v) até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não há quaisquer títulos de emissão do Cedente, de suas controladas e/ou controladoras diretas, ou sacados contra este que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;

a celebração deste Contrato e dos Termos de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarreta, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais o Cedente, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que o Cedente, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; e (c) de qualquer ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete o Cedente, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou

OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

909268

-7 FEV 1998

RUA XV DE NOVENBRO
Nº 242-33 AGUAS DE LINDÓIA

qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;

- vii) seus sistemas internos de gestão e controle do processo de concessão de crédito, que deram e darão origem aos Créditos, não permitem e dispõem de controles que não permitirão a oferta ao Fundo de Créditos sem lastro, em duplicidade ou vinculados a qualquer outro negócio jurídico;
- viii) os Créditos oferecidos à cessão, nos termos deste Contrato foram originados através de contratos celebrados por escrito com os respectivos Devedores e são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que possam obstar a cessão prometida e o pleno gozo e uso, pelo Fundo, de todos os direitos, garantias e prerrogativas relacionados aos Créditos a este cedidos, nos termos deste Contrato, e foram contratados com estrita observância aos termos e às condições da política de concessão de crédito descrita no Regulamento;
- ix) somente irá ceder Direitos Creditórios que atendam às condições de cessão e aos critérios de elegibilidade definidos no Regulamento do Fundo e neste Contrato;

OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

7 FEV 1992

RUA XV DE NOVEMBRO
Nº 251-81 - JARDIM
PAULISTA - SÃO PAULO - SP

Contratos de Empréstimo, o Convênio/INSS, os Convênios/Entes e os demais documentos que autorizam a concessão dos empréstimos com Desconto em Benefício aos Aposentados e Pensionistas e Desconto em Folha de Pagamento aos Servidores Públicos não contêm qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título, a cessão dos Créditos do Fundo ao Fundo ou do Fundo para terceiros;

- xi) somente oferecerá à cessão ao Fundo Créditos que atendam aos critérios previstos no item 3.1 deste Contrato;
- xii) os Créditos oferecidos à cessão ao Fundo não são ou foram objeto (a) de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos devedores e/ou das pessoas responsáveis pelo Desconto em Benefício ou em Folha de Pagamento dos valores de titularidade do Fundo, independentemente da alegação ou mérito que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e certeza; ou (b) de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação;

24

17

17

- xiii) não ter conhecimento da ocorrência de qualquer Evento de Revisão ou Evento de Resilição, com referência ao Cedente, na data em que esta declaração é prestada ou confirmada; ou, alternativamente, havendo ocorrido qualquer Evento de Revisão ou Evento de Resilição, declara que foi ele devidamente sanado;
- xiv) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações exigíveis ao funcionamento do Cedente e à celebração dos Contratos de Empréstimo foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados; e
- xv) os livros contábeis e societários do Cedente estão regularmente abertos e registrados no competente órgão do registro de comércio, estando, também, devidamente atualizados.

9.1.1 O Cedente se compromete a manter verdadeiras todas as declarações constantes do item anterior durante o período de vigência do presente Contrato, que serão consideradas como tendo sido reafirmadas nas datas de celebração dos Termos de Cessão.

9.2 A Instituição Administradora, devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, declara e garante que:

- i) o Fundo é um condomínio legitimamente constituído, regularmente registrado e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;

ii) uma sociedade empresária de responsabilidade limitada legitimamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;

iii) a celebração deste Contrato e a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;

iv) as pessoas que assinam este Contrato em nome da Instituição Administradora têm poderes para assumir em seu próprio nome ou, conforme o caso, por conta e ordem do Fundo, as obrigações nele estabelecidas;

- v) a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas

OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

909268

-7 FEV 90

RUA XV DE NOVENBRO
Nº 21432 AIGDAR

Handwritten signatures and a circular stamp with the number 18.

94 OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

909268

-7FEV 88

RUA XV DE NOVENBRO
Nº 245-38 ARAUCÁRIA

ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos, e (c) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; e

encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, dos demais documentos relacionados ao Fundo e da legislação aplicável.

9.2.1 A Instituição Administradora se compromete a manter verdadeiras todas as declarações constantes do item anterior durante o período de vigência do presente Contrato, que serão consideradas reafirmadas nas datas de celebração dos Termos de Cessão.

10. EVENTOS DE REVISÃO

10.1 Para os efeitos deste Contrato e do Regulamento, são considerados eventos de revisão ("Eventos de Revisão") quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) modificação do controle acionário do Cedente;
- ii) caso o Convênio/INSS, os Convênios/Entes ou as autorizações específicas permitindo o Desconto em Benefício ou o Desconto em Folha de Pagamento sejam, por qualquer motivo, rescindidos, suspensos e/ou cancelados;
- iii) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no item 9.1 deste Contrato, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- iv) comprovação de que o Cedente tenha reiterada e/ou dolosamente oferecido ao Fundo Créditos em desacordo com os critérios definidos no item 3.1 acima;

- v) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- vi) caso o Cedente, qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- vii) caso tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pelo Cedente ou sacados contra o Cedente, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- iii) caso o "Índice de Basiléia" do Banco BMG fique abaixo de 11%, conforme valores de capital e patrimônio líquido ajustado, calculados conforme as normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, e informados mensalmente pelo Banco BMG à Instituição Administradora;
- ix) caso seja ajuizada contra o Cedente, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- x) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Cedente, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- xi) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Créditos de titularidade do Cedente;

OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

909268

-7FEV 82

RUA XV DE NOVENBRO
Nº 248 - 3ª ANDAR
CJ. 248 - 3ª ANDAR

2 y o A

Ⓟ

- xii) não atendimento de excesso de *spread* mínimo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) ao ano calculado conforme estabelecido no Regulamento.
- xiii) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Contrato e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Resilição, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; a possibilidade de regularização ou justificativa aqui prevista não se aplica a descumprimento de obrigações pecuniárias, constituindo sua ocorrência automaticamente um Evento de Revisão.

10.2 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos definidos no item 25.2.1 e seguintes do Regulamento.

11. RESILIÇÃO

11.1 Este Contrato poderá ser resilido de pleno direito pelo Fundo, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, exclusivamente nas seguintes hipóteses (os "Eventos de Resilição"):

- i) realização, pelo Cedente, de qualquer negócio ou ato jurídico descrito no item 3.7 acima sem a expressa autorização prévia, por escrito, do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens 3.7.1 e 5.5 acima;

ii) ocorrência de qualquer evento de liquidação antecipada, previsto na cláusula 25 do Regulamento;

iii) caso os titulares das Cotas Seniores decidam que qualquer Evento de Avaliação, conforme definido no item 25.2 do Regulamento, constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo;

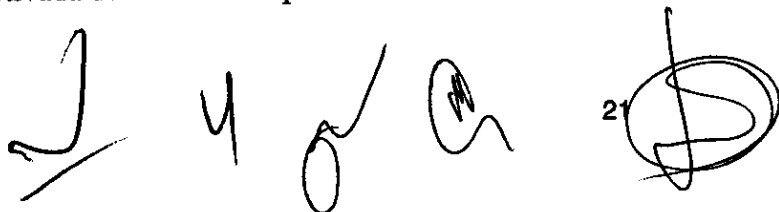
- iv) caso não existam mais Cotas Seniores em circulação; ou
- v) caso não haja mais interesse na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo.

11.1.1 É vedada a resilição imotivada deste Contrato pelo Fundo.

SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº
-7 FEV 90 9268

RUA XV DE NOVEMBRO
Nº 264-32 ANGAR

2



11.2 Desde que o Cedente se encontre adimplente em relação a todas as suas obrigações, nos termos deste Contrato e dos demais documentos relacionados ao Fundo dos quais seja parte, poderá ele, a qualquer tempo, resilir este Contrato, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, por meio de comunicação enviada à Instituição Administradora e ao Custodiante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.

11.3 Na hipótese de rescisão deste Contrato, deverão permanecer válidas, existentes e eficazes suas disposições até a amortização ou resgate integral das Cotas Seniores, em especial as que estabelecem obrigações de dar, fazer ou não fazer, assumidas pelo Cedente relacionadas aos Créditos cedidos ao Fundo.

11.4 Na ocorrência do Evento de Resilição especificado no item 11.1 "i" acima, deverão ser observados os procedimentos definidos no item 25.3 e seguintes do Regulamento.

12. INDENIZAÇÃO

12.1 A Parte inadimplente se obriga a indenizar integral e imediatamente a Parte prejudicada, bem como seus administradores e prepostos, por qualquer prejuízo que estes venham a sofrer em decorrência do descumprimento, pela Parte inadimplente, seus empregados ou quaisquer prepostos, de qualquer obrigação oriunda deste Contrato.


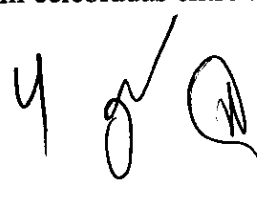
12.2 Sem prejuízo da indenização devida em caso de inadimplemento de qualquer uma das cláusulas do presente Contrato, a Parte prejudicada poderá exigir da Parte inadimplente a execução específica da obrigação devida.

13. FORO

13.1 As Partes neste ato elegem o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa exclusão de qualquer outro, ainda que privilegiado, como competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas deste Contrato ou dos Termos de Cessão.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Este Contrato tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo necessário ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes, regendo a partir da referida data todas as cessões de Créditos a serem celebradas entre as Partes.



14.2 Todas as notificações decorrentes deste Contrato deverão ser feitas por escrito e serão consideradas eficazes: (i) quando entregues pessoalmente à Parte a ser notificada, mediante protocolo e com cópia destinada ao Custodiante; (ii) após 5 (cinco) dias úteis contados da postagem de carta com aviso de recebimento à Parte a ser notificada, com cópia destinada ao Custodiante; ou (iii) após 1 (um) dia útil da transmissão da notificação por fax ou correio eletrônico à Parte a ser notificada, com cópia destinada ao Custodiante, desde que acompanhada de postagem do original por carta registrada, com cópia para o Custodiante. Para efeito de qualquer notificação, observar-se-ão os dados abaixo fornecidos pelas Partes e pelo Custodiante, que poderão ser alterados por notificação enviada aos demais:

CEDENTE

BANCO BMG S.A.

At.: Jacques Rodarte / José Eustáquio Torres

Avenida Álvares Cabral, nº 1.707

30170-001 - Belo Horizonte – Minas Gerais

fax nº: (31) 3290-3433 / 3290-3166

correio eletrônico: Jacques.rodarte@bancobmg.com.br/ jet@bancobmg.com.br

FUNDO

**BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITOS
CONSIGNADOS VI, administrado por INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

At.: Rogério Sussumu Aoki; Marcelo Dias Barbosa

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Itaúsa

04344-902 - São Paulo - SP

fax nº: (11) 5029-1394

correio eletrônico: intrag@itau.com.br

CUSTODIANTE

BANCO ITAÚ S.A.

At.: Roberto Bittencourt Rocha; Flavio Marques Zerillo

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa

04344-902 - São Paulo - SP

fax nº: (11) 5029-4708

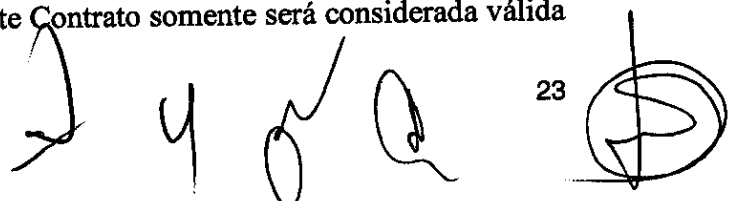
correio eletrônico: Roberto.Rocha@itau.com.br; Flavio.Zerillo@itau.com.br

SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº
-7FEU 909268
RUA XV DE NOVENBRO
Nº 244-3º ANDAR

14.3

Qualquer alteração ao presente Contrato somente será considerada válida

23



e eficaz se feita por escrito, assinada por ambas as Partes e com a interveniência do Custodiante, e registrada nos termos da cláusula 8 acima.

14.4 Os direitos de cada Parte previstos neste Contrato (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei, a menos que expressamente os excluam; e (ii) só admitem renúncia por escrito e específica. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Contrato, ou dos Termos de Cessão, não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.

14.5 Se qualquer disposição deste Contrato, ou dos Termos de Cessão, for considerada inválida e/ou ineficaz, as Partes deverão substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato ou dos Termos de Cessão.

14.6 As Partes se comprometem a resolver através de negociações qualquer disputa ou controvérsia relacionada a este Contrato ou aos Termos de Cessão.

14.7 As Partes e o Custodiante se obrigam a guardar segredo sobre as informações confidenciais adquiridas por força do presente Contrato, durante e após seu período de duração. São informações confidenciais todos os documentos e informações relativas aos negócios das Partes e do Custodiante que não sejam de conhecimento público.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, para um só efeito, na presença das (duas) testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 15 de janeiro de 2007.

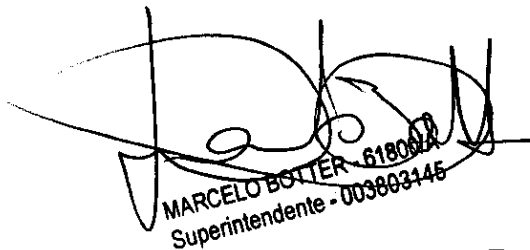
BANCO BMG S.A.

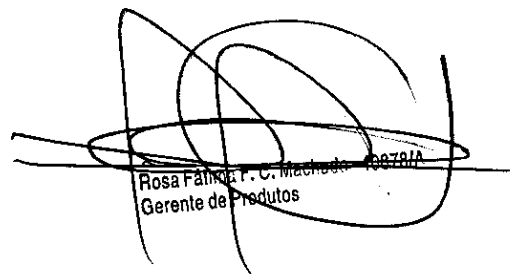
Ronaldo Nunes Faria
Ref. 162

José Eustáquio Torres
REF.: 116

ALEXANDRE ZAKIA ALBERT
DIRETOR GERENTE SENIOR

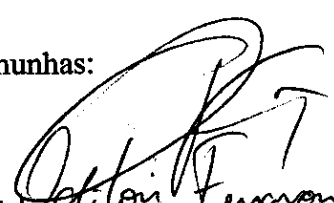
BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITOS
CONSIGNADOS VI, administrado por
INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

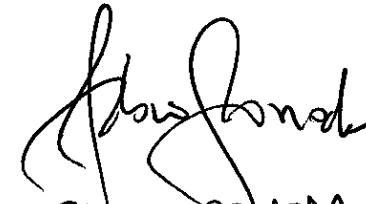

MARCELO BOTTER - 6180622
Superintendente - 003803145


Rosa Fátima F. C. Machado - 003781A
Gerente de Produtos

BANCO ITAÚ S.A.

Testemunhas:

Nome:  Celton Fereira Teixeira
R.G.: 18.785.489

Nome:  Fabio Souza
R.G.: 26.732.716

90
R.T.D.

Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica
Rua XV de Novembro, 244 - 3º Andar - CEP 01013-000 - São Paulo - SP - Tel: 3461-4501
ALFREDO CRISTIANO CARVALHO HOMEM - Oficial de Registro

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO, DIGITALIZADO E REGISTRADO
EM MICROFILME, NO LIVRO "A" SOB NÚMERO E DATA CONSTANTE
DA CHANCELA MECÂNICA EXARADA NESTE DOCUMENTO.

SÃO PAULO, 07/02/2007

Substituto do Oficial

CAMILE C. HOMEM RULO / RICARDO NARAYO / EDER CASTRO BESSE / MARCELO A. PINHEIRO

EMOL R\$:	EST R\$:	IPE R\$:	RC R\$:	TJR R\$:	TOTAL R\$:
5.751,49	1.634,63	1.210,84	302,71	302,71	9.202,38

SELOS E DUAS RECOLHAS POR VERSO

90 OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº
-7FEV 2007 909268
RUA XV DE NOVENBRO
Nº 244-3º ANDAR



Selo de Fiscalização
BOL 85805

90
RTDBH

Serviço de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo
Ofício de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo
Rua Guaiçabras, 329 - Loja 12 - Fone: (31) 3234-6330
CEP: 30180-100 e-mail: 1.rtdbh@terra.com.br

Apresentado hoje, Protocolado e Registrado em MICROFILME, e Digitalizado
sob nº 1152065
Belo Horizonte 09 FEV. 2007

OFICIAL

ANEXO I

*Este Anexo I é parte integrante do "Contrato de Promessa de Cessão de Créditos"
firmado entre Banco BMG S.A. e BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
– Créditos Consignados VI, em 15 de janeiro de 2007.*

**MODELOS (I) DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO; (II) DA AUTORIZAÇÃO PARA
DESCONTO EM BENEFÍCIO E FOLHA DE PAGAMENTO; E (III) DO COMPROVANTE DA
OPERAÇÃO**

OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº
-7FEU 909268
RUA XV DE NOVENBRO
Nº 244-3º ANDAR

24
Q
\$

-7 FEV 90 9268

RUA XV DE NOVEMBRO
Nº 244-3º ANDAR

Espaço Reservado

(I) DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO

Termo de Adesão **BMG**

Operação		Produto		Cod. Correspondente / Loja	
I - Dados Pessoais					
Nome					
CPF		Sexo <input type="checkbox"/> MASC. <input type="checkbox"/> FEM.		Data de Nascimento	
Estado Civil		Nome do Cônjuge			
Nome da Mãe					
Nome do Pai					
Naturalidade (Cidade / Estado)		Naturalidade			
Documento de Identidade		Órgão Emissor		UF	
CEP		Endereço			
Número		Complemento		Bairro	
Cidade		UF		E-mail	
DDD		Telefone		Ramal	
Telefone de Contato <input type="checkbox"/> DOM. <input type="checkbox"/> RES. <input type="checkbox"/> CEL.					
II - Dados Funcionais					
Empresa / Órgão					
Nº Órgão		Sigla UPAG		UF	
Cod. BMG		Pensionista <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		Matrícula - DV	
Matrícula - Instrutor					
Mês Ponto		Valor da Ponto		Profissão (Ocupação Principal)	
Cargo (Natureza da Ocupação)					
CEP		Endereço		Número	
Complemento		Bairro		Cidade	
UF		DDD		Telefone	
Ramal					
III - Características da Operação					
Valor Solicitado - R\$		Valor da Taxa - R\$		Valor do IOF - R\$	
Taxa de Cadastro		Primeiro Vencimento		Nº Prestações	
Valor de cada Prestação - R\$		Taxa Contratual		% a.m. equivalente a	
IV - Dados para crédito da operação					
<input type="checkbox"/> Conta Corrente		<input type="checkbox"/> Ordem de Pagamento		Banco	
<input type="checkbox"/> Conta Poupança		<input type="checkbox"/> Fornecedor / Vendedor		Agência - DV	
Nº Conta - DV					
V - Dados do Substabelecedor					
CPF/CPF		Nome			
VI - Campo reservado ao Banco BMG					
<input type="checkbox"/> C0 <input type="checkbox"/> C1 <input type="checkbox"/> C2 <input type="checkbox"/> C3		Observações		Visto do Conferente	
*Responsabilizo-me pela exatidão das informações prestadas, à vista dos originais do documento de identidade, do CPF, comprovante de endereço e rendimento, relação de bens patrimoniais, e outros comprovatórios dos demais elementos de informação apresentados, sob pena de aplicação do disposto no art. 5º da Lei nº 8.583, de 30.12.91.				Visto do Gerente	
Condições:					
1) Este Termo de Adesão constitui parte integrante do CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL/ FINANCIAMENTO, registrado no Cartório do 1º Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte/MG. A assinatura do MUTUÁRIO acarreta a imediata assunção dos direitos e obrigações estipulados no referido instrumento e constitui comprovação, neste ato, do recebimento de uma cópia do citado contrato. O MUTUÁRIO reconhece que o cancelamento dos descontos não poderá ocorrer antes da liquidação do seu débito supra.					
2) Fica autorizado, alternativamente, o débito das prestações referidas no item II retro na conta do MUTUÁRIO, indicada no item IV acima ou em outra conta que venha a substituí-la.					
3) O MUTUÁRIO autoriza expressamente o BANCO BMG S/A, em caráter irrevogável e irretratável, a fornecer à Central de Risco do Banco Central do Brasil, informações sobre o montante dos débitos e responsabilidades por garantias de minha pessoa, por força das normas aplicáveis, bem como a acessar as referidas informações junto àquela Central, prestadas por outras instituições financeiras.					
4) O MUTUÁRIO declara que o valor da prestação a ser averbado, constante no item II supra, está de conformidade com o pactuado, compreendendo os encargos ali previstos, e que não lhe foram exigidos quaisquer outros encargos ou averbação de outros produtos.					
5) O MUTUÁRIO reconhece que, além dos encargos contratuais previstos no contrato de empréstimo retrocitado, os tributos, as despesas, as taxas e tarifas decorrentes da operação firmada ao seu alcance, sendo que, com relação às tarifas, referem-se àquelas decorrentes da prestação de serviços do Banco BMG S/A, divulgadas em sua tabela de Tarifas de Serviços Bancários e afins, e as afins das Agências e Dependências do Banco BMG S/A, inclusive aquela referente à liquidação antecipada de contrato, cuja tarifa corresponderá ao percentual previsto na citada tabela, calculado sobre o saldo devedor a ser liquidado.					

de de MUTUÁRIO

Testemunhas: Nome: CPF: Nome: CPF:

[Handwritten signatures and marks]

(II) DA AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM BENEFÍCIO E FOLHA DE PAGAMENTO

Autorização para Desconto em Folha de Pagamento

À(o)

Endereço:

Cidade / Estado:

Dados do Servidor Público/ Funcionário

Nome

Matrícula

CPF

RG

Nº do Órgão

Dados da Consignação

Consignatária

Valor do Empréstimo

Valor da Prestação

Nº de Prestações

Valor Total a ser Pago

Vencimento 1ª Prestação

Autorização

1. Com a presente, autorizo-lhes a promover o desconto em folha de pagamento dos meus salários, o valor mensal e quantidade de prestações acima especificadas.
2. Autorizo-lhes, ainda a consignar os valores descontados em folha, conforme acima demonstrado, em conta corrente do Banco BMG S/A, com sede e foro em Belo Horizonte - MG à Av. Álvares Cabral, nº 1707, Bairro Santo Agostinho, CEP: 30.171-001, inscrito no CNPJ sob o nº 61.186.680/0001-74, para a liquidação das parcelas referentes ao contrato de mútuo celebrado com aquele Banco.
3. Por fim, reconheço como líquido, certo e exigível o valor consignado, comprometendo-me em caráter irrevogável e inextinguível, aos pagamentos mensais, conforme acima estabelecidos.

_____, _____ de _____ de _____

Consignatária

Servidor Público/ Funcionário

Repertição Averbadora

Certificamos que, na análise dos registros da Folha de Pagamento do Servidor acima referenciado, o mesmo possui margem consignável de R\$ _____ (_____), e que foi averbada em nome do Banco BMG S.A., o número e valores de prestações retro mencionados.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do Averbador

SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº
-7 FEV 2006 909268
RUA XV DE NOVEMBRO
Nº 244-3º ANDAR

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

(III) DO COMPROVANTE DA OPERAÇÃO

BANCO BMG S/A **TED "E" RECIBO DO REMETENTE Nº 170114510**

CÓDIGOS DO BANCO REMETENTE		CÓDIGOS DO BANCO DESTINATÁRIO	
COMP	BANCO	COMP	BANCO
033	318	000	000
AGÊNCIA		AGÊNCIA	
0001		0001	
Nº CONTA DO REMETENTE		Nº CONTA DO DESTINATÁRIO	
NOME DO REMETENTE		NOME DO DESTINATÁRIO	
BANCO BMG S.A.			
CUC/CPF		CUC/CPF	
61.186.680/0001-74			

FINALIDADE		11 06 - OPERAÇÃO DE CÂMBIO / PÊNOS / BOLSA DE VALORES	
12 01 - CRÉDITO EM CONTA CORRENTE		11 07 - DESPESAS DE ARRECAÇÃO / PAGAMENTO DE TRIBUTOS	
13 02 - PAGAMENTO DE ALUGUEL / CONDOMÍNIOS		11 10 - TRANSFERÊNCIA INTERBANCÁRIA EM TRAZO	
13 03 - PAGAMENTO DE DUPLICATAS / TÍTULOS		11 11 - DOC PARA POUPEIRA	
13 04 - PAGAMENTO DE DIVÍDUOS		11 12 - DOC PARA DEPÓSITO JUDICIAL	
13 05 - PAGAMENTO DE HONALDIANES ESCOLARES		11 13 - FICHA ALIMENTÍCIA	
13 06 - PAGAMENTO DE SALÁRIOS		11 14 - SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTE DE RENDA	
13 07 - PAGAMENTO DE ENCARGOS / DESPESAS		11 15 - OUTROS	

ATTESTO/RESPONSABILIDADE DA FINALIDADE
CDC FP

VALOR

VALOR POR EXTENSO

Nro Controle SPB:

BANCO BMG S/A **TED "E" FICHA DE COMPENSAÇÃO Nº 170114510**

CÓDIGOS DO BANCO REMETENTE		CÓDIGOS DO BANCO DESTINATÁRIO	
COMP	BANCO	COMP	BANCO
033	318	000	000
AGÊNCIA		AGÊNCIA	
0001		0001	
Nº CONTA DO REMETENTE		Nº CONTA DO DESTINATÁRIO	
NOME DO REMETENTE		NOME DO DESTINATÁRIO	
BANCO BMG S.A.			
CUC/CPF		CUC/CPF	
61.186.680/0001-74			

FINALIDADE		11 06 - OPERAÇÃO DE CÂMBIO / PÊNOS / BOLSA DE VALORES	
12 01 - CRÉDITO EM CONTA CORRENTE		11 07 - DESPESAS DE ARRECAÇÃO / PAGAMENTO DE TRIBUTOS	
13 02 - PAGAMENTO DE ALUGUEL / CONDOMÍNIOS		11 10 - TRANSFERÊNCIA INTERBANCÁRIA EM TRAZO	
13 03 - PAGAMENTO DE DUPLICATAS / TÍTULOS		11 11 - DOC PARA POUPEIRA	
13 04 - PAGAMENTO DE DIVÍDUOS		11 12 - DOC PARA DEPÓSITO JUDICIAL	
13 05 - PAGAMENTO DE HONALDIANES ESCOLARES		11 13 - FICHA ALIMENTÍCIA	
13 06 - PAGAMENTO DE SALÁRIOS		11 14 - SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTE DE RENDA	
13 07 - PAGAMENTO DE ENCARGOS / DESPESAS		11 15 - OUTROS	

ATTESTO/RESPONSABILIDADE DA FINALIDADE
CDC FP

VALOR

VALOR POR EXTENSO

Nro Controle SPB:

BANCO BMG S/A **TED "E" FICHA DO CAIXA Nº 170114510**

CÓDIGOS DO BANCO REMETENTE		CÓDIGOS DO BANCO DESTINATÁRIO	
COMP	BANCO	COMP	BANCO
033	318	000	000
AGÊNCIA		AGÊNCIA	
0001		0001	
Nº CONTA DO REMETENTE		Nº CONTA DO DESTINATÁRIO	
NOME DO REMETENTE		NOME DO DESTINATÁRIO	
BANCO BMG S.A.			
CUC/CPF		CUC/CPF	
61.186.680/0001-74			

FINALIDADE		11 06 - OPERAÇÃO DE CÂMBIO / PÊNOS / BOLSA DE VALORES	
12 01 - CRÉDITO EM CONTA CORRENTE		11 07 - DESPESAS DE ARRECAÇÃO / PAGAMENTO DE TRIBUTOS	
13 02 - PAGAMENTO DE ALUGUEL / CONDOMÍNIOS		11 10 - TRANSFERÊNCIA INTERBANCÁRIA EM TRAZO	
13 03 - PAGAMENTO DE DUPLICATAS / TÍTULOS		11 11 - DOC PARA POUPEIRA	
13 04 - PAGAMENTO DE DIVÍDUOS		11 12 - DOC PARA DEPÓSITO JUDICIAL	
13 05 - PAGAMENTO DE HONALDIANES ESCOLARES		11 13 - FICHA ALIMENTÍCIA	
13 06 - PAGAMENTO DE SALÁRIOS		11 14 - SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTE DE RENDA	
13 07 - PAGAMENTO DE ENCARGOS / DESPESAS		11 15 - OUTROS	

ATTESTO/RESPONSABILIDADE DA FINALIDADE
CDC FP

VALOR

VALOR POR EXTENSO

Nro Controle SPB:

DE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº
-7FEV 908268
RUA XV DE NOVENEMBRO
Nº 246-38 ANDAR

Handwritten signatures and initials.

ANEXO II

Este Anexo II é parte integrante do "Contrato de Promessa de Cessão de Créditos" firmado entre Banco BMG S.A. e BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI, em 15 de janeiro de 2007.

SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº
-7FEV 909268
RUA XV DE NOVENHRO
Nº 246-3º ANDAR

MODELO DOS TERMOS DE CESSÃO

"TERMO DE CESSÃO DE CRÉDITOS"

Pelo presente Termo de Cessão de Créditos, doravante denominado simplesmente "Termo de Cessão",

BANCO BMG S.A., instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob nº 61.186.680/0001-74, neste ato representado na forma de seu estatuto social, doravante designado simplesmente "Cedente", e

BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITOS CONSIGNADOS VI, fundo de investimento em direitos creditórios constituído em [COMPLETAR], com seu regulamento registrado no [COMPLETAR]º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº [COMPLETAR], neste ato representado por sua instituição administradora, **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.418.140/0001-31 (doravante designada simplesmente "Instituição Administradora"), representada na forma de seu Estatuto Social, doravante designado simplesmente "Fundo";

cada uma das partes também denominada individualmente "Parte", e conjuntamente "Partes";

CONSIDERANDO QUE:

- i) *em 15 de janeiro de 2007 as Partes e o Custodiante celebraram Contrato de Cessão de Créditos (o "Contrato"); o presente Termo de Cessão está sujeito às*

cláusulas do Contrato; os termos e expressões com iniciais em maiúsculas utilizados neste instrumento terão o significado que lhes é atribuído no Contrato; e

- ii) *após a realização de todos os procedimentos descritos no item 1.1 do Contrato, são ora objeto de cessão os Créditos especificados no anexo Relatório do Custodiante, que constitui parte integrante do presente Termo de Cessão;*

as Partes desejam formalizar a cessão dos Créditos especificados no anexo Relatório do Custodiante, conforme abaixo:

1. *Preço dos Créditos: em contraprestação à cessão dos Créditos, cujas características e respectivos devedores encontram-se descritos no Relatório do Custodiante anexo ao presente, o Fundo pagará ao Cedente, conforme os prazos especificados no item 2.2 do Contrato, a quantia de R\$[INDICAR] ([ESPECIFICAR QUANTIA POR EXTENSO]).*

2. *Os Créditos apresentam valor de face de R\$[VALOR DE FACE DOS NOVOS CRÉDITOS] ([ESPECIFICAR QUANTIA POR EXTENSO]).*

3. *O Cedente declara que (i) todos os Créditos descritos abaixo observam os requisitos estabelecidos no item 3.1 do Contrato, bem como os critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento; (ii) a cessão dos Créditos descritos abaixo não configura, na presente data, fraude contra credores, fraude de execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar; e (iii) todas as declarações constantes do item 9.1 do Contrato permanecem verdadeiras.*

4. *A Instituição Administradora declara que permanecem verdadeiras todas as suas declarações constantes do item 9.2 do Contrato.*

5. *É anexado ao presente o Relatório do Custodiante, impresso.*

São Paulo, [DATA].

[ASSINATURAS]



OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº
-7FEV 909268
RUA XV DE NOVENBRO
Nº 244-32 ANDAR

ANEXO III

Este Anexo III é parte integrante do "Contrato de Promessa de Cessão de Créditos" firmado entre Banco BMG S.A. e BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI, em 15 de janeiro de 2007.

MODELO DE NOTIFICAÇÃO AOS DEVEDORES

“(CIDADE), (DATA).”

Ref.: Cessão de créditos decorrentes de empréstimo
Contrato de empréstimo nº (NÚMERO)

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que o Banco BMG S.A. cedeu ao “BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI” os direitos creditórios decorrentes das parcelas com vencimento em (DATA DE VENCIMENTO DAS PARCELAS) do (DENOMINAÇÃO DO CONTRATO).

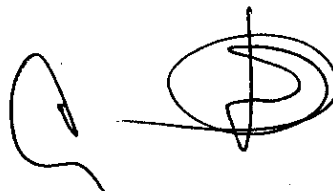
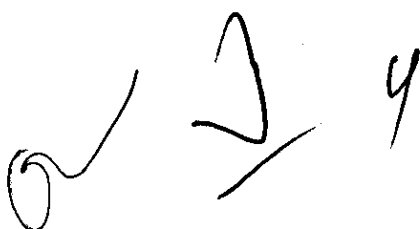
Não obstante, referidas parcelas devidas por V.Sa. continuarão sendo descontadas automaticamente de [seus benefícios/sua folha de pagamento]. Por oportuno informamos, ainda, que os termos e condições do empréstimo não sofrerão qualquer alteração.

Permanecemos à disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

[BANCO BMG S.A. OU ADMINISTRADOR].

(NOME DO DIRETOR)”



ANEXO IV

Este Anexo IV é parte integrante do "Contrato de Promessa de Cessão de Créditos" firmado entre Banco BMG S.A. e BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI, em 15 de janeiro de 2007.

MODELO DE NOTIFICAÇÃO AOS CONSIGNANTES

“ (CIDADE), (DATA)
Ao [CONSIGNANTE]
[ENDEREÇO].

Ref.: Redirecionamento de fluxo de recursos proveniente de contratos de empréstimo consignado


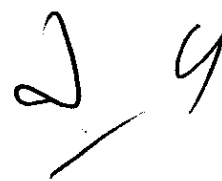
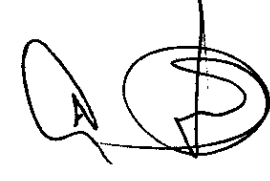
Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que o Banco BMG S.A. ("Banco BMG"), nos termos do "Termo de Cessão de Créditos", firmado entre Banco BMG e "BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI" ("Fundo"), em [DATA] de janeiro de 2007, cedeu ao Fundo os direitos creditórios originários dos contratos de empréstimo consignado descritos em relatório analítico anexo a esta notificação ("Direitos Creditórios").

Nos termos do item 6.2 (xii) do Regulamento do Fundo, a respectiva cobrança não mais será efetuada pelo Banco BMG, mas sim por [COMPLETAR COM AGENTE DE COBRANÇA SUBSTITUTO].

Neste sentido, solicitamos o imediato redirecionamento do fluxo dos recursos provenientes do pagamento de tais Direitos Creditórios para a conta de depósito nº [COMPLETAR COM INFORMAÇÕES SOBRE CONTA DE DEPÓSITOS], agência nº [COMPLETAR], banco [COMPLETAR], de titularidade do Fundo. Quaisquer alterações à presente instrução somente deverão ser acatadas por V.Sas. mediante prévia e expressa anuência da instituição administradora do Fundo abaixo assinada.

Por oportuno informamos, ainda, que os termos e condições do empréstimo não sofrerão qualquer alteração.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

[ADMINISTRADOR].
(NOME DO DIRETOR)"

OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº
-7FEU 909268
RUA XV DE NOVENABRO
Nº 244-3º ANDAR

129

Q

ANEXO V

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto Definitivo da 2ª Distribuição de Cotas do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VI”

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO BMG RELATIVAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2006, 2005 E 2004

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO DE 2006

B A N C O
BMG

BANCO BMG

O Melhor Banco do País em Empréstimo
com Desconto em Folha de Pagamento.

BANCO BMG

O Banco BMG é a espinha dorsal dos negócios do Grupo BMG no setor financeiro. As operações de empréstimo em consignação para Aposentados e Pensionistas do INSS, Servidores Públicos e Funcionários de Empresas Conveniadas representam o foco do Banco. Também atua em financiamento de veículos, em operações estruturadas dirigidas a fornecedores de grandes empresas, em investimentos para pessoas físicas e foi um dos primeiros do País a oferecer um fundo de recebíveis.

Além de empréstimo com desconto em folha, o BMG oferece novas soluções para os clientes. Com o Financiamento BMG Eletro os clientes podem adquirir eletrodomésticos e eletroeletrônicos das melhores marcas, em condições muito especiais. Com Bandeira Mastercard, o BMG Card é um cartão de crédito que oferece taxas abaixo do mercado, pagamento mínimo descontado em folha além de não cobrar anuidade e taxa de adesão.

RECONHECIMENTO

Este ano, a Fundação Getúlio Vargas elegeu, pela sexta vez consecutiva, o BMG como o Melhor Banco de Financiamento ao Consumo. Também, através de avaliação feita pela Gazeta Mercantil - Austin Rating, recebemos por duas vezes consecutivas o mesmo título. Na categoria Melhor Banco de Varejo Massificado, recebemos do Riskbank, por três anos seguidos, este importante reconhecimento.

RATINGS



BBB+ (bra)



Baixo Risco para
Médio Prazo



A+ (Baixo Risco
de Crédito)

Moody's

BA3 - Br Moeda Local
B1 Moeda Estrangeira




A+ Moeda Nacional



Br BBB + Moeda Local
B+ Moeda Estrangeira





Banco BMG S.A. (Banco) e Banco BMG S.A. e suas Controladas (Conglomerado Financeiro)

**Relatório da Administração,
Demonstrações Financeiras e
Parecer dos Auditores Independentes
em 31 de dezembro de 2006 e de 2005**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2006

A Administração do Banco BMG S/A e suas controladas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do exercício de 2006, juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes.

O Grupo BMG tem se destacado pela importância que atribui ao planejamento estratégico e pela sua fidelidade ao seu nicho de negócios; esses fatores concorreram, de forma decisiva, para assegurar-lhe a manutenção da sua liderança incontestada na área do crédito consignado, praticamente desde o seu surgimento no país. Outro fator marcante da sua atuação está refletido no esforço de canalizar todas as energias na direção de gerar valor para consolidar e fortalecer a posição do Banco, agindo, todavia, segundo princípios éticos e padrões de conduta elevados.

Assim o Banco BMG S/A manteve sua trajetória de sucesso, com políticas bem definidas, tendo como seu foco principal a busca de operações que lhe assegurassem uma ampla diluição dos seus riscos. Dentro desse escopo, o Banco BMG tem dado seguimento às suas operações, procurando sempre aperfeiçoar a sua forma de operar e prestar o melhor atendimento aos seus clientes.

O panorama geral ao longo do último exercício refletiu uma expansão significativa do seu foco principal, voltado à celebração de contratos de empréstimos na área do crédito consignado. A geração de créditos nessa área atingiu o valor de R\$2,760 bilhões, representando cerca de 74,3% do montante de créditos originados no período (R\$3,715 bilhões); sendo desse total 48,4% para aposentados e pensionistas do INSS; 42,0% para servidores públicos e 9,6% para funcionários de empresas privadas. As demais operações compreenderam financiamento de veículos, repasses de recursos do BNDES, operações de arrendamento mercantil e operações de desconto/mútuo com fornecedores do setor público e grandes empresas do setor privado.

O Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2006, atingiu o valor de R\$1,004 bilhão. O Lucro Líquido do período totalizou R\$263,236 milhões, refletindo uma rentabilidade patrimonial de 26,2%. O Patrimônio Líquido do Banco BMG correspondeu a 13,32% dos ativos ponderados pelo risco (Acordo da Basileia). O Banco BMG vem desenvolvendo estudos para se adequar a um cenário de convergência contábil às normas internacionais.

A política de crédito seguida pelo Banco BMG manteve a sua marca conservadora, refletindo carteiras saudáveis e com perdas significativamente abaixo da média do mercado. Sem perder de vista o rigor observado até agora, buscou-se a incorporação de novas tecnologias, especialmente para o tratamento do crédito massificado.

No tocante às carteiras de crédito e arrendamento mercantil, vale sublinhar também que o saldo verificado no final do exercício de 2006 (incluindo os créditos cedidos) totalizou R\$8,629 bilhões, representando uma expansão de 18,1 % em relação ao período anterior, principalmente em função do aumento dos empréstimos às pessoas físicas.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2006

Até o final do exercício, foram cedidos R\$5,731 bilhões de créditos para instituições financeiras e fundos de recebíveis, contra R\$6,160 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2005. Estas cessões permitiram ao BMG, além de uma adequação do seu fluxo de caixa, casamento de prazos e a antecipação de resultados que só seriam reconhecidos ao longo do período dos empréstimos, em média 36 meses.

Em 31 de dezembro de 2006, o saldo dos recursos captados totalizou R\$7,940 bilhões, sendo: 11,0% em depósitos a prazo e interfinanceiros junto a investidores institucionais, instituições financeiras, pessoas físicas e jurídicas; 10,3% através de FIDCs (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) líquidos de cotas subordinadas detidas pelo Banco; 57,9% via cessões de créditos realizadas em parcerias celebradas com outros bancos; 19,6% através de captações externas e 1,2% em outras captações.

Ao lado dos bons resultados financeiros obtidos, o Banco BMG sempre permaneceu atento e consciente das suas responsabilidades social e cultural, pautando sua atuação por uma atitude de respeito à comunidade que o cerca.

Nesse contexto, o Banco tem investido em projetos de alta repercussão social, especialmente na assistência à saúde (hospitais, creches, asilos, etc.) e também apoiado projetos culturais, especialmente voltados à divulgação da cultura regional.

Sua política de recursos humanos está estribada na valorização e estímulo aos talentos internos, compartilhando com os seus profissionais os resultados da organização.

Faz-se necessário também ressaltar a importância que o BMG vem atribuindo aos investimentos em TI (Tecnologia da Informação), tendo em vista a natureza da sua atividade, predominantemente voltada ao manejo de grande volume de dados.

O esforço de especialização na área de consignados e sua ampla liderança nessa modalidade tem conferido ao Banco um amplo reconhecimento, traduzido na concessão de vários prêmios, entre outros destacam-se:

- Desde 2001, portanto, pela 6^a. vez consecutiva, a Fundação Getúlio Vargas elegeu o BMG como o melhor Banco do País em financiamento ao consumo.
- Pela 3^a. vez consecutiva eleito pelo RISK BANK como o melhor banco de varejo massificado.

Os bons resultados obtidos, ao longo do exercício, devem ser atribuídos à dedicação da nossa equipe de executivos, funcionários e pelo apoio e confiança depositados pelos nossos clientes, fornecedores e acionistas. Endereçamos a todos eles os nossos agradecimentos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2007.



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Banco BMG S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais do Banco BMG S.A. (Banco) e do Banco BMG S.A. e suas controladas (Conglomerado Financeiro) em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos do Banco BMG S.A. dos exercícios findos nessas datas e do semestre findo em 31 de dezembro de 2006, bem como as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos desses exercícios, elaborados sob a responsabilidade da administração das Instituições. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Conglomerado Financeiro, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BMG S.A. (Banco) e do Banco BMG S.A. e suas controladas (Conglomerado Financeiro) em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos do Banco BMG S.A. (Banco) dos exercícios findos nessas datas e do semestre findo em 31 de dezembro de 2006, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- 4 Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, apresentadas para propiciar informações adicionais sobre o Banco BMG S.A. (Banco) e sobre o Banco BMG S.A. e suas controladas (Conglomerado Financeiro), não são requeridas como parte das demonstrações financeiras. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2007.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" MG



Ricardo Baldin
Contador CRC 1SP110374/O-0 "S" MG

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2006	2005	2006	2005
ATIVO				
Ativo circulante.....	2.817.886	2.671.675	2.788.342	2.629.355
Disponibilidades	56.270	12.556	55.527	12.054
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	671.877	1.255.154	661.451	1.226.682
Títulos e valores mobiliários	352.849	232.593	350.239	232.593
Relações interfinanceiras	4.565	3.625	4.565	3.625
Operações de crédito.....	1.391.623	896.739	1.391.623	896.739
Setor privado.....	1.562.044	1.056.436	1.562.044	1.056.436
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(170.421)	(159.697)	(170.421)	(159.697)
Operações de arrendamento mercantil	12.997	9.574		
Arrendamentos a receber - Setor privado.....	14.008	9.821		
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa.....	(1.011)	(247)		
Outros créditos.....	201.965	167.304	200.812	165.463
Outros valores e bens	125.740	94.130	124.125	92.199
Bens não de uso próprio	18.914	14.797	17.306	12.870
Despesas antecipadas.....	106.826	79.333	106.819	79.329
Realizável a longo prazo.....	1.733.992	1.224.263	1.696.551	1.194.104
Títulos e valores mobiliários	200.894	267.694	200.894	267.694
Operações de crédito – Setor privado	1.323.644	789.389	1.323.644	789.389
Operações de arrendamento mercantil	11.687	5.118		
Arrendamentos a receber - Setor privado.....	11.687	5.118		
Outros créditos	151.985	128.063	126.234	103.024
Outros valores e bens – Despesas antecipadas.....	45.782	33.999	45.779	33.997
Permanente.....	67.103	56.597	159.395	143.830
Investimentos	29.656	27.019	121.948	114.308
Participações em coligada e controladas:				
No exterior.....	7.152	7.830	10.854	11.846
No país.....	20.027	17.100	108.617	100.545
Outros investimentos	3.120	2.732	2.990	2.430
Provisão para perdas sobre outros investimentos	(643)	(643)	(513)	(513)
Imobilizado de uso	23.240	20.693	23.240	20.667
Imóveis de uso.....	16.169	16.168	16.169	16.168
Outras imobilizações de uso	26.278	20.782	26.278	20.665
Depreciação acumulada	(19.207)	(16.257)	(19.207)	(16.166)
Diferido.....	14.207	8.885	14.207	8.855
Total do Ativo	4.618.981	3.952.535	4.644.288	3.967.289

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE / EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2006	2005	2006	2005
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivo circulante	1.689.742	1.464.993	1.681.151	1.452.864
Depósitos	495.739	423.581	495.870	436.225
Depósitos à vista	15.766	4.088	15.897	4.376
Depósitos interfinanceiros	107.133	17.936	107.133	24.408
Depósitos a prazo	372.840	401.557	372.840	407.441
Captações no mercado aberto - Carteira de terceiros	125.487	141.444	125.487	145.007
Recursos de aceites e emissão de títulos	147.027	141.501	147.027	141.501
Obrigações por títulos e valores mobiliários -				
No exterior	147.027	141.501	147.027	141.501
Relações interfinanceiras	210	251	210	251
Obrigações por empréstimos e repasses	52.215	74.501	45.388	53.248
Empréstimos no país	18.088	18.536	18.088	18.536
Empréstimos no exterior		17.094		
Obrigações por repasses - Finame	34.127	38.871	27.300	34.712
Outras obrigações	869.064	683.715	867.169	676.632
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.142	1.709	3.142	1.709
Sociais e estatutárias	28.298	67.725	28.298	66.909
Fiscais e previdenciárias	140.302	211.589	138.493	205.629
Negociação e intermediação de valores		452		452
Instrumentos financeiros derivativos	204.391	86.026	204.391	86.026
Diversas	492.931	316.214	492.845	315.907
Exigível a longo prazo	1.925.347	1.678.070	1.959.298	1.710.722
Depósitos	394.100	254.880	449.581	302.510
Depósitos interfinanceiros	15.210	7.081	70.691	54.711
Depósitos a prazo	378.890	247.799	378.890	247.799
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.410.958	1.317.809	1.410.958	1.317.809
Obrigações por títulos e valores mobiliários -				
No exterior	1.410.958	1.317.809	1.410.958	1.317.809
Obrigações por empréstimos e repasses	40.088	54.069	30.867	49.928
Empréstimos no país	6.283	26.542	6.283	26.542
Obrigações por repasses - Finame	33.805	27.527	24.584	23.386
Outras obrigações	80.201	51.312	67.892	40.475
Fiscais e previdenciárias	71.004	39.669	59.240	29.315
Instrumentos financeiros derivativos	2.757	5.540	2.757	5.540
Diversas	6.440	6.103	5.895	5.620
Participação de acionistas minoritários	53	5.769		
Patrimônio Líquido	1.003.839	803.703	1.003.839	803.703
Capital social - De domiciliados no país	500.000	201.850	500.000	201.850
Aumento de capital social	10.000	178.150	10.000	178.150
Reservas de capital	7.919	7.719	7.919	7.719
Reservas de lucros	485.920	415.984	485.920	415.984
Total do Passivo e do Patrimônio líquido	4.618.981	3.952.535	4.644.288	3.967.289

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE / EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

	Conglomerado financeiro		Banco		
	Exercícios		Segundo semestre	Exercícios	
	2006	2005	2006	2006	2005
Receitas da intermediação financeira	1.331.228	1.375.700	691.532	1.324.947	1.370.154
Operações de crédito	1.437.595	1.385.264	706.477	1.437.595	1.385.264
Operações de arrendamento mercantil	5.335	4.732			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	228.503	120.154	104.913	227.557	119.340
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(340.205)	(134.450)	(119.858)	(340.205)	(134.450)
Despesas da intermediação financeira	(370.049)	(371.425)	(202.666)	(373.918)	(378.647)
Operações de captação no mercado	(185.028)	(202.868)	(147.319)	(191.436)	(210.736)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(14.190)	(16.902)	(4.327)	(12.575)	(15.436)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(170.831)	(151.655)	(51.020)	(169.907)	(152.475)
Resultado bruto da intermediação financeira	961.179	1.004.275	488.866	951.029	991.507
Outras receitas (despesas) operacionais	(583.914)	(431.216)	(293.178)	(575.724)	(428.005)
Receitas de prestação de serviços	25.989	145.720	15.302	25.990	134.000
Resultado de participações em coligada e controladas	709	967	2.385	6.309	9.025
Despesas de pessoal	(48.736)	(47.147)	(24.081)	(46.569)	(44.125)
Outras despesas administrativas	(471.050)	(456.535)	(246.878)	(469.638)	(455.138)
Despesas tributárias	(65.355)	(75.379)	(33.494)	(64.077)	(73.152)
Outras receitas operacionais	36.608	29.233	24.341	32.350	28.411
Outras despesas operacionais	(62.079)	(28.075)	(30.753)	(60.089)	(27.026)
Resultado operacional	377.265	573.059	195.688	375.305	563.502
Resultado não operacional	629	430	(1)	66	425
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	377.894	573.489	195.687	375.371	563.927
Imposto de renda	(77.175)	(125.046)	(41.680)	(75.149)	(120.370)
Contribuição social	(27.520)	(44.169)	(15.239)	(27.027)	(42.718)
Participações estatutárias no lucro	(9.959)	(18.000)		(9.959)	(18.000)
Lucro líquido antes da participação dos acionistas minoritários	263.240	386.274	138.768	263.236	382.839
Participação minoritária nas controladas consolidadas	(4)	(3.435)			
Lucro líquido do semestre/exercícios	263.236	382.839	138.768	263.236	382.839
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$			219,32	422,05	620,03

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO BMG S.A. (BANCO)
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de capital</u>		<u>Atualização</u>		<u>Reservas de lucros</u>		<u>Lucros</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Aumento de capital</u>	<u>Incentivos fiscais</u>	<u>de títulos patrimoniais</u>	<u>Legal</u>	<u>Estatutária</u>	<u>acumulados</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2004.	201.850		7.653	66	36.976	290.097		536.642
Aumento de capital		178.150				(178.150)		
Reversão de dividendos propostos							1.179	1.179
Lucro líquido do exercício							382.839	382.839
Destinação do lucro líquido:								
Juros sobre capital próprio (R\$84,74 por lote de mil ações).....							(52.320)	(52.320)
Dividendos propostos (R\$104,68 por lote de mil ações).....							(64.637)	(64.637)
Constituição de reservas					19.142	247.919	(267.061)	
Saldos em 31 de dezembro de 2005	<u>201.850</u>	<u>178.150</u>	<u>7.653</u>	<u>66</u>	<u>56.118</u>	<u>359.866</u>		<u>803.703</u>
Aumento de capital	298.150	(168.150)				(120.000)		10.000
Atualização de títulos patrimoniais				200				200
Lucro líquido do exercício							263.236	263.236
Destinação do lucro líquido:								
Juros sobre capital próprio (R\$101,49 por lote de mil ações).....							(63.300)	(63.300)
Dividendos propostos (R\$16,03 por lote de mil ações).....							(10.000)	(10.000)
Constituição de reservas					13.162	176.774	(189.936)	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	<u>500.000</u>	<u>10.000</u>	<u>7.653</u>	<u>266</u>	<u>69.280</u>	<u>416.640</u>		<u>1.003.839</u>

BANCO BMG S.A. (BANCO)
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)
(continuação)

	<u>Reservas de capital</u>		<u>Atualização</u>		<u>Reservas de lucros</u>		<u>Lucros</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Aumento de capital</u>	<u>Incentivos fiscais</u>	<u>de títulos patrimoniais</u>	<u>Legal</u>	<u>Estatutária</u>	<u>acumulados</u>	
Saldos em 30 de junho de 2006.	<u>500.000</u>		<u>7.653</u>	<u>266</u>	<u>62.341</u>	<u>323.711</u>		<u>893.971</u>
Aumento de capital		10.000						10.000
Reversão de dividendos propostos								
Lucro líquido do semestre							138.768	138.768
Destinação do lucro líquido:								
Juros sobre capital próprio (R\$46,34 por lote de mil ações).....							(28.900)	(28.900)
Dividendos propostos (R\$16,03 por lote de mil ações).....							(10.000)	(10.000)
Constituição de reservas					6.939	92.929	(99.868)	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	<u>500.000</u>	<u>10.000</u>	<u>7.653</u>	<u>266</u>	<u>69.280</u>	<u>416.640</u>		<u>1.003.839</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
DO SEMESTRE / EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>		
	<u>Exercícios</u>		<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Origens dos recursos	1.390.249	1.996.851	1.008.170	1.366.226	1.980.219
Lucro líquido do semestre/exercícios	263.236	382.839	138.768	263.236	382.839
Ajustes ao lucro líquido:	4.593	3.280	446	(1.007)	(4.795)
Depreciações e amortizações	5.302	4.247	2.831	5.302	4.229
Resultado de participações em coligada e controladas	(709)	(967)	(2.385)	(6.309)	(9.024)
Atualização de títulos patrimoniais	200			200	
Aumento de capital	10.000		10.000	10.000	
Recursos de terceiros originários de:					
Aumento dos subgrupos do passivo:	524.291	1.403.078	533.122	523.345	1.395.244
Depósitos	211.378			206.716	
Recursos de aceites e emissão de títulos	98.675	1.015.900	247.503	98.675	1.015.900
Obrigações por empréstimos e repasses		30.668			27.615
Outras obrigações	214.238	356.510	285.619	217.954	351.729
Diminuição dos subgrupos do ativo:	583.277	200.919	323.000	565.231	200.919
Aplicações interfinanceiras de liquidez	583.277		323.000	565.231	
Relações interfinanceiras		8.878			8.878
Operações de crédito		192.041			192.041
Alienação / baixa de bens e investimentos:	4.652	2.788	2.431	3.816	2.697
Bens não de uso próprio	4.203	2.583	2.405	3.423	2.492
Imobilizado de uso	406	122	26	380	122
Diferido	43	83		13	83
Reversão de dividendos propostos		1.179			1.179
Dividendos propostos/recebidos de controladas ..			403	1.405	2.136
Variação na participação dos acionistas minoritários ..		2.768			

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>		
	<u>Exercícios</u>		<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Aplicações de recursos.....	1.346.535	1.987.496	991.450	1.322.753	1.970.818
Dividendos propostos	10.000	64.637	10.000	10.000	64.637
Diminuição da participação minoritária.....	5.716				
Reversão de dividendos propostos de controladas	848			2.136	1.776
Pagamentos de juros sobre capital próprio	63.300	52.320	28.900	63.300	52.320
Inversões em:					
Bens não de uso próprio	9.254	5.132	5.305	8.752	4.875
Investimentos	1.080	5.932	400	600	1.382
Imobilizado de uso	6.288	5.593	4.992	6.288	5.593
Diferido.....	7.332	4.062	5.003	7.332	4.062
Aumento dos subgrupos do ativo:	1.190.452	1.217.111	809.012	1.177.863	1.217.954
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....		890.013			887.813
Títulos e valores mobiliários.....	53.456	137.078	21.589	50.846	140.340
Relações interfinanceiras.....	940		2.153	940	
Operações de crédito	1.029.139		647.331	1.029.139	
Operações de arrendamento mercantil	9.992	884			
Outros créditos	58.583	119.534	98.927	58.559	120.171
Outros valores e bens.....	38.342	69.602	39.012	38.379	69.630
Diminuição de subgrupos do passivo:	52.265	632.709	127.838	46.482	618.219
Depósitos		604.080	15.680		592.283
Captações no mercado aberto	15.957	28.353	106.756	19.520	25.660
Relações interfinanceiras.....	41	276	174	41	276
Obrigações por empréstimos e repasses	36.267		5.228	26.921	
Aumento das disponibilidades.....	43.714	9.355	16.720	43.473	9.401
Modificações na posição financeira:					
Disponibilidades					
No início do semestre/exercícios.....	12.556	3.201	38.807	12.054	2.653
No fim do semestre/exercícios	56.270	12.556	55.527	55.527	12.054
Aumento das disponibilidades.....	43.714	9.355	16.720	43.473	9.401

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

1 Contexto operacional

As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições do Grupo Financeiro BMG. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

2 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), sendo as principais as seguintes:

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, desde 30 de junho de 2002 os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativos, contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos na demonstração do resultado.
- (ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros; podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a Valor de Mercado – Títulos disponíveis para venda”, até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos mediante a identificação específica na data de negociação, na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

- (iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas, quando aplicável.

(c) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e regulamentações posteriores, desde 30 de junho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (hedge), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecida na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Para as operações contratadas em negociação associada a operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada; que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado; e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como Hedge de Mercado ou Hedge de Fluxo de Caixa, segundo os critérios definidos na Circular nº 3.082/02. Nesses casos, também os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de hedge): (i) a adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, no caso de Hedge de Mercado e (ii) conta destacada do patrimônio líquido para a parcela efetiva do Hedge de Fluxo de Caixa, deduzida dos efeitos tributários.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(d) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682 de 21 de setembro de 1999, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedidas pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

(e) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

A apropriação das parcelas de despesas com prêmio de seguros, comissão sobre operações de crédito e correspondentes, e comissão sobre captação de títulos e valores mobiliários no exterior, estão de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

(f) Permanente

Considera os seguintes aspectos:

- Os investimentos em coligada e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos, o imobilizado de uso e o diferido estão registrados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- A depreciação foi calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, instalações e sistema de comunicação - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%.
- A amortização do diferido foi calculada pelo método linear, à taxa de 20% ao ano ou de acordo com os prazos dos contratos de aluguel, conforme o caso.

(g) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. Foi constituída provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado à alíquota de 9%.

(h) Operações em moedas estrangeiras

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2006, as taxas de câmbio aplicáveis eram: US\$1,00 = R\$2,1380 (2005 - US\$1,00 = R\$2,3407) para dólar norte-americano e €1,00 = R\$2,82024 (2005 - €1,00 = R\$2,76905).

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(i) Princípios de consolidação - Conglomerado financeiro

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e instruções do BACEN. Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. Essas demonstrações financeiras incluem o Banco BMG S.A., a subsidiária no exterior BMG Bank (Cayman) Ltd. e a controlada BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.

As demonstrações financeiras da BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil foram preparadas atendendo a Lei nº 6.099/74. No entanto, para preparação das demonstrações financeiras consolidadas, as operações de arrendamento mercantil foram classificadas pelo método financeiro, registradas pelo valor presente das contraprestações futuras com o valor residual antecipado recebido apresentado como redutor do arrendamento mercantil a receber.

As demonstrações financeiras da empresa sediada no exterior, BMG Bank (Cayman) Ltd., são originalmente preparadas em moeda local e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras consolidadas, segue de forma resumida a composição do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 das empresas que compõem o Conglomerado financeiro:

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005**

(Em milhares de reais)

	Banco BMG S.A.	BMG Leasing S.A. Arrend. Mercantil	BMG Bank (Cayman) Ltd.	Eliminações	Conglomerado financeiro	
	2006	2006	2006	2006	2006	2005
Ativo circulante.....	2.788.342	20.628	10.854	(1.938)	2.817.886	2.671.675
Disponibilidades.....	55.527	446	428	(131)	56.270	12.556
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	661.451		10.426		671.877	1.255.154
Títulos e valores mobiliários.....	350.239	2.610			352.849	232.593
Relações interfinanceiras.....	4.565				4.565	3.625
Operações de crédito.....	1.391.623				1.391.623	896.739
Operações de arrendamento mercantil.....		12.997			12.997	9.574
Outros créditos.....	200.812	2.960		(1.807)	201.965	167.304
Outros valores e bens.....	124.125	1.615			125.740	94.130
Realizável a longo prazo.....	1.696.551	92.922		(55.481)	1.733.992	1.224.263
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....		55.481		(55.481)		
Títulos e valores mobiliários.....	200.894				200.894	267.694
Operações de crédito.....	1.323.644				1.323.644	789.389
Operações de arrendamento mercantil.....		11.687			11.687	5.118
Outros créditos.....	126.234	25.751			151.985	128.063
Outros valores e bens.....	45.779	3			45.782	33.999
Ativo permanente.....	159.395	7.152		(99.444)	67.103	56.597
Total do Ativo.....	4.644.288	120.702	10.854	(156.863)	4.618.981	3.952.535
Passivo circulante.....	1.681.151	10.529		(1.938)	1.689.742	1.464.993
Depósitos.....	495.870			(131)	495.739	423.581
Captações no mercado aberto.....	125.487				125.487	141.444
Recursos de aceites e emissão de títulos.....	147.027				210	141.501
Relações interfinanceiras.....	210				147.027	251
Obrigações por empréstimos e repasses.....	45.388	6.827			52.215	74.501
Outras obrigações.....	867.169	3.702		(1.807)	869.064	683.715
Exigível a longo prazo.....	1.959.298	21.530		(55.481)	1.925.347	1.678.070
Depósitos.....	449.581			(55.481)	394.100	254.880
Recursos de aceites e emissão de títulos.....	1.410.958				1.410.958	1.317.809
Obrigações por empréstimos e repasses.....	30.867	9.221			40.088	54.069
Outras obrigações.....	67.892	12.309			80.201	51.312
Participação de acionistas minoritários....				53	53	5.769
Patrimônio líquido.....	1.003.839	88.643	10.854	(99.497)	1.003.839	803.703
Total do Passivo e do Patrimônio líquido .	4.644.288	120.702	10.854	(156.863)	4.618.981	3.952.535

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

	Banco BMG S.A.	BMG Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil	BMG Bank (Cayman) Ltd.	Eliminações	Conglomerado financeiro	
	2006	2006	2006	2006	2006	2005
Receitas da intermediação financeira	1.324.947	13.107	607	(7.433)	1.331.228	1.375.700
Despesas da intermediação financeira	(373.918)	(2.342)	(198)	6.409	(370.049)	(371.425)
Resultado bruto da intermediação financeira	951.029	10.765	409	(1.024)	961.179	1.004.275
Outras receitas (despesas) operacionais	(575.724)	(2.893)	(375)	(4.922)	(583.914)	(431.216)
Resultado operacional	375.305	7.872	34	(5.946)	377.265	573.059
Resultado não operacional	66	563			629	430
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	375.371	8.435	34	(5.946)	377.894	573.489
Imposto de renda e contribuição social	(102.176)	(2.519)			(104.695)	(169.215)
Participações estatutárias no lucro	(9.959)				(9.959)	(18.000)
Lucro líquido antes da participação dos acionistas minoritários	263.236	5.916	34	(5.946)	263.240	386.274
Participação minoritária nas controladas consolidadas				(4)	(4)	(3.435)
Lucro líquido dos exercícios	263.236	5.916	34	(5.950)	263.236	382.839

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

3 Coeficiente de Basiléia

A Resolução 2.099 de 26 de agosto de 1994 aprovou os regulamentos sobre os valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras. O índice de Basiléia e as exigibilidades do patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

(a) Cálculo do Índice de Basiléia

		<u>2006</u>		<u>2005</u>	
	<u>Percentual</u>	<u>Saldo</u>	<u>Risco ponderado</u>	<u>Saldo</u>	<u>Risco ponderado</u>
Risco nulo	0%	956.666		1.437.794	
Risco reduzido	20%	66.221	13.244	40.675	8.135
Risco reduzido	50%	5.010.742	2.505.371	4.403.824	2.201.912
Risco normal	100%	3.205.601	3.205.601	2.068.376	2.068.376
Créditos tributários.....	300%	86.992	260.977	66.233	198.699
Sub-total			5.985.193		4.477.122
Risco de crédito de “swap”.	20%	37.005	7.401	62.020	12.404
Exposição cambial.....	100%	73.131	73.131	59.553	59.553
Risco de mercado – Juros...	100%	89.874	89.874	5.929	5.929
Sub-total			170.406		77.886
Índice de Basiléia			13,32%		15,50%

(b) Limites operacionais

	<u>2006</u>			<u>2005</u>		
	<u>Exigência (limite)</u>	<u>Situação</u>	<u>Margem</u>	<u>Exigência (limite)</u>	<u>Situação</u>	<u>Margem</u>
Patrimônio líquido exigido	828.777	1.003.839	175.062	570.369	803.703	233.334
Capital mínimo	110.000	500.000	390.000	110.000	380.000	270.000
Imobilização	501.823	66.855	434.968	401.688	56.271	345.417

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Aplicações no mercado aberto				
Posição bancada				
Letras Financeiras do Tesouro	132.512	501.884	132.512	501.884
Letras do Tesouro Nacional.....	310.766	580.306	310.766	576.743
Notas do Tesouro Nacional	69.927		69.927	
Posição financiada				
Letras Financeiras do Tesouro.	42.588	105.650	42.588	105.650
Letras do Tesouro Nacional.....	76.771	35.794	76.771	39.357
Notas do Tesouro Nacional	6.128		6.128	
Sub-total.....	638.692	1.223.634	638.692	1.223.634
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
CDI Rural.....	2.004	1.986	2.004	1.986
Aplicações em depósitos interfinanceiros.	20.530	823	20.530	823
Aplicações em moedas estrangeiras.....	10.651	28.711	225	239
Total - Circulante.....	671.877	1.255.154	661.451	1.226.682

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

5 Títulos e valores mobiliários

(a) Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2006	2005	2006	2005
Títulos de renda fixa				
Livres:				
.Títulos Públicos Federais.....	177.873	45.973	175.263	45.973
.Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.....	302.353	361.985	302.353	361.985
Vinculados a prestação de garantias:				
.Títulos Públicos Federais.....	49.687	83.265	49.687	83.265
Instrumentos financeiros derivativos.....	21.506	6.985	21.506	6.985
Títulos de renda variável				
Livres:				
.Cotas de fundos de investimento.....	2.324	2.079	2.324	2.079
Total.....	553.743	500.287	551.133	500.287
Circulante.....	352.849	232.593	350.239	232.593
Longo Prazo	200.894	267.694	200.894	267.694

Em 31 de dezembro de 2006, as operações com instrumentos financeiros derivativos apresentam também R\$207.148 (Conglomerado financeiro e Banco) de diferencial a pagar de operações de “swap” (2005 – R\$91.566 – Conglomerado financeiro e Banco), conforme Notas explicativas n^{os} 5(d) e 23.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(b) Os Títulos e valores mobiliários apresentam os seguintes prazos de vencimento:

	Conglomerado financeiro								
								2006	2005
	Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total	Total
Títulos Públicos Federais					29.617	119.955	77.988	227.560	129.238
Cotas de fundos de investimento	2.324				101.459		200.894	304.677	364.064
Instrumentos financeiros derivativos			16.883	362	434	2.651	1.176	21.506	6.985
Total	2.324	16.883	362	434	133.727	121.131	278.882	553.743	500.287

								Banco	
								2006	2005
	Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total	Total
Títulos Públicos Federais					29.617	117.422	77.911	224.950	129.238
Cotas de fundos de investimento	2.324				101.459		200.894	304.677	364.064
Instrumentos financeiros derivativos		16.883	362	434	2.651		1.176	21.506	6.985
Total	2.324	16.883	362	434	133.727	118.598	278.805	551.133	500.287

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(c) Classificação dos títulos e valores mobiliários

(i) Títulos para Negociação

Em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, as Letras Financeiras do Tesouro (LFT's) e Notas do Banco Central (NBC-E's) foram marcadas a mercado conforme cotação divulgada pela Andima; as cotas de fundos de investimentos em renda variável pela cotação das mesmas informada pelos administradores:

Conglomerado financeiro					
Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados
LFT.....	20.06.2007	10.000	29.632	29.617	(15)
LFT.....	19.09.2007	4.000	11.844	11.848	4
LFT.....	21.11.2007	10.000	29.604	29.618	14
LFT.....	19.12.2007	26.500	78.492	78.489	(3)
LFT.....	19.03.2008	16.500	48.907	48.870	(37)
LFT.....	17.09.2008	8.181	24.236	24.231	(5)
LFT.....	16.09.2009	1.650	4.888	4.887	(1)
Cotas de fundos de investimentos em renda variável			1.864	2.324	460
Total - 2006.....			229.467	229.884	417
Total - 2005.....			131.020	131.317	297

Banco					
Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados
LFT.....	20.06.2007	10.000	29.632	29.617	(15)
LFT.....	19.09.2007	3.145	9.311	9.315	4
LFT.....	21.11.2007	10.000	29.604	29.618	14
LFT.....	19.12.2007	26.500	78.492	78.489	(3)
LFT.....	19.03.2008	16.474	48.830	48.793	(37)
LFT.....	17.09.2008	8.181	24.236	24.231	(5)
LFT.....	16.09.2009	1.650	4.888	4.887	(1)
Cotas de fundos de investimento em renda variável			1.864	2.324	460
Total - 2006.....			226.857	227.274	417
Total - 2005.....			131.020	131.317	297

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

As cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC's), refere-se a cotas subordinadas de fundos lançados pela Instituição, e foram registradas pela cotação das mesmas informada pelos administradores. O custo atualizado (acrescido dos rendimentos) para fins de divulgação dos títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento pode ser assim sumariado:

<u>Descrição</u>	<u>Conglomerado financeiro e Banco</u>	
	<u>Valor pela curva</u>	<u>Valor de mercado</u>
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	302.353	302.353
Total - 2006.....	302.353	302.353
Total - 2005.....	361.985	361.985

(d) Instrumentos financeiros derivativos

<u>Descrição</u>	<u>Conglomerado financeiro e Banco</u>		
	<u>Valor pela curva</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Ganhos (perdas) não realizados</u>
Swap – Pré x CDI	1.889	3.222	1.333
Swap – CDI x Pré	(22)	(31)	(9)
Swap – Dólar	(188.697)	(188.234)	463
Swap – Outros	(29)	(599)	(570)
Total - 2006.....	(186.859)	(185.642)	1.217
Total - 2005.....	(89.419)	(84.581)	4.838

As operações de swap foram marcadas a mercado pelas cotações da BM&F.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(e) Os valores contabilizados como ajuste a mercado podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Conglomerado financeiro				Total
	Títulos e valores mobiliários	Instrumentos financeiros derivativos	Cotas de fundos de investimento	Ações de companhias abertas	
Total do ajuste até 31.12.2004.....	428	(425)	(393)	290	(100)
Ajuste no resultado do semestre findo em 30.06.2005.....	(558)	2.169	187	(444)	1.354
Ajuste no resultado do semestre findo em 31.12.2005.....	212	3.094	421	154	3.881
Total do ajuste no exercício findo em 31.12.2005.....	82	4.838	215		5.135
Ajuste no resultado do semestre findo em 30.06.2006.....	(52)	(3.089)	304		(2.837)
Ajuste no resultado do semestre findo em 31.12.2006.....	(73)	(532)	(59)		(664)
Total do ajuste no exercício findo em 31.12.2006.....	(43)	1.217	460		1.634

	Banco				Total
	Títulos e valores mobiliários	Instrumentos financeiros derivativos	Cotas de fundos de investimento	Ações de companhias abertas	
Total do ajuste até 31.12.2004.....	390	(425)	(393)	290	(138)
Ajuste no resultado do semestre findo em 30.06.2005.....	(520)	2.169	187	(444)	1.392
Ajuste no resultado do semestre findo em 31.12.2005.....	212	3.094	421	154	3.881
Total do ajuste no exercício findo em 31.12.2005.....	82	4.838	215		5.135
Ajuste no resultado do semestre findo em 30.06.2006.....	(53)	(3.089)	304		(2.838)
Ajuste no resultado do semestre findo em 31.12.2006.....	(72)	(532)	(59)		(663)
Total do ajuste no exercício findo em 31.12.2006.....	(43)	1.217	460		1.634

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

6 Operações de crédito e de arrendamento mercantil

(a) Cessões de crédito

(i) Instituições financeiras e fundos de recebíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras e com fundo de recebíveis no montante de R\$5.731.205 (2005 - R\$6.159.896) sendo R\$4.639.246 com coobrigação (2005 - R\$4.646.483) e R\$1.091.959 sem coobrigação (2005 - R\$1.513.413), que nas datas de suas realizações totalizavam R\$3.630.210 e R\$910.718, respectivamente (2005 - R\$3.854.180 e R\$1.352.881, respectivamente). O resultado das cessões foi registrado na rubrica “Receitas da Intermediação Financeira – Operação de crédito” no montante de R\$1.190.277 (2005 - R\$952.835). Os contratos objeto de cessões referem-se a empréstimos de crédito pessoal consignado e financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até janeiro de 2010.

O saldo em 31 de dezembro de 2006 dos contratos cedidos é de R\$4.685.855 para as cessões de crédito com coobrigação e R\$1.031.734 para as cessões de crédito sem coobrigação (2005 – R\$4.039.029 e R\$1.384.879, respectivamente).

	<u>Valor da cessão</u>	<u>Valor presente</u>	<u>Resultado</u>
Crédito pessoal consignado:			
Com coobrigação	4.491.296	3.503.469	987.827
Sem coobrigação	1.091.959	910.718	181.241
Sub-total	5.583.255	4.414.187	1.169.068
Financiamento de veículos:			
Com coobrigação	147.950	126.741	21.209
Total - 2006.....	5.731.205	4.540.928	1.190.277
Total - 2005.....	6.159.896	5.207.061	952.835

Foram firmados acordos de cooperação com a Cetelem Brasil S.A. Crédito Financeiro e Investimento, em outubro de 2004, pelo prazo de 5 anos, com valor mensal de R\$100.000 ao longo do período; com o Banco Itaú Holding Financeira S.A., em dezembro de 2004, pelo prazo de 36 meses, que previa a cessão de créditos mensais até o volume em aberto de R\$1.500.000, podendo-se fazer cessões adicionais de até R\$1.000.000; e com a Caixa Econômica Federal, em abril de 2005, pelo prazo de 2 anos, com valor mensal de R\$100.000 ao longo do período.

Conforme o acordo operacional com a Caixa Econômica Federal, 5% do saldo de cessão de crédito ficará depositado na instituição, a título de cobertura das liquidações futuras. O valor depositado, no montante de R\$11.294, está classificado como (Outros créditos), conforme nota explicativa nº 7(d).

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

Em outubro de 2005, igual acordo foi firmado com o Banco Citibank S.A, pelo prazo de 5 meses, que previa a cessão de créditos mensais atingindo o volume de R\$225.000 ao longo do período. Após o término do prazo do acordo, o Banco BMG faz regularmente cessões de crédito, atingindo ao final do exercício o volume de R\$574,7 milhões. No geral parte dos recursos no montante de R\$26.557, ficam depositados na Instituição a título de cobertura de liquidações futuras, estando classificado como (Outros créditos), conforme nota explicativa nº 7(d).

Em abril de 2005, os contratos de cessão de créditos com o Banco Itaú Holding Financeira S.A. tiveram seu status alterado de “Sem coobrigação” para “Com coobrigação”, com efeito retroativo.

Essa alteração elevou o saldo a valor presente dos créditos cedidos com coobrigação em aproximadamente R\$848.000. Conforme o acordo operacional estabelecido com o Banco Itaú Holding Financeira S.A., a Instituição é obrigada a manter o equivalente a 10% dos saldos de cessões de créditos como garantia da liquidação dos contratos cedidos. Esses créditos estão registrados em sub-grupo de controle interno do saldo de “Operações de créditos”.

(ii) Empresa ligada

Em 26 de dezembro de 2006 foi realizada cessão de crédito sem coobrigação com empresa ligada não-financeira, que na data da cessão totalizava R\$69.952 (2005 – R\$47.997). Os contratos objeto dessa cessão referem-se a créditos classificados, conforme a Res. 2.682/99 do BACEN, no nível de risco H. Foi recebido pelos mesmos, o montante de R\$5.082 (2005 – R\$3.170) e apurado prejuízo de R\$64.870 (2005 – R\$44.827), contabilizado de acordo com a Circular 3.213/2003 do BACEN.

Ficou estabelecido, através de instrumento particular de cessão, que 20% do valor líquido recebido por esses créditos caberá ao Banco BMG S.A. a título de cobrança. Em virtude da referida cessão, foi revertida Provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$69.952 (2005 – R\$47.997).

As cessões acima referidas foram autorizadas pelo BACEN, em 20 de dezembro de 2006 e 15 de dezembro de 2005, conforme requerido pela Resolução nº 2.836 de 30 de maio de 2001.

Os dados relativos a Créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de provisão e Créditos recuperados, podem ser sumariados como segue:

	<u>Conglomerado financeiro</u>			<u>Banco</u>	
	<u>Exercícios</u>		<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Créditos de liquidação duvidosa baixados a débito da provisão	184.260	51.012	111.788	184.258	50.154
Créditos recuperados.....	29.202	13.028	19.069	28.320	11.604

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(b) Classificação por produto

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Crédito pessoal.....	7.502.894	6.593.998	7.502.894	6.593.998
CDC - Veículos.....	738.064	414.239	738.064	414.239
Carteira comercial	362.319	261.496	362.319	261.496
Arrendamento mercantil	25.695	14.939		
Sub-Total.....	8.628.972	7.284.672	8.603.277	7.269.733
Cessão de Crédito	(5.717.589)	(5.423.908)	(5.717.589)	(5.423.908)
Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	2.911.383	1.860.764	2.885.688	1.845.825
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(171.432)	(159.944)	(170.421)	(159.697)
Total.....	2.739.951	1.700.820	2.715.267	1.686.128
Circulante.....	1.404.620	906.313	1.391.623	896.739
Longo Prazo	1.335.331	794.507	1.323.644	789.389

(c) Classificação por indexador

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Prefixado.....	2.729.957	1.675.519	2.707.479	1.660.759
Pósfixado	126.921	119.549	123.883	119.549
TR / TBF	922	721	922	721
Outros indexadores	53.583	64.975	53.404	64.796
Total.....	2.911.383	1.860.764	2.885.688	1.845.825

(d) Classificação por setor de atividade

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Setor privado:				
Indústria.....	17.848	17.975	17.348	17.144
Comércio	26.233	10.652	23.062	9.161
Intermediários financeiros.....	134.540	59.294	134.540	59.294
Outros serviços	235.693	198.844	214.545	187.934
Pessoas físicas	3.937.836	2.563.193	3.936.960	2.561.486
(-) Rendas a apropriar	(1.440.767)	(989.194)	(1.440.767)	(989.194)
Total	2.911.383	1.860.764	2.885.688	1.845.825

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(e) Concentração

	Conglomerado financeiro					
	2006			2005		
	Valor	% da carteira	% sobre o Patrimônio Líquido	Valor	% da carteira	% sobre o Patrimônio Líquido
Dez maiores clientes	175.530	6,03%	17,49%	136.466	7,33%	16,98%
Cinquenta maiores clientes seguintes	115.183	3,96%	11,47%	89.247	4,80%	11,10%
Cem maiores clientes seguintes	55.525	1,91%	5,53%	29.748	1,60%	3,70%
Demais clientes	2.565.145	88,10%	255,53%	1.605.303	86,27%	199,74%
Total	2.911.383	100,00%	290,02%	1.860.764	100,00%	231,52%

	Banco					
	2006			2005		
	Valor	% da carteira	% sobre o Patrimônio Líquido	Valor	% da carteira	% sobre o Patrimônio Líquido
Dez maiores clientes	175.530	6,08%	17,49%	129.222	7,00%	16,08%
Cinquenta maiores clientes seguintes	109.442	3,79%	10,90%	81.960	4,44%	10,20%
Cem maiores clientes seguintes	47.714	1,65%	4,75%	29.340	1,59%	3,65%
Demais clientes	2.553.002	88,48%	254,32%	1.605.303	86,97%	199,74%
Total	2.885.688	100,00%	287,46%	1.845.825	100,00%	229,67%

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(f) Composição da carteira de crédito por produto e seus respectivos vencimentos (Conglomerado financeiro):

<u>Vencimento / Produto</u>	<u>Crédito Pessoal</u>	<u>CDC Veículos</u>	<u>Carteira Comercial</u>	<u>Leasing</u>	<u>Total</u>
A vencer até 30 dias.....	115.088	21.755	84.316	1.156	222.315
A vencer de 31 a 60 dias.....	94.215	21.784	31.242	2.233	149.474
A vencer de 61 a 90 dias.....	89.509	19.716	44.242	724	154.191
A vencer de 91 a 180 dias.....	253.290	56.380	53.763	3.414	366.847
A vencer de 181 a 360 dias.....	426.674	97.643	63.060	5.898	593.275
A vencer após 360 dias.....	1.015.689	228.523	79.432	11.687	1.335.331
Total de parcelas a vencer.....	1.994.465	445.801	356.055	25.112	2.821.433
Vencidas até 14 dias.....	2.475	7.962	657	217	11.311
Vencidas de 15 a 30 dias.....	12.210	4.632	596	87	17.525
Vencidas de 31 a 60 dias.....	8.914	5.274	394	178	14.760
Vencidas de 61 a 90 dias.....	6.879	2.887	290	2	10.058
Vencidas de 91 a 180 dias.....	5.797	2.269	97	21	8.184
Vencidas de 181 a 360 dias.....	16.942	6.862	4.230	78	28.112
Total de parcelas vencidas.....	53.217	29.886	6.264	583	89.950
Total da carteira – 2006.....	2.047.682	475.687	362.319	25.695	2.911.383
Total da carteira – 2005.....	1.444.020	140.309	261.496	14.939	1.860.764

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(g) Composição da carteira de crédito por produto e por nível de risco (Conglomerado financeiro):

(i) Parcelas vincendas:

Níveis / Produto	Crédito Pessoal	CDC Veículos	Carteira Comercial	Leasing	Total
Nível A	1.856.409	354.744	168.859	20.160	2.400.172
Nível B	36.570	27.075	90.080	3.206	156.931
Nível C	24.570	33.457	82.131	798	140.956
Nível D	20.470	10.203	4.187	161	35.021
Nível E.....	15.603	5.699	3.925	105	25.332
Nível F.....	12.408	3.785	301		16.494
Nível G.....	11.048	3.158	981		15.187
Nível H.....	17.387	7.680	5.591	682	31.340
Sub-total	1.994.465	445.801	356.055	25.112	2.821.433
Provisão	80.350	32.060	12.233	887	125.530

(ii) Parcelas vencidas:

Níveis / Produto	Crédito Pessoal	CDC Veículos	Carteira Comercial	Leasing	Total
Nível A	2.896	5.110	44	36	8.086
Nível B	4.226	2.550	613	51	7.440
Nível C	4.852	4.748	497	342	10.439
Nível D	5.089	2.387	116	17	7.609
Nível E.....	5.507	2.131	8	37	7.683
Nível F.....	5.421	1.806	102		7.329
Nível G.....	6.065	1.571	1.096		8.732
Nível H.....	19.161	9.583	3.788	100	32.632
Sub-total	53.217	29.886	6.264	583	89.950
Provisão	28.480	12.657	4.641	124	45.902
Total da carteira – 2006	2.047.682	475.687	362.319	25.695	2.911.383
Total da provisão - 2006	108.830	44.717	16.874	1.011	171.432
Total da provisão – 2005	83.559	22.751	53.387	247	159.944

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(h) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Apresentamos abaixo a composição da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil nos correspondentes níveis de risco, conforme Resolução 2.682/99 do BACEN:

(i) Conglomerado financeiro

		2006			2005	
		Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais			Provisão para créditos de liquidação	Provisão para créditos
Nível	%	Carteira	mínimos exigidos	duvidosa	Carteira	de liquidação duvidosa
A	0,50	2.408.258	12.041	35.027	1.458.044	26.873
B	1,00	164.371	1.644	2.041	117.622	1.703
C	3,00	151.395	4.542	5.065	95.385	3.704
D	10,00	42.630	4.263	4.832	45.446	5.682
E	30,00	33.015	9.905	10.936	29.947	11.221
F	50,00	23.823	11.912	12.986	37.187	20.790
G	70,00	23.919	16.743	17.860	15.654	13.131
H	100,00	63.972	63.972	82.685	61.479	76.840
Total		2.911.383	125.022	171.432	1.860.764	159.944

Os excessos de provisão em 31 de dezembro de 2006 no montante de R\$46.410 referem-se, basicamente, a parcelas referentes a contratos cedidos com coobrigação.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(ii) Banco

		2006			2005	
		Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos		Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
Nível	%	Carteira			Carteira	
A	0,50	2.388.062	11.940	34.926	1.446.767	26.817
B	1,00	161.114	1.611	2.009	115.164	1.679
C	3,00	150.255	4.508	5.031	94.909	3.689
D	10,00	42.452	4.245	4.814	45.092	5.646
E	30,00	32.873	9.862	10.893	29.584	11.113
F	50,00	23.823	11.912	12.986	37.187	20.790
G	70,00	23.919	16.743	17.860	15.643	13.123
H	100,00	63.190	63.190	81.902	61.479	76.840
Total		2.885.688	124.011	170.421	1.845.825	159.697

Os excessos de provisão em 31 de dezembro de 2006 no montante de R\$46.410 referem-se, basicamente, a parcelas referentes a contratos cedidos com coobrigação.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

7 Outros créditos

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2006	2005	2006	2005
Créditos tributários.....	86.992	66.233	81.924	61.041
Devedores por depósitos em garantia	57.112	54.431	44.115	42.302
Impostos a compensar	65.414	75.123	55.706	65.039
Valores a receber de sociedades ligadas	197	92	197	108
Devedores diversos – País	138.366	94.913	138.040	93.461
Opções por incentivos fiscais	189	227	127	127
Rendas a receber			1.404	2.136
Outros.....	5.680	4.348	5.533	4.273
Total.....	353.950	295.367	327.046	268.487
Circulante.....	201.965	167.304	200.812	165.463
Longo Prazo	151.985	128.063	126.234	103.024

- (a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos e registrados com base nos aspectos demonstrados na Nota explicativa nº21(a).
- (b) Os saldos de Devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza fiscal e tributária (vide Nota explicativa nº14).
- (c) O saldo de Impostos a compensar compreende os montantes desembolsados a título de antecipações de imposto de renda e contribuição social, efetuadas de acordo com a legislação fiscal vigente, cuja expectativa de realização é estimada em até 5 anos.
- (d) O saldo de Devedores diversos – País refere-se principalmente a saldos de “Baixas sem financeiro”, valores baixados da carteira de créditos e pendentes de repasses pelos órgãos conveniados, no montante de R\$53.851 (2005 – R\$40.154), “Cessão de crédito para a Caixa Econômica Federal” no montante de R\$11.294 (2005 – R\$37.771), e “Cessão de crédito para o Citibank” na data base no montante de R\$26.557 (2005 – R\$1.868).

8 Outros valores e bens – Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro de 2006, o saldo de Despesas antecipadas refere-se principalmente a despesa com Comissão sobre captação de Títulos e valores mobiliários no exterior no valor de R\$29.628 (2005 – R\$31.331), com Comissão sobre operações de crédito e correspondentes no valor de R\$103.596 (2005 – R\$74.492) e com Prêmio de seguros antecipados no valor de R\$14.210 (2005 – R\$7.502).

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

9 Investimentos

Participações em coligada e controladas

(i) Diretas (Ramo financeiro):

			Banco	
			2006	2005
	BMG Bank (Cayman) Ltd.	BMG Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Total	Total
Quantidade de ações ou quotas possuídas .	2.417	52.851.928		
% de participação.....	100,00%	99,94%		
Data-base da informação	31.12.2006	31.12.2006		
Patrimônio líquido	10.854	88.643		
Lucro líquido:				
Exercício.....	35	5.916		
Semestre	38	1.694		
Valor do investimento	10.854	88.590	99.444	100.593
Resultado da equivalência patrimonial e variação cambial:				
Exercício.....	(992)	5.914	4.922	7.706
Semestre	(95)	1.694	1.599	5.155

Em julho de 1995, iniciaram-se as operações da filial do Banco BMG S.A. localizada em Grand Cayman, que foi transformada em subsidiária em 2001, com a denominação de BMG Bank (Cayman) Ltd.. A referida subsidiária adota o regime de competência para registro de suas receitas e despesas. As demonstrações financeiras do BMG Bank (Cayman) Ltd. são originalmente preparadas em moeda local, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. De acordo com as normas do BACEN, está registrada no grupo de investimentos e avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2006, foi aprovada a alteração da denominação social da BMG Asset Management DTVM S.A., para MVR Participações S.A. Tendo em vista que a sociedade deixou de praticar os atos de competência de instituição financeira, foi aprovada também a mudança do objeto social, o qual passou a ser a participação em outras sociedades, através da aquisição de cotas ou ações. O referido processo foi encaminhado ao Banco Central do Brasil – BACEN, e aprovado em 1 de junho de 2006.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(ii) Diretas (Ramo não financeiro):

		Conglomerado Financeiro e Banco	
		2006	2005
	BMG Factoring Fomento Comercial Ltda.	MVR Participações S.A.	
		Total	Total
Quantidade de ações ou quotas possuídas.	547.965	1.020.000	
% de participação.....	99,00%	51,00%	
Data-base da informação	31.12.2006	31.12.2006	
Patrimônio líquido	13.142	13.757	
Lucro líquido:			
Exercício.....	1.225	343	
Semestre	592	393	
Valor do investimento	13.011	7.016	20.027
Resultado da equivalência patrimonial:			11.798
Exercício.....	1.212	175	1.387
Semestre	586	200	786
			700

(iii) Indiretas (Ramo não financeiro):

		Conglomerado financeiro	
		2006	2005
	Cinpar Holdings S.A.	Total	Total
Quantidade de ações ou quotas possuídas..	3.238.638		
% de participação.....	47,07%		
Data-base da informação	31.12.2006		
Patrimônio líquido	15.194		
Valor do investimento	7.152	7.152	13.132
Resultado da equivalência patrimonial e variação cambial:			
Exercício.....	(678)	(678)	(352)
Semestre	(88)	(88)	(351)

Em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, as sociedades investidas (banco e conglomerado financeiro) não apresentavam operações em aberto com coobrigações bem como não mantinham em aberto operações relacionadas a avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor de qualquer entidade. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 as empresas não contrataram instrumentos financeiros derivativos ou qualquer outro ativo de risco.

As demonstrações financeiras das controladas (ramo não financeiro diretas e indiretas) foram revisadas por nossos auditores independentes em 31 de dezembro de 2006, na extensão julgada necessária, em conjunto com o exame das demonstrações financeiras da Instituição.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

10 Imobilizado de uso

	Conglomerado financeiro				Taxas depreciação % ao ano
	2006		2005		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Terrenos.....	3.193		3.193	3.193	
Edificações.....	12.976	(8.021)	4.955	5.494	4
Instalações	1.676	(785)	891	1.034	10
Móveis e equipamentos	6.287	(2.261)	4.026	2.716	10
Sistema de comunicação.....	2.979	(912)	2.067	2.149	20
Sistema de processamento de dados.....	10.676	(5.602)	5.074	3.103	20
Sistema de transporte	4.660	(1.626)	3.034	3.004	20
Total.....	42.447	(19.207)	23.240	20.693	

	Banco				
			2006	2005	Taxas
	Depreciação		Valor	Valor	depreciação
	Custo	acumulada	líquido	líquido	% ao ano
Terrenos.....	3.193		3.193	3.193	
Edificações.....	12.976	(8.021)	4.955	5.494	4
Instalações	1.676	(785)	891	1.034	10
Móveis e equipamentos	6.287	(2.261)	4.026	2.698	10
Sistema de comunicação.....	2.979	(912)	2.067	2.149	20
Sistema de processamento de dados.....	10.676	(5.602)	5.074	3.095	20
Sistema de transporte	4.660	(1.626)	3.034	3.004	20
Total.....	42.447	(19.207)	23.240	20.667	

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

11 Depósitos

(a) Depósitos interfinanceiros

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Préfixados	68.567	22.976	68.567	22.976
Pósfixados.....	53.776	2.041	109.257	56.143
Total.....	122.343	25.017	177.824	79.119
Circulante.....	107.133	17.936	107.133	24.408
Longo prazo.....	15.210	7.081	70.691	54.711

(b) Depósitos a prazo

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Préfixados	43.518	22.572	43.518	22.572
Pósfixados.....	708.212	626.784	708.212	632.668
Total.....	751.730	649.356	751.730	655.240
Circulante.....	372.840	401.557	372.840	407.441
Longo prazo.....	378.890	247.799	378.890	247.799

(c) Concentração de depósitos interfinanceiros e a prazo

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Dez maiores	354.958	341.776	391.661	383.847
Cinquenta maiores seguintes	361.018	232.462	377.200	247.104
Cem maiores seguintes.....	121.055	74.436	123.147	77.071
Demais clientes	37.042	25.699	37.546	26.337
Total	874.073	674.373	929.554	734.359

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(d) Vencimento

Seguem informações sobre os prazos relativos ao vencimento das operações de depósitos a prazo e interfinanceiros:

Conglomerado financeiro							
	2006						2005
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Depósitos interfinanceiros	47.191	611	1.717	52.369	5.245	15.210	122.343
Depósitos a prazo	67.037	89.074	104.813	35.523	76.393	378.890	751.730
Total	114.228	89.685	106.530	87.892	81.638	394.100	874.073

Banco							
	2006						2005
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Depósitos interfinanceiros	47.191	611	1.717	52.369	5.245	70.691	177.824
Depósitos a prazo	67.037	89.074	104.813	35.523	76.393	378.890	751.730
Total	114.228	89.685	106.530	87.892	81.638	449.581	929.554

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

12 Obrigações por títulos e valores mobiliários - No exterior

(a) Eurobônus:

	<u>Conglomerado financeiro e Banco</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Em julho de 2005, extensão dos valores repactuados em julho de 2002, por 5 anos, de US\$10.190 mil, a 6,75% ao ano, com vencimento em julho de 2010 e juros semestrais	22.539	24.672
Em junho de 2005, de US\$200.000 mil, a 8,75% ao ano, com vencimentos em julho de 2008, julho de 2009 e julho de 2010, e juros semestrais – principal e juros swapados.....	427.440	467.980
Em dezembro de 2005, de US\$300.000 mil, a 9,15% ao ano, com vencimentos em janeiro de 2012, janeiro de 2013, janeiro de 2014, janeiro de 2015 e janeiro de 2016, e juros semestrais – principal e juros swapados.....	672.076	703.601
Em julho de 2006, de US\$150.000 mil, com vencimento até julho de 2010, a 8,75% ao ano, e juros semestrais – principal swapado.....	320.580	
Total.....	1.442.635	1.196.253
Circulante	31.677	2.459
Longo Prazo.....	1.410.958	1.193.794

Para as emissões realizadas em junho de 2005, dezembro de 2005 e em julho de 2006, nos valores de US\$200.000 mil, US\$300.000 mil e US\$150.000 mil, respectivamente, foram realizadas operações de swap, com o objetivo de eliminar a exposição ao risco cambial. Os valores swapados correspondem a R\$476.260 mil, R\$704.910 mil e R\$320.475 mil, respectivamente.

As operações de swap foram realizadas em negociação associada, pelos mesmos prazos e com a mesma contraparte da operação de captação (instituição líder da operação de captação). O registro contábil das operações de swap foi realizado de acordo com a Circular 3.082 de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Circular 3.150 de 11 de setembro de 2002.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(b) Programa de Global Bearer Notes / Short Term Notes:

	Conglomerado financeiro e Banco	
	2006	2005
Em julho de 2004, de US\$14.000 mil, a 5,25% ao ano, com vencimento em janeiro de 2006 e juros semestrais		33.589
Em setembro de 2004, de €16.000 mil, a 6,0% ao ano, com vencimento em março de 2006 e juros semestrais		45.097
Em outubro de 2004, de US\$21.000 mil, a 6,0% ao ano, com vencimento em outubro de 2006 e juros semestrais		49.784
Em outubro de 2004, de US\$3.500 mil, a 6,0% ao ano, com vencimento em outubro de 2006 e juros semestrais		8.297
Em março de 2005, de US\$25.000 mil, a 6,0% ao ano, com vencimento em março de 2007 e juros semestrais	54.631	59.812
Em outubro de 2005, de US\$28.000 mil, a 7,5% ao ano, com vencimento em outubro de 2007 e juros semestrais	60.719	66.478
Total	115.350	263.057
Circulante	115.350	139.042
Longo prazo		124.015

Os saldos incluem a provisão para imposto de renda, calculado a alíquota de 12,5% sobre os rendimentos em moeda estrangeira.

13 Obrigações por empréstimos e repasses

(a) Empréstimos no exterior

Em 31 de dezembro de 2005 os empréstimos no exterior referiam-se a captação de recursos no mercado externo pela subsidiária BMG Bank (Cayman) Ltd., com taxa de juros de 3,25% ao ano, com vencimento final em janeiro de 2006. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 as referidas operações foram liquidadas.

(b) Empréstimos no país – outras instituições

Em 31 de dezembro de 2006, refere-se à captação de recursos no mercado no montante de US\$24 milhões, com taxa de juros de 7,25% ao ano e comissão de 0,25% e com vencimento em abril de 2008, nos termos da Resolução 2.770/00 do BACEN. Em 31 de dezembro de 2006 os saldos em aberto totalizam R\$24.371 (2005 – R\$45.078).

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(c) Obrigações por repasses - Finame

Refere-se às obrigações por recursos obtidos para repasse junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame. Esses repasses apresentam os seguintes vencimentos:

	Conglomerado financeiro							
							2006	2005
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total	Total
Operações efetuadas pelo Banco	2.634	2.482	2.484	7.472	12.228	24.584	51.884	58.098
Operações efetuadas pela Leasing...	550	547	554	1.713	3.463	9.221	16.048	8.300
Total	3.184	3.029	3.038	9.185	15.691	33.805	67.932	66.398

							Banco	
							2006	2005
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total	Total
Total	2.634	2.482	2.484	7.472	12.228	24.584	51.884	58.098

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

14 Outras obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2006	2005	2006	2005
Provisão para imposto de renda e contribuição social a recolher	125.089	202.855	123.576	197.306
Outros impostos e contribuições a recolher..	14.674	9.096	14.379	8.686
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (i).....	2.205	2.585	1.694	2.212
Provisões para passivos contingentes (ii)	69.338	36.722	58.084	26.740
Total.....	211.306	251.258	197.733	234.944
Circulante.....	140.302	211.589	138.493	205.629
Longo Prazo	71.004	39.669	59.240	29.315

- (i) A provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se a ajustes temporários contemplados no cálculo do lucro tributável, conforme demonstrado na Nota explicativa nº 21.
- (ii) A administração da Instituição revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão para contingências, conforme requerido. Em 31 de dezembro de 2006, as principais contingências provisionadas estão relacionadas com: (a) questionamento da exigibilidade da cobrança do INSS sobre honorários de administradores, gratificações e planos de previdência e remuneração de autônomos; (b) Recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica com base nos critérios definidos pela Lei 9.430/96 (dedutibilidade da PCLD) depositado judicialmente; (c) Questionamento do alargamento da base de cálculo do Cofins consoante com a Lei 9.718/98. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões para esses passivos contingentes em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes do desfecho desses processos.

(b) Diversas

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2006	2005	2006	2005
Provisões para pagamentos a pessoal.....	2.448	1.668	2.128	1.356
Provisão para pagamentos a efetuar.....	8.126	1.757	8.096	1.736
Credores diversos (i)	478.834	305.167	478.695	304.898
Valores a pagar sociedades ligadas	993	472	1.396	767
Provisão para passivos contingentes (ii).....	6.440	6.103	5.895	5.620
Contrato de assunção de obrigações	2.241	4.957	2.241	4.957
Outras	289	2.193	289	2.193
Total....	499.371	322.317	498.740	321.527
Circulante.....	492.931	316.214	492.845	315.907
Longo prazo.....	6.440	6.103	5.895	5.620

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

- (i) O saldo de Credores diversos refere-se, substancialmente, a liquidação antecipada de contratos cedidos, registrados pelo valor presente da obrigação na data base.
- (ii) O saldo de Provisão para passivos contingentes refere-se a contingências relacionadas a causas de natureza cível e trabalhista.

15 Patrimônio líquido (Banco)

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2006, o capital social subscrito e integralizado está representado por 623.709.013 (2005 – 617.459.013) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Foi deliberado em 30 de dezembro de 2006, em Assembléia Geral Extraordinária aumento de capital com a emissão de novas ações, mediante créditos oriundos do pagamento de Juros sobre o capital próprio de R\$10.000, representativos em 6.250.000 ações, com subscrição em dinheiro de R\$9.754. O referido aumento de capital foi encaminhado ao Banco Central do Brasil (BACEN), para a homologação.

Foi aprovado em 28 de abril de 2006, em Assembléia Geral Ordinária aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante incorporação de R\$120.000 da Reserva de Lucros – Estatutária. O referido aumento de capital foi encaminhado ao Banco Central do Brasil (BACEN), sendo homologado em 1º de junho de 2006.

Em 29 de abril de 2005, foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante incorporação de R\$178.150 da Reserva de Lucros – Estatutária. O referido aumento de capital foi encaminhado ao Banco Central do Brasil (BACEN), sendo homologado em 8 de fevereiro de 2006.

(b) Reservas

Reservas de capital:

- **Incentivos fiscais:** Oriundas dos valores das opções por incentivos fiscais de imposto de renda.
- **Atualização de títulos patrimoniais:** Constituída pelos valores das atualizações dos títulos patrimoniais de bolsas e câmaras, “BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros”, “CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação” e “CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos”.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

Reservas de lucros:

- **Legal:** É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.
- **Estatutária:** É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembléia Geral, inclusive com relação ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

(c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram pagos R\$63.300 de juros sobre o capital próprio (R\$53.805, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF). O cálculo teve como limite a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre o Patrimônio Líquido, conforme facultado pela Lei nº9.249.

Em 31 de dezembro de 2006, foi deliberado pagamento de dividendos no montante de R\$10.000 (2005 – R\$64.637).

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Lucro líquido do exercício	263.236	382.839
(-) Reserva legal	(13.162)	(19.142)
Base de cálculo	250.074	363.697
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	62.519	90.924
Dividendos propostos	63.805	109.109
Juros sobre capital próprio, líquidos	53.805	44.472
Dividendos	10.000	64.637
Percentual sobre a base de cálculo	25,51%	30,00%

Para atendimento à legislação de Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado em contrapartida da conta “Despesas financeiras” e, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificadas para a conta de “Lucros acumulados”.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

16 Receitas e despesas da intermediação financeira

Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira:

(a) Operações de crédito e arrendamento mercantil (líquida)

	Conglomerado financeiro		Banco		
	Exercícios		Segundo semestre	Exercícios	
	2006	2005	2006	2006	2005
Crédito pessoal.....	581.738	423.543	311.246	581.738	423.544
CDC Veículos	95.646	38.308	61.401	95.646	38.308
Carteira comercial	49.791	71.251	29.057	49.791	71.251
Arrendamento mercantil	4.453	3.309			
Recuperação de créditos.....	29.202	13.028	19.069	28.320	11.604
Lucro na cessão de crédito ...	682.100	840.557	285.704	682.100	840.557
Total.....	1.442.930	1.389.996	706.477	1.437.595	1.385.264

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Conglomerado financeiro		Banco		
	Exercícios		Segundo semestre	Exercícios	
	2006	2005	2006	2006	2005
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	141.104	91.476	65.270	141.104	91.476
Títulos e valores mobiliários .	87.092	28.614	39.365	86.146	27.800
Aplicações no exterior.....	307	64	278	307	64
Total.....	228.503	120.154	104.913	227.557	119.340

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Conglomerado financeiro		Banco		
	Exercícios		Segundo semestre	Exercícios	
	2006	2005	2006	2006	2005
Resultado de ajuste de swap .	(298.270)	(99.507)	(116.008)	(298.270)	(99.507)
Resultado de marcação a mercado de swap.....	(3.622)	5.262	(532)	(3.622)	5.262
Resultado de operações com futuro	(38.823)	(40.330)	(3.458)	(38.823)	(40.330)
Outros.....	510	125	140	510	125
Total.....	(340.205)	(134.450)	(119.858)	(340.205)	(134.450)

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(d) Operações de captação no mercado

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>		
	<u>Exercícios</u>		<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Despesas (receitas) com títulos e valores mobiliários no exterior	23.408	(12.990)	63.675	22.382	(14.542)
Despesa de depósitos interfinanceiros	10.248	17.975	10.528	17.682	26.439
Despesas de depósito a prazo	114.641	172.713	55.655	114.641	173.143
Outras despesas de captação.	36.731	25.170	17.461	36.731	25.696
Total.....	185.028	202.868	147.319	191.436	210.736

17 Receita de prestação de serviços

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006 o saldo refere-se basicamente a receitas de TAC - Taxa de Abertura de Crédito no montante de R\$23.740 (2005 – R\$132.118), que é integralmente apropriada ao resultado do exercício quando da liberação dos empréstimos.

18 Despesas de pessoal e outras despesas administrativas

(a) Despesas de pessoal

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>		
	<u>Exercícios</u>		<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Proventos	28.283	26.341	12.876	26.964	24.669
Encargos sociais	12.339	12.969	7.023	12.003	12.409
Treinamento	262	462	144	260	453
Benefícios	5.604	4.867	2.817	5.096	4.397
Honorários	2.248	2.508	1.221	2.246	2.197
Total.....	48.736	47.147	24.081	46.569	44.125

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

Apresentamos a distribuição dos empregados na estrutura do Conglomerado financeiro:

	Banco BMG S.A.	BMG Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil	Total
Operacional:			
Comercial	186	95	281
Captação.....	16	2	18
Suporte e controle:			
Administrativo.....	65	50	115
Jurídico / Auditoria interna	20	15	35
Controladoria.....	34	9	43
Informática	43	23	66
Outros.....	16	12	28
Total de funcionários:			
2006	380	206	586
2005	267	170	437
Nº de agências do Banco.....	12		

(b) Outras despesas administrativas

Referem-se principalmente a despesas de comissões de agentes, no montante de R\$268.824 (2005 – R\$288.593); despesas de marketing, no montante de R\$26.248 (2005 – R\$24.443) e despesas de promoções e relações públicas, no montante de R\$13.639 (2005 – R\$9.914).

19 Despesas tributárias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006 o saldo refere-se basicamente as despesas de PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) no montante de R\$58.235 (2005 – R\$61.911).

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

20 Outras receitas e despesas operacionais

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>Exercícios</u>		<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios</u>
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Outras receitas operacionais				
Recuperação de encargos e despesas	227	570	80	371
Variação monetária e cambial ativa.....	10.783	17.357	2.162	16.912
Reversão de provisões operacionais.....	20.659	656	18.883	502
Outras.....	4.939	10.650	3.216	10.626
Total.....	36.608	29.233	24.341	28.411
Outras despesas operacionais				
Variação monetária e cambial passiva	153	338	67	234
Despesas de cobrança.....	12.797	11.717	6.799	11.403
Despesa de interveniência de repasses de recursos.....	25.104	8.885	9.496	8.885
Despesa de provisões operacionais	16.593	2.131	10.186	2.013
Outras	7.432	5.004	4.272	4.491
Total.....	62.079	28.075	30.753	27.026

Na rubrica “Variação monetária e cambial ativa” está registrada, basicamente, a variação cambial de empréstimos e repasses indexados ao US\$.

21 Imposto de renda e contribuição social

(a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
No realizável a longo prazo (Vide Nota explicativa nº 7)				
Créditos Tributários:				
Sobre adições temporárias	83.171	61.635	81.377	60.494
Sobre prejuízos fiscais	1.145	2.338		
Contribuição social – MP 2158-35.....	2.676	2.260	547	547
Total.....	86.992	66.233	81.924	61.041

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

O Conglomerado financeiro adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas. Em 31 de dezembro de 2006 esses saldos possuem as seguintes características:

- O Conglomerado financeiro possui prejuízo fiscal no montante de R\$842 (2005 – R\$9.421) que será recuperado com lucros tributários futuros.
- O Conglomerado financeiro possui base negativa de contribuição social de R\$25.276 (2005 – R\$14.867), sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2006 o montante refere-se inteiramente à MP 2158-35, que também será recuperado com lucros tributários futuros.
- Os créditos tributários relacionados a adições temporárias referem-se principalmente a contingenciamentos discutidos judicialmente e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais.

- (b) A movimentação dos créditos tributários no exercício findo em 31 de dezembro de 2006 pode ser demonstrada como segue:

Conglomerado financeiro				
	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/ Base negativa	Total
Saldo inicial em 01/01/2006	2.260	61.635	2.338	66.233
Constituição	551	23.087	937	24.575
Reversão	(135)	(1.551)	(2.130)	(3.816)
Saldo final	2.676	83.171	1.145	86.992
Banco				
	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Total	
Saldo inicial em 01/01/2006		547	60.494	61.041
Constituição			21.806	21.806
Reversão			(923)	(923)
Saldo final		547	81.377	81.924

- (c) O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre exclusões temporárias registrado no exigível a longo prazo no valor de R\$2.205, referem-se, principalmente, a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

(d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social no resultado

	2006		Conglomerado financeiro 2005	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes da tributação sobre o lucro e das participações societárias	377.894	377.894	573.489	573.489
Juros sobre capital próprio.....	(63.300)	(63.300)	(52.320)	(52.320)
Participação minoritária no resultado	(4)	(4)	(3.435)	(3.435)
Participações societárias	(9.959)	(9.959)	(18.000)	(18.000)
Adições (exclusões) permanentes:				
.Equivalência patrimonial	(709)	(709)	(967)	(967)
. MP 2.158-35				(6.077)
.Outros	15.370	1.856	19.721	(1.923)
Base de cálculo	319.292	305.778	518.488	490.767
Alíquota base	47.894	27.520	77.773	44.169
Alíquota adicional	31.905		51.824	
Incentivos fiscais	(2.624)		(4.551)	
Despesa com imposto de renda e contribuição social	77.175	27.520	125.046	44.169

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

	2006				Banco 2005	
	Segundo semestre		Exercício		Exercício	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações estatutárias	195.687	195.687	375.371	375.371	563.927	563.927
Juros sobre capital próprio	(28.900)	(28.900)	(63.300)	(63.300)	(52.320)	(52.320)
Participações estatutárias			(9.959)	(9.959)	(18.000)	(18.000)
Adições (exclusões) permanentes:						
.Equivalência patrimonial	(2.385)	(2.385)	(6.309)	(6.309)	(9.025)	(9.025)
.Outros	10.518	4.920	15.325	4.497	14.842	(9.939)
Base de cálculo.....	174.920	169.322	311.128	300.300	499.424	474.643
Alíquota base.....	26.249	15.239	46.669	27.027	74.914	42.718
Alíquota adicional	17.481		31.089		49.918	
Incentivos fiscais	(2.050)		(2.609)		(4.462)	
Despesa com imposto de renda e contribuição social	41.680	15.239	75.149	27.027	120.370	42.718

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

22 Transações com partes relacionadas (Banco)

Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

			<u>2006</u>	<u>2005</u>
	BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	BMG Bank (Cayman) Ltd.	Total	Total
Ativos (passivos)				
Outros créditos	1.807		1.807	2.136
Depósitos à vista.....	(131)		(131)	(288)
Depósitos interfinanceiros	(55.481)		(55.481)	(54.102)
Depósitos a prazo				(5.884)
Captações no mercado aberto – Carteira de terceiros				(3.563)
Outras obrigações	(403)		(403)	(324)
Resultado – receitas (despesas)				
Despesas de captação:				
Exercício	(7.432)		(7.432)	(9.420)
Segundo semestre	(3.916)		(3.916)	(5.200)
Variação cambial de investimentos no exterior:				
Exercício		(1.026)	(1.026)	(1.553)
Segundo semestre		(893)	(893)	(48)

As aplicações e captações de recursos, com partes relacionadas, foram contratadas a taxas consideradas pela administração como compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes na data das operações e considerando os riscos envolvidos.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

23 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros da Instituição (diferenciais) encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas comparadas com as vigentes no mercado.

A Instituição possui operações envolvendo instrumentos financeiros exclusivamente em conexão com suas atividades e com o objetivo de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moeda e taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

O Banco e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (swap) e contratos de futuro com o propósito de proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes. Os instrumentos financeiros, de acordo com sua natureza e legislação específica, são ou não contabilizados em contas patrimoniais. A posição de derivativos pode ser demonstrada como segue:

	Conglomerado financeiro e Banco	
	2006	2005
Contas de compensação (valor referencial)		
– Swap.....	3.299.028	2.443.004
– Futuros.....	1.521.760	126.108
Diferencial a receber:		
Circulante.	21.506	5.264
Longo prazo.		1.721
Diferencial a pagar:		
Circulante.	204.391	86.026
Longo prazo.	2.757	5.540
Resultado de operações com swap:		
Exercício.....	(301.892)	(94.245)
Segundo semestre.....	(116.539)	(55.893)
Resultado de operações com futuros:		
Exercício.....	(38.823)	(40.330)
Segundo semestre.....	(3.458)	(17.527)
Resultado de operações com outros:		
Exercício.....	510	125
Segundo semestre.....	139	125

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F.

O risco de mercado e de crédito associado a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

Os “swaps” registrados na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F (R\$89.120 de valor referencial) têm garantias de títulos públicos federais (LFT’s) e ativo financeiro (Ouro), no valor de R\$25.395 e R\$43.640, respectivamente, reduzindo o risco de crédito.

(a) Operações de swap que não atendem aos critérios de Hedge

O quadro a seguir resume o valor referencial, atualizado ao preço de mercado, e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial, para os instrumentos financeiros derivativos que não atendem aos critérios de “hedge” estabelecidos na Circular 3.082/02 do BACEN, em 31 de dezembro de 2006 (Banco e Conglomerado financeiro):

	Valores referenciais		Exposição líquida no	
	Atualizados ao preço de			
	Mercado		balanço patrimonial	
	Ativo	Passivo	Ativa	Passiva
Derivativos de taxa de juros				
“Contratos de swaps”	130.888	127.639	18.226	207.117
Derivativos cambiais				
“Contratos de swaps”	3.172.713	3.274.891	3.280	31

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

O quadro a seguir resume a classificação, por prazo, das exposições líquidas de balanço atualizadas a preço de mercado, para os instrumentos financeiros derivativos que não atendem aos critérios de “hedge” estabelecidos na Circular 3.082/02 do BACEN, em 31 de dezembro de 2006 (Banco e Conglomerado financeiro):

	<u>Até 30 dias</u>	<u>De 31 até 180 dias</u>	<u>De 181 até 360 dias</u>	<u>Acima de 360 dias</u>	<u>Total</u>
Derivativos de taxa de juros					
Contratos de “swaps”					
Ativo.....	294	2.860	126		3.280
Passivo.....		31			31
Derivativos cambiais					
Contratos de “swaps”					
Ativo.....	16.589	587	1.050		18.226
Passivo.....	107.159	92.023	5.178	2.757	207.117

As operações de “swap” cujo único objetivo é a de proteção contra riscos dos ativos financeiros têm como lastro as próprias operações ativas.

(b) Operações de futuros e outros

Os ganhos e perdas acumulados no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2006 com as operações de futuros podem ser assim sumariados:

	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Resultado líquido</u>
Exercício.....	14.144	(52.457)	(38.313)
Segundo semestre.....	8.554	(11.873)	(3.319)

24 Outras informações -Compromissos e garantias

Os avais e fianças prestadas pelo Banco a clientes montam a R\$18.172 (2005 – R\$26.971) e estão sujeitos a encargos financeiros e contra-garantias pelos beneficiários.

25 Seguros

A administração contratou cobertura de seguros no montante de R\$30.063 em 31 de dezembro de 2006, para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado. Adicionalmente, parte da carteira de créditos consignados está coberta por seguros.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

1 Demonstração do fluxo de caixa

Apresentamos abaixo a Demonstração do fluxo de caixa elaborada pelo Método Indireto.

	Conglomerado financeiro		Banco		
	Exercícios		Segundo semestre	Exercícios	
	2006	2005	2006	2006	2005
Atividades operacionais					
Lucro líquido.....	263.236	382.839	138.768	263.236	382.839
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e derivativos.....	(3.933)	(6.389)	(1.634)	(3.932)	(6.389)
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa.....	170.831	151.655	51.020	169.907	152.475
Resultado de participações em coligadas e controladas.....	(709)	(967)	(2.385)	(6.309)	(9.025)
Depreciações e amortizações.....	5.302	4.247	2.831	5.302	4.229
Aumento de capital.....	10.000		10.000	10.000	
Atualização de títulos patrimoniais.....	200			200	
Variação de Ativos e Obrigações					
Redução (Aumento) em Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	583.277	(890.013)	323.000	565.231	(887.813)
(Aumento) de Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	(49.523)	(130.689)	(19.955)	(46.914)	(133.951)
Redução (Aumento) de Relações interfinanceiras.....	(940)	8.878	(2.153)	(940)	8.878
Redução (Aumento) de Operações de crédito.....	(1.199.046)	40.386	(698.351)	(1.199.046)	39.566
(Aumento) de Operações de arrendamento mercantil.....	(10.916)	(884)			
(Aumento) de Outros créditos.....	(58.583)	(119.534)	(98.927)	(58.559)	(120.172)
(Aumento) de Outros valores e bens.....	(38.342)	(69.602)	(39.012)	(38.379)	(69.630)
Aumento de Outras obrigações.....	98.655	303.073	262.983	102.371	298.292
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais.....	(230.491)	(327.000)	(73.815)	(237.832)	(340.701)
Atividades de investimentos					
Juros sobre capital próprio/dividendos recebidos.....			403	1.405	2.136
Reversão de Dividendos propostos.....	(1.328)	1.179		(2.136)	(595)
Alienação de Bens não de uso próprio.....	4.203	2.583	2.405	3.423	2.492
Alienação de Imobilizado de uso.....	406	122	26	380	122
Redução de Diferido.....	43	83		13	83
Aquisição de Bens não de uso próprio.....	(9.254)	(5.132)	(5.305)	(8.752)	(4.875)
Aquisição de Investimentos.....	(600)	(5.932)	(400)	(600)	(1.382)
Aquisição de Imobilizado de uso.....	(6.288)	(5.593)	(4.992)	(6.288)	(5.593)
Aplicações no Diferido.....	(7.332)	(4.062)	(5.003)	(7.332)	(4.062)
Variação de Participação dos acionistas minoritários.....	(5.716)	2.768			
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades de investimentos.....	(25.866)	(13.984)	(12.866)	(19.887)	(11.674)

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

	Conglomerado financeiro		Banco		
	Exercícios		Segundo semestre	Exercícios	
	2006	2005	2006	2006	2005
Atividades de financiamentos					
Aumento (Redução) em Depósitos	211.378	(604.080)	(15.680)	206.716	(592.283)
(Redução) em Captações no mercado aberto.....	(15.957)	(28.353)	(106.756)	(19.520)	(25.660)
Aumento em Recursos de aceites e emissão de títulos.....	98.675	1.015.900	247.503	98.675	1.015.900
Aumento (Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	(36.267)	30.668	(5.228)	(26.921)	27.615
(Redução) em Relações interfinanceiras.....	(41)	(276)	(174)	(41)	(276)
Aumento em Instrumentos financeiros derivativos.....	115.583	53.437	22.636	115.583	53.437
Dividendos e juros sobre capital próprio	(73.300)	(116.957)	(38.900)	(73.300)	(116.957)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	300.071	350.339	103.401	301.192	361.776
Aumento (Redução) das Disponibilidades	43.714	9.355	16.720	43.473	9.401
Disponibilidades no início do período	12.556	3.201	38.807	12.054	2.653
Disponibilidades no final do período.....	56.270	12.556	55.527	55.527	12.054
Aumento (Redução) das Disponibilidades	43.714	9.355	16.720	43.473	9.401

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

2 Demonstração do valor adicionado

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>		
	<u>Exercícios</u>		<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
1 – Receitas	1.223.623	1.399.428	680.154	1.213.446	1.380.515
1.1 Intermediação financeira	1.331.228	1.375.700	691.532	1.324.947	1.370.154
1.2 Prestação de serviços	25.989	145.720	15.302	25.990	134.000
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(170.831)	(151.655)	(51.020)	(169.907)	(152.475)
1.4 Outras receitas operacionais	36.608	29.233	24.341	32.350	28.411
1.5 Não operacionais	629	430	(1)	66	425
2 – Despesas da intermediação financeira.....	199.218	219.770	151.646	204.011	226.172
3 – Materiais e serviços adquiridos de terceiros.....	514.836	474.174	273.536	522.664	476.937
3.1 Materiais, energia e outros	194.936	138.472	100.538	203.014	141.459
3.2 Serviços de terceiros	319.900	335.702	172.998	319.650	335.478
4 – Valor adicionado bruto (1 – 2 – 3).....	509.569	705.484	254.972	486.771	677.406
5 - Retenções	16.467	12.778	2.830	5.301	4.229
5.1 Depreciação e amortização.....	16.467	12.778	2.830	5.301	4.229
6 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4 – 5).....	493.102	692.706	252.142	481.470	673.177
7 – Valor adicionado recebido em transferência.....	709	967	2.385	6.309	9.025
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	709	967	2.385	6.309	9.025
8 – Valor adicionado a distribuir (6 +7)	493.811	693.673	254.527	487.779	682.202
9 – Distribuição do valor adicionado	493.811	693.673	254.527	487.779	682.202
9.1 Pessoal, encargos e participações	58.695	55.693	24.081	56.528	53.082
9.2 Impostos, contribuições e taxas	170.050	254.048	90.413	166.253	245.283
9.3 Aluguéis	1.830	1.093	1.265	1.762	998
9.4 Juros sobre capital próprio / dividendos.....	73.300	116.957	38.900	73.300	116.957
9.5 Lucros retidos nos exercícios / semestre	189.936	265.882	99.868	189.936	265.882

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES

Conselheiros

ANTÔNIO MOURÃO GUIMARÃES NETO

RICARDO ANNES GUIMARÃES

ÂNGELA ANNES GUIMARÃES

REGINA ANNES GUIMARÃES

JOÃO ANNES GUIMARÃES

DIRETORIA

Diretor Presidente

RICARDO ANNES GUIMARÃES

Diretores Vice-Presidentes

JOÃO BATISTA DE ABREU

MÁRCIO ALAÔR ARAÚJO

Diretor Comercial I

AFONSO OLIVEIRA GOMES

Diretor de Administração e Controle

ERNANI LEITE VITORELLO

Diretor Comercial II

NÉLIO BRANT MAGALHÃES

Diretor Financeiro

RICARDO GELBAUM

CONTADOR RESPONSÁVEL

RONALDO NUNES FARIA

CRC-MG 18.971/O-2

**Banco BMG S.A. (Banco) e
Banco BMG S.A. e suas
controladas (Conglomerado
Financeiro)**

**Relatório da administração,
Demonstrações financeiras e
Parecer dos auditores independentes
em 31 de dezembro de 2005 e de 2004**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2005

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Grupo BMG sempre foi reconhecido pela sua visão estratégica, atento às novas oportunidades de negócio, buscando adicionar valor aos seus acionistas, agindo, todavia, segundo princípios éticos e padrões de conduta elevados.

Para ilustrar esses aspectos vale ressaltar que, na sua história recente, estão registradas duas mudanças na sua estratégia, que resultaram em dois pontos de inflexão relevantes, sendo o primeiro, ao longo do ano de 1995, quando novos cenários de estabilidade de preços se consolidaram, o Banco BMG decidiu transformar-se em um banco de nicho, voltado ao financiamento de veículos leves e pesados; o segundo, ocorreu em 1998, pela decisão da instituição de especializar-se em operações de crédito consignados.

O êxito do governo na condução da política econômica vem estimulando a retomada dos investimentos privados, variável fundamental na geração de empregos e renda, e o crescimento do crédito, em especial o crédito às pessoas físicas. Nesse contexto, vale destacar o papel desempenhado pelo crédito consignado (desconto em folha), setor onde o banco tem posição de destaque. A expansão deste segmento foi inusitada, pois veio atender a uma demanda antiga das pessoas físicas, até então inteiramente alijadas do sistema de crédito, em razão dos elevados encargos e prazos inadequados aos seus orçamentos. Com o crescimento significativo das operações de crédito consignado em todo o país, o BMG consolidou sua liderança neste mercado.

DESTAQUES DO EXERCÍCIO DE 2005

- O Banco BMG mantém seu foco voltado basicamente para operações de crédito com consignação em folha de pagamento que, dos R\$4.684,5 milhões de créditos gerados em 2005, representaram 93% (56,5% para aposentados e pensionistas do INSS, 28,2% para servidores públicos e 8,3% para funcionários de empresas privadas). As demais operações com prestações mensais foram financiamento de veículos, repasses de recursos do BNDES e operações de arrendamento mercantil. Adicionalmente o Banco BMG continuou concedendo empréstimos a fornecedores de empresas públicas e de economia mista.
- Captação de US\$500 milhões em Senior Amortizing Notes, com amortizações em até 10 anos e forte demanda de investidores. Todo o volume foi “swapado” para reais, cancelando qualquer risco de exposição cambial.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 ESTRUTURA DE CAPTAÇÃO

A forte capacidade de originação de ativos, associada a prática de juros baixos, exigiu a identificação de novas modalidades de funding, pela própria exaustão das fontes convencionais.

A estrutura de captação predominante no Banco, desde 1989, consistia na emissão de Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, principalmente junto a investidores institucionais (Fundos de Pensão), e se mostrou insuficiente para amparar o rápido crescimento, observado desde 1999 nas operações com o crédito consignado. A partir desta nova realidade, o Banco BMG buscou novas formas de captação, como a estruturação de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDCs (fundo de recebíveis). Até 31 de dezembro de 2005 o BMG já tinha lançado, distribuído e/ou integralizado cotas subordinadas de sete FIDCs, dos quais seis estavam em aberto no final do exercício totalizando R\$1.610,7 milhões de patrimônio. Os ativos cedidos para estes fundos, todos provenientes de créditos consignados, estavam distribuídos entre R\$752,9 milhões para servidores públicos, R\$483,6 milhões para aposentados e pensionistas do INSS e R\$374,2 milhões de empréstimos para funcionários de empresas privadas. Estes FIDCs mantêm a classificação “AAA” sendo avaliados pelas principais Agências de Rating nacionais e internacionais como de baixo risco de crédito, além de permitir aos investidores taxas atraentes de retorno, tornando-se uma excelente alternativa de investimento para investidores qualificados, especialmente fundos de pensão.

O BMG celebrou importantes parcerias com destacadas instituições financeiras, cujo principal escopo foi a cessão de créditos, gerados nas suas atividades de empréstimos mediante a sistemática de desconto em folha de pagamento. Atualmente, o BMG tem acordos operacionais de cessão de crédito em vigência, com grandes instituições: Cetelem, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Além destas importantes parcerias, o BMG fez cessões de créditos pontuais com outros importantes bancos do sistema financeiro. Ao longo do exercício de 2005, as cessões de créditos celebradas com as citadas instituições financeiras e também para os FIDCs, totalizaram R\$6.159,9 milhões.

As cessões de créditos realizadas permitiram ao BMG, além de uma adequação do seu fluxo de caixa, a antecipação de resultados que só seriam reconhecidos ao longo do período dos empréstimos, em média 36 meses.

Complementando esse esforço de diversificação de fontes de captação, o Banco BMG, com base no seu programa para o mercado externo iniciado em 2003, captou em 2005, com a assessoria da BCP Securities, US\$25 milhões de Notes em março e US\$28 milhões de Notes em outubro, ambas pelo prazo de 02 anos. Renovou US\$10,2 milhões do Eurobônus emitido em 1997 (BMG05) pelo prazo de 05 anos.

Sob a coordenação do Morgan Stanley, em 2005, foram realizadas, nos mercados da Ásia, Europa e EUA, duas bem sucedidas captações externas em Senior Amortizing Notes que tiveram demandas superiores às emissões previstas. A primeira em junho no valor de US\$200 milhões com prazo médio de 04 anos (amortizações em julho 2008, julho 2009 e julho 2010),

a segunda em dezembro no valor de US\$300 milhões com prazo médio de 08 anos (amortizações em janeiro 2012, janeiro 2013, janeiro 2014, janeiro 2015 e janeiro 2016). O volume em aberto das captações no mercado externo era de US\$601,7 milhões e €16 milhões.

O saldo de recursos captados pelo BMG ao final do exercício de 2005 foi de R\$7,3 bilhões, sendo:

- 9,2% em depósitos a prazo e interfinanceiros junto a investidores institucionais, instituições financeiras, pessoas físicas e jurídicas;
- 14,0% através de FIDCs , líquidos de cotas subordinadas;
- 55,1% via cessões de créditos realizadas com parcerias e outros bancos;
- 19,9% através de captações externas;
- 1,8% em outras captações;

2.2 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O saldo das operações de crédito e arrendamento mercantil (incluindo os créditos cedidos) totalizou R\$7.284,7 milhões, representando um aumento de 96,2% em relação ao final de 2004 (R\$3.712,3 milhões), principalmente em função do aumento nos empréstimos para pessoas físicas.

Em 2005 foram cedidos R\$6.159,9 milhões de créditos para instituições financeiras e fundos de recebíveis (R\$2.110,9 milhões em 2004 e R\$213,2 milhões em 2003), o que antecipou resultados que seriam apropriados ao longo do tempo.

2.3 PATRIMÔNIO E LUCRO LÍQUIDO

No exercício de 2005, o Banco BMG registrou um lucro líquido de R\$382,8 milhões (lucro bruto de R\$573,5 milhões), que correspondeu a uma rentabilidade de 47,6% sobre o patrimônio líquido final de R\$803,7 milhões.

No final do exercício, o patrimônio líquido do Banco BMG correspondia a 15,50% dos ativos ponderados pelo risco (Acordo da Basiléia).

2.4 – IMPOSTOS

Em decorrência do excelente resultado no exercício de 2005, o Banco BMG gerou a título de impostos e contribuições o valor da ordem de R\$ 273,1 milhões assim discriminados:

- R\$149,5 milhões de Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ;
- R\$53,4 milhões de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL;
- R\$54,2 milhões de Contribuição para Financiamento da Seguridade Social-COFINS;
- R\$8,8 milhões de Programa de Integração Social-PIS;
- R\$7,2 milhões de Impostos Sobre Serviços-ISS.

Com isto, o Banco BMG espera estar contribuindo para o aumento da capacidade de Investimentos sociais do Governo em seus futuros projetos nessa área.

3. POLÍTICA DE CRÉDITO

A política de crédito seguida pelo Banco BMG manteve a sua marca conservadora, o que resultou em carteiras saudáveis e com perdas significativamente abaixo da média do mercado. Prosseguimos com o rigor observado até agora, sem perder de vista a incorporação de novas tecnologias, especialmente para o tratamento do crédito massificado.

Em 31 de dezembro de 2005, 89,8% da carteira de crédito estava classificada nos ratings de A a C pelos critérios de classificação de risco determinados pelo Banco Central através da Resolução 2.682, o que caracteriza nossa excelente performance na administração e classificação dos riscos.

4. RECEITA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A receita de intermediação financeira totalizou R\$1.375,7 milhões em 2005, representando um aumento de 42,7% em relação ao ano anterior. A margem bruta da intermediação financeira foi de 73,0%, superior aos 69,4% obtidos em 2004.

Esse crescimento deve, substancialmente, ao aumento dos resultados das cessões de crédito (principal instrumento de funding) que são apurados no momento de suas realizações, conforme práticas contábeis emanadas pelo Banco Central do Brasil. Em 2005, foi registrado um lucro bruto com cessões de crédito de R\$908,0 milhões, responsável por 66,0% das receitas de intermediação financeira.

5. RATINGS

Os esforços de reestruturação e a melhoria dos resultados do Banco BMG se refletiram nos seus ratings: da FitchRatings (BBB+bra), da Austin Rating (A+), da LF Rating (A+) e do RISKbank (baixo risco para o médio prazo), Standard & Poor's (brBBB+) e Moody's Investors Service (A3.br / BR-2). Nossos fundos de recebíveis têm classificação AAA da FitchRatings, da LF Rating, da Austin Rating e da Standard & Poor's.

6. INFORMÁTICA / TECNOLOGIA

Face à importância e as características das operações e seus volumes elevados, o BMG passou a ter total controle tecnológico, tanto em nível de desenvolvimento quanto de produção, o que permite maior agilidade. Atualmente, o estágio tecnológico alcançado permite total segurança em 100% das operações de consignação. Por outro lado, ocorreu o desenvolvimento de aplicativos voltados para a análise do crédito consignado.

Ao longo desse ano foi mantido o nível de investimento em Tecnologia e Informática, com o aprimoramento de sistemas e aplicativos, buscando automatizar e agilizar cada vez mais os processos e controles do BMG com ênfase nas operações de consignação.

Em 2005 foi inaugurado um novo Call Center, dotado de equipamentos de alta tecnologia, proporcionando mais agilidade e qualidade além de ampliar a capacidade de atendimento aos nossos clientes.

7. RECURSOS HUMANOS

A tônica da área de Recursos Humanos (RH) ao longo desse ano foi a de criar entre os funcionários um espírito voltado às ações na área de responsabilidade social. Vários programas marcaram essa iniciativa, entre outros vale destacar os seguintes:

- a) Campanhas sociais visando atender as demandas da comunidade carente, com a participação ativa de todos os nossos funcionários;
- b) Programa menor aprendiz, que busca a inserção de menores carentes no mercado de trabalho;

Os investimentos em treinamento venceram de forma vigorosa no período, devendo-se destacar as seguintes iniciativas:

- a) Investimento em treinamento e desenvolvimento em todo o quadro de funcionários do BMG. Treinamentos técnicos e comportamentais. Reciclagens constantes.
- b) Treinamento técnico e comportamental dos seus correspondentes bancários;
- c) Incentivo aos funcionários para a realização de curso superior e especialização, devido às parcerias com instituições educacionais.
- d) Treinamento de funcionários que atuam em setores/áreas que se submetem à reestruturação.
- e) Realização de Workshop anual com os funcionários.

O ano de 2005 foi marcado também pela política de maior divulgação e abertura de nossa instituição, seja com nossos clientes, fornecedores e meios de divulgação. Também investimos valores significativos no marketing de nossos produtos.

8. INVESTIMENTOS CULTURAIS E SOCIAIS

O Banco BMG ao longo de sua história sempre procurou ser um incentivador das artes, de eventos artísticos e culturais e aos projetos sociais, destinando parte do seu resultado a esses projetos.

Durante o exercício de 2005, participou ativamente de vários projetos culturais e de restaurações e conservações do patrimônio histórico, entre eles a Restauração do Paço da Alfândega I e do antigo Convento de Olinda-PE, Museu de Artes e Ofícios na Praça da Estação em Belo Horizonte-MG, festival de Jazz Gerais – edição 2005 e várias montagens teatrais e documentários históricos, bem como vários outros projetos audiovisuais.

No segmento social, participou com várias doações de fundos para hospitais, asilos, creches, destacando as concedidas para a Associação Mineira de Reabilitação (AMR), Fundos de Assistência à Criança e o Adolescente, e as parcerias com o Hospital da Baleia em Belo Horizonte e a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, para incrementar o seu bom funcionamento nas áreas de saúde e assistencial.

9. PRÊMIOS

Todo esse esforço e especialização em crédito com consignação em folha de pagamento vêm sendo reconhecidos através de diversos prêmios:

- Desde 2001, portanto, pela 5ª vez consecutiva, a Fundação Getúlio Vargas elegeu o BMG como o melhor banco do País em financiamento ao consumo.
- Desde que se iniciou a sua premiação, a Gazeta Mercantil, pela 2ª vez, o elegeu o melhor banco do País em financiamento ao consumo.
- Pela 2ª vez consecutiva eleito pelo RISKbank como o melhor banco de varejo massificado.

10. VISÃO ESTRATÉGICA PARA O EXERCÍCIO DE 2006

O Banco BMG consolidou seu nicho de negócios e o seu posicionamento estratégico na área do crédito consignado, tornando-se líder destacado entre os bancos voltados a esse segmento. Ao longo do exercício de 2006 todo esforço será despendido na direção de expandir essa operação.

Para atingir este objetivo, o Banco tem parcerias relevantes, o que originou em resultados expressivos para as partes envolvidas no negócio.

11. AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos aqueles que, pela dedicação e confiança, colaboraram para o desempenho do Banco BMG no ano de 2005 – funcionários, investidores, fornecedores e, especialmente, nossos clientes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2006.

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas
Banco BMG S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais do Banco BMG S.A. (Banco) e do Banco BMG S.A. e suas controladas (Conglomerado Financeiro) em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos do Banco BMG S.A. dos exercícios findos nessas datas e do semestre findo em 31 de dezembro de 2005, bem como as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos desses exercícios, elaborados sob a responsabilidade da administração das Instituições. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Instituições, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração das Instituições, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BMG S.A. (Banco) e do Banco BMG S.A. e suas controladas (Conglomerado Financeiro) em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos do Banco BMG S.A. (Banco) dos exercícios findos nessas datas e do semestre findo em 31 de dezembro de 2005, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- 4 Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, apresentadas para propiciar informações adicionais sobre o Banco BMG S.A. (Banco) e sobre o Banco BMG S.A. e suas controladas (Conglomerado Financeiro), não são requeridas como parte das demonstrações financeiras. A demonstração do fluxo de caixa foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2006

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" MG

Rogério Roberto Gollo
Contador CRC 1RS044214/O-9 "S" MG

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
ATIVO				
Ativo circulante	2.671.675	1.773.232	2.629.355	1.730.018
Disponibilidades.....	12.556	3.201	12.054	2.653
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	1.255.154	365.141	1.226.682	338.869
Títulos e valores mobiliários	232.593	201.146	232.593	197.884
Relações interfinanceiras.....	3.625	12.503	3.625	12.503
Operações de crédito	896.739	1.046.065	896.739	1.046.065
Setor privado	1.056.436	1.100.808	1.056.436	1.100.808
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(159.697)	(54.743)	(159.697)	(54.743)
Operações de arrendamento mercantil	9.574	8.706		
Arrendamentos a receber - Setor privado	9.821	9.640		
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa.....	(247)	(934)		
Outros créditos	167.304	93.991	165.463	91.348
Outros valores e bens	94.130	42.479	92.199	40.696
Bens não de uso próprio	14.797	10.982	12.870	9.226
Despesas antecipadas.....	79.333	31.497	79.329	31.470
 Realizável a longo prazo	 1.224.263	 1.094.609	 1.194.104	 1.064.622
Títulos e valores mobiliários.....	267.694	162.063	267.694	162.063
Operações de crédito – Setor privado.....	789.389	832.104	789.389	832.104
Operações de arrendamento mercantil	5.118	5.102		
Arrendamentos a receber - Setor privado	5.118	5.102		
Outros créditos	128.063	81.842	103.024	56.968
Outros valores e bens – Despesas antecipadas	33.999	13.498	33.997	13.487
 Permanente	 56.597	 44.496	 143.830	 128.563
Investimentos	27.019	20.120	114.308	104.261
Participações em coligada e controladas				
No exterior.....	7.830	8.879	11.846	13.135
No país.....	17.100	10.535	100.545	90.591
Outros investimentos.....	2.732	1.349	2.430	1.048
Provisão para perdas sobre outros investimentos.....	(643)	(643)	(513)	(513)
Imobilizado de uso	20.693	18.203	20.667	18.166
Imóveis de uso.....	16.168	16.168	16.168	16.168
Outras imobilizações de uso.....	20.782	15.886	20.665	15.769
Depreciação acumulada.....	(16.257)	(13.851)	(16.166)	(13.771)
Diferido	8.885	6.173	8.855	6.136
 Total do Ativo.....	 3.952.535	 2.912.337	 3.967.289	 2.923.203

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(continuação)

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivo circulante	1.464.993	1.642.267	1.452.864	1.661.199
Depósitos.....	423.581	787.742	436.225	828.399
Depósitos à vista	4.088	17.583	4.376	17.867
Depósitos interfinanceiros.....	17.936	142.013	24.408	177.455
Depósitos a prazo	401.557	628.146	407.441	633.077
Captações no mercado aberto - Carteira de terceiros.	141.444	169.797	145.007	170.667
Recursos de aceites e emissão de títulos	141.501	283.452	141.501	283.452
Obrigações por títulos e valores mobiliários –				
No exterior	141.501	283.452	141.501	283.452
Relações interfinanceiras.....	251	527	251	527
Obrigações por empréstimos e repasses	74.501	69.041	53.248	49.405
Empréstimos no país	18.536		18.536	
Empréstimos no exterior	17.094	16.196		
Obrigações por repasses – Finame	38.871	52.845	34.712	49.405
Outras obrigações.....	683.715	331.708	676.632	328.749
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.709	1.042	1.709	1.042
Sociais e estatutárias	67.725	45.436	66.909	45.288
Fiscais e previdenciárias.....	211.589	150.033	205.629	147.681
Negociação e intermediação de valores	452	2.671	452	2.671
Instrumentos financeiros derivativos	86.026	32.983	86.026	32.983
Diversas.....	316.214	99.543	315.907	99.084
Exigível a longo prazo	1.678.070	730.427	1.710.722	725.362
Depósitos.....	254.880	494.799	302.510	502.619
Depósitos interfinanceiros.....	7.081		54.711	7.820
Depósitos a prazo	247.799	494.799	247.799	494.799
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.317.809	159.958	1.317.809	159.958
Obrigações por títulos e valores mobiliários -				
No exterior	1.317.809	159.958	1.317.809	159.958
Obrigações por empréstimos e repasses	54.069	28.861	49.928	26.156
Empréstimos no país	26.542		26.542	
Obrigações por repasses – Finame	27.527	28.861	23.386	26.156
Outras obrigações.....	51.312	46.809	40.475	36.629
Fiscais e previdenciárias.....	39.669	34.934	29.315	25.103
Instrumentos financeiros derivativos	5.540	5.146	5.540	5.146
Diversas.....	6.103	6.729	5.620	6.380
Participação de acionistas minoritários	5.769	3.001		
Patrimônio líquido	803.703	536.642	803.703	536.642
Capital social - De domiciliados no país	380.000	201.850	380.000	201.850
Reservas de capital	7.719	7.719	7.719	7.719
Reservas de lucros.....	415.984	327.073	415.984	327.073
Total do Passivo e do Patrimônio líquido.....	3.952.535	2.912.337	3.967.289	2.923.203

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE / EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

	Conglomerado financeiro		Banco		
	Exercícios		Segundo semestre	Exercícios	
	2005	2004	2005	2005	2004
Receitas da intermediação financeira	1.375.700	964.079	608.098	1.370.154	954.250
Operações de crédito	1.385.264	928.522	601.145	1.385.264	928.522
Operações de arrendamento mercantil	4.732	9.043			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	120.154	71.600	80.248	119.340	70.814
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(134.450)	(45.086)	(73.295)	(134.450)	(45.086)
Despesas da intermediação financeira	(371.425)	(294.790)	(178.319)	(378.647)	(298.067)
Operações de captação no mercado.....	(202.868)	(243.799)	(126.431)	(210.736)	(249.007)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(16.902)	(6.228)	(9.754)	(15.436)	(4.973)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(151.655)	(44.763)	(42.134)	(152.475)	(44.087)
Resultado bruto da intermediação financeira.....	1.004.275	669.289	429.779	991.507	656.183
Outras receitas (despesas) operacionais	(431.216)	(257.271)	(266.837)	(428.005)	(247.754)
Receitas de prestação de serviços.....	145.720	42.658	51.547	134.000	38.884
Resultado de participações em coligada e controladas	967	164	5.855	9.025	10.853
Despesas de pessoal.....	(47.147)	(30.906)	(27.227)	(44.125)	(28.883)
Outras despesas administrativas	(456.535)	(226.657)	(256.069)	(455.138)	(224.496)
Despesas tributárias	(75.379)	(41.272)	(31.111)	(73.152)	(39.749)
Outras receitas operacionais	29.233	14.275	6.921	28.411	8.892
Outras despesas operacionais	(28.075)	(15.533)	(16.753)	(27.026)	(13.255)
Resultado operacional	573.059	412.018	162.942	563.502	408.429
Resultado não operacional.....	430	(164)	153	425	(185)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações.....	573.489	411.854	163.095	563.927	408.244
Imposto de renda	(125.046)	(92.672)	(31.880)	(120.370)	(90.061)
Contribuição social	(44.169)	(32.594)	(11.596)	(42.718)	(32.302)
Participações estatutárias no lucro.....	(18.000)	(10.546)	(3.000)	(18.000)	(10.546)
Lucro líquido antes da participação dos acionistas minoritários	386.274	276.042	116.619	382.839	275.335
Participação minoritária nas controladas consolidadas	(3.435)	(707)			
Lucro líquido do semestre/exercícios	382.839	275.335	116.619	382.839	275.335
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$.....			188,87	620,03	445,92

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO BMG S.A. (BANCO)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Aumento de capital</u>	<u>Reservas de capital</u>		<u>Reservas de lucros</u>		<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
			<u>Incentivos fiscais</u>	<u>Atualização de títulos patrimoniais</u>	<u>Legal</u>	<u>Estatutária</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2003	201.850		8.087	66	23.209	98.796		332.008
Reversão de incentivos fiscais.....			(434)					(434)
Lucro líquido do exercício							275.335	275.335
Destinação do lucro líquido:								
Juros sobre o capital próprio (R\$52,64 por lote de mil ações).....							(32.500)	(32.500)
Dividendos propostos (R\$61,17 por lote de mil ações)							(37.767)	(37.767)
Constituição de reserva					13.767	191.301	(205.068)	
Saldo em 31 de dezembro de 2004	201.850		7.653	66	36.976	290.097		536.642
Aumento de capital.....		178.150						
Reversão de dividendos propostos							1.179	1.179
Lucro líquido do exercício							382.839	382.839
Destinação do lucro líquido:								
Juros sobre o capital próprio (R\$84,74 por lote de mil ações).....							(52.320)	(52.320)
Dividendos propostos (R\$104,68 por lote de mil ações)							(64.637)	(64.637)
Constituição de reserva					19.142	247.919	(267.061)	
Saldo em 31 de dezembro de 2005	201.850	178.150	7.653	66	56.118	359.866		803.703

BANCO BMG S.A. (BANCO)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de capital</u>				<u>Reservas de lucros</u>		<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Aumento de capital</u>	<u>Incentivos fiscais</u>	<u>Atualização de títulos patrimoniais</u>	<u>Legal</u>	<u>Estatutária</u>		
Saldo em 30 de junho de 2005	201.850	178.150	7.653	66	48.979	340.004		776.702
Reversão de dividendos propostos							1.179	1.179
Lucro líquido do semestre							116.619	116.619
Destinação do lucro líquido:								
Juros sobre o capital próprio (R\$42,37 por lote de mil ações).....							(26.160)	(26.160)
Dividendos propostos (R\$104,68 por lote de mil ações)							(64.637)	(64.637)
Constituição de reserva					7.139	19.862	(27.001)	
Saldo em 31 de dezembro de 2005	201.850	178.150	7.653	66	56.118	359.866		803.703

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
DO SEMESTRE / EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>		
	<u>Exercícios</u>		<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Origens dos recursos	1.996.851	930.919	1.339.798	1.980.219	931.368
Lucro líquido do semestre/exercícios	382.839	275.335	116.619	382.839	275.335
Ajustes ao lucro líquido:.....	3.280	2.854	(3.553)	(4.795)	(7.862)
Depreciações e amortizações.....	4.247	3.018	2.302	4.229	2.991
Resultado de participações em coligada e controladas.....	(967)	(164)	(5.855)	(9.024)	(10.853)
Reversão de incentivos fiscais de imposto de renda.....		(434)			(434)
Recursos de terceiros originários de:					
Aumento dos subgrupos do passivo:	1.403.078	648.193	917.948	1.395.244	654.952
Depósitos.....		138.627			150.015
Captações no mercado aberto.....		112.090	25.023		112.550
Relações interfinanceiras.....		527			527
Recursos de aceites e emissão de títulos.....	1.015.900	146.590	606.603	1.015.900	146.590
Obrigações por empréstimos e repasses	30.668	43.685		27.615	41.592
Outras obrigações	356.510	206.674	286.322	351.729	203.678
Diminuição dos subgrupos do ativo:	200.919		304.685	200.919	
Relações interfinanceiras.....	8.878			8.878	
Operações de crédito	192.041		304.685	192.041	
Alienação / baixa de bens e investimentos:	2.788	4.396	1.721	2.697	4.176
Bens não de uso próprio	2.583	4.121	1.554	2.492	3.902
Investimentos.....					
Imobilizado de uso	122	275	101	122	241
Diferido	83		66	83	33
Reversão de dividendos propostos	1.179		1.179	1.179	
Dividendos propostos/recebidos de controladas...			1.199	2.136	5.201
Variação na participação dos acionistas minoritários..	2.768	575			

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
DO SEMESTRE / EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais) (continuação)**

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>		
	<u>Exercícios</u>		<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Aplicações de recursos	1.987.496	929.962	1.330.674	1.970.818	930.365
Pagamento de dividendos	64.637	37.767	64.637	64.637	37.767
Reversão de dividendos propostos de controladas.....				1.776	278
Pagamentos de juros sobre capital próprio	52.320	32.500	26.160	52.320	32.500
Inversões em:					
Bens não de uso próprio	5.132	7.098	2.007	4.875	6.898
Investimentos.....	5.932	199	1.277	1.382	3.087
Imobilizado de uso	5.593	3.212	1.920	5.593	3.202
Diferido	4.062	3.634	2.716	4.062	3.628
Aumento dos subgrupos do ativo:	1.217.111	845.552	509.440	1.217.954	843.005
Aplicações interfinanceiras de liquidez	890.013	100.946	214.080	887.813	75.726
Títulos e valores mobiliários	137.078	42.384	165.641	140.340	70.516
Relações interfinanceiras.....		12.038	495		12.038
Operações de crédito		644.559			644.559
Operações de arrendamento mercantil	884	3.027			
Outros créditos	119.534	29.207	78.148	120.171	26.207
Outros valores e bens.....	69.602	13.391	51.076	69.630	13.959
Diminuição de subgrupos do passivo:	632.709		722.517	618.219	
Depósitos	604.080		694.757	592.283	
Captações no mercado aberto	28.353			25.660	
Relações interfinanceiras.....	276		201	276	
Obrigações por empréstimos e repasses			27.559		
Aumento (redução) das disponibilidades.....	9.355	957	9.124	9.401	1.003
Modificações na posição financeira:					
Disponibilidades					
No início do semestre/exercícios	3.201	2.244	2.930	2.653	1.650
No fim do semestre/exercícios	12.556	3.201	12.054	12.054	2.653
Aumento (redução) das disponibilidades.....	9.355	957	9.124	9.401	1.003

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

1 Contexto operacional

As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações tem a co-participação ou a intermediação de instituições do Grupo Financeiro BMG. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

2 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), sendo as principais as seguintes:

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, desde 30 de junho de 2002 os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos na demonstração do resultado.
- (ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros; podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a Valor de Mercado – Títulos disponíveis para venda”, até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos mediante a identificação específica na data de negociação, na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

- (iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas, quando aplicável.

(c) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e regulamentações posteriores, desde 30 de junho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (hedge), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Para as operações contratadas em negociação associada a operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada; que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado; e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como Hedge de Mercado ou Hedge de Fluxo de Caixa, segundo os critérios definidos na Circular 3.082/02. Nesses casos, também os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de hedge):
(i) a adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, no caso de Hedge de Mercado e
(ii) conta destacada do patrimônio líquido para a parcela efetiva do Hedge de Fluxo de Caixa, deduzida dos efeitos tributários.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(d) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução 2.682 de 21 de setembro de 1999, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedidas pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

(e) Permanente

Considera os seguintes aspectos:

- Os investimentos em coligada e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos, o imobilizado de uso e o diferido estão registrados ao custo, corrigido até 31 de dezembro de 1995, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- A depreciação foi calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, instalações e sistema de comunicação - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%.
- A amortização do diferido foi calculada pelo método linear, à taxa de 20% ao ano ou de acordo com os prazos dos contratos de aluguel, conforme o caso.

(f) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. Foi constituída provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado à alíquota de 9%.

(g) Operações em moedas estrangeiras

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2005, as taxas de câmbio aplicáveis eram: US\$1,00 = R\$2,3407 (2004 - US\$1,00 = R\$2,6544) para dólar norte-americano e €1,00 = R\$ 2,76905 para o EURO (2004 - €1,00 = R\$3,61949) .

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(h) Princípios de consolidação - Conglomerado financeiro

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e instruções do BACEN. Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. Essas demonstrações financeiras incluem o Banco BMG S.A., a subsidiária no exterior BMG Bank (Cayman) Ltd. e as controladas BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e BMG Asset Management DTVM S.A..

As demonstrações financeiras da BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil foram preparadas atendendo a Lei 6.099/74. No entanto, para preparação das demonstrações financeiras consolidadas, as operações de arrendamento mercantil foram classificadas pelo método financeiro, registradas pelo valor presente das contraprestações futuras com o valor residual antecipado recebido apresentado como redutor do arrendamento mercantil a receber.

As demonstrações financeiras da empresa sediada no exterior, BMG Bank (Cayman) Ltd., são originalmente preparadas em moeda local e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras consolidadas, segue de forma resumida a composição do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2005 das empresas que compõem o Conglomerado financeiro:

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

	Banco BMG S.A.	BMG Leasing S.A. - Arrend. Mercantil	BMG Asset Management DTVM S.A.	BMG Bank (Cayman) Ltd.	Eliminações	Conglomerado financeiro	
	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2004
Ativo circulante.....	2.629.355	20.739	11.308	28.940	(18.667)	2.671.675	1.773.232
Disponibilidades	12.054	284	38	468	(288)	12.556	3.201
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.226.682	6.472	3.563	28.472	(10.035)	1.255.154	365.141
Títulos e valores mobiliários	232.593		5.884		(5.884)	232.593	201.146
Relações interfinanceiras	3.625					3.625	12.503
Operações de crédito	896.739					896.739	1.046.065
Operações de arrendamento mercantil.....		9.574				9.574	8.706
Outros créditos	165.463	2.478	1.823		(2.460)	167.304	93.991
Outros valores e bens.....	92.199	1.931				94.130	42.479
Realizável a longo prazo.....	1.194.104	77.751	38		(47.630)	1.224.263	1.094.609
Aplicações interfinanceiras de liquidez		47.630			(47.630)		
Títulos e valores mobiliários	267.694					267.694	162.063
Operações de crédito	789.389					789.389	832.104
Operações de arrendamento mercantil.....		5.118				5.118	5.102
Outros créditos	103.024	25.001	38			128.063	81.842
Outros valores e bens.....	33.997	2				33.999	13.498
Ativo permanente	143.830	7.831	5.529		(100.593)	56.597	44.496
Total do Ativo	3.967.289	106.321	16.875	28.940	(166.890)	3.952.535	2.912.337
Passivo circulante	1.452.864	8.499	5.203	17.094	(18.667)	1.464.993	1.642.267
Depósitos	436.225				(12.644)	423.581	787.742
Captações no mercado aberto	145.007				(3.563)	141.444	169.797
Recursos de aceites e emissão de títulos....	141.501					141.501	283.452
Relações interfinanceiras.....	251					251	527
Obrigações por empréstimos e repasses	53.248	4.159		17.094		74.501	69.041
Outras obrigações	676.632	4.340	5.203		(2.460)	683.715	331.708
Exigível a longo prazo	1.710.722	14.978			(47.630)	1.678.070	730.427
Depósitos	302.510				(47.630)	254.880	494.799
Recursos de aceites e emissão de títulos....	1.317.809					1.317.809	159.958
Obrigações por empréstimos e repasses	49.928	4.141				54.069	28.861
Outras obrigações	40.475	10.837				51.312	46.809
Participação de acionistas minoritários.					5.769	5.769	3.001
Patrimônio líquido.....	803.703	82.844	11.672	11.846	(106.362)	803.703	536.642
Total do Passivo e do Patrimônio líquido	3.967.289	106.321	16.875	28.940	(166.890)	3.952.535	2.912.337

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

	Banco BMG S.A.	BMG Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil	BMG Asset Management DTVM S.A.	BMG Bank (Cayman) Ltd.	Eliminações	Conglomerado financeiro	
	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2004
Receitas da intermediação financeira	1.370.154	13.290	956	720	(9.420)	1.375.700	964.079
Despesas da intermediação financeira	(378.647)	(229)		(416)	7.867	(371.425)	(294.790)
Resultado bruto da intermediação financeira.....	991.507	13.061	956	304	(1.553)	1.004.275	669.289
Outras receitas (despesas) operacionais.....	(428.005)	(4.838)	9.372	(41)	(7.704)	(431.216)	(257.271)
Resultado operacional	563.502	8.223	10.328	263	(9.257)	573.059	412.018
Resultado não operacional.....	425	5				430	(164)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações.....	563.927	8.228	10.328	263	(9.257)	573.489	411.854
Imposto de renda e contribuição social	(163.088)	(2.803)	(3.324)			(169.215)	(125.266)
Participações estatutárias no lucro.....	(18.000)					(18.000)	(10.546)
Lucro líquido antes da participação dos acionistas minoritários	382.839	5.425	7.004	263	(9.257)	386.274	276.042
Participação minoritária nas controladas consolidadas					(3.435)	(3.435)	(707)
Lucro líquido dos exercícios	382.839	5.425	7.004	263	(12.692)	382.839	275.335

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

3 Coeficiente de Basileia

A Resolução 2.099 de 26 de agosto de 1994 aprovou os regulamentos sobre os valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras. O índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

(a) Cálculo do Índice de Basileia

		2005		2004	
		Saldo	Risco ponderado	Saldo	Risco ponderado
Percentual					
Risco nulo.....	0%	1.437.794		545.484	
Risco reduzido	20%	40.675	8.135	39.255	7.851
Risco reduzido	50%	4.403.824	2.201.912	1.023.301	511.651
Risco normal.....	100%	2.068.376	2.068.376	2.132.363	2.132.363
Créditos tributários	300%	66.233	198.699	21.082	63.246
Sub-total			4.477.122		2.715.111
Risco de crédito de “swap”	20%	62.020	12.404	47.944	9.589
Exposição cambial	100%	59.553	59.553	72.998	72.998
Risco de mercado – Juros...	100%	5.929	5.929	16.559	16.559
Sub-total			77.886		99.146
Índice de Basileia			15,50%		14,84%

(b) Limites operacionais

	<u>2005</u>			<u>2004</u>		
	<u>Exigência</u>	<u>Situação</u>	<u>Margem</u>	<u>Exigência</u>	<u>Situação</u>	<u>Margem</u>
Patrimônio líquido exigido	570.369	803.703	233.334	397.808	536.642	138.834
Capital mínimo	110.000	380.000	270.000	110.000	201.850	91.850
Imobilização	401.688	56.271	345.417	268.158	44.170	223.988

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Aplicações no mercado aberto				
Posição bancada				
Letras Financeiras do Tesouro.....	501.884	155.059	501.884	155.059
Letras do Tesouro Nacional.....	580.306	10.309	576.743	10.309
Posição financiada				
Letras Financeiras do Tesouro.	105.650	101.925	105.650	101.925
Letras do Tesouro Nacional.....	35.794	68.742	39.357	68.742
Sub-total.....	1.223.634	336.035	1.223.634	336.035
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
CDI Rural.....	1.986	1.764	1.986	1.764
Aplicações em depósitos interfinanceiros	823	804	823	804
Aplicações em moedas estrangeiras	28.711	26.538	239	266
Total - Circulante.....	1.255.154	365.141	1.226.682	338.869

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

5 Títulos e valores mobiliários

(a) Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Títulos de renda fixa				
Livres:				
.Títulos Públicos Federais	45.973	44.504	45.973	43.979
.Títulos e valores mobiliários no exterior - Eurobônus.....		2.737		
.Cotas de fundos de investimento	361.985	186.744	361.985	186.744
Vinculados a prestação de garantias:				
.Títulos Públicos Federais	83.265	114.573	83.265	114.573
.Certificados de Depósitos Bancário.....		7.740		7.740
Instrumentos financeiros derivativos	6.985	4.273	6.985	4.273
Títulos de renda variável				
Livres:				
.Cotas de fundos de investimento	2.079	1.432	2.079	1.432
.Ações de companhias abertas		1.206		1.206
Total	500.287	363.209	500.287	359.947
Circulante.....	232.593	201.146	232.593	197.884
Longo Prazo	267.694	162.063	267.694	162.063

Em 31 de dezembro de 2005, as operações com instrumentos financeiros derivativos apresentam também R\$91.566 (Conglomerado financeiro e Banco) de diferencial a pagar de operações de “swap”(2004 – R\$38.129 – Conglomerado financeiro e Banco), conforme Notas explicativas nºs 5(d) e 22.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(b) Os Títulos e valores mobiliários apresentam os seguintes prazos de vencimento:

							Conglomerado financeiro	
							2005	2004
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total	Total
Títulos Públicos Federais				11.945	45.284	72.009	129.238	159.077
Eurobônus								2.737
Certificado de Depósito Bancário								7.740
Cotas de fundos de investimento.....	2.079				96.012	265.973	364.064	188.176
Ações de companhias abertas.....								1.206
Instrumentos financeiros derivativos ..	2.890	3	5	782	1.584	1.721	6.985	4.273
Total	2.079	2.890	3	5	12.727	339.703	500.287	363.209

							Banco	
							2005	2004
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total	Total
Títulos Públicos Federais				11.945	45.284	72.009	129.238	158.552
Certificado de Depósito Bancário								7.740
Cotas de fundos de investimento.....	2.079				96.012	265.973	364.064	188.176
Ações de companhias abertas.....								1.206
Instrumentos financeiros derivativos ..	2.890	3	5	782	1.584	1.721	6.985	4.273
Total	2.079	2.890	3	5	12.727	339.703	500.287	359.947

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(c) **Classificação dos títulos e valores mobiliários**

(i) **Títulos para Negociação**

Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, as Letras Financeiras do Tesouro (LFT's) e Notas do Banco Central (NBC-E's) foram marcadas a mercado pela expectativa Andima; os Eurobônus pela oferta de mercado das instituições que negociaram esses papéis; as cotas de fundos de investimento pela cotação das mesmas informada pelos administradores e as ações de companhias abertas pelo valor médio negociado no último dia útil do mês:

Conglomerado financeiro					
Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados
LFT	17.05.2006	1.400	3.601	3.603	2
LFT	14.06.2006	3.242	8.344	8.342	(2)
LFT	18.10.2006	4.058	10.444	10.442	(2)
LFT	15.11.2006	1.800	4.633	4.632	(1)
LFT	19.09.2007	4.000	10.281	10.288	7
LFT	21.11.2007	10.000	25.692	25.718	26
LFT	19.12.2007	14.000	35.976	36.003	27
NBC-E.....	16.11.2006	21.600	30.185	30.210	25
Cotas de fundos de investimentos			1.864	2.079	215
Total - 2005.....			131.020	131.317	297
Total - 2004.....			82.225	82.550	325

Banco					
Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados
LFT	17.05.2006	1.400	3.601	3.603	2
LFT	14.06.2006	3.242	8.344	8.342	(2)
LFT	18.10.2006	4.058	10.444	10.442	(2)
LFT	15.11.2006	1.800	4.633	4.632	(1)
LFT	19.09.2007	4.000	10.281	10.288	7
LFT	21.11.2007	10.000	25.692	25.718	26
LFT	19.12.2007	14.000	35.976	36.003	27
NBC-E.....	16.11.2006	21.600	30.185	30.210	25
Cotas de fundos de investimento			1.864	2.079	215
Total - 2005.....			131.020	131.317	297
Total - 2004.....			79.001	79.288	287

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, as cotas de fundos de investimento foram registradas pela cotação das mesmas informada pelos administradores. O custo atualizado (acrescido dos rendimentos) para fins de divulgação dos títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento pode ser assim sumariado:

Conglomerado financeiro e Banco					
<u>Descrição</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor pela curva</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Ganhos (perdas) não apropriados</u>
Cotas de fundos de investimento.....			361.985	361.985	
Total - 2005.....			361.985	361.985	
Total - 2004.....			276.386	275.370	(1.016)

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Conglomerado financeiro e Banco			
<u>Descrição</u>	<u>Valor pela curva</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Ganhos (perdas) não realizados</u>
Swap – Pré x CDI	(6.440)	(296)	6.144
Swap – CDI x Pré	1.034	348	(686)
Swap – Dólar	(59.936)	(60.512)	(576)
Swap – Euro	(23.801)	(23.801)	
Swap – Outros	(276)	(320)	(44)
Total - 2005.....	(89.419)	(84.581)	4.838
Total - 2004.....	(33.431)	(33.856)	(425)

As operações de swap foram marcadas a mercado pelas cotações da BM&F.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(e) Os valores contabilizados como ajuste a mercado podem ser demonstrados da seguinte forma:

Conglomerado financeiro					
	Títulos e valores mobiliários	Instrumentos financeiros derivativos	Cotas de fundos de investimento	Ações de companhias abertas	Total
Total do ajuste até 31.12.2003	606	(22.106)	1	34	(21.465)
Ajuste no resultado do semestre findo em 30.06.2004	(828)	7.320	(145)	(28)	6.319
Ajuste no resultado do semestre findo em 31.12.2004	650	14.361	(249)	284	15.046
Total do ajuste no exercício findo em 31.12.2004.....	428	(425)	(393)	290	(100)
Ajuste no resultado do semestre findo em 30.06.2005	(558)	2.169	187	(444)	1.354
Ajuste no resultado do semestre findo em 31.12.2005	212	3.094	421	154	3.881
Total do ajuste no exercício findo em 31.12.2005.....	82	4.838	215		5.135
Banco					
	Títulos e valores mobiliários	Instrumentos financeiros derivativos	Cotas de fundos de investimento	Ações de companhias abertas	Total
Total do ajuste até 31.12.2003		(22.106)	1	34	(22.071)
Ajuste no resultado do semestre findo em 30.06.2004	(178)	7.320	(145)	(28)	6.969
Ajuste no resultado do semestre findo em 31.12.2004	568	14.361	(249)	284	14.964
Total do ajuste no exercício findo em 31.12.2004.....	390	(425)	(393)	290	(138)
Ajuste no resultado do semestre findo em 30.06.2005	(520)	2.169	187	(444)	1.392
Ajuste no resultado do semestre findo em 31.12.2005	212	3.094	421	154	3.881
Total do ajuste no exercício Findo em 31.12.2005.....	82	4.838	215		5.135

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

6 Operações de crédito e de arrendamento mercantil

(a) Cessões de crédito

(i) Instituições financeiras e fundos de recebíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras e com fundo de recebíveis no montante de R\$6.159.896 (2004 - R\$2.110.905) sendo R\$4.646.483 com coobrigação (2004 - R\$920.588) e R\$1.513.413 sem coobrigação (2004 - R\$1.190.317), que nas datas de suas realizações totalizavam R\$3.854.180 e R\$1.352.881, respectivamente (2004 - R\$795.450 e R\$922.059, respectivamente). O resultado das cessões foi registrado na rubrica “Receitas da Intermediação Financeira – Operação de crédito” no montante de R\$952.835 (2004 - R\$393.396). Os contratos objeto de cessões referem-se a empréstimos de crédito pessoal consignado e financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até janeiro de 2010.

O saldo em 31 de dezembro de 2005 dos contratos cedidos é de R\$4.039.029 para as cessões de crédito com coobrigação e R\$1.384.879 para as cessões de crédito sem coobrigação (2004 - R\$833.989 e R\$930.685, respectivamente).

	<u>Valor da cessão</u>	<u>Valor presente</u>	<u>Resultado</u>
Crédito pessoal consignado:			
Com coobrigação	4.470.311	3.698.316	771.995
Sem coobrigação.....	1.513.413	1.352.881	160.532
Sub-total	5.983.724	5.051.197	932.527
Financiamento de veículos:			
Com coobrigação	176.172	155.864	20.308
Total - 2005.....	6.159.896	5.207.061	952.835
Total - 2004.....	2.110.905	1.717.509	393.396

Foram firmados acordos de cooperação com a Cetelem Brasil S.A. Crédito Financeiro e Investimento, em outubro de 2004, pelo prazo de 5 anos, com valor mensal de R\$100.000 ao longo do período; com o Banco Itaú Holding Financeira S.A., em dezembro de 2004, pelo prazo de 36 meses, que prevê a cessão de créditos mensais atingindo o volume em aberto de no mínimo de R\$1.500.000, podendo chegar até R\$2.500.000; e com a Caixa Econômica Federal, em abril de 2005, pelo prazo de 2 anos, com valor mensal de R\$100.000 ao longo do período. Conforme o acordo operacional com a Caixa Econômica Federal, 5% do saldo de cessão de crédito ficará depositado na instituição, a título de cobertura das liquidações futuras. O valor depositado, no montante de R\$37.771, está classificado como (Outros créditos), conforme nota explicativa nº 7(d).

Igual acordo foi firmado com o Banco Citibank S.A, em outubro de 2005, pelo prazo de 5 meses, que prevê a cessão de créditos mensais atingindo o volume de R\$225.000 ao longo do período. Conforme o acordo operacional, 2,5% do valor de cessão ficará depositado na instituição a título de cobertura das liquidações futuras. O valor depositado, no montante de R\$1.868, está classificado como (Outros créditos), conforme nota explicativa nº 7(d).

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

Em abril de 2005, os contratos de cessão de créditos com o Banco Itaú Holding Financeira S.A. tiveram seu status alterado de “Sem coobrigação” para “Com coobrigação”, com efeito retroativo. Essa alteração elevou o saldo a valor presente dos créditos cedidos com coobrigação em aproximadamente R\$848.000. Conforme o acordo operacional estabelecido com o Banco Itaú Holding Financeira S.A., a Instituição é obrigada a manter o equivalente a 10% dos saldos de cessões de créditos como garantia da liquidação dos contratos cedidos. Esses créditos estão registrados em sub-grupo de controle interno do saldo de “Operações de créditos”.

(ii) Empresa ligada

Em 22 de dezembro de 2005 foi realizada cessão de crédito sem coobrigação com empresa ligada não-financeira, que na data da cessão totalizava R\$47.997 (2004 – R\$22.729). Os contratos objeto dessa cessão referem-se a créditos classificados, conforme a Res. 2.682/99 do BACEN, no nível de risco H. Foi recebido pelos mesmos, o montante de R\$3.170 (2004 – R\$999) e apurado prejuízo de R\$44.827 (2004 – R\$21.730), contabilizado de acordo com a Circular 3.213/2003 do BACEN.

Ficou estabelecido, através de instrumento particular de cessão, que 20% do valor líquido recebido por esses créditos caberá ao Banco BMG S.A. a título de cobrança. Em virtude da referida cessão, foi revertida Provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$47.997 (2004 – R\$19.320).

As cessões acima referidas foram autorizadas pelo BACEN, em 15 de dezembro de 2005, conforme requerido pela Resolução nº 2.836 de 30 de maio de 2001.

Os dados relativos a Créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de provisão e Créditos recuperados, podem ser sumariados como segue:

	<u>Conglomerado financeiro</u>			<u>Banco</u>	
	<u>Exercícios</u>		<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Créditos de liquidação duvidosa baixados					
a débito da provisão	51.012	22.624	36.406	50.154	22.314
Créditos recuperados.....	13.028	11.709	7.241	11.604	8.960

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(b) Classificação por produto

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Crédito pessoal	6.593.998	3.103.069	6.593.998	3.103.069
CDC - Veículos	414.239	362.376	414.239	362.376
Carteira comercial.....	261.496	232.141	261.496	232.141
Arrendamento mercantil.....	14.939	14.742		
Sub-Total.....	7.284.672	3.712.328	7.269.733	3.697.586
Cessão de Crédito	(5.423.908)	(1.764.674)	(5.423.908)	(1.764.674)
Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	1.860.764	1.947.654	1.845.825	1.932.912
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(159.944)	(55.677)	(159.697)	(54.743)
Total	1.700.820	1.891.977	1.686.128	1.878.169
Circulante.....	906.313	1.054.771	896.739	1.046.065
Longo Prazo	794.507	837.206	789.389	832.104

(c) Classificação por indexador

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Prefixado	1.675.519	1.767.867	1.660.759	1.753.459
Pósfixado.....	119.549	105.623	119.549	105.623
TR / TBF	721	1.056	721	1.056
Outros indexadores	64.975	73.108	64.796	72.774
Total	1.860.764	1.947.654	1.845.825	1.932.912

(d) Classificação por setor de atividade

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Setor privado:				
Indústria.....	17.975	36.474	17.144	35.350
Comércio	10.652	16.225	9.161	15.091
Intermediários financeiros.....	59.294	53.026	59.294	53.026
Outros serviços..	198.844	146.559	187.934	137.053
Pessoas físicas	2.563.193	2.679.945	2.561.486	2.676.967
(-) Rendas a apropriar	(989.194)	(984.575)	(989.194)	(984.575)
Total	1.860.764	1.947.654	1.845.825	1.932.912

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(e) Concentração

			Conglomerado financeiro			
			2005		2004	
			% sobre o		% sobre o	
			Patrimônio		Patrimônio	
	Valor	% da carteira	Líquido	Valor	% da carteira	Líquido
Dez maiores clientes.....	136.466	7,33%	16,98%	109.823	5,64%	20,46%
Cinquenta maiores clientes seguintes.....	89.247	4,80%	11,10%	79.008	4,06%	14,72%
Cem maiores clientes seguintes	29.748	1,60%	3,70%	35.997	1,85%	6,71%
Demais clientes	1.605.303	86,27%	199,74%	1.722.826	88,45%	321,04%
Total	1.860.764	100,00 %	231,52 %	1.947.654	100,00 %	362,93 %

			Banco			
			2005		2004	
			% sobre o		% sobre o	
			Patrimônio		Patrimônio	
	Valor	% da carteira	Líquido	Valor	% da carteira	Líquido
Dez maiores clientes.....	129.222	7,00%	16,08%	109.823	5,68%	20,46%
Cinquenta maiores clientes seguintes.....	81.960	4,44%	10,20%	75.777	3,92%	14,12%
Cem maiores clientes seguintes	29.340	1,59%	3,65%	32.757	1,69%	6,10%
Demais clientes	1.605.303	86,97%	199,74%	1.714.555	88,71%	319,50%
Total	1.845.825	100,00 %	229,67 %	1.932.912	100,00 %	360,18 %

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(f) Composição da carteira de crédito por produto e seus respectivos vencimentos (Conglomerado financeiro):

Vencimento / Produto	Crédito Pessoal	CDC Veículos	Carteira Comercial	Leasing	Total
A vencer até 30 dias	84.900	6.853	66.587	959	159.299
A vencer de 31 a 60 dias.....	69.211	7.121	21.132	1.427	98.891
A vencer de 61 a 90 dias.....	65.647	6.280	19.245	484	91.656
A vencer de 91 a 180 dias.....	182.244	17.878	26.777	2.442	229.341
A vencer de 181 a 360 dias.....	303.091	29.154	28.857	4.168	365.270
A vencer após 360 dias.....	687.723	56.752	44.914	5.118	794.507
Total de parcelas a vencer.....	1.392.816	124.038	207.512	14.598	1.738.964
 Vencidas até 14 dias	 1.997	 4.863	 178	 50	 7.088
Vencidas de 15 a 30 dias	15.314	3.076	470	171	19.031
Vencidas de 31 a 60 dias	10.255	3.331	465	83	14.134
Vencidas de 61 a 90 dias	7.022	1.544	63	13	8.642
Vencidas de 91 a 180 dias	5.606	940	43.812	22	50.380
Vencidas de 181 a 360 dias.....	11.010	2.517	8.996	2	22.525
Total de parcelas vencidas	51.204	16.271	53.984	341	121.800
 Total da carteira – 2005	 1.444.020	 140.309	 261.496	 14.939	 1.860.764
Total da carteira – 2004	1.654.485	46.286	232.141	14.742	1.947.654

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(g) Composição da carteira de crédito por produto e por nível de risco (Conglomerado financeiro):

(i) Parcelas vincendas:

<u>Níveis / Produto</u>	<u>Crédito Pessoal</u>	<u>CDC Veículos</u>	<u>Carteira Comercial</u>	<u>Leasing</u>	<u>Total</u>
Nível A	1.238.622	96.994	105.319	11.245	1.452.180
Nível B	46.250	7.463	53.306	2.397	109.416
Nível C	40.965	10.569	31.738	393	83.665
Nível D	23.212	4.389	9.062	318	36.981
Nível E	16.307	1.446	3.790	241	21.784
Nível F.....	13.371	1.091			14.462
Nível G	7.663	1.012	938	4	9.617
Nível H.....	6.426	1.074	3.359		10.859
Sub-total	1.392.816	124.038	207.512	14.598	1.738.964
Provisão	64.132	17.577	8.070	198	89.977

(ii) Parcelas vencidas:

<u>Níveis / Produto</u>	<u>Crédito Pessoal</u>	<u>CDC Veículos</u>	<u>Carteira Comercial</u>	<u>Leasing</u>	<u>Total</u>
Nível A	2.856	2.903	73	32	5.864
Nível B	6.174	1.717	254	61	8.206
Nível C	7.710	3.446	481	83	11.720
Nível D	6.305	1.930	194	36	8.465
Nível E	6.897	1.082	62	122	8.163
Nível F.....	6.526	929	15.270		22.725
Nível G	5.262	689	79	7	6.037
Nível H.....	9.474	3.575	37.571		50.620
Sub-total	51.204	16.271	53.984	341	121.800
Provisão	19.427	5.174	45.317	49	69.967
Total da carteira - 2005..	1.444.020	140.309	261.496	14.939	1.860.764
Total da provisão - 2005.	83.559	22.751	53.387	247	159.944
Total da provisão - 2004.	38.474	8.730	7.540	933	55.677

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(h) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Apresentamos abaixo a composição da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil nos correspondentes níveis de risco, conforme Resolução 2.682/99 do BACEN:

(i) Conglomerado financeiro

		2005			2004	
Nível	%	Carteira	Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Carteira	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A	0,50	1.458.044	7.290	26.873	1.626.537	8.292
B	1,00	117.622	1.176	1.703	132.428	1.571
C	3,00	95.385	2.862	3.704	68.717	2.713
D	10,00	45.446	4.545	5.682	73.421	8.003
E	30,00	29.947	8.984	11.221	18.534	6.534
F	50,00	37.187	18.593	20.790	11.927	6.796
G	70,00	15.654	10.958	13.131	2.957	2.732
H	100,00	61.479	61.479	76.840	13.133	19.036
Total		1.860.764	115.887	159.944	1.947.654	55.677

Os excessos de provisão em 31 de dezembro de 2005 referem-se, basicamente, a parcelas referentes a contratos cedidos com coobrigação.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(ii) Banco

		2005			2004	
Nível	%	Carteira	Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Carteira	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A	0,50	1.446.767	7.234	26.817	1.617.737	8.247
B	1,00	115.164	1.152	1.679	129.123	1.538
C	3,00	94.909	2.847	3.689	68.011	2.692
D	10,00	45.092	4.509	5.646	73.114	7.972
E	30,00	29.584	8.875	11.113	17.374	6.186
F	50,00	37.187	18.594	20.790	11.926	6.796
G	70,00	15.643	10.950	13.123	2.935	2.717
H	100,00	61.479	61.479	76.840	12.692	18.595
Total		1.845.825	115.640	159.697	1.932.912	54.743

Os excessos de provisão em 31 de dezembro de 2005 referem-se, basicamente, a parcelas referentes a contratos cedidos com coobrigação.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

7 Outros créditos

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Créditos tributários	66.233	21.082	61.041	14.934
Devedores por depósitos em garantia	54.431	52.972	42.302	41.907
Impostos a compensar.....	75.123	42.926	65.039	31.941
Valores a receber de sociedades ligadas	92	90	108	106
Devedores diversos – País.....	94.913	48.000	93.461	47.083
Opções por incentivos fiscais	227	165	127	127
Rendas a receber.....			2.136	1.776
Outros.....	4.348	10.598	4.273	10.442
Total	295.367	175.833	268.487	148.316
Circulante.....	167.304	93.991	165.463	91.348
Longo Prazo	128.063	81.842	103.024	56.968

- (a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos e registrados com base nos aspectos demonstrados na Nota explicativa nº20(a).
- (b) Os saldos de Devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza fiscal e tributária (vide Nota explicativa nº13).
- (c) O saldo de Impostos a compensar compreende os montantes desembolsados a título de antecipações de imposto de renda e contribuição social, efetuadas de acordo com a legislação fiscal vigente, cuja expectativa de realização é estimada em até 5 anos.
- (d) O saldo de Devedores diversos – País refere-se principalmente a saldos de “Baixas sem financeiro”, valores baixados da carteira de créditos e pendentes de repasses pelos órgãos conveniados , no montante de R\$40.154 (2004 – R\$22.324) e “Cessão de crédito para a Caixa Econômica Federal” no montante de R\$37.771 (2004 – saldo zerado). E (cessão de crédito para o Citibank) no montante de R\$1.868 (2004 – saldo zerado)
- (e) **Marcação a mercado de parte da carteira de operações de crédito**

A administração do Banco destinou determinadas operações envolvendo derivativos financeiros (swaps), para constituir hedge (risco de mercado) de parte da carteira de CDC Veículos, conforme previsto na Circular BACEN 3.082 de junho de 2002.

Em 27 de fevereiro e 18 de março de 2004, foram vinculadas como itens objeto de hedge parcelas de operações de crédito nos totais de R\$32.032 e R\$29.188, respectivamente, com prazo médio a decorrer de aproximadamente 14 meses, e cujo impacto total no resultado de marcação a mercado

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

foi de R\$7.277, as quais passaram a ser ajustadas a valor de mercado, de forma similar aos instrumentos de hedge.

Durante o exercício de 2004, foram realizadas cessões de créditos das parcelas hedgeadas (financiamentos de veículos). Em função das referidas cessões, o saldo remanescente de marcação a mercado foi reconhecido no resultado do exercício de 2004, encerrando a marcação a mercado da carteira de CDC Veículos.

8 Investimentos

Participações em coligada e controladas

(i) Diretas (Ramo financeiro):

				Banco	
				2005	2004
	BMG Bank (Cayman) Ltd.	BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	BMG Asset Management DTVM S.A.	Total	Total
Quantidade de ações ou quotas possuídas ..	2.417	52.851.928	1.020.000		
% de participação	100,00%	99,94%	51,00%		
Data-base da informação	31.12.2005	31.12.2005	31.12.2005		
Patrimônio líquido	11.846	82.844	11.672		
Lucro líquido:					
Exercício	263	5.425	7.004		
Semestre	155	3.034	3.953		
Valor do investimento	11.846	82.794	5.953	100.593	93.247
Resultado da equivalência patrimonial e variação cambial:					
Exercício	(1.288)	5.422	3.572	7.706	9.891
Semestre	107	3.032	2.016	5.155	935

Em julho de 1995, iniciaram-se as operações da filial do Banco BMG S.A. localizada em Grand Cayman, que foi transformada em subsidiária em 2001, com a denominação de BMG Bank (Cayman) Ltd.. A referida subsidiária adota o regime de competência para registro de suas receitas e despesas. As demonstrações financeiras do BMG Bank (Cayman) Ltd. são originalmente preparadas em moeda local, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. De acordo com as normas do BACEN, está registrada no grupo de investimentos e avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(ii) Diretas (Ramo não financeiro):

	Conglomerado financeiro e Banco	
	BMG Factoring Fomento Comercial Ltda.	
	2005	2004
Quantidade de quotas possuídas.....	547.965	547.965
% de participação	99,00%	99,00%
Data-base da informação	31.12.2005	31.12.2004
Patrimônio líquido.....	11.918	10.585
Lucro líquido:		
Exercício	1.333	971
Semestre	707	526
Valor do investimento	11.798	10.479
Resultado da equivalência patrimonial:		
Exercício	1.319	962
Semestre	700	521

(iii) Indiretas (Ramo não financeiro):

	Conglomerado financeiro			
	2005	2004		
	Prevlife Serviços de Previdência Ltda.	Cinpar Holdings S.A.	Total	Total
Quantidade de ações ou quotas possuídas...	44.991	3.238.638		
% de participação	99,98%	47,07%		
Data-base da informação	31.12.2005	31.12.2005		
Patrimônio líquido	5.303	16.634		
Lucro líquido:				
Exercício	698			
Semestre	384			
Valor do investimento	5.302	7.830	13.132	8.935
Resultado da equivalência patrimonial e variação cambial:				
Exercício	698	(1.050)	(352)	(798)
Semestre	384	(33)	351	(1.519)

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

9 Imobilizado de uso

Conglomerado financeiro					Taxas depreciação % ao ano
2005					
2004					
Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
Terrenos.....	3.193		3.193		
Edificações	12.976	(7.482)	5.494	6.032	4
Instalações	1.676	(642)	1.034	684	10
Móveis e equipamentos.....	4.574	(1.858)	2.716	2.229	10
Sistema de comunicação	2.928	(779)	2.149	2.138	20
Sistema de processamento de dados.....	7.539	(4.436)	3.103	3.053	20
Sistema de transporte	4.064	(1.060)	3.004	874	20
Total	36.950	(16.257)	20.693	18.203	

	Banco				
	2005		2004		Taxas
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	depreciação % ao ano
Terrenos.....	3.193		3.193	3.193	
Edificações	12.976	(7.482)	5.494	6.032	4
Instalações	1.676	(642)	1.034	684	10
Móveis e equipamentos.....	4.534	(1.836)	2.698	2.207	10
Sistema de comunicação	2.928	(779)	2.149	2.138	20
Sistema de processamento de dados.....	7.462	(4.367)	3.095	3.038	20
Sistema de transporte	4.064	(1.060)	3.004	874	20
Total	36.833	(16.166)	20.667	18.166	

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

10 Depósitos

(a) Depósitos interfinanceiros

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Préfixados.....	22.976	23.770	22.976	23.770
Pósfixados	2.041	118.243	56.143	161.505
Total	25.017	142.013	79.119	185.275
Circulante.....	17.936	142.013	24.408	177.455
Longo prazo	7.081		54.711	7.820

(b) Depósitos a prazo

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Préfixados.....	22.572	44.437	22.572	44.437
Pósfixados	626.784	1.078.508	632.668	1.083.439
Total	649.356	1.122.945	655.240	1.127.876
Circulante.....	401.557	628.146	407.441	633.077
Longo prazo	247.799	494.799	247.799	494.799

(c) Concentração de depósitos interfinanceiros e a prazo

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Dez maiores.....	341.776	418.272	383.847	437.000
Cinquenta maiores seguintes.....	232.462	475.153	247.104	494.523
Cem maiores seguintes	74.436	257.424	77.071	266.330
Demais clientes.....	25.699	114.109	26.337	115.298
Total	674.373	1.264.958	734.359	1.313.151

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(d) Vencimento

Seguem informações sobre os prazos relativos ao vencimento das operações de depósitos a prazo e interfinanceiros:

Conglomerado financeiro								
							2005	2004
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total	Total
Depósitos interfinanceiros	9.730	611	601	1.740	5.254	7.081	25.017	142.013
Depósitos a prazo	42.652	17.056	21.735	102.409	217.705	247.799	649.356	1.122.945
Total	52.382	17.667	22.336	104.149	222.959	254.880	674.373	1.264.958

							Banco	
							2005	2004
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total	Total
Depósitos interfinanceiros	9.730	1.082	867	3.863	8.866	54.711	79.119	185.275
Depósitos a prazo	42.652	17.056	21.735	102.409	223.589	247.799	655.240	1.127.876
Total	52.382	18.138	22.602	106.272	232.455	302.510	734.359	1.313.151

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

11 Obrigações por títulos e valores mobiliários - No exterior

(a) Bônus/Eurobônus:

	Conglomerado financeiro e Banco	
	2005	2004
Emissão do Banco BMG S.A., em julho de 1997, de US\$100.000 mil, com vencimento até julho de 2005. Em julho de 2002 foram repactuadas US\$31.160 mil a 10,375% ao ano		86.570
Em julho de 2005, extensão dos valores repactuados em julho de 2002, por 5 anos, de US\$10.190 mil, a 6,75% ao ano, com vencimento em julho de 2010 e juros semestrais	24.672	
Emissão do Banco BMG S.A., em junho de 2005, de US\$200.000 mil, a 8,75% ao ano, com vencimentos em julho de 2008, julho de 2009 e julho de 2010, e juros semestrais	467.980	
Emissão do Banco BMG S.A., em dezembro de 2005, de US\$300.000 mil, a 9,15% ao ano, com vencimentos em janeiro de 2012, janeiro de 2013, janeiro de 2014, janeiro de 2015 e janeiro de 2016, e juros semestrais	703.601	
Total.....	1.196.253	86.570
Circulante.....	2.459	86.570
Longo Prazo	1.193.794	

Para as emissões realizadas em junho de 2005 e em dezembro de 2005, no valor de US\$ 200.000 e US\$ 300.000, respectivamente, foram realizadas operações de swap, com o objetivo de eliminar a exposição aos riscos de moeda nessas operações.

As operações de swap foram realizadas em negociação associada, pelos mesmos prazos e com a mesma contraparte da operação de captação (instituição líder da operação de captação). O registro contábil das operações de swap foi realizado de acordo com a Circular 3.082 de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Circular 3.150 de 11 de setembro de 2002.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(b) Programa de Global Bearer Notes / Short Term Notes:

	Conglomerado financeiro e Banco	
	2005	2004
Emissão do Banco BMG S.A., em setembro de 2003, de US\$13.000 mil, a 6,0% ao ano, com vencimento em março de 2005 e juros semestrais		35.128
Emissão do Banco BMG S.A., em novembro de 2003, de US\$14.000 mil, a 5,5% ao ano, com vencimento em maio de 2005 e juros semestrais		37.429
Emissão do Banco BMG S.A., em abril de 2004, de US\$20.000 mil, a 5,0% ao ano, com vencimento em outubro de 2005 e juros semestrais		53.670
Emissão do Banco BMG S.A., em maio de 2004, de US\$10.000 mil, a 5,0% ao ano, com vencimento em outubro de 2005 e juros semestrais		26.839
Emissão do Banco BMG S.A., em julho de 2004, de US\$15.000 mil, a 5,25% ao ano, com vencimento em julho de 2005 e juros semestrais		40.952
Emissão do Banco BMG S.A., em julho de 2004, de US\$14.000 mil, a 5,25% ao ano, com vencimento em janeiro de 2006 e juros semestrais	33.589	38.092
Emissão do Banco BMG S.A., em setembro de 2004, de €16.000 mil, a 6,0% ao ano, com vencimento em março de 2006 e juros semestrais	45.097	58.873
Emissão do Banco BMG S.A., em outubro de 2004, de US\$21.000 mil, a 6,0% ao ano, com vencimento em outubro de 2006 e juros semestrais	49.784	56.458
Emissão do Banco BMG S.A., em outubro de 2004, de US\$3.500 mil, a 6,0% ao ano, com vencimento em outubro de 2006 e juros semestrais	8.297	9.399
Emissão do Banco BMG S.A., em março de 2005, de US\$25.000 mil, a 6,0% ao ano, com vencimento em março de 2007 e juros semestrais	59.812	
Emissão do Banco BMG S.A., em outubro de 2005, de US\$28.000 mil, a 7,5% ao ano, com vencimento em outubro de 2007 e juros semestrais	66.478	
Total	263.057	356.840
Circulante.....	139.042	196.882
Longo prazo	124.015	159.958

Os saldos incluem a provisão para imposto de renda, calculado a alíquota de 12,5% sobre os rendimentos em moeda estrangeira.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

12 Obrigações por empréstimos e repasses

(a) Empréstimos no exterior

Os Empréstimos no exterior referem-se a captação de recursos no mercado externo pela subsidiária BMG Bank (Cayman) Ltd., com taxa de juros de 3,25% ao ano (2004 – 1,5% ao ano), com vencimento final em janeiro de 2006 (2004 – janeiro de 2005).

(b) Empréstimos no país – outras instituições

Em 31 de dezembro de 2005, refere-se à captação de recursos no mercado no montante de US\$24 milhões, com taxa de juros de 7,25% ao ano e comissão de 0,25% e com vencimento em abril de 2008, nos termos da Resolução 2.770/00 do BACEN. Em 31 de dezembro de 2005 os saldos em aberto totalizam R\$45.078 (2004 – saldo zerado).

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(c) Obrigações por repasses - Finame

Refere-se às obrigações por recursos obtidos para repasse junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame. Esses repasses apresentam os seguintes vencimentos:

	Conglomerado financeiro						Banco	
							2005	2004
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total	Total
Operações efetuadas pelo Banco	3.031	2.833	7.451	8.417	12.980	23.386	58.098	75.561
Operações efetuadas pela Leasing	404	381	379	1.100	1.895	4.141	8.300	6.145
Total.....	3.435	3.214	7.830	9.517	14.875	27.527	66.398	81.706

							Banco	
							2005	2004
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total	Total
Total.....	3.031	2.833	7.451	8.417	12.980	23.386	58.098	75.561

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

13 Outras obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Provisão para imposto de renda e contribuição social a recolher.....	202.855	135.644	197.306	133.584
Outros impostos e contribuições a recolher .	9.096	14.751	8.686	14.459
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	2.585	1.194	2.212	443
Provisões para passivos contingentes (ii).....	36.722	33.378	26.740	24.298
Total.....	251.258	184.967	234.944	172.784
Circulante	211.589	150.033	205.629	147.681
Longo Prazo	39.669	34.934	29.315	25.103

(i) A provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se a ajustes temporários contemplados no cálculo do lucro tributável, conforme demonstrado na Nota explicativa nº 20.

(ii) A administração da Instituição revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão para contingências, conforme requerido. Em 31 de dezembro de 2005, as principais contingências provisionadas estão relacionadas com: (a) questionamento da exigibilidade da cobrança do INSS sobre honorários de administradores, gratificações e planos de previdência e remuneração de autônomos; (b) Recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica com base nos critérios definidos pela Lei 9.430/96 (dedutibilidade da PCLD) depositado judicialmente. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões para esses passivos contingentes em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes do desfecho desses processos

(b) Diversas

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Provisão para pagamentos a pessoal	1.668	1.142	1.356	1.096
Provisão para pagamentos a efetuar.....	1.757	3.282	1.736	3.086
Credores diversos (i)	305.167	85.863	304.898	85.652
Valores a pagar sociedades ligadas	472	685	767	679
Provisão para passivos contingentes (ii)	6.103	6.727	5.620	6.378
Contrato de assunção de obrigações	4.957	8.398	4.957	8.398
Outras ..	2.193	175	2.193	175
Total....	322.317	106.272	321.527	105.464
Circulante	316.214	99.543	315.907	99.084
Longo prazo.....	6.103	6.729	5.620	6.380

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

- (i) O saldo de Credores diversos refere-se, substancialmente, a liquidação antecipada de contratos cedidos, registrados pelo valor presente da obrigação na data base.
- (ii) O saldo de Provisão para passivos contingentes refere-se a contingências relacionadas a causas de natureza cível.

14 Patrimônio líquido (Banco)

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o capital social subscrito e integralizado está representado por 617.459.013 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de abril de 2005, foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante incorporação de R\$178.150 da Reserva de Lucros – Estatutária. O referido aumento de capital foi encaminhado ao Banco Central do Brasil (BACEN) para análise e aprovação.

(b) Reservas

Reservas de capital:

- **Incentivos fiscais:** Oriundas dos valores das opções por incentivos fiscais de imposto de renda.
- **Atualização de títulos patrimoniais:** Constituída pelos valores das atualizações dos títulos patrimoniais de bolsas.

Reservas de lucros:

- **Legal:** É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.
- **Estatutária:** É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembléia Geral, inclusive com relação ao resultado do semestre findo em 31 de dezembro de 2005.

O excedente das reservas de lucros ao capital social será destinado em Assembléia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2006.

(c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram pagos R\$52.320 de juros sobre o capital próprio (R\$44.472, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF). O cálculo teve como limite a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre o Patrimônio Líquido, conforme facultado pela Lei nº9.249.

Em 31 de dezembro de 2005, foi deliberado pagamento de dividendos no montante de R\$ 64.637.

	2005	2004
Lucro líquido do exercício.....	382.839	275.335
(-)Reserva legal.....	(19.142)	(13.767)
Base de cálculo	363.697	261.568
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	90.924	65.392
Dividendos propostos.....	109.109	65.392
Juros sobre capital próprio, líquidos	44.472	27.625
Dividendos	64.637	37.767
Percentual sobre a base de cálculo.....	30,00%	25,00%

Para atendimento à legislação de Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado em contrapartida da conta “Despesas financeiras” e, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificadas para a conta de “Lucros acumulados”.

15 Receitas e despesas da intermediação financeira

Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira:

(a) Operações de crédito e arrendamento mercantil (líquida)

	Conglomerado financeiro		Banco		
	Exercícios		Segundo semestre	Exercícios	
	2005	2004	2005	2005	2004
Crédito pessoal.....	423.543	405.683	212.104	423.544	405.683
CDC Veículos.....	38.308	129.819	20.905	38.308	129.819
Carteira comercial.....	71.251	46.328	36.101	71.251	46.328
Arrendamento mercantil.....	3.309	6.294			
Recuperação de créditos.....	13.028	11.709	7.241	11.604	8.960
Lucro na cessão de crédito....	840.557	371.154	324.794	840.557	371.154
Hedge – Risco de Mercado...		(33.422)			(33.422)
Total.....	1.389.996	937.565	601.145	1.385.264	928.522

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Conglomerado financeiro		Banco		
	Exercícios		Segundo semestre	Exercícios	
	2005	2004	2005	2005	2004
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	91.476	38.855	49.569	91.476	38.855
Títulos e valores mobiliários	28.614	32.710	30.651	27.800	31.925
Aplicações no exterior.....	64	35	28	64	34
Total.....	120.154	71.600	80.248	119.340	70.814

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Conglomerado financeiro		Banco		
	Exercícios		Segundo semestre	Exercícios	
	2005	2004	2005	2005	2004
Resultado de ajuste de swap.	(99.507)	(40.053)	(58.988)	(99.507)	(40.053)
Resultado de marcação a mercado de swap.....	5.262	21.683	3.095	5.262	21.683
Resultado de operações com futuro	(40.330)	(26.716)	(17.527)	(40.330)	(26.716)
Outros	125		125	125	
Total.....	(134.450)	(45.086)	(73.295)	(134.450)	(45.086)

(d) Operações de captação no mercado

	Conglomerado financeiro		Banco		
	Exercícios		Segundo semestre	Exercícios	
	2005	2004	2005	2005	2004
Despesas com títulos e valores mobiliários no exterior	(12.990)	2.095	29.372	(14.542)	906
Despesa de depósitos interfinanceiros.....	17.975	24.149	9.887	26.439	30.088
Despesas de depósito a prazo	172.713	204.732	73.380	173.143	205.131
Outras despesas de captação.	25.170	12.823	13.792	25.696	12.882
Total.....	202.868	243.799	126.431	210.736	249.007

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

16 Despesas de pessoal e outras despesas administrativas

a) Despesas de pessoal

	Conglomerado financeiro		Banco		
	Exercícios		Segundo semestre	Exercícios	
	2005	2004	2005	2005	2004
Proventos	26.341	16.540	16.659	24.669	15.474
Encargos sociais.....	12.969	7.274	6.996	12.409	6.854
Treinamento	462	453	291	453	527
Benefícios	4.867	4.249	2.272	4.397	3.903
Honorários	2.508	2.390	1.009	2.197	2.125
Total.....	47.147	30.906	27.227	44.125	28.883

Apresentamos a distribuição dos empregados na estrutura do Conglomerado financeiro:

	Banco BMG S.A.	BMG Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil	BMG Asset Management DTVIM S.A.	Total
Operacional:				
Comercial	56	43	5	104
Captação	19	3		22
Suporte e controle:				
Administrativo	101	53	1	155
Jurídico / Auditoria interna	13	17		30
Controladoria	26	19		45
Informática	34	23		57
Outros	18	12		30
Total de funcionários:				
2005	267	170	6	443
2004	229	108	7	344

Nº de agências do Banco 11

b) Outras despesas administrativas

Referem-se principalmente a despesas de comissões de agentes, no montante de R\$288.593 (2004 – R\$126.440); despesas de marketing, no montante de R\$24.443 (2004 – R\$15.719) e despesas de promoções e relações públicas, no montante de R\$9.914 (2004 – R\$7.804).

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

17 Receita de prestação de serviços

No exercício findo em 31 de dezembro de 2005 o saldo refere-se basicamente a receitas de TAC - Taxa de Abertura de Crédito no montante de R\$132.118 (2004 – R\$37.916).

18 Despesas tributárias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2005 o saldo refere-se basicamente as despesas de PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para Fins Sociais) no montante de R\$61.911 (2004 – R\$35.808).

19 Outras receitas e despesas operacionais

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>		
	<u>Exercícios</u>		<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Outras receitas operacionais					
Recuperação de encargos e despesas	570	1.300	275	371	323
Variação monetária e cambial ativa.	17.357	1.300	5.573	16.912	(185)
Reversão de provisões operacionais.....	656	4.558	398	502	2.355
Outras.	10.650	7.117	675	10.626	6.399
Total.....	29.233	14.275	6.921	28.411	8.892
Outras despesas operacionais					
Variação monetária e cambial passiva	338	682	58	234	590
Despesas de cobrança.....	20.602	8.034	13.458	20.288	7.382
Despesa de provisões operacionais.....	2.131	1.507	1.253	2.013	1.411
Outras	5.004	5.310	1.984	4.491	3.872
Total.....	28.075	15.533	16.753	27.026	13.255

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

20 Imposto de renda e contribuição social

(a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
No realizável a longo prazo				
Créditos Tributários:				
Sobre adições temporárias	61.635	16.031	60.494	14.933
Sobre prejuízos fiscais	2.338	3.159		
Contribuição social – MP 2158-35	2.260	1.892	547	
Total	66.233	21.082	61.041	14.933

O Conglomerado financeiro adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas. Em 31 de dezembro de 2005 esses saldos possuem as seguintes características:

- O Conglomerado financeiro possui prejuízo fiscal no montante de R\$9.421 (2004 – R\$12.710) que será recuperado com lucros tributários futuros.
- O Conglomerado financeiro possui base negativa de contribuição social de R\$12.556 (2004 – R\$10.511), sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2005 o montante refere-se inteiramente à MP 2158-35, que também será recuperado com lucros tributários futuros.
- Os créditos tributários relacionados a adições temporárias referem-se principalmente a contingenciamentos discutidos judicialmente e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais e do reconhecimento, como perda efetiva, das despesas de provisões de créditos de liquidação duvidosa.

- (b)** A movimentação dos créditos tributários no exercício findo em 31 de dezembro de 2005 pode ser demonstrada como segue:

	Conglomerado financeiro			
	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/ Base negativa	Total
Saldo inicial	1.892	16.031	3.159	21.082
Constituição	547	45.605		46.152
Reversão	(179)	(1)	(821)	(1.001)
Saldo final	2.260	61.635	2.338	66.233

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

	Banco		
	CS	Adições	Prejuízos fiscais/
	MP 2.158-35	temporárias	Base negativa
			Total
Saldo inicial		14.933	14.933
Constituição	547	45.561	46.108
Reversão			
Saldo final	547	60.494	61.041

- (c) O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre exclusões temporárias registrado no exigível a longo prazo no valor de R\$2.212, referem-se, principalmente, a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

(d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social no resultado

	Conglomerado financeiro			
	2005		2004	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes da tributação sobre o lucro e das participações societárias.....	573.489	573.489	411.854	411.854
Juros sobre capital próprio	(52.320)	(52.320)	(32.500)	(32.500)
Participação minoritária no resultado.....	(3.435)	(3.435)	(707)	(707)
Participações societárias.....	(18.000)	(18.000)	(10.546)	(10.546)
Adições (exclusões) permanentes:				
. Equivalência patrimonial.....	(967)	(967)	(164)	(164)
. MP 2.158-35.....		(6.077)	5.689	(5.781)
. Outros.....	19.721	(1.923)		
Base de cálculo.....	518.488	490.767	373.626	362.156
Alíquota base.....	77.773	44.169	56.044	32.594
Alíquota adicional	51.824		37.292	
Incentivos fiscais.....	(4.551)		(664)	
Despesa com imposto de renda e contribuição social.....	125.046	44.169	92.672	32.594

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

					Banco	
			2005		2004	
	Segundo semestre		Exercício		Exercício	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações estatutárias	163.095	163.095	563.927	563.927	408.244	408.244
Juros sobre capital próprio	(26.160)	(26.160)	(52.320)	(52.320)	(32.500)	(32.500)
Participações estatutárias.....	(3.000)	(3.000)	(18.000)	(18.000)	(10.546)	(10.546)
Adições (exclusões) permanentes:						
.Equivalência patrimonial.....	(5.855)	(5.855)	(9.025)	(9.025)	(10.853)	(10.853)
.Outros.....	12.548	764	14.842	(9.939)	8.627	4.566
Base de cálculo.....	140.628	128.844	499.424	474.643	362.972	358.911
Alíquota base.....	21.095	11.596	74.914	42.718	54.446	32.302
Alíquota adicional	14.050		49.918		36.273	
Incentivos fiscais	(3.265)		(4.462)		(658)	
Despesa com imposto de renda e contribuição social.....	31.880	11.596	120.370	42.718	90.061	32.302

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

21 Transações com partes relacionadas (Banco)

Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

				<u>2005</u>	<u>2004</u>
	BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	BMG Asset Management DTVM S.A.	BMG Bank (Cayman) Ltd.	Total	Total
Ativos (passivos)					
Outros créditos	1.288	848		2.136	1.776
Depósitos à vista	(250)	(38)		(288)	(284)
Depósitos interfinanceiros	(54.102)			(54.102)	(43.261)
Depósitos a prazo		(5.884)		(5.884)	(4.931)
Captações no mercado aberto – Carteira de terceiros		(3.563)		(3.563)	(871)
Outras obrigações.....	(308)	(16)		(324)	(243)
Resultado – receitas (despesas)					
Despesas de captação:					
Exercício.....	(8.464)	(956)		9.420	(6.408)
Segundo semestre.....	(4.521)	(679)		5.200	(3.591)
Variação cambial de investimentos no exterior:					
Exercício.....			(1.553)	(1.553)	1.197
Segundo semestre.....			(48)	(48)	2.268

As aplicações e captações de recursos, com partes relacionadas, foram contratadas a taxas consideradas pela administração como compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes na data das operações e considerando os riscos envolvidos.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

22 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros da Instituição encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas comparadas com as vigentes no mercado.

A Instituição possui operações envolvendo instrumentos financeiros exclusivamente em conexão com suas atividades e com o objetivo de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moeda e taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

O Banco e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (swap) e contratos de futuro com o propósito de proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes. Os instrumentos financeiros, de acordo com sua natureza e legislação específica, são ou não contabilizados em contas patrimoniais. A posição de derivativos pode ser demonstrada como segue:

	Conglomerado financeiro e Banco	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Contas de compensação (valor referencial)		
– Swap.....	2.443.004	2.184.810
– Futuros.....	126.108	2.470.702
Diferencial a receber:		
Circulante.....	5.264	1.152
Longo prazo.....	1.721	3.121
Diferencial a pagar:		
Circulante.....	86.026	32.983
Longo prazo.....	5.540	5.146
Resultado de operações com swap:		
Exercício.....	(94.245)	(18.370)
Segundo semestre	(55.893)	(23.341)
Resultado de operações com futuros:		
Exercício.....	(40.330)	(26.716)
Segundo semestre	(17.527)	(26.965)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

O risco de mercado e de crédito associado a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento da sua parte na operação. Os contratos de "swaps" proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. Os "swaps" registrados na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F (R\$559.016 de valor referencial) têm garantias de títulos públicos federais (LFT's), Notas do Banco Central (NBC's) e de cartas de fiança no valor de R\$38.832, R\$1.119 e R\$5.110, respectivamente, reduzindo o risco de crédito.

(a) Operações de swap que não atendem aos critérios de Hedge

O quadro a seguir resume o valor referencial, atualizado ao preço de mercado, e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial, para os instrumentos financeiros derivativos que não atendem aos critérios de "hedge" estabelecidos na Circular 3.082/02 do BACEN, em 31 de dezembro de 2005 (Banco e Conglomerado financeiro):

	Valores referenciais		Exposição líquida no	
	Atualizados ao preço de mercado		balanço patrimonial	
	Ativo	Passivo	Ativa	Passiva
Derivativos de taxa de juros				
Contratos de "swaps".....	1.181.074	1.181.341	6.272	6.539
Derivativos cambiais				
Contratos de "swaps".....	1.487.936	1.572.250	713	85.027

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

O quadro a seguir resume a classificação, por prazo, das exposições líquidas de balanço atualizadas a preço de mercado, para os instrumentos financeiros derivativos que não atendem aos critérios de “hedge” estabelecidos na Circular 3.082/02 do BACEN, em 31 de dezembro de 2005 (Banco e Conglomerado financeiro):

	<u>Até 30 dias</u>	<u>De 31 até 180 dias</u>	<u>De 181 até 360 dias</u>	<u>Acima de 360 dias</u>	<u>Total</u>
Derivativos de taxa de juros					
Contratos de "swaps"					
Ativo.....	2.890	108	1.553	1.721	6.272
Passivo.....	(2.069)	(3.859)	(541)	(70)	(6.539)

Derivativos cambiais

Contratos de "swaps"					
Ativo.....		682	31		713
Passivo.....	(41.145)	(27.006)	(11.406)	(5.470)	(85.027)

As operações de “swap” cujo único objetivo é a de proteção contra riscos dos ativos financeiros têm como lastro as próprias operações ativas.

(b) Operações de futuros

Os ganhos e perdas acumulados no período com as operações de futuros podem ser assim sumariados:

	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Resultado líquido</u>
Exercício.....	15.479	(55.809)	(40.330)
Segundo semestre	726	(18.253)	(17.527)

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

23 Outras informações

(a) Compromissos e garantias

Os avais e fianças prestadas pelo Banco a clientes montam a R\$26.971 (2004 – R\$23.230) e estão sujeitos a encargos financeiros e contra-garantias pelos beneficiários.

(b) Administração de fundos de investimento (não auditada)

A Instituição mantém estrutura profissional independente dedicada à administração de recursos de terceiros (inclusive os FIDC's – Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios), por intermédio de sua controlada BMG Asset Management DTVM S.A..Em 31 de dezembro, os recursos sob sua administração podem ser demonstrados como segue:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Fundos de renda fixa.....	1.033.058	757.986
Total	1.033.058	757.986

24 Seguros

A administração contratou cobertura de seguros no montante de R\$17.435 em 31 de dezembro de 2005, para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado. Adicionalmente, parte da carteira de créditos consignados está coberta por seguros.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

1 Demonstração do fluxo de caixa

Apresentamos abaixo a Demonstração do fluxo de caixa elaborada pelo Método Indireto.

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>		
	<u>Exercícios</u>		<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Atividades operacionais					
Lucro líquido	382.839	275.335	116.619	382.839	275.335
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e derivativos	(6.389)	15.246	(5.135)	(6.389)	15.240
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	151.655	44.763	42.134	152.475	44.087
Provisão (Reversão) para perdas em Outros valores e bens – Bens não de uso próprio		30			
Prejuízo (Lucro) na alienação de Outros valores e bens.....					48
Resultado de participações em coligadas e controladas	(967)	(164)	(5.855)	(9.025)	(10.853)
Depreciações e amortizações	4.247	3.018	2.302	4.229	2.991
Reversão de incentivos fiscais		(434)			(434)
Variação de Ativos e Obrigações					
(Aumento) em Aplicações interfinanceiras de liquidez	(890.013)	(100.946)	(214.080)	(887.813)	(75.726)
(Aumento) de Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	(130.689)	(57.630)	(160.506)	(133.951)	(85.756)
Redução (Aumento) de Relações interfinanceiras	8.878	(12.038)	(495)	8.878	(12.038)
Redução (Aumento) de Operações de crédito	40.386	(688.726)	262.551	39.566	(688.646)
(Aumento) de Operações de arrendamento mercantil.....	(884)	(3.623)			
(Aumento) de Outros créditos	(119.534)	(29.207)	(78.147)	(120.172)	(26.207)
(Aumento) de Outros valores e bens	(69.602)	(13.421)	(51.077)	(69.630)	(14.007)
Aumento (Redução) de Outras obrigações	303.073	232.594	246.855	298.292	251.896
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais.....	(327.000)	(335.203)	155.166	(340.701)	(324.070)
Atividades de investimentos					
Juros sobre capital próprio/dividendos recebidos			1.199	2.136	5.201
Reversão de dividendos propostos.....	1.179		1.179	(595)	(278)
Alienação de Bens não de uso próprio	2.583	4.121	1.554	2.492	3.902
Alienação de Imobilizado de uso.....	122	275	101	122	241
Redução de Diferido.....	83		66	83	33
Aquisição de Bens não de uso próprio	(5.132)	(7.098)	(2.007)	(4.875)	(6.898)
Aquisição de Investimentos.....	(5.932)	(199)	(1.277)	(1.382)	(3.087)
Aquisição de imobilizado de uso.....	(5.593)	(3.212)	(1.920)	(5.593)	(3.202)
Aplicações no Diferido.....	(4.062)	(3.634)	(2.716)	(4.062)	(3.628)
Variação de Participação dos acionistas minoritários.....	2.768	575			
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades de investimentos	(13.984)	(9.172)	(3.821)	(11.674)	(7.718)

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

	Conglomerado financeiro		Banco		
	Exercícios		Segundo semestre	Exercícios	
	2005	2004	2005	2005	2004
Atividades de financiamentos					
Aumento (Redução) em Depósitos	(604.080)	138.627	(694.757)	(592.283)	150.015
Aumento (Redução) em Captações no mercado aberto	(28.353)	112.090	25.023	(25.660)	112.550
Aumento em Recursos de aceites e emissão de títulos	1.015.900	146.590	606.603	1.015.900	146.590
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e repasses	30.668	43.685	(27.559)	27.615	41.592
Aumento (Redução) em Relações interfinanceiras	(276)	527	(201)	(276)	527
Aumento (Redução) em Instrumentos financeiros derivativos	53.437	(25.920)	39.467	53.437	(48.218)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(116.957)	(70.267)	(90.797)	(116.957)	(70.267)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	350.339	345.332	(142.221)	361.776	332.789
Aumento (Redução) das Disponibilidades	9.355	957	9.124	9.401	1.003
Disponibilidades no início do período	3.201	2.244	2.930	2.653	1.650
Disponibilidades no final do período	12.556	3.201	12.054	12.054	2.653
Aumento (Redução) das Disponibilidades	9.355	957	9.124	9.401	1.003

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

2 Demonstração do valor adicionado

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>		
	<u>Exercícios</u>		<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
1 – Receitas	1.399.428	976.084	624.585	1.380.515	957.754
1.1 Intermediação financeira	1.375.700	964.078	608.098	1.370.154	954.250
1.2 Prestação de serviços	145.720	42.658	51.547	134.000	38.884
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(151.655)	(44.763)	(42.134)	(152.475)	(44.087)
1.4 Outras receitas operacionais.....	29.233	14.275	6.921	28.411	8.892
1.5 Não operacionais.....	430	(164)	153	425	(185)
 2 – Despesas da intermediação financeira.....	 219.770	 250.027	 136.185	 226.172	 253.980
 3 – Materiais e serviços adquiridos de terceiros....	 474.174	 233.739	 269.955	 476.937	 233.821
3.1 Materiais, energia e outros	138.472	85.814	75.117	141.459	86.378
3.2 Serviços de terceiros	335.702	147.925	194.838	335.478	147.443
 4 – Valor adicionado bruto (1 – 2 – 3).....	 705.484	 492.318	 218.445	 677.406	 469.953
 5 - Retenções	 12.778	 8.127	 2.302	 4.229	 2.991
5.1 Depreciação e amortização	12.778	8.127	2.302	4.229	2.991
 6 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4 – 5)	 692.706	 484.191	 216.143	 673.177	 466.962
 7 – Valor adicionado recebido em transferência...	 967	 164	 5.855	 9.025	 10.853
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	967	164	5.855	9.025	10.853
 8 – Valor adicionado a distribuir (6 + 7).....	 693.673	 484.355	 221.998	 682.202	 477.815
 9 – Distribuição do valor adicionado.....	 693.673	 484.355	 221.998	 682.202	 477.815
9.1 Pessoal, encargos e participações.....	55.693	47.494	25.174	53.082	34.764
9.2 Impostos, contribuições e taxas.....	254.048	160.496	79.640	245.283	166.777
9.3 Aluguéis	1.093	1.030	565	998	939
9.4 Juros sobre capital próprio / dividendos.....	116.957	70.267	90.797	116.957	70.267
9.5 Lucros retidos nos exercícios / semestre	265.882	205.068	25.822	265.882	205.068

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Flávio Pentagna Guimarães	Presidente
Antônio Mourão Guimarães Neto	Conselheiro
Ricardo Annes Guimarães	Conselheiro
Ângela Annes Guimarães	Conselheira
Regina Annes Guimarães	Conselheira
João Annes Guimarães	Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo Annes Guimarães	Diretor Presidente
João Batista de Abreu	Diretor Vice-Presidente
Márcio Alaôr de Araújo	Diretor Vice-Presidente
Afonso Oliveira Gomes	Diretor Executivo Comercial
Ricardo Gelbaum	Diretor Executivo Financeiro

CONTADOR RESPONSÁVEL

Ronaldo Nunes Faria
Contador - CRC-MG 18.971/O-2